



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

NAZARÉ SERRAT DINIZ DE SOUZA

**NA BELÉM RIBEIRINHA, A JUVENTUDE E O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO
COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA
ESCOLA DA PESCA.**

BELÉM-PA
2015

NAZARÉ SERRAT DINIZ DE SOUZA

**NA BELÉM RIBEIRINHA, A JUVENTUDE E O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO
COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA
ESCOLA DA PESCA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha Educação, Cultura e Sociedade do Instituto de Ciências da Educação como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage.

BELÉM-PA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da UFPA

Souza, Nazaré Serrat Diniz de, 1966-

Na Belém ribeirinha, a juventude e o direito à escolarização com educação profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca / Nazaré Serrat Diniz de Souza. - 2015.

Orientador: Salomão Antônio Mufarrej Hage.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

1. Educação - Finalidades e objetivos - Caratateua, Ilha (PA). 2. Educação rural - Caratateua, Ilha (PA). 3. Direito à educação - Caratateua, Ilha (PA). 4. Educação de adultos - Caratateua, Ilha (PA). 5. Educação para o trabalho - Caratateua, Ilha (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 370.91734098115

NAZARÉ SERRAT DINIZ DE SOUZA

**NA BELÉM RIBEIRINHA, A JUVENTUDE E O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO
COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA
ESCOLA DA PESCA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha Educação, Cultura e Sociedade do Instituto de Ciências da Educação como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação.

Data de Aprovação: 28/05/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. SALOMÃO ANTONIO MUFARREJ HAGE/ORIENTADOR-PPGED/ICED/UFPA

Prof. Dr. DILENO DUSTAN LUCAS DE SOUZA/MEMBRO – FACED/UFJF

Prof. Dr. JOSÉ BITTENCOURT DA SILVA/MEMBRO – PPGED/ICED/UFPA

Prof.^a Dra. LUDIMILA OLIVEIRA HOLANDA CAVALCANTE/MEMBRO PPGE/UEFS

Prof. Dr. SÉRGIO CARDOSO DE MORAES/MEMBRO – PPGEDAM-NUMA-UFPA

BELÉM-PA
2015

A meu pai José Diniz (in memoriam). Pessoa inesquecível, especialmente, pela coerência de seus ensinamentos e exemplos de encorajamento dos quais me valho nesse caminhar. Um Amor sentido e guardado na lembrança de cada dia que não conhece o fim.

AGRADECIMENTOS

Acredito que desenvolver esta parte do trabalho acadêmico-científico não significa cumprir apenas uma formalidade técnica de apresentação. Antes vem a ser justo e necessário agradecer a quem contribuiu direta ou indiretamente para que chegasse ao fechamento desse ciclo de minha vida. Afinal, foram quatro anos de muitas experiências, onde desafios são situações pelas quais ficamos sujeitos a passar quando resolvemos abraçar uma jornada acadêmica desse porte. Com o tempo ocupam exclusivamente um lugar de aprendizado à trajetória realizada, por isso, vale seguir em frente. De outro modo, confesso que foi bem melhor ter vivido nessa trajetória experiências que considero de maior relevância. A cada uma delas cabe uma razão e a atitude do agradecimento.

De maneira geral, foram, indubitavelmente, verdadeiros presentes. Novos conhecimentos e vivências acadêmicas enriquecedoras e novos amigos. Entretanto, o maior de todos esses presentes refere-se, particularmente, aos momentos de guardar a fé e de uma maior aproximação de Jesus. Ele foi concretamente a pessoa mais próxima, de modo que a Ele recorria todas as vezes que momentos de cansaço vinham invadir meu corpo e meu coração. Foi especialmente e preferencialmente com Ele que compartilhei todas as alegrias e desafios dessa jornada. A Ele também devo a persistência e a perseverança, inclusive para conciliar os diferentes papéis femininos, entre eles o de Doutoranda. De fato, devo tudo a Ele: cada passo, cada gesto, cada dia, semana, meses e anos. Nesse sentido, digo que ganhei várias vezes esse presente. Ele foi o meu rochedo, esconderijo e pastor que me fez repousar em lindos lugares verdejantes, cheios de esperança. Sem a inspiração divina não conseguiria nada, não teria como me fortalecer sempre e cada vez mais nessa caminhada do Doutorado. Assim, perante minha consciência humana ao mesmo tempo crítico-reflexiva e cristã faço aqui este registro, esta homenagem para dizer-te publicamente: Eu te amo, Senhor e te ofereço toda a minha vida como o sol ao amanhecer. Minha aliança contigo está alicerçada na fé e no amor para ajudar a transformar este mundo num lugar melhor, afinal um dia nos dissestes: O Reino de Deus deve começar aqui. Obrigada, Senhor!

Aos meus pais José Diniz (*in memoriam*) e Donina Diniz pela oportunidade dos estudos e ensinamentos. Em nossa casa não faltou o alimento do incentivo, disciplina, responsabilidade, amor, cuidado e proteção, valores imateriais que guardamos com carinho em nossas lembranças e tem orientado o percurso de nossas vidas. Cada conquista, portanto, é uma forma de agradecê-los. Aos meus queridos e amados irmãos (Antonio, Nazareno, Ana Maria, Raimundo, Francisco, Caetano, Socorro e Rita) pela ajuda mútua, pelas socializações de ideias, obras e experiências que desde sempre nos ajudam a viver fraternalmente os momentos difíceis e felizes de nossas vidas.

A minha família: Derson Souza (esposo), Derson Antonio, Daniella Nazaré, Diana Nazaré (filhos) e José Miguel (neto) agradeço imensamente a presença afetuosa, o apoio, o carinho e a compreensão nos muitos momentos de longa dedicação à realização deste trabalho. Todos foram cúmplices e apoiadores incondicionais nessa caminhada, com eles dividi as expectativas de construção e finalização da Tese. Eles são concretamente minha razão de viver.

Ao Prof. Dr. Salomão Mufarrej Hage, meu orientador, por sua atenção, orientação e reflexão constante acerca de meu objeto de estudo e pelas ricas experiências que tenho vivido em sua companhia nas atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ. A importância dessas vivências se materializa na construção da presente Tese.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, especialmente à Profa. Dra. Olgaísses Maués e Profa. Dra. Sônia Araújo, bem como funcionários da secretaria do PPGED e Biblioteca do ICED pelo apoio recebido durante a trajetória acadêmica e de finalização do curso de Doutorado.

À Banca Examinadora composta pelos professores: Dr. José Bittencourt da Silva (Universidade Federal do Pará), Dr. Sérgio Cardoso de Moraes (Universidade Federal do Pará), Dra. Ludmila Holanda Cavalcante (Universidade Estadual de Feira de Santana) e Dr. Dilenio Dustan Lucas de Souza (Universidade Federal de Juiz de Fora). Meus agradecimentos não apenas pelo aceite para compor a banca examinadora, mas também pela participação criteriosa que oportunizou valiosa e pertinente reflexão à Tese apresentada.

À Direção do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará, especialmente, na pessoa do Prof. Dr. Carlos Maciel pela atenção e apoio institucional em momentos decisivos na realização dessa trajetória acadêmica. À Biblioteca (ICSA), de modo especial aos servidores Prof^o Me. Luiz Otávio Maciel da Silva e Sheila Maria Moreira Costa, bem como às bolsistas Camila Cristina Silva, Lídia Andreia Alves Rodrigues e Noélia Azevedo dos Santos. Agradeço a atenção cuidadosa e o apoio recebido durante longos períodos de permanência nesse espaço para leituras e elaboração da tese. Aos professores e funcionários: Prof. Me. Antonio Ronaldo Jatene, Prof. Dr. Manoel Peres (CONSEP), Jacilino Estumano (PROPESP), Aldina Penha e Silva (PROGEP) e Maria da Conceição Costa Teixeira (CPPD).

À Profa. Dra. Eneida Corrêa de Assis (in memorian), pelas reflexões acerca de possibilidades de construção da Tese.

À Profa. Esp. Carla Brabo de Oliveira Amaral, pela revisão textual e adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

À Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira pela experiência vivida na Educação Ambiental, especialmente, no período de julho de 2008 a novembro de 2011 em que se efetivou uma maior aproximação do processo educacional da Casa Escola da Pesca. Essa experiência ajudou-me a formular o projeto de pesquisa por meio do qual realizo a presente Tese.

À Casa Escola da Pesca (CEPE) situada na Ilha de Caratateua-PA agradeço a viabilidade de realização do processo de investigação, no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015, mediante o qual foi oportunizado compreender sua proposta pedagógica e atuação no território ribeirinho de Belém. Agradeço por ter compartilhado experiências, dados e informações fundamentais à realização desta tese. Evidentemente que um ensino público de qualidade não se faz apenas com o empenho de educadores e educandos, mas também com princípios e valores deveras balizados em um projeto político pedagógico engajado na realidade, expectativas e sonhos de seus sujeitos. A escola ainda que se depare com dificuldades, principalmente materiais, se empenha na realização de seu projeto de educação, pois tem a clareza do compromisso assumido com as comunidades ribeirinhas, onde por meio da Pedagogia da Alternância se insere na realidade de vida e trabalho da juventude e suas famílias para assegurar o direito à escolarização com qualificação profissional na atividade

produtiva da pesca. Uma luta constante e de enfrentamento às adversidades materiais em prol da realização de seu processo educacional e, a nosso ver, de empoderamento social da juventude ribeirinha na realidade territorial local e amazônica de nosso Estado.

ESTAMOS AÍ!

Estamos aí, estamos aí
Não apenas olhando o rio em frente.
Esse rio coroadado de espumas
E arrastando o manto de sua realeza.
Estamos também olhando o rio
Deixando o olhar pensar além do sonho
Esperando na curva do Rio Guamá
O aparecer da súbita embarcação de uma
Quimera
Estamos aí olhando, ora o tempo que surfa
Na crista de uma onda;
Ora o raio do sol atravessando
O coração que ama...
O olhar pensando e vendo o que não é visível
Entre a ribalta do rio e a ribanceira.
Estamos aí
Entre a Universidade e a mata,
Vendo esse rio que corre
Em frente, ao lado, face a tudo e todos.
Algemados na várzea de uma espera.
Caminhando
Entre o olhar da Boiúna e o olhar de Deus
Estamos aí olhando esses meninos...
Igarapé do Combu
Lâmina d'água
Da faca de outro rio
Que em duas realidades
Duas margens
Dividiu nossos campos e cidades.
Relâmpagos imóveis
Estamos aí.
Represados mares

Estamos aí
Canção na garganta do silêncio
Estamos aí.
Oh! Tempo, tempo, tempo
Que impede que o olhar
Nuvem
Pluma
Leve
Seja livre
Oh! Tempo que nega
O narcísico olhar
O olhar da boiúna
O olhar do olho-d'água.
O olhar celebrando olhar por olhar,
O levíssimo olhar com que o azul olha o
mar...
Estamos aí olhando e vendo
A floresta que arde além da outra margem...
Estamos aí.
Correntezas de um rio em si mesmo algemado
Estamos aí atentos.
Erguendo hinos
Espumantes versos
Sonhos
Mas olhando e vendo,
Estamos aí.
Estamos aí diante dos espelhos do tempo
E desse rio
Da líquida margem
Desse rio raiz do mar,
Garçal de arcanos.
Rio a levar nos ombros
O ardor da juventude
Para formar o coração de Deus
E os oceanos.
(*Estamos aí! João de Jesus Paes Loureiro*)

RESUMO

Esta tese está balizada na realidade socioeducacional da juventude ribeirinha do município de Belém e tem por objetivo analisar a experiência da Casa Escola da Pesca, uma escola pública vinculada à Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, situada na Ilha de Caratateua, estado do Pará. Nessa parte do território amazônico, os atores sociais pertencem a uma população tradicional da Amazônia Paraense, os ribeirinhos, que vivem da atividade produtiva da pesca e do extrativismo de outros recursos naturais. Historicamente enfrentam uma série de dificuldades cotidianas relativas ao acesso e permanência nas escolas como: a falta de energia elétrica, de água encanada e saneamento, precariedade do transporte fluvial, sazonalidade das marés e o insuficiente número de estabelecimentos escolares com oferta para todos os níveis da educação básica. O processo de investigação estruturado na pesquisa de campo, documental e de observação ocorreu no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015 e tomou em conta, os aspectos: econômico, político e sociocultural desse processo educacional na cultura produtiva da pesca. A pesquisa referenciada teórico-metodologicamente em Paulo Freire e nas contribuições de Boaventura de Souza Santos, Michael Apple entre outros autores mostrou que a atuação da Casa Escola da Pesca mediante a Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral, a Educação Profissional em Pesca e Aquicultura na proposta da Pedagogia da Alternância é pioneira na totalidade das escolas públicas de Belém ao associar educação e trabalho na realidade da pesca, principal atividade econômica do território ribeirinho. A pesquisa mostra também que a multidimensionalidade dessa atuação educacional na proposta pedagógica da alternância contribui para assegurar o direito à escolarização básica com qualificação profissional ao se inserir nas comunidades ribeirinhas onde residem os jovens e suas famílias. Ao articular conhecimento sistematizado aos saberes e experiências tradicionais da pesca artesanal atua no sentido do alcance ao empoderamento econômico, político e sociocultural de seus atores sociais.

Palavras-Chave: Juventude Ribeirinha. Direitos. Escolarização de Jovens e Adultos. Pedagogia da Alternância. Educação Profissional.

ABSTRACT

This thesis is marked out in the social and educational reality of riverside youth of the city of Bethlehem and aims to analyze the experience of the House of Fishing School, a public school linked to Foundation Environmental Education School Reference Center Grove Teacher Eidorfe Moreira, located in Caratateua Island, state of Pará. In this part of the Amazon territory, social actors belong to a traditional population of Pará Amazon, riparian, living the productive activity of fishing and extraction of other natural resources. Historically face a number of daily difficulties relating to access and stay in schools such as the lack of electricity, running water and sanitation, precarious river transport, seasonality of the tides and the insufficient number of schools to offer for all levels of basic education. The structured process of research in the field of research, documentation and observation occurred from February 2012 to February 2015 and took into account aspects: economic, political and sociocultural of this educational process in the productive culture of fishing. The theoretical-methodological referenced research Paulo Freire and the contributions of Boaventura de Souza Santos, Michael Apple and other authors showed that the performance of the House School of Fisheries through the Youth and Adult Education Full-Time, Vocational Education in Fisheries and Aquaculture the proposal of the Pedagogy of Alternation is a pioneer in all the public schools in Bethlehem to link education and work in the fishing reality, the main economic activity of the coastal territory. The survey also shows that the multidimensionality of this educational activity in the pedagogical proposal of alternation helps to ensure the right to basic education with professional qualification when entering the riverside communities where they reside young people and their families. By articulating systematic knowledge to traditional knowledge and experiences of artisanal fisheries acts to reach the economic, political and socio-cultural empowerment of its stakeholders.

Keywords: Youth riverfront. Rights. Schooling for Youth and Adults. Pedagogy of Alternation. Professional education.

RÉSUMÉ

Cette thèse est marquée dans la réalité sociale et éducative des jeunes de la rivière de la ville de Bethléem et vise à analyser l'expérience de la Chambre de l'école de pêche, une école publique liée à la Fondation école éducation environnementale Centre de référence Grove Enseignant Eidorfe Moreira, situé dans l'île de Caratateua, État du Pará. Dans cette partie du territoire de l'Amazonie, les acteurs sociaux appartiennent à une population traditionnelle du Pará Amazon, riverains, vivre l'activité productive de la pêche et l'extraction d'autres ressources naturelles. Historiquement faire face à un certain nombre de difficultés quotidiennes liées à accéder et à rester dans les écoles telles que le manque d'électricité, d'eau courante et de l'assainissement, le transport précaire de la rivière, la saisonnalité des marées et le nombre insuffisant d'écoles à offrir pour tous les niveaux de l'éducation de base. Le processus structuré de la recherche dans le domaine de la recherche, de documentation et d'observation a eu lieu à partir de Février 2012 à Février 2015 et a pris en compte les aspects: économiques, politiques et socioculturels de ce processus éducatif dans la culture productive de la pêche. La recherche théorique-méthodologique référencé Paulo Freire et les contributions de Boaventura de Souza Santos, Michael Apple et d'autres auteurs ont montré que la performance de l'école Maison des Pêches à travers la jeunesse et l'éducation des adultes à temps plein, l'enseignement professionnel pêches et l'aquaculture la proposition de la pédagogie de l'alternance est un pionnier dans toutes les écoles publiques de Bethléem pour lier l'éducation et le travail dans la réalité de la pêche, la principale activité économique du territoire côtier. L'enquête montre également que le caractère multidimensionnel de cette activité éducative dans la proposition pédagogique de l'alternance permet de garantir le droit à l'éducation de base avec la qualification professionnelle en entrant dans les communautés riveraines où ils résident les jeunes et leurs familles. En articulant connaissances systématique de connaissances et d'expériences de la pêche artisanale traditionnelle agit pour atteindre l'émancipation économique, politique et socio-culturelle de ses parties prenantes.

Mots-clés: riverains de la jeunesse. Droits. La scolarisation des adolescents et adultes. Pédagogie de l'Alternance. L'enseignement professionnel.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Rio Maguari na Região Metropolitana de Belém	94
Ilustração 2	Rio Guamá (Campus do Guamá/UFPA– Setor Básico)	95
Ilustração 3	Moradias Ribeirinhas nas ilhas de Belém	98
Ilustração 4	Embarcação Ribeirinha	98
Ilustração 5	Residências Ribeirinhas na Ilha do Jutuba - PA	101
Ilustração 6	Escola da Faveira na Ilha de Cotijuba - PA	112
Ilustração 7	Bebedouros da Escola da Faveira na Ilha de Cotijuba - PA	112
Ilustração 8	Unidade Pedagógica do Jutuba na Ilha do Jutuba - PA	114
Ilustração 9	Entrada da Fundação Escola Bosque na Ilha de Caratateua - PA	121
Ilustração 10	Lago Chico Mendes na Fundação Escola Bosque	122
Ilustração 11	Algumas ilhas de Belém onde atuam FUNBOSQUE e CEPE	131
Ilustração 12	Estudantes fabricando apetrechos de pesca (matapis e rede de pescar).	147
Ilustração 13	Estudante mostrando o matapi após fabricação	147
Ilustração 14	Estudante fabricando rede de pesca na Casa Escola da Pesca	149
Ilustração 15	Uso da Rede de Pesca na Casa Escola da Pesca	150
Ilustração 16	Artesanato feito com escamas de peixes nas Aulas de Artes na Casa Escola da Pesca	156
Ilustração 17	Exposição de Artesanato Ribeirinho na Mostra de Saberes da Casa Escola da Pesca	156
Ilustração 18	Multidimensionalidade na Atuação da Casa Escola da Pesca	158
Ilustração 19	Produção de Adubo por compostagem na Casa Escola da Pesca	160
Ilustração 20	Fachada da Casa Escola da Pesca	169

Ilustração 21	Trapiche da Casa Escola da Pesca	170
Ilustração 22	Furo do Rio Maguari na Casa Escola da Pesca.	171
Ilustração 23	Auditório da Casa Escola da Pesca	172
Ilustração 24	Os jovens no momento de refeição na Casa Escola da Pesca	173
Ilustração 25	Dormitórios da Casa Escola da Pesca	176
Ilustração 26	Visitas ao Ambiente Familiar e Comunitário dos Estudantes	182
Ilustração 27	Estrutura Curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Casa Escola da Pesca	188
Ilustração 28	1ª Turma do Público Feminino da Casa Escola da Pesca (Ano: 2015)	197
Ilustração 29	Juventude da Casa Escola da Pesca no estudo das espécies de peixes	200
Ilustração 30	Processamento e Beneficiamento do Pescado na Casa Escola da Pesca	202
Ilustração 31	Estudante da Casa Escola da Pesca trabalhando as sobras de peixes	203
Ilustração 32	Laboratório de Tecnologia do Pescado da Casa Escola da Pesca	204
Ilustração 33	Atividades nos Criadouros de Peixes da Casa Escola da Pesca	205
Ilustração 34	Estudantes na Criação de Peixes na Casa Escola da Pesca	205
Ilustração 35	Visitas Técnicas e Diferentes Experiências	209
Ilustração 36	Visitas Técnicas dos Estudantes ao CIABA	210
Ilustração 37	Curso de Aquaviários na Casa Escola da Pesca ministrado pela Capitania dos Portos (Marinha do Brasil)	211
Ilustração 38	Visita Técnica dos Estudantes a uma empresa parceira	211
Ilustração 39	Estudantes da Casa Escola da Pesca estagiando na UFRA.	213
Ilustração 40	Estudantes da Casa Escola da Pesca em Atividades do Estágio Supervisionado	214

Ilustração 41 Estudantes da Casa Escola da Pesca no estágio em Empresa de Pesca

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Preferências Metodológicas na Elaboração das Teses.	82
Tabela 2	Organização da Produção Científica por Eixos Temáticos	83
Tabela 3	Municípios da Região Metropolitana de Belém	96
Tabela 4	Faixa Salarial Mensal das Famílias dos Estudantes da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)	127
Tabela 5	Matrículas e Localidades de Origem dos Estudantes da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)	129
Tabela 6	Relação Idade X Série dos Estudantes das 3ª e 4ª Totalidades da Casa Escola da Pesca nos Anos de 2008 e 2014	132
Tabela 7	Relação Idade X Série dos Estudantes do Ensino Médio da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)	135
Tabela 8	Atividade Econômica Exercida pelos Estudantes da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)	136
Tabela 9	As condições de acolhimento e permanência da Casa Escola da Pesca	174
Tabela 10	Nível de Satisfação relacionado à Proposta Pedagógica da Casa Escola da Pesca	177
Tabela 11	Plano de Estudos: Conhecimentos Escolares e Vivências Comunitárias.	180
Tabela 12	Pretensão de Trabalho com a Pesca e/ou Aquicultura após a Escolarização da Casa Escola da Pesca	208
Tabela 13	Conhecimentos Escolares, Saberes e Vivências Comunitárias na Casa Escola da Pesca	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estudantes participantes das entrevistas	49
Quadro 2	Organização Curricular em Quinzenas Pedagógicas – Casa Escola da Pesca	189
Quadro 3	Formas de Avaliação da Casa Escola da Pesca	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Casa Escola da Pesca
CF	Constituição Federal
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
DAOUT	Distrito Administrativo do Outeiro
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FUNBOSQUE	Fundação Escola Bosque Centro de Referência em Educação Ambiental Professor Eidorfe Moreira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Instituto de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organização Não Governamental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPVA	Projeto Profissional de Vida do Aluno
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
PROBLEMÁTICA	26
OBJETIVOS	30
QUESTÕES NORTEADORAS E FATORES DE ANÁLISE DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	31
ESTRUTURA DA TESE	34
PARTE I O CAMPO TEMÁTICO: PERCURSO METODOLÓGICO E FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	38
O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A TRAJETÓRIA	
1 EMPÍRICA, ANALÍTICA E CONCEITUAL	39
1ª FASE: SELEÇÃO DOS CONCEITOS DE REFERÊNCIA TEMAS DA	
1.1 PESQUISA, LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E SÍNTESE TEÓRICA	39
2ª FASE: PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE	
1.2 RESULTADOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	42
3ª FASE: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOCUMENTAL COMO	
1.3 ETAPAS DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	45
4ª FASE: O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO APÓS EXAME DE	
1.4 QUALIFICAÇÃO. APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA	48
1.5 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E ANALÍTICOS DA TESE	49
1.5.1 Conhecimento, Saberes e Experiências: Valor e Desvalor	51
A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENTRE CONCEITOS,	
2 REALIDADE E DIREITOS NO BRASIL E NA BELÉM RIBEIRINHA	61
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO E NA CIDADE	70
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA	
2.2 ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	73
2.2.1 A Presença da Pedagogia da Alternância nas Escolas do Campo	78
2.2.2 A Pedagogia da Alternância no Pensamento Educacional Brasileiro	81
O TERRITÓRIO, SEUS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS: TRADIÇÃO,	
3 TRABALHO E CONVIVIALIDADES	85
UMA METRÓPOLE TIPICAMENTE AMAZÔNICA: A BELÉM	
3.1 RIBEIRINHA	91
PARTE II JUVENTUDE RIBEIRINHA: REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL, VIDA E TRABALHO NA ATIVIDADE PRODUTIVA DA PESCA	103
JUVENTUDE, POLÍTICAS SOCIAIS E REALIDADE	
4 SOCIOECONÔMICA NA BELÉM RIBEIRINHA	104
4.1 A JUVENTUDE RIBEIRINHA E O VIVER EM DESIGUALDADES	105
INTERFACES À CASA ESCOLA DA PESCA: ILHA DE CARATATEUA E	
4.2 FUNDAÇÃO ESCOLA BOSQUE	115
REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL DA JUVENTUDE RIBEIRINHA DA	
4.3 CASA ESCOLA DA PESCA:	127

A JUVENTUDE E A REALIDADE DO TRABALHO NA BELÉM	
4.4 RIBEIRINHA	136
4.5 O AÇAÍ COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR À PESCA	140
A ESSENCIALIDADE DA PESCA COMO ATIVIDADE PRODUTIVA DO	
4.6 TERRITÓRIO RIBEIRINHO DE BELÉM	144
UMA ESCOLA ENRAIZADA NA COMUNIDADE: A CASA ESCOLA	
5 DA PESCA NO TERRITÓRIO RIBEIRINHO DE BELÉM	152
5.1 UMA ESCOLA DO CAMPO PAUTADA NA REALIDADE RIBEIRINHA	152
A MULTIDIMENSIONALIDADE DA ATUAÇÃO EDUCACIONAL NO	
5.2 EMPODERAMENTO SOCIAL	155
A JUVENTUDE RIBEIRINHA NA EXPERIÊNCIA DA PEDAGOGIA	
DA ALTERNÂNCIA: ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA NA CASA	
6 ESCOLA DA PESCA	168
O PLANO DE ESTUDOS: INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM E	
6.1 AVALIAÇÃO NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.	178
6.2 VISITAS DE ALTERNÂNCIA NAS COMUNIDADES	181
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR AO EMPODERAMENTO SOCIAL:	
ARTICULAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS ESCOLARES E SABERES E	
6.3 EXPERIÊNCIAS NA ATIVIDADE DA PESCA	183
6.3.1 Os Níveis de Ensino Fundamental e Médio da Casa Escola da Pesca	194
ESCOLARIZAÇÃO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA	
6.4 REALIDADE DA PESCA	198
Visitas Técnicas: um dos aspectos do processo educacional da Casa Escola da	
6.4.1 Pesca	208
6.4.2 O Estágio Supervisionado na integração curricular da educação profissional	212
FORMAS DE AVALIAÇÃO DE ESTUDOS DA CASA ESCOLA DA	
6.5 PESCA	216
UM LUGAR DE AFIRMAÇÃO DOS SABERES E VALORES DA	
6.6 TRADIÇÃO RIBEIRINHA	220
CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS: O INTERESSE ECONÔMICO	
QUE SE DESVELA E À INTENCIONALIDADE DA ATUAÇÃO	
6.7 EDUCACIONAL	227
SÍNTESES FINAIS	233
REFERÊNCIAS	238
ANEXOS	250

INTRODUÇÃO

Na Belém Ribeirinha, a Juventude e o Direito à Escolarização com Educação Profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca apresenta como objeto de investigação a realidade socioeducacional da juventude ribeirinha na região das Ilhas de Belém. No intuito de estudar e compreender essa realidade do território ribeirinho tomamos em conta sua existência socioespacial no contexto escolar e do trabalho, assim, definimos como campo de investigação a Casa Escola da Pesca (CEPE), situada na Rua Evandro Bona, Passagem São José, nº 70, Bairro Itaiteua na Ilha de Caratateua, estado do Pará. Essa escola é uma das unidades pedagógicas da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, órgão vinculado ao Sistema Municipal de Ensino de Belém.

A escola foi inaugurada em 17 de abril de 2008 com o objetivo de ofertar escolarização com educação profissional a adolescentes e jovens do território ribeirinho de Belém que após concluírem os anos iniciais do ensino fundamental em suas comunidades de origem encontram-se afastados da escola. Esse processo educacional encontra-se balizado na Pedagogia da Alternância, na Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral, bem como na Educação Profissional voltada à atividade produtiva da pesca. A Casa Escola da Pesca é uma escola que emerge da realidade da juventude ribeirinha inserida na principal atividade econômica de suas comunidades no estuário amazônico, a pesca. A comunidade enquanto espaço de moradia do jovem, dos saberes tradicionais que envolvem a utilização de recursos naturais mediante o contato com a floresta e os rios, a partir do processo de escolarização passa a ser também espaço de educação e trabalho.

A opção de trabalhar empiricamente a Casa Escola da Pesca como campo de pesquisa deve-se, inicialmente pela presença efetiva na realidade socioespacial do território ribeirinho e, em seguida, à sua proposta educacional balizada na Pedagogia da Alternância. Essa proposta planeja e organiza o processo educacional em diferentes tempos e espaços de formação, ou seja, o **Tempo Escola** e o **Tempo Comunidade**. Logo, configura proposta educacional pioneira no que diz respeito aos sistemas públicos de ensino tanto da rede municipal como da rede estadual presentes na Região Metropolitana de Belém (RMB), além de estratégia para assegurar a completude da educação básica a centenas de adolescentes e jovens ribeirinhos.

A organização do ensino se realiza por meio das modalidades educacionais de **Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e Educação Profissional voltada à pesca**. A Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral contempla os níveis de ensino: Fundamental e Médio. O Ensino Fundamental presente na escola desde a fundação em 2008 está integrado à educação profissional em Pesca e Aquicultura. O Ensino Médio Integrado ao curso Técnico em Recursos Pesqueiros passou a funcionar no ano de 2014.

A configuração educacional apresentada pela Casa Escola da Pesca, embasada na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional vai ao encontro do Artigo 37 da LDB nº 9394/96 que dispõe “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Nessa perspectiva, essa articulação entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional no âmbito da Casa Escola da Pesca também se insere no que preceitua o § 3º do mesmo artigo “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”¹.

Interessante analisar a experiência da Casa Escola da Pesca tomando em conta esse dispositivo jurídico à medida que a educação profissional constitui um requisito legal e aproximativo da formação educacional de jovens e adultos nos estabelecimentos públicos de ensino do país, porém essa é uma realidade nem sempre presente nas escolas do município de Belém, ainda mais quando essa mesma educação profissional no contexto da Educação de Jovens e Adultos se volta à realidade de vida e trabalho de seu público. Para nós esse espaço delimitado não se encerra como campo de investigação visto que a realidade da juventude ribeirinha no contexto educacional e profissional se estende para além do ambiente escolar e se faz presente no ambiente comunitário, assim, a dinâmica pedagógica da Casa Escola da Pesca possibilita a observação de sua atuação em outras localidades do território ribeirinho de Belém.

Essa especificidade da Casa Escola da Pesca foi especialmente estudada no corpus da elaboração desta tese. Decerto, por reconhecemos a necessidade de refletir acerca das circunstâncias de sua ocorrência no tempo e no espaço construímos nesse sentido, um quadro argumentativo, concomitantemente histórico, político, econômico e sociocultural tomando em conta a realidade objetiva desse campo investigativo como assinala Gil (2002, p.138) “os casos também podem ser definidos do ponto de vista espacial ou temporal”.

¹ Este item foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em virtude da Lei nº 11.741 de 16 de junho de 2008 que alterou os Artigos 37, 39, 41 e 42 da LDB.

Não existe a pretensão de abarcar a realidade da juventude ribeirinha amazônica como um todo até porque esta seria uma missão impossível de realizar. Por outro lado, há duas unidades (objetos) por nós observadas: a educação e o trabalho, como representantes de uma existência concreta cuja representação faz-se material, objetiva, dialética e histórica. A educação e o trabalho na realidade da pesca, enquanto unidades (objetos) observáveis na territorialidade do espaço em que ocorrem, tornam-se assim as temáticas essenciais de nosso campo de investigação.

Assim, ainda que em outras localidades de nosso estado existam escolas inseridas na filosofia da educação do campo realizando sua proposta educacional na Pedagogia da Alternância², a Casa Escola da Pesca, na Ilha de Caratateua, realiza uma experiência pioneira se considerar o fato de a maioria das escolas, sobretudo, aquelas praticantes da Educação de Jovens e Adultos adotar, geralmente, uma forma mais comum e previsível de estrutura, funcionamento e organização curricular.

A definição por esse objeto de estudo, qual seja a análise da proposta educacional da Casa Escola da Pesca se fundamenta sistematicamente no reconhecimento do direito à escolarização da juventude ribeirinha e na consequente valorização de suas estratégias de vida e trabalho. Assim, refletimos sobre o significado do ‘Direito à Escolarização’, ainda que nem sempre seja amplamente assegurado, pois a escolarização enquanto direito fundamental deve ser um lugar comum para todos os que convivem em sociedade. Um processo de desenvolvimento humano essencial e necessário à compreensão e entendimento acerca da existência humana no mundo e, bem assim, de todas as coisas.

O Direito à Escolarização é uma expressão que remete à realidade educacional do Brasil do ponto de vista histórico, político e sociocultural. A Escolarização em nível de Educação Básica ainda está na pauta de reivindicações por políticas de acesso e permanência escolar desde o nível infantil, fundamental e médio à medida que milhões de brasileiros, sobretudo, jovens e adultos não puderam ascender, na idade própria, cada etapa dos três níveis de escolarização da Educação Básica.

A construção histórica do Direito à Escolarização alude à necessidade de sua proteção tanto por parte da tutela do Estado quanto pela sociedade civil, pois o grande desafio para a sociedade atual consiste em compatibilizar o progresso científico e informacional com uma existência humana digna. Nesse aspecto a educação tem muito a contribuir por ser um **direito**

² Como ocorre nos municípios paraense de Altamira, Anapu, Barcarena, Belterra, Brasil Novo, Breves, Cametá, Cachoeira do Arari, Conceição do Araguaia, Gurupá, Igarapé-Miri, Itaituba, Juruti, Medicilândia, Mocajuba, Moju (Jambuaçu), Moju (Alto Moju), Óbidos, Oeiras do Pará, Ourem, Pacajá, Placas, Rurópolis, Santarém, Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu, Tucumã, Tucuruí e Uruará (conf. documento educampo),

público subjetivo, ou seja, um direito de toda pessoa a uma existência humana em condições de dignidade, por isso mesmo passível de defesa e proteção.

É pela via da educação que aprendemos as regras de convivência coletiva sob princípios democráticos de igualdade e justiça, conscientizando-nos de que não há sentido para a existência de tantos preceitos legais sem o devido cumprimento de sua finalidade. Uma contrapartida nesse caso seria a propositura e estabelecimento das leis à correta e decente aplicação dos recursos públicos, especialmente por meio de políticas que assegurem a efetivação de direitos e garantias constitucionais em nível individual ou coletivo. Acresça-se a ideia de que essa efetivação não ocorra, exclusivamente, por meio da realização de ações políticas de cunho assistencialista historicamente adotadas no Brasil, tais políticas devem estar, sobretudo, embasadas na busca pelos ideais de humanização e justiça social.

Como se sabe, a finalidade da lei é o seu cumprimento e aos que detém a competência administrativa do poder-dever não cabe se eximir da função de cumpri-la. Aliás, o direito humano à educação não pode ser relativizado, deixado de lado ou procrastinado, ao contrário, suas boas e adequadas razões de existência devem ser o fundamento à sua realização. No caso brasileiro o direito à educação é um direito que vem sendo historicamente conquistado e ampliado, pois a cada tempo a formação educacional adquire um caráter de essencialidade. Isso implica reconhecer a importância da introdução de novos objetos, novas técnicas, novas vivências e experiências ao processo educacional, e, sobretudo, políticas educacionais que assegurem o acesso, a democratização e a elevação do seu nível de qualidade, especialmente, nos sistemas públicos de ensino onde está grande parte da população.

Como assinala Bobbio (1992) o problema mais grave na atualidade, em relação à conquista de direitos, não é o de sua fundamentação, mas de como protegê-los. Nessa linha de pensamento, Paiva (2009, p. 178) assinala:

Um dos passos da proteção ao direito à educação se dá quando ela é definida como *direito público subjetivo*, que embora venha sendo defendido desde 1930 por educadores, particularmente pelos Pioneiros da Educação, e pelo jurista Pontes de Miranda, na obra *Direito à Educação* (1933), só em 1988 foi proclamado. O poder de ação de uma pessoa para proteger ou defender um bem inalienável, e ao mesmo tempo legalmente constituído, é o que se entende por *direito público subjetivo*, e os dispositivos jurídicos desse poder se traduzem pela ação popular, ação civil pública, mandado de segurança coletivo e mandado de injunção, todos previstos e regulamentados pela CF/88.

Após longo período em que direitos fundamentais foram violados e suprimidos no Brasil, os desdobramentos advindos com a promulgação de uma nova Constituição Federal impôs a necessidade de elaboração de novas leis para regulamentar a enorme gama de direitos sociais trazidos pela Carta Magna de 1988, conhecida como ‘Constituição Cidadã’. Assim,

com a finalidade de regulamentar os artigos 205 a 214 da CF/1988 dedicados à educação foi necessário elaborar uma nova lei geral para a educação nacional. O problema central dessa lei de caráter complementar em relação ao texto constitucional consistia em estabelecer as diretrizes e bases da educação brasileira, submetendo ações governamentais, em todas as esferas, aos princípios e fins da educação. Ademais, organizando os respectivos sistemas de ensino ao definir incumbências por parte dos entes federados para atuação na realidade educacional do país.

Por sua extensão e importância a referida lei passou a estruturar-se a partir de acalorados debates entre representantes da sociedade civil e o Congresso Nacional. Após oito anos de promulgação da CF/88, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394 foi oficialmente publicada em 20 de dezembro de 1996. Ao longo de sua vigência têm sido editadas novas leis que vem produzindo outros efeitos no contexto da educação brasileira como as leis de nº 11.274/2006 e 12.796/2013 responsáveis pela alteração de vários artigos da lei geral de educação, relacionados a pontos cruciais de organização da educação básica.

Com efeito, foram regulamentadas a obrigatoriedade e gratuidade do ensino em todos os níveis da educação básica, a ampliação da educação especial também a todos os níveis, etapas e modalidades, o ingresso de crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade. A educação infantil passou a ser organizada com 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais como no ensino fundamental, pois antes da referida alteração não havia a obrigatoriedade desse cumprimento para esse nível de ensino.

Uma alteração importante foi o ingresso no ensino fundamental a partir dos seis anos, ampliando-se o tempo de duração do ensino fundamental obrigatório de oito para nove anos. Além disso, a lei nº 12.796/2013 trata da formação docente exigida para o ingresso na educação básica, bem como dos incentivos, mecanismos e condições facilitadoras por parte dos entes federados para a atuação dos profissionais na rede pública de ensino. Outro ponto importante da lei nº 12.796/2013 relacionado aos docentes consiste na formação continuada desses profissionais cujas exigências são a formação em cursos reconhecidos e o efetivo exercício na educação básica. Anteriormente a esta lei foram editados dois dispositivos legais que regulamentaram alguns artigos da LDB relacionados à formação docente. A Lei nº 12.014/2009 reformulou o Artigo 61 ao discriminar as categorias de trabalhadores considerados como profissionais da educação, estabelecendo as exigências da formação e os fundamentos para atender as especificidades e objetivos de sua atuação. A lei nº 12.056/2009 alterou o Artigo 62 estabelecendo o regime de colaboração entre a União, os Estados, o

Distrito Federal e os Municípios na promoção da formação inicial, continuada e capacitação dos profissionais de magistério.

Ao partimos desses pressupostos legais, vale afirmar que o nexo constitucional existente entre qualidade, gratuidade e obrigatoriedade à educação é uma determinação jurídica incondicional e necessária na organização administrativa do Estado em suas distintas esferas, ademais, por ser legalmente prevista, sua eficácia deve ser assegurada, deve ser real. Contudo, a realização desses critérios legais no chão da realidade brasileira expõe um sistema social, econômico e político que se alimenta de injustiças e desigualdades sociais legando a muitos brasileiros, segundo Freire (1987, p. 30, grifos do autor) “a distorção da vocação do *ser mais* [...] A desumanização, mesmo que um fato concreto, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos*”.

Na verdade, as estruturas econômicas de poder e de mercado produzem uma antinomia entre o ser e o dever ser, a lei e sua aplicação, a justiça e a segurança jurídica, condições que asseveram obrigatoriamente o direito de todo ser humano a ter uma educação realmente significativa e conectada à historicidade e aos valores inerentes à dignidade humana como condições factíveis de felicidade e paz social. Essa antinomia constante entre o que é justo e o que é injusto, especialmente, no campo da educação, percebendo-a como resultado dessas estruturas de poder vigentes em nossa sociedade nos faz compreender que:

[...] frente a este ‘universo’ de temas que dialeticamente se contradizem, os homens tomam suas posições também contrárias, realizando tarefas em favor, uns, da manutenção das estruturas, outros, da mudança (FREIRE, 1987, p. 93).

Apesar dos ‘grandes avanços’ no campo da educação, alardeados a todo o momento na esfera governamental do país, é inelutável não considerar as estatísticas educacionais. Elas nos mostram o quanto ainda há por fazer em relação à universalização do ensino, de sua oferta e qualidade. Isso certamente se deve ao fato do distanciamento entre o que a lei geral da educação preceitua e a realidade educacional do país, demonstrada, de forma recorrente, pelas estatísticas educacionais seja em nível nacional ou regional.

PROBLEMÁTICA

Segundo dados do Censo/2010/IBGE, o Brasil se afastou da meta de universalização do ensino para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos e, de acordo com o monitoramento feito

pela ONG Todos Pela Educação³ com base em dados demográficos e no Censo Escolar, há no país 3,8 milhões de pessoas nesta faixa etária fora da escola. A meta intermediária estabelecida pela organização para que até 2022 estejam estudando 98% da população nesta faixa etária, ou seja, milhões de crianças e adolescentes não foi atingida por nenhum estado brasileiro em 2010. Ainda de acordo com este organismo e dados referenciais do Censo/2010/IBGE, a realidade de exclusão escolar da juventude brasileira ocorre tanto na cidade como no campo, mas na relação urbano versus rural, conforme terminologia censitária, as maiores taxas de analfabetismo estão nas zonas rurais. Enquanto a taxa de exclusão relacionada a este fenômeno nas zonas urbanas chega a 7,3%, no campo é de 23,2%, portanto, o número de crianças e adolescentes fora da escola é bem maior no campo do que na cidade.

No caso do município de Belém, estado do Pará, o segmento jovem de sua população ribeirinha encontra-se distanciado dos avanços educacionais obtidos a partir da década de 90, especialmente relacionados à educação básica e à educação superior. As políticas públicas socioeducacionais de caráter mais inclusivo como, por exemplo, relacionadas à educação do campo e de acesso ao ensino superior público via programas nacionais de quotas: escola, renda e racial, não alcançam a juventude ribeirinha à medida que a realidade educacional explicita a incompletude dos níveis fundamental e médio da educação básica. Assim não são políticas amplamente eficazes porque não condizem à realidade educacional desse segmento populacional de Belém como observamos por ocasião da realização do processo de investigação.

O processo de investigação realizado demonstra por meio de dados e informações o perfil educacional e socioeconômico da juventude. O perfil construído mediante a realização de pesquisa de campo e análise documental confirma o tratamento desigual historicamente conferido à população ribeirinha de Belém, no que concerne à ausência de políticas públicas, sobretudo, relacionadas à escolarização e profissionalização de sua juventude. Esse traçado nos dá conta do apartamento existente entre essas políticas e seu verdadeiro alcance à juventude ao demonstrar a não efetividade do amplo acesso a direitos fundamentais como: o direito à escolarização básica em sua completude e o direito à qualificação profissional.

A trajetória do processo de investigação mostrou-nos como ainda persistem na Região das Ilhas de Belém alguns problemas crônicos relacionados à educação básica como o analfabetismo funcional de muitos jovens, a defasagem na relação idade-série, os históricos

³ Esses dados estatísticos educacionais constam no site www.todospelaeducacao.org.br da Organização Não Governamental Todos pela Educação, fundada em 2006.

de abandono e evasão escolar, todos são elementos denunciadores da realidade educacional reduzida majoritariamente aos anos iniciais do ensino fundamental. Os estudantes da Casa Escola da Pesca, nosso locus de investigação, experienciam uma trajetória escolar situada à margem do direito pleno à escolarização, portanto, não realizado na concretude humana de suas práticas sociais, contrariando a vigente legislação educacional brasileira.

É válido ressaltar que na Região das Ilhas de Belém há pouca oferta educacional para a juventude, inclusive, a escassez de escolas de ensino médio é uma realidade concreta. Contudo, ainda que essa realidade educacional seja insatisfatória e venha trazer grandes pesares à vida das populações ribeirinhas, em contrapartida outros elementos como objetos e valores culturais estão presentes na organização da vida comunitária, sobretudo, no âmbito da principal atividade produtiva de sua população. Enfatizamos que a vida comunitária é também lugar de aprendizagem, das práticas socioculturais, dos saberes decorrentes da experiência que marcam a tradição e os modos de vida de sua população.

Partimos do entendimento precípua que o território ribeirinho é um lugar das relações de vizinhança (comunitárias) e das relações produtivas sustentadas pela proximidade com o rio e os recursos da floresta. O atendimento das demandas sociais das comunidades ribeirinhas, entre elas a escolarização de suas populações, deve considerar os processos de identificação e diferenciação como processos sociais existentes nos seus modos de vida e das dimensões simbólicas produzidas no território. Entendemos que as práticas sociais realizadas em território ribeirinho, especialmente, as relacionadas ao aproveitamento dos recursos naturais atuam diretamente na reprodução sociocultural de sua realidade. Por essas razões se faz pertinente a afirmação de Moreira (2010, p. 110) “nossas abstrações se enfraquecem quando não têm como referência o seu objeto de análise – a escolarização e suas condições econômicas, políticas e culturais de existência”.

A garantia do direito à escolarização associado à educação profissional dos jovens da Belém ribeirinha evidencia que se a escolarização não é toda a educação a que temos direito, ela é um direito social e humano fundamental, uma educação do direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzida e acumulada, mas também potencialmente capaz de contribuir à construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e identidades da diversidade ribeirinha que compõe. Nessa perspectiva:

[...] o que está em questão é um projeto de escola que tem uma especificidade inerente à histórica luta de resistência camponesa, indígena, negra. Ela deveria ter valores singulares que vão em direção contrária aos valores capitalistas e à lógica patronal. Este é um de seus elementos fundamentais. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 39).

Para Freire (2001), o caráter permanente da educação não ocorre porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam, mas porque educação e escolarização são processos que caminham lado a lado. De nossa parte acreditamos não que devam obrigatoriamente assim caminhar, mas, sobretudo porque o alcance de níveis escolarizáveis compreende processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem como caminhos necessários à conscientização e ao agir. O processo de conhecimento sob os auspícios da escolarização poderá expressar a essência e vocação à humanização dos seres humanos ao longo de sua trajetória histórica no mundo.

Ademais compreendemos o processo de escolarização como possibilitador de acesso ao conhecimento escolar, à inserção social para usufruto de valiosos bens culturais como a leitura, a escrita e todos os seus desdobramentos, ampliando-se a potencialidade humana de reflexão e criticidade. Assim, atingir diferentes níveis de escolarização é ao mesmo tempo alcançar condições de enfrentamento ao estigma social da exclusão, reforçado por arquétipos impostos pela sociedade capitalista na sua mais alta expressão: o indivíduo egocêntrico e consumista numa realidade de mercado sobremaneira excludente. Acerca dessa questão cabe mencionar Frigotto (2009, p. 74):

[...] o pensamento social crítico nos mostra que se trata de uma construção social que define a forma específica de nosso capitalismo dependente e subordinado. Uma sociedade cuja opção de desenvolvimento desigual e combinado pressupõe o analfabetismo, a escola dual com uma educação empobrecida para as massas, a informalidade e a desigualdade.

Em outras palavras, não significa que assegure plenamente emprego, bens e felicidade a alguém, contudo, poderá ampliar os níveis de conscientização e participação social. A nosso ver, essa é certamente uma questão maior relacionada à escolarização, pois se refere à possibilidade de ampliar o poder de decisão no exercício da cidadania, ou seja, um caminho ao empoderamento social. Logo, a educação da juventude ribeirinha não pode e nem deve ter a marca do atraso e inferioridade. É necessária a consolidação de um projeto educacional cujo olhar seja a trajetória histórica de vida de sua população e de seu papel no contexto da Belém ribeirinha e metropolitana tendo em vista o reconhecimento de seus habitantes como sujeitos de história e de direitos. Um projeto educacional que respeite, considere e valorize seus modos de vida, sua herança e produção cultural, potencialmente capaz de atuar simultaneamente na edificação do protagonismo econômico, político e sociocultural de seus sujeitos. Nessa perspectiva, a educação no sentido do protagonismo refere-se a não vê-los como destinatários passivos de propostas. Como seres aculturados e estereotipados pelos seus modos de vida e trabalho (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

Assim tratamos, sobretudo, do processo de escolarização desenvolvido pela Casa Escola da Pesca na região das ilhas de Belém, no intuito de analisar sua atuação socioeducacional para assegurar o direito à escolarização com educação profissional na realidade da pesca, atividade historicamente desenvolvida pela juventude e comunidades ribeirinhas. A análise dessa experiência se realiza com base na seguinte **Tese**:

O direito à escolarização com educação profissional da juventude ribeirinha de Belém se efetiva mediante a multidimensionalidade da atuação socioeducacional da Casa Escola da Pesca no contexto da Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e da proposta pedagógica da Alternância tendo em vista o empoderamento econômico, político e sociocultural da juventude na atividade produtiva da pesca.

OBJETIVOS

GERAL

Analisar a experiência da Casa Escola da Pesca no território ribeirinho de Belém, sua proposta pedagógica e atuação socioeducacional para assegurar o direito à escolarização com educação profissional à juventude ribeirinha tendo em vista o desenvolvimento do seu empoderamento econômico, político e sociocultural na atividade produtiva da pesca e aquicultura.

ESPECÍFICOS

- compreender a importância do projeto político pedagógico da Casa Escola da Pesca e sua atuação por meio da Pedagogia da Alternância, da Educação de Jovens e Adultos em tempo integral e da Educação profissional enquanto aspectos pioneiros e distintos na totalidade das escolas do Sistema Municipal de Educação de Belém.
- identificar as ações socioeducacionais da Casa Escola da Pesca, balizadas na educação profissional em pesca, bem como na afirmação dos saberes da tradição da pesca artesanal no contexto da pedagogia da alternância.
- Identificar o papel e a atuação das parcerias público-privadas da Casa Escola da Pesca enquanto lugares complementares do processo educacional mediante visitas técnicas e estágios curriculares relacionados à educação profissional no setor produtivo da pesca.
- evidenciar a partir desse processo educacional da Casa Escola da Pesca, ações de empoderamento social que expressem a participação ativa da juventude no alcance de direitos,

na afirmação de sua cultura e modos de vida e trabalho no território ribeirinho do município de Belém.

QUESTÕES NORTEADORAS E FATORES DE ANÁLISE DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.

No desenvolvimento do processo de investigação e respectiva análise buscamos respostas às seguintes questões:

1.	<i>A escolarização da Casa Escola da Pesca no contexto da Educação de Jovens e Adultos, da Pedagogia da Alternância e da Educação Profissional atua para desenvolver as potencialidades, expectativas de vida e trabalho da juventude ribeirinha de Belém contribuindo ao seu empoderamento social?</i>
2.	<i>O processo educacional da Casa Escola da Pesca atua na afirmação de saberes e práticas socio culturais da tradição ribeirinha na atividade produtiva da pesca?</i>
3.	<i>O processo educacional da Casa Escola da Pesca confere um conteúdo de especificidades e particulares à sua atuação social na realidade do território ribeirinho de Belém?</i>

Para a delimitação do campo temático e da organização teórico-metodológica da pesquisa elencamos **três fatores que orientaram o processo de investigação e, consequente análise**, tomando em conta a atuação da Casa Escola da Pesca e seus reflexos nas comunidades ribeirinhas de onde provem a maioria dos jovens estudantes da escola. Esses fatores estão diretamente relacionados à escolarização e à educação profissional da juventude na atividade da pesca e, sua apresentação no texto independe do grau de importância no desenvolvimento da proposta educacional, mas foi o procedimento utilizado à compreensão da realidade e significados dessa atuação.

O primeiro fator de análise refere-se à **Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Tempo Integral** como modalidade de ensino praticada pela Casa Escola da Pesca. A educação em tempo integral é um aspecto importante desse processo educacional, um

componente diferencial em relação à totalidade da rede municipal de Belém que trabalha a EJA, predominantemente, num único turno – o turno da noite. Aliás, ainda que não corresponda à realidade da maioria das escolas de Belém, atuantes na Educação de Jovens e Adultos, a educação em tempo integral está recepcionada pelo Art. 34, § 2º da LDB nº 9394/96 que trata da jornada escolar no ensino fundamental: “será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

O segundo fator de análise corresponde à oferta de outra modalidade de ensino, a **Educação Profissional voltada à pesca**: o Curso de Qualificação Profissional em Pesca e Aquicultura no Ensino Fundamental e o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros integrado ao Ensino Médio. Em ambos os níveis de ensino, além da educação propedêutica se realiza a educação profissional cujas ações pedagógicas envolvem recursos humanos e materiais: Laboratórios, recursos mobiliários e equipamentos, transporte de navegação, visitas técnicas e estágios em instituições públicas e privadas que atuam como colaboradoras (parceiras) da Casa Escola da Pesca.

Apesar de constar nas prerrogativas da Lei nº 11.741 de 17 de julho de 2008⁴ a realização da Educação de Jovens e Adultos, preferencialmente, vinculada à educação profissional, não corresponde à prática cotidiana das escolas públicas de um modo geral com exceção em nível de ensino municipal para a Casa Escola da Pesca e sua entidade mantenedora, a Fundação Escola Bosque, as quais realizam a educação profissional no âmbito da educação básica.

O terceiro fator de análise refere-se à **Pedagogia da Alternância** como estratégia metodológica para inserir a juventude ribeirinha de Belém no processo de escolarização. Notadamente, esse elemento de análise insere-nos nos diversos aspectos da proposta educacional que se realiza mediante a dinâmica da alternância de tempos e espaços de formação. Assim, a organização do currículo, as práticas educativas desenvolvidas por meio de projetos de ensino embasam o trabalho em duas frentes de atuação: as **Quinzenas Pedagógicas** desenvolvidas no espaço escolar e o **Plano de Estudos** realizado por cada estudante no espaço comunitário. São importantes aspectos teórico-metodológicos organizadores e viabilizadores do processo educacional da Casa Escola da Pesca.

A análise desses fatores como eixos norteadores do **processo educacional da Casa Escola da Pesca e sua necessária relação aos Saberes e Práticas Socioculturais das comunidades ribeirinhas na atividade da pesca** são desafios à compreensão da articulação

⁴ Esta lei alterou a redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 da LDB nº 9394/96.

entre o conhecimento institucional e a principal atividade econômica e de sustento de nosso território ribeirinho.

Por meio da Pedagogia da Alternância e do Plano de Estudos realizado pelos jovens em suas comunidades no período de alternância, se opera a presença de conhecimentos escolares na realidade dos lugares onde os jovens ribeirinhos vivem e realizam trabalho. A nosso ver, isso pressupõe uma recriação cultural desses lugares que passa necessariamente pela interação entre os sujeitos e suas ações na utilização dos recursos da floresta, na relação com o rio, nas ações de enfrentamento à degradação ambiental e ações de preservação do espaço natural, bem como os modos de uso do pescado para a subsistência e comercialização.

Nesse intuito, uma das ações de pesquisa consiste em apontar o acervo cultural de saberes e experiências na atividade da pesca, demonstrado pelos jovens estudantes no ambiente escolar. Assim, ao analisar a efetividade da relação entre o saber da tradição e o conhecimento escolar busca-se revelar em que medida a formação em nível institucional é capaz de valorizar os saberes locais historicamente conhecidos e vivenciados pelos jovens na atividade da pesca em suas comunidades.

O foco da investigação tem um ponto crucial de análise, a proposta **político-pedagógica** desenvolvida pela Casa Escola da Pesca na realidade da juventude ribeirinha do município de Belém onde identificamos e apresentamos linhas acima suas matrizes formadoras como fatores de análise. Para nós o desafio, desde o início e durante a pesquisa, pautou-se, sobretudo, em analisar os diversos aspectos da práxis dessa proposta pedagógica para o público advindo de comunidades economicamente voltadas à atividade pesqueira. Evidentemente que esta tarefa está muito além de realizar uma descrição das atividades desenvolvidas pela escola. Na verdade, constitui uma tentativa de empreender a análise e reflexão da realidade observada e das informações coletadas no desenvolvimento da pesquisa de campo.

Os desdobramentos das ações de pesquisa figuram neste texto que ora apresentamos para dar a conhecer a riqueza sociocultural e produtiva das comunidades ribeirinhas da região das Ilhas de Belém e, nesse sentido, mostrar a necessidade de assegurar o direito de escolarização e, conseqüente, empoderamento social à realidade de vida e trabalho dos jovens como direitos fundamentais há muito tempo negligenciados nessa parte do território amazônico. Logo, a Casa Escola da Pesca na Ilha de Caratateua constitui uma das poucas oportunidades para centenas de jovens excluídos dos estabelecimentos escolares alcançarem a completude da escolarização básica, inclusive, com educação profissional no ramo da atividade preponderante e constituidora de sua realidade, a pesca.

ESTRUTURA DA TESE

A tese apresenta uma divisão em 02 (duas) Partes: I e II. Cada uma delas possui um número respectivo de Seções, onde são tratados, respectivamente, o percurso teórico-metodológico, os conteúdos de investigação, os resultados e as correspondentes análises.

A **Parte I** intitulada **O Campo Temático: Percurso Metodológico e Fundamentos Teórico-Conceituais** apresenta 03 (três) seções. Nessa parte da tese apresentamos o percurso metodológico realizado e os fundamentos teórico-conceituais de nosso processo de investigação. Assim, a explicitação teórica dos fatores de análise e sua delimitação socioespacial no território ribeirinho de Belém toma em conta sua territorialidade amazônica, as práticas socioculturais que definem os modos de vida das populações tradicionais, onde se insere a população ribeirinha. Abordamos sobre os aspectos materiais e imateriais que integram a compreensão de território e territorialidade. Afirmamos que a gestão e a ação efetiva dos atores sociais no tempo e no espaço apontam os processos de continuidade e permanência como expressões das relações produtivas interindividuais e espaciais no território, movimentando as distintas formas de convivialidades. Nesse sentido, ressaltamos o território da cidade de Belém em sua formação continental e insular responsável pela configuração da Belém Metrópole e Belém Ribeirinha. O cerne da questão está em reconhecer que o território de Belém apresenta realidades humanas, ambientais e socioculturais muito distintas. Ou seja, uma realidade urbana, concentradora de bens e serviços público-privados e uma realidade ribeirinha onde a vida humana no compasso dos rios e das marés atribui um sentido teleológico à presença do rio e à própria existência ribeirinha. Inserida nessa realidade está a Casa Escola da Pesca, situada na Ilha de Caratateua, desde 2008, para ofertar educação básica com qualificação profissional à juventude ribeirinha proveniente da região das ilhas de Belém.

Ainda em relação aos fundamentos teórico-conceituais e analíticos da Tese abordamos sobre a Educação do Campo e sua inserção na realidade das populações amazônidas como processo de reconhecimento e consolidação do direito à escolarização de Jovens e Adultos habitantes do campo e da luta histórica nos campos político e educacional. Abordamos o processo de consolidação da Educação de Jovens e adultos no Brasil como direito a ser assegurado e protegido pelo Estado em todas as suas instâncias educacionais cuja efetividade se deu a partir da Constituição Federal de 1988 na medida em que atualizou esse dever estatal no rol dos artigos que tratam da educação brasileira. Aliás, situamos a Educação de Jovens e Adultos inserida nas políticas educacionais focalizadas na juventude urbana e rural, nos

trabalhadores do campo e da cidade como modalidade de ensino cujo grau de importância e fundamentalidade vigoram na legislação complementar posterior à CF 1988, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.

Ao discutirmos a Educação de Jovens e Adultos associada à Educação Profissional, um direito historicamente negligenciado na Belém Ribeirinha, apresentamos a atuação da Casa Escola da Pesca na realidade de muitos jovens ribeirinhos que no período anterior à fundação da escola, em 2008, estavam numa condição excludente em relação à completude do processo de escolarização básica. Assim, a organização de seu trabalho pedagógico no contexto da Pedagogia da Alternância e da Educação Profissional voltada à Pesca e Aquicultura atua para assegurar à juventude ribeirinha e respectivas comunidades um processo educacional cujas condições objetivas de existência realizam o conhecimento institucional tomando em conta os saberes e as experiências desse público na pesca artesanal.

A Parte II Juventude Ribeirinha: Realidade Socioeducacional, Vida e Trabalho na Atividade Produtiva da Pesca está constituída por 03 (três) seções. Ancoramos nossa reflexão nas condições objetivas de existência da juventude: a realidade socioeducacional e o trabalho na pesca. As dimensões socioculturais, políticas e econômicas dessa realidade constituem nosso campo de pesquisa, ou seja, analisamos as condições efetivas de ser a Casa Escola da Pesca um lugar de acolhimento e permanência, de educação e inclusão social da juventude proveniente das comunidades do território ribeirinho de Belém.

Tanto no plano teórico discursivo quanto no plano experimental em diferentes momentos buscávamos suprir a necessidade de compreensão dos contornos dessa atuação. Um ponto importante à reflexão consistiu na afirmação dos adolescentes e jovens da Casa Escola da Pesca como sujeitos de direitos. Nessa perspectiva, refletir acerca da atuação da Casa Escola da Pesca como processo de construção social por sua dinâmica pedagógica e socioeducacional significou ir além de descrever a atuação da escola, mas, sobretudo revelar sua formação educacional e profissional como asseguradora de um direito fundamental à dignidade humana, qual seja o processo de escolarização enquanto produtor e integrador de outros processos nessa parte do território de Belém.

A construção dos tópicos dessa seção está pautada no processo de investigação realizado que possibilitou o levantamento de dados e informações coletadas durante a pesquisa de campo. Os resultados encontrados e sua correspondente análise permitiram compreender os processos de escolarização e de educação profissional da juventude ribeirinha de Belém no contexto da pedagogia da alternância. Evidenciamos as condições de realização desse processo nos diferentes tempos e espaços de formação, sua importância na integração

entre educação e trabalho na pesca, inclusive, refletindo acerca dessa vivência educacional como direito a uma existência mais digna por parte da juventude ribeirinha. A análise toma em conta esse processo de escolarização mediante a Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e Educação Profissional na realidade da pesca como modalidades de ensino sob a proposta da Pedagogia da Alternância. Aliás, aspectos não usuais, logo singulares na totalidade da rede municipal de ensino de Belém.

Assim, nesta parte do texto ao refletirmos acerca de sua proposta pedagógica, notoriamente, enredada por muitas ações, projetos de ensino e de extensão comunitária, evidenciamos as condições objetivas do trabalho pedagógico. Propomos analisar como se constrói a atuação pedagógica e social da Casa Escola da Pesca, a concretização de objetivos e, conseqüente influência do processo de escolarização na realidade de vida e trabalho da juventude, tendo em mente a tese do empoderamento econômico, político e sociocultural.

Certamente, é desafiadora a compreensão das múltiplas dimensões desse processo educacional que envolve os sujeitos nas suas positivities no âmbito da educação e do trabalho, bem como na especificidade desse território e de contextos mais amplos. A análise dessa experiência educacional atua no sentido de revelar os conteúdos da dimensão socioespacial que engloba o processo educacional, suas particularidades e totalidades, de modo especial, relacionadas à atividade pesqueira. Em diferentes momentos durante o processo de investigação tanto no plano teórico discursivo quanto no plano experimental buscávamos suprir a necessidade de compreensão dos contornos dessa atuação e analisar a participação de novos conhecimentos no empoderamento social dos jovens nas comunidades ribeirinhas onde sua atuação produtiva se realiza.

Diante do exposto, o processo de investigação nos permitiu entender o que é geral e também o que é específico em cada momento dessa trajetória educacional. Assim, buscamos responder às questões propostas por meio da reflexão crítica e das fontes de informação elencadas no percurso teórico-metodológico. Nessa perspectiva, foi pertinente e decisiva a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas no levantamento de dados e informações acerca do processo educacional em questão e das relações produtivas no ambiente familiar e comunitário, bem como das relações comerciais com o contexto urbano, evidenciando, nesse sentido, a relação campo-cidade e a participação desses jovens na realização dessas práticas sociais.

A análise do processo educacional em tempos e espaços alternados de aprendizagem, ou seja, ora no espaço geográfico da comunidade, ora no espaço físico da escola possibilitou apontar avanços, limitações e dificuldades relacionadas a esse processo nessa parte do

território paraense e amazônico. As informações relativas à experiência socioeducacional dos sujeitos envolvidos nos diferentes tempos e espaços de formação buscou apontar a efetividade de sua contribuição à valorização do conhecimento comunitário no contexto da pesca e na interação deste com o conhecimento sistematizado, os fatores presentes nessa formação e seu papel no exercício ao direito humano do empoderamento social por parte da juventude, e consequentemente, de suas comunidades.

PARTE I

‘O CAMPO TEMÁTICO:
Percurso Metodológico e
Fundamentos
Teórico-Conceituais’

1

O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A TRAJETÓRIA EMPÍRICA, ANALÍTICA E CONCEITUAL.

O percurso teórico-metodológico percorrido subsidiou a trajetória empírica, analítica e conceitual de nosso processo de investigação. Por meio dele seguimos os rumos traçados propriamente à coleta de dados e informações e à correspondente análise. A explicitação desse percurso teórico-metodológico encontra-se organizada em fases não necessariamente estanques, mas complementares visto que em muitos momentos se interligam e se comunicam.

1.1 1ª FASE: SELEÇÃO DOS CONCEITOS DE REFERÊNCIA, TEMAS DA PESQUISA, LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E SÍNTESE TEÓRICA.

Esta fase consistiu nos seguintes procedimentos metodológicos:

- **Seleção dos temas de pesquisa**, quais sejam: a Educação de Jovens e Adultos, a Pedagogia da Alternância, a Educação Profissional, a Educação do Campo, Marcos Legais, Juventude Ribeirinha, Saberes e instrumentos da Pesca artesanal e Território Ribeirinho de Belém. Nesse intuito realizamos alguns levantamentos de materiais bibliográficos, de legislação e documentos escolares, conforme descrevemos abaixo:

- Levantamento bibliográfico que consistiu na seleção de livros, teses, artigos e ordenamentos jurídicos. Todos foram utilizados antes e durante o processo de elaboração da tese.

- Levantamento de documentos sobre a trajetória educacional da Casa Escola da Pesca, enquanto campo de investigação na Ilha de Caratateua-PA. Os documentos de natureza institucional corresponderam ao Plano de Implantação, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, arquivo de imagens e documentos inerentes ao trabalho da Secretaria Escolar.

- **Leitura, análise, organização e sistematização de informações relativas ao acervo bibliográfico** de livros, teses e artigos com o objetivo de realizar uma síntese teórica que auxiliasse nos momentos de elaboração textual da tese. O desafio da síntese foi necessário, pois auxiliou a construção de um arcabouço teórico próprio e fundamentado, relacionado aos

temas de pesquisa e respectivo ao objeto de estudo. Na elaboração textual, constituímos uma literatura como referencial teórico e metodológico correlacionado aos assuntos majoritariamente presentes no processo de análise do objeto de estudo e etapas do processo de investigação.

Inicialmente buscamos autores para contribuir de modo significativo à reflexão teórica acerca da Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Pedagogia da Alternância compreendendo-a como campo pedagógico e teórico-metodológico para atender a juventude do campo no Brasil. Assim, realizamos uma busca permanente de literatura para auxiliar o trato dessa rede temática, especialmente no estudo da realidade educacional e de trabalho de jovens ribeirinhos, muitos deles habitantes de localidades onde não se verifica a presença de escolas de educação básica para todos os níveis de ensino.

Também organizamos uma seleção de marcos legais voltada à questão educacional no âmbito da escolarização e qualificação profissional contempladas pela Constituição Federal, as leis de caráter geral e específico, decretos, pareceres e resoluções relacionados à realidade da Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo no Brasil. Todos esses ordenamentos jurídicos foram articulados ao processo de investigação para esclarecer algumas particularidades e situações relacionadas ao objeto de estudo. Estes textos atribuíram maior dialeticidade e dialogicidade à análise de assuntos articulados a temas centrais do processo de investigação possibilitando compreender a importância da juridicidade das políticas públicas educacionais tendo em vista o cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei Geral da Educação Nacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96), bem como seus desdobramentos em outros ordenamentos jurídicos. A análise dos conteúdos desses referenciais compreendeu principalmente as modalidades de ensino relacionadas à Educação Básica no Brasil conforme listamos abaixo:

- A Educação do Campo e as Escolas do Campo no Brasil.
- A Educação de Jovens e Adultos em documentos referenciados por Tratados Internacionais e seus reflexos, inclusive, em nível nacional enquanto dever do Estado a uma maior efetividade em seu desenvolvimento e implementação.
- A Educação Profissional a partir das demandas e interesses presentes na realidade social e de trabalho do público da Educação de Jovens e Adultos e das Escolas do Campo no Brasil.

Todas as leituras realizadas constituíram fontes de informação e formação de ideias, opiniões e argumentos necessários à compreensão das experiências, vivências e dificuldades

enfrentadas que envolvem a problemática analisada, ou seja, do início ao final essas fontes bibliográficas estiveram presentes. Como assevera Santos B. (2010b, p.11) “[...] a reflexão epistemológica deve incidir, não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais”.

À luz das formulações teóricas buscamos uma contribuição teórica possível à análise da educação ribeirinha no âmbito da pedagogia da alternância, ou seja, a reflexão acerca da importância do processo educacional da Casa Escola da Pesca para essa parte do território amazônico como lugar de identidade, de direitos, de sobrevivência, saber e cultura ribeirinha. A Casa Escola da Pesca como espaço de construção do conhecimento, de registro da riqueza do saber de um povo e de acordo com Santos B. (1989, p. 80) “[...] de algumas formas de ciências não ocidentais que se deve articular com o conhecimento científico”.

É por meio de concepções teórico-metodológicas que referenciamos nossas ações para ir além das aparências, do conhecimento fragmentado e assim conhecer melhor a realidade estudada. Aliás, desde o início reconhecemos a reflexão teórica como referencial para a mudança, um auxílio para superar a etapa do senso comum educacional em favor da etapa da consciência filosófica que corresponde à realidade concreta e plenamente compreendida da educação (SAVIANI, 1991).

Os autores selecionados ocuparam um lugar de relevância nos processos de investigação e elaboração da tese à medida que constituíram o arcabouço teórico de fundamentação de todas as etapas desses processos. Tanto as obras de cunho literário como de cunho jurídico foram utilizadas para auxiliar o desejo sempre presente de alcançar consistência teórica na abordagem de conteúdos expressos em assuntos, ideias, conceitos e práticas sociais analisadas, observadas e discutidas no desenvolvimento do tema de estudo.

Aliás, entre concepções e teorias do campo da educação, da cultura, da sociologia do espaço urbano, regional, da política e do direito nossa intenção se norteou para um maior conhecimento dos interesses, necessidades, expectativas e sonhos enfim, demandas dos adolescentes e jovens da Belém Ribeirinha. Também se moveu na tentativa de dar evidência à realidade educacional e sociocultural em que se encontra esse segmento da população de Belém e, assim contribuir à valoração e reconhecimento de seus saberes e experiências socioculturais referenciadas nas especificidades de seus modos de vida e trabalho. Nessa perspectiva situamos nossa reflexão teórica tomando em conta a proposição de Santos B., (2010b, p. 51) “a compreensão do mundo excede largamente a compreensão ocidental do mundo [...] Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir”.

1.2. 2ª FASE: PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE RESULTADOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.

Inicialmente elaboramos o planejamento do processo de investigação ao definir as ações de pesquisa, como: elaboração de questionários, roteiro semi estruturado de entrevistas, organização e sistematização dos dados e critérios de análise no intuito de alcançar os resultados almejados no decorrer e ao final do processo de investigação. O objetivo maior sempre consistiu na compreensão de nosso objeto de estudo, desvelando-o para além de sua superficialidade.

Assim, a proposta de uma pesquisa quantiquantitativa, descritiva e explicativa dos lugares, sujeitos e processos observados vinculou-se à necessidade de aproximação sistemática do processo educacional da Casa Escola da Pesca. Os espaços de formação são lugares diferenciados entre si por sua localização geográfica e em termos de processos de aprendizagem em virtude da proposta pedagógica da Alternância adotada pela escola, ou seja, seu processo educacional ocorre em distintos tempos e espaços de formação.

A pesquisa ao abordar a realidade utilizou informações numéricas e estatísticas relacionadas ao objeto de estudo. Esses dados foram provenientes, principalmente, do levantamento realizado nos documentos escolares cujos conteúdos apontaram informações importantes acerca da localização geográfica dos adolescentes e jovens da Casa Escola da Pesca, isto é, os lugares onde moram no território ribeirinho de Belém, bem como suas faixas etárias. As informações de caráter geral em relação à idade série dos estudantes, seus lugares de origem e sua relação à concentração de maior e menor número de matrículas em cada nível de ensino e correspondentes ciclos possibilitaram a análise e o estudo da atuação institucional da Casa Escola da Pesca na realidade econômica, política e sociocultural da juventude ribeirinha. Nesse intuito, o **aspecto quantiquantitativo** da pesquisa considerou:

- O projeto político pedagógico no âmbito da Pedagogia da Alternância, bem como o nível de sua aproximação à filosofia da educação do campo;
- A fundamentação de suas ações políticas, econômicas e socioculturais e sua contribuição na vivência de direitos relacionados à educação, à vida comunitária e ao mundo do trabalho na realidade do território ribeirinho de Belém.
- A relação educação e trabalho à luz dos dispositivos legais;
- Suas práticas educacionais na materialidade da Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e do Ensino Profissional;

- Seu papel na valorização dos saberes da tradição e modos de vida ribeirinha e sua contribuição à realidade dos estudantes e suas comunidades na Ilha de Caratateua e outras Ilhas do município de Belém, especialmente no sentido do empoderamento econômico, político e sociocultural na cultura produtiva da pesca.

Nesse percurso metodológico, a **pesquisa de campo** consistiu em importante fonte de dados quantiquantitativos do campo investigado. No desenvolvimento dessa pesquisa realizamos os seguintes procedimentos: análise documental de cunho institucional, didático e pedagógico, visitas de alternância à Ilha de Cotijuba e Ilha do Jutuba, participação nas Mostras de Saberes, Sabores e Fazeres do Pescado da Casa Escola da Pesca nos anos de 2013 e 2014, respectivamente 1ª e 2ª Edições dos referidos eventos onde tivemos a oportunidade de contatar não apenas os estudantes, mas também pessoas das comunidades. Aplicação de técnicas de coleta de dados como questionários e entrevistas, principalmente, com os estudantes visto que o foco do processo educacional é a **juventude ribeirinha**, contudo acompanhamos em diferentes momentos os docentes em atividades, especialmente relacionadas ao currículo profissional como as aulas nos viveiros e criadouros de pescado, aulas no Laboratório de Tecnologia Pesqueira, entre outras.

A pesquisa além do exercício crítico-reflexivo também adotou um caráter descritivo e explicativo à medida que tanto as observações quanto o levantamento de informações acerca do processo investigado atuaram para aprofundar o conhecimento do campo educacional estudado e o entendimento das ocorrências que explicam essa realidade. Nesse sentido, a observação direta e o levantamento de dados e informações permitiram sobremaneira o processo de análise contribuindo decisivamente à produção textual. Assim, entendemos que o conhecimento mais profundo da realidade investigada foi essencial para identificar os fatores que a produzem e os efeitos de sua ocorrência. Isso foi possibilitado pela:

- Seleção da amostra;
- Aplicação de questionários;
- Realização de entrevistas;
- Organização e sistematização dos dados;
- Análise com auxílio de recursos numéricos, gráficos e estatísticos como mapas, quadros e tabelas.

Assim, foram realizadas **entrevistas** semiestruturadas, além da aplicação de questionários, ambos os instrumentos foram utilizados na comunicação direta com os sujeitos

do público acima mencionado. Suas respostas e opiniões sobre os assuntos abordados certamente contribuiram para aproximar-nos da realidade educacional e do trabalho em que se insere a juventude nas comunidades ribeirinhas de Belém.

O processo de investigação utilizou a técnica de pesquisa da **observação**, principalmente nos lugares de atuação da Casa Escola da Pesca e na dinâmica dos diferentes tempos e espaços de formação que caracterizam a Pedagogia da Alternância, tomando em conta o contexto da relação Educação e Trabalho e do modo de vida ribeirinha. Como essa delimitação espaço temporal é parte do universo local e regional amazônico esses aspectos foram considerados como de maior relevância na pesquisa, sendo que os mesmos foram abordados para “[...] estabelecer a conexão entre essas sensibilidades e as visões, nelas incorporadas, sobre o que é, realmente, a realidade” (GEERTZ, 2008, p. 274).

As observações das visitas ao campo de investigação durante **o período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015** registraram o movimento da pesquisa, especialmente, os momentos de contato com os atores sociais em suas rotinas diárias de estudo e trabalho. Por ser um registro desse cenário educativo, em linhas gerais, contém nossas observações, percepções e impressões durante a investigação tomando em conta:

- A Educação Escolar nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional de jovens ribeirinhos da Casa Escola da Pesca:

- O histórico da fundação da CEPE, além dos fatores que levaram a escola a adotar a Pedagogia da Alternância como proposta educacional.
- A delimitação geográfica da formação educacional da juventude no ambiente da comunidade e da escola.
- A escolarização da juventude ribeirinha mediante a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e as formas de vínculo entre a escola e a comunidade enquanto espaços de formação e trabalho.
- A socialização de saberes e experiências acerca da atividade pesqueira como afirmação do conhecimento tradicional e sua valorização no contexto do conhecimento técnico-científico desenvolvido pelo processo educacional e profissional da CEPE.

- As Comunidades Ribeirinhas em que se faz presente a atuação da Casa Escola da Pesca:

- As comunidades de origem dos estudantes, onde se dá o cumprimento do Plano de Estudos como continuidade da formação nos espaços exteriores à Casa Escola da Pesca.
- O espaço do saber comunitário e o espaço escolar como lugares distintos de aprendizagem cujo objetivo consistiu em perceber a diferenciação e a confluência entre esses diferentes saberes (sistematizados e da experiência).

- Afirmação de Saberes e Práticas Socioculturais da Juventude Ribeirinha no ambiente escolar em relação ao trabalho com a pesca.

- A valorização desses saberes comunitários mediante o processo de formação escolar e profissional da CEPE.
- Os saberes culturais em relação ao trabalho com a Pesca: a tradição da atividade pesqueira em nível familiar e comunitário, os instrumentos de pesca tradicionalmente utilizados, o modo ribeirinho de realizar a pesca.
- A utilização e a manutenção dos recursos pesqueiros no espaço territorial, evidenciando seu empoderamento produtivo e sociocultural a partir do processo educacional e profissional obtido.

Utilizamos na composição desse registro as experiências em eventos no qual participamos, bem como nossa contribuição em alguns momentos demandados pela escola como, por exemplo, a apresentação de nosso projeto de pesquisa ao Conselho Municipal de Educação de Belém que contribuiu à aprovação do Ensino Médio da escola em 2014.

1.3 3ª FASE: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOCUMENTAL COMO ETAPAS DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.

Em relação ao levantamento e à análise de documentos, o objetivo consistiu em obter dados sobre o processo educacional desenvolvido, além de evidências que demonstrem a importância dessa escolarização na vida familiar e comunitária dos jovens ribeirinhos. A pesquisa documental correspondeu a documentos institucionais da Casa Escola da Pesca e à Fundação Escola Bosque - FUNBOSQUE, sua mantenedora.

Inicialmente fizemos a análise de documentos oficiais, institucionais e escolares onde se amparam as respectivas propostas pedagógicas. Em seguida tomamos em conta documentos de projetos educacionais realizados pela escola, além de impressos, relatórios,

registros audiovisuais, imagens, publicações na WEB (site e blogs) diretamente relacionadas ao histórico e práticas pedagógicas da formação em questão, pois segundo Cervo (2007, p. 62) “[...] são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”, assim, as bases documentais sempre permitem estudar a realidade presente e o passado, possibilitando um registro histórico.

Primeiramente, utilizamos documentos relacionados à implantação da FUNBOSQUE e da Casa Escola da Pesca para acessar informações detalhadas acerca das razões que levaram à criação dessas instituições nos lugares onde se situam, a importância para esses lugares, os objetivos, sua estrutura e funcionamento, além de dados gerais sobre seu espaço físico e aspectos relevantes à compreensão de nosso objeto de estudo.

Especificamente, em relação ao processo educacional no âmbito da Casa Escola da Pesca, buscamos na pesquisa de campo proceder à análise documental de dados e informações acerca da proposta escolar e profissional desenvolvida. Por essa razão a análise do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Implantação foi primordial durante o processo investigativo em possibilitar a compreensão do (a/as):

- **Regime de internato dos jovens:** a orientação pedagógica e comportamental dos jovens em relação à permanência na escola: direitos, deveres, o cumprimento de regras de convivência no espaço da escola (horário das atividades escolares, das refeições, do repouso; do lazer, de entradas e saídas do ambiente escolar);
- **Informações quantitativas e qualitativas da proposta escolar e profissional:** matriz curricular, nº de turmas, nº de alunos, formas de ingresso na CEPE, comunidades de origem, duração do curso, carga horária, visitas técnicas, estágio supervisionado, aulas práticas no Laboratório de Tecnologia Pesqueira, Trapiche, Viveiros e Criadouros de Pescado, Horta Orgânica, entre outras atividades.
- **Dinâmica da Atuação Escolar** em relação aos tempos de formação nos diferentes espaços em que se realiza a Pedagogia da Alternância (escola e território ribeirinho), atuação social da Casa Escola de Pesca por meio de cursos e como mediadora das atividades promovidas por empresas público-privadas às comunidades ribeirinhas, além da participação dos estudantes da escola.
- **As Modalidades de Ensino:** A Educação de Jovens e Adultos (as Totalidades do Conhecimento e seus Tempos de Formação), a Educação Profissional e a Educação do Campo no contexto da Pesca.

A análise de documentos relacionados ao processo educacional no espaço da comunidade foi de significativa importância porque demonstrou evidências da efetivação da Pedagogia da Alternância de forma integrada à filosofia da Educação do Campo. Tomando em conta que “[...] a etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos” (ALMEIDA; GUINDANI; SILVA, 2009 p. 10), o processo de análise documental foi oportuno uma vez que apontou, efetivamente, a educação dos estudantes ora no espaço da escola, ora no espaço familiar e comunitário.

Coube ainda na pesquisa de campo a análise documental para identificar a presença de outras instituições nessa formação, visto que a juventude da Casa Escola da Pesca realiza, simultaneamente, educação escolar e profissional. Assim, por meio da referida análise verificamos a ocorrência do processo educacional em outros ambientes distintos do espaço escolar e comunitário, como a realização de visitas técnicas e estágio curricular em instituições públicas e empresas do setor pesqueiro. Foi muito instigante verificar a influência desse segmento na proposta pedagógica da escola e na atividade produtiva da pesca artesanal realizada pelos alunos.

Após a realização do curso em Nível Fundamental é concedida aos alunos a certificação da Qualificação Inicial em Pesca e Aquicultura e após a realização do Ensino Médio a certificação em Técnico em Recursos Pesqueiros.

Assim, os dados e informações provenientes da análise documental por ocasião da pesquisa de campo contribuíram não apenas ao conhecimento das práticas pedagógicas da Casa Escola da Pesca na Pedagogia da Alternância e modalidades de ensino associadas, mas principalmente, para perceber a relevância desse projeto institucional na realidade da juventude ribeirinha. Por essa razão, a análise de documentos e registros relacionados a essa problemática esteve longe de ser uma ação de caráter meramente clássico ou formalista de pesquisa, mas antes uma ação de descoberta e conhecimento aprofundado de nosso objeto de estudo. Essa representatividade da análise documental não suprime sua importância em relação ao alcance de resultados, uma vez que não somos adeptos de “uma perspectiva objetivista que não admite a influência da subjetividade no conhecimento científico” (ANDRÉ; LUDKE, 1986, p. 40). Ademais, os resultados da referida análise documental também auxiliaram todo o desenvolvimento da Pesquisa de Campo especialmente o confronto com as observações, percepções e impressões vivenciadas, revelando o nível de confiabilidade das informações e dados coletados provenientes da referida análise.

1.4 4ª FASE: O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO APÓS O EXAME DE QUALIFICAÇÃO. APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

Nesta fase realizamos a elaboração dos questionários e dos roteiros de entrevistas. Esses instrumentos de coleta de dados foram aplicados em conjunto, bem como individualmente em relação aos estudantes da escola. O processo de investigação em todo seu desenvolvimento atribuiu ênfase aos Jovens estudantes da Casa Escola da Pesca.

Em relação à categoria dos estudantes elegemos alguns critérios como:

- Os estudantes deveriam possuir vínculo com a Casa Escola da Pesca, isto, é estar regularmente matriculados.
- Preferencialmente habitar o território ribeirinho de Belém;
- Representar por meio de uma amostra cada nível de ensino da Casa Escola da Pesca: ensino fundamental e ensino médio.
- Na amostra ter uma representatividade de cada Totalidade do Conhecimento correspondente aos níveis de ensino da escola onde os estudantes estão inseridos.

A AMOSTRA. Segundo Triola (2005), uma amostragem de confiança de 95% no processo de investigação deve corresponder a 20% do conjunto de sujeitos. No estudo da Casa Escola da Pesca vale assinalar que estudaram nos anos de 2013 e 2014, 90 (noventa) estudantes em cada ano letivo. Assim, durante o processo de investigação elegemos uma amostra um pouco além dos 20% desse conjunto na medida em que **60 (sessenta) estudantes participaram da aplicação de questionários.**

A participação dos estudantes ocorreu do seguinte modo: 20 estudantes da 3ª Totalidade e 20 estudantes da 4ª Totalidade do Ensino Fundamental e 20 estudantes do Ensino Médio. Na aplicação dos questionários trabalhamos com essa quantidade para termos a maior representatividade possível do perfil educacional e socioeconômico da juventude ribeirinha haja vista que eram estudantes provenientes de diferentes localidades da Região das Ilhas de Belém.

Em relação, especificamente, **às entrevistas participaram 05 (cinco) estudantes** durante o processo de investigação sendo 02 (dois) estudantes do Ensino Fundamental e 03 (três) do Ensino Médio. O Quadro 1 abaixo apresenta os sujeitos da pesquisa e suas localidades de origem e faixas etárias. Os sujeitos investigados estão apresentados com nomes fictícios.

Quadro 1 - Estudantes participantes das entrevistas

ESTUDANTE	IDADE	LOCALIDADE DE MORADIA
Estudante José	18 Anos	Ilhas das Onças
Estudante Miguel	19 Anos	Ilha de Mosqueiro
Estudante Gabriel	22 Anos	Ilha de Cotijuba
Estudante Rafael	27 Anos	Ilha Nova
Estudante Antonio	29 Anos	Ilha Jutuba

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Em relação aos docentes a participação na pesquisa não foi preponderante, mas complementar na medida em que nosso objetivo teve como centralidade a presença da juventude ribeirinha no processo educacional analisado. Refletimos sobre as condições educacionais e de trabalho da juventude ribeirinha em sua historicidade e territorialidade, percorrendo um caminho cujas informações e dados coletados objetivam valorar a compreensão de suas “[...] manifestações temporais e espaciais” (SANTOS B., 1999, p.110) que presentes no campo de investigação atribuem todo o sentido à constituição desta tese. Assim, buscamos identificar as mudanças possivelmente ocasionadas na realidade educacional e de trabalho da juventude ribeirinha na atividade da pesca.

Em nossa análise acerca das informações levantadas sobre a realidade educacional, de vida e trabalho da juventude como unidades presentes na totalidade do campo da investigação também foram considerados os saberes e as práticas socioculturais especificamente pautadas na atividade da pesca, bem como as manifestações da natureza e seus ciclos sazonais que interferem na dinâmica das marés e nas atividades produtivas, ademais, a relação de proximidade e cumplicidade entre os saberes da tradição e os conhecimentos sistematizados. Essas são condições especiais e complementares de investigação verificadas em relação ao sistema produtivo da pesca e de suas demandas sociais na realidade objetiva da juventude nessa parte da Amazônia Paraense.

1.5 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E ANALÍTICOS DA TESE

Nossa abordagem de questões conceituais, obviamente, não almeja a totalidade de obras e concepções de autores considerados, contudo, buscou fundamentar a reflexão teórico-crítica durante a investigação, bem como o desenvolvimento de todas as etapas de elaboração da tese relativas ao processo realizado. Primeiramente, ancoramos nossa reflexão na Concepção Freireana de Educação, especialmente, embasada na Pedagogia do Oprimido e na Educação Problematicadora da realidade. Paralelamente, refletimos acerca da teoria social de

Boaventura de Souza Santos, concernente ao enfoque da Epistemologia do Sul e sua ênfase na valorização da experiência e proposição na ecologia dos saberes.

Na reflexão acerca da Belém Ribeirinha evidenciamos as questões de território, territorialidade e comunidades referenciando nossa análise nas contribuições de Milton Santos entre outros autores para fundamentar textualmente nossa compreensão acerca da experiência proveniente da pesquisa de campo nessa parte do território de Belém. Com efeito, realizamos a sistematização teórica ancorada na realidade (espaço e tempo) em que se realiza a pesquisa.

Os autores relacionados aos temas de análise pertinentes ao processo de investigação: **a Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral, a Pedagogia da Alternância e a Educação Profissional voltada à Pesca e suas especificidades na Belém Ribeirinha** foram selecionados de acordo com a abordagem que realizam. Nesse sentido, utilizamos as contribuições de **Freire, Machado, Soares, e Paiva** entre outros autores para a reflexão acerca da Educação de Jovens e Adultos. Do mesmo modo, desenvolvemos a reflexão acerca da Educação Profissional no contexto da pesca e da Educação de Jovens e Adultos referenciando a discussão mediante as contribuições desses autores como também em **Araújo, Furtado, Moraes entre outros**. Também buscamos em **Michael Apple** a rica abordagem sobre currículo, escolas democráticas e o correspondente papel nas estruturas de desigualdades políticas, econômicas e socioculturais dos tempos atuais.

Em relação à Pedagogia da Alternância contextualizada na Educação do Campo balizamos a análise tendo em vista as formulações teóricas de **Arroyo, Medina, Caldart, Hage** e autores correlacionados apresentados no estado da arte resultante do levantamento de teses de doutorado de programas de pós-graduação em educação do Brasil, período de 1999 a 2009, a fim de possibilitar maior compreensão conceitual na medida em que é um campo recente de investigação educacional, bem como na realidade educacional do município de Belém-PA. Nesse intuito, demarcamos alguns trabalhos, organizando-os por eixos temáticos e referenciais teórico-metodológicos.

Todas as abordagens consideradas na reflexão teórico-crítica do processo de investigação e texto da tese visam necessariamente contribuir ao entendimento da realidade e experiência humana muitas vezes desconsiderada pelos sistemas de ensino e pelo cotidiano escolar cuja ênfase está na trajetória educacional de jovens e adultos. No caso específico da Belém Ribeirinha, está a trajetória de escolarização e educação profissional da juventude no contexto da Casa Escola da Pesca cuja proposta pedagógica em virtude da alternância de tempos e espaços de formação se realiza de modo ampliado.

Decerto, os autores mencionados entre outros embasam nossa apreciação crítica relacionada: aos temas de análise, à construção das seções, a tópicos e sub-tópicos explicitados ao longo do texto.

1.5.1 Conhecimento, Saberes e Experiências: Valor e Desvalor.

Santos B. (2010b) ao afirmar que a racionalidade científica é predominante na produção do conhecimento em contextos de modernidade, paralelamente propõe uma construção do conhecimento pautada na valorização da experiência e saberes locais, regionais e nacionais onde os indivíduos e suas coletividades atuam e constroem conhecimento. Nessa direção se dá a proposta de construção das ‘Epistemologias do Sul’ e das ‘Ecologias dos Saberes’.

A ideia central é, [...] que o colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas. As epistemologias do sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (SANTOS B., 2010b, p. 19).

Muitos são os termos designados pelo autor em seu arcabouço teórico que tomamos na ação reflexiva para o estudo e compreensão da realidade investigada. Acreditamos que sua teoria social acerca da realidade humana e material se coloca no entendimento dos diferentes espaços abordados e nos auxilia na reflexão acerca das proposições: espaço-tempo doméstico, espaço-tempo da comunidade, espaço-tempo da produção, espaço-tempo da cidadania, o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento, os impactos do colonialismo e capitalismo modernos na construção das epistemologias dominantes e na supressão de saberes e sua condição de subalternidade em relação ao conhecimento dito universal, a dicotomia entre regulação e emancipação.

Para tanto, utilizamos nesse exercício teórico e reflexivo essencialmente necessário à composição do presente trabalho as obras *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* (2011), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (2010a), *Epistemologias do Sul* (2010b), *Um discurso sobre as ciências* (2010c) e outros artigos do mesmo autor.

Essas obras certamente contribuem à compreensão e abordagem de termos por nós utilizados na elaboração textual, entre os quais, destacamos: **direitos, educação, trabalho,**

comunidade, democracia, emancipação, o conhecimento pelas ‘mãos da experiência’, o conhecimento pelas ‘mãos da ciência’, o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção e o espaço-tempo da cidadania, todos termos cunhados na teoria social do sobredito autor que ajuda-nos no movimento da produção textual, bem como do processo investigativo.

Outro importante referencial teórico, a Concepção Freireana de Educação, especialmente relacionada à pedagogia do oprimido, à teoria dialógica da ação, à síntese cultural e à educação como prática da liberdade. De início poderíamos nos perguntar o que a Concepção Freireana tem a ver com as teorias pós-colonialistas e por qual motivo associamos sua teoria de educação com a teoria social de Boaventura de Sousa Santos na presente formulação teórica. Tentaremos uma explicação contextualizando historicamente a emergência do ‘novo mundo’ tendo por base as conquistas europeias de novos continentes no século XVI.

A partir do ano 1492, historicamente considerado o marco fundante da modernidade, se dá o início de um processo de expansão eurocêntrica e intercontinental. Expansão que leva ao delineamento de um norte colonizador e uma periferia colonizada, vitimizada. A modernidade surge assim como um processo eurocêntrico em que os avanços científicos contribuem significativamente aos processos de colonização e imperialismo das culturas europeias sobre outros povos e suas culturas consideradas ‘gentis, selvagens e sub-humanas’ (SANTOS B., 2010c).

No auge da modernidade, a civilização eurocêntrica se auto reconhece como superior e detentora de uma nobre missão, desenvolver o outro primitivo e selvagem, objeto da colonização do invasor. Assim, a cultura europeia se vê como desenvolvida e civilizatória, superior às outras culturas e por assim reconhecer-se se lança para outros territórios com o firme propósito de expandir os domínios de sua atuação. Contrapondo-se a esta lógica de dominação, Freire (1988, p. 150) denuncia:

[...] invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente ou invasão implícita na dominação [...] A invasão cultural tem uma dupla face. De um lado, é já dominação; de outro, é tática de dominação. Na verdade toda dominação implica uma invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda. No fundo, invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente o invadido [...] Quanto mais mimetizados fiquem os invadidos, melhor para a estabilidade dos invasores.

Freire compreende a presença do Velho Mundo no Brasil como invasor não apenas material, mas também um invasor cultural que promoveu a destruição avassaladora da identidade cultural dos que aqui habitavam, enraizando na sociedade brasileira toda gama de

injustiça e opressão. A exploração desmedida de nossas riquezas e a escravidão são exemplos cruéis da permanência europeia no Brasil, justificando o emprego da violência na imposição de sua cultura sobre aquelas consideradas bárbaras, aliás, para (FREIRE, 1992, p. 12) o “Primeiro Mundo foi sempre exemplar em escândalos de toda espécie, sempre foi modelo de malvadez, de exploração. Pense-se apenas no colonialismo, nos massacres dos povos invadidos, subjugados, colonizados”.

Posto o mito da modernidade ‘o eurocentrismo moderno’ que empreendeu o processo de dominação sobre outras culturas, a cultura europeia enquanto ‘superior’, racional e produtiva se propôs a abarcar a partir da própria subjetividade a totalidade do mundo. Foi por meio dessa inversão cultural que o outro vitimizado se fez um ser culpado, incapaz de produzir saber e cultura. No processo de conquista e dominação o vitimizador se vê inocentado como se sua ação fosse pedagógica. Resta, portanto, ao vitimizado aceitar e agradecer docilmente a sua própria conquista (FREIRE, 1988).

Assim, a concepção de educação em Freire expressa a necessária rebeldia como atitude de repúdio a toda forma de opressão e dominação que resulta na reprodução dos estados de domesticação e exploração caracterizadores de muitos séculos em que milhões de pessoas no chão da realidade brasileira ficaram sob o jugo do colonizador numa opressão moral e material de suas vontades e desejos. A narrativa freireana convoca homens e mulheres a romper com todas as formas de dominação que são o legado da colonialidade e do imperialismo e a ter sonhos porque “sonhos são projetos pelos quais se luta” (FREIRE, 2003, p. 26). Ademais:

O corpo e a alma da América [...] assim como o corpo e a alma dos homens e das mulheres que nasceram no chão americano [...] seus gestos de rebeldia se repetem hoje na luta dos **‘sem-terra’**, dos **‘sem-escola’**, dos **‘sem-casa’**, dos **favelados**; na luta contra a discriminação racial, contra a discriminação de classe, de sexo (FREIRE, 2003, p. 34, grifos nossos).

Em Freire também encontramos o compromisso teórico com a reflexão crítica voltada intimamente à história e à realidade sócio cultural das populações não eurocêtricas como o Brasil e a América Latina. Na obra *Cartas à Cristina* (2003) Freire aponta a delimitação espaço-temporal na centralidade de seus escritos, especificamente nessa obra, refere-se ao ‘descobrimento’ do Brasil como conquista decorrente da presença predatória do colonizador europeu tanto no território como na vida sociocultural dos que habitavam há séculos o chão do Brasil e, de forma semelhante, ocorreu nos demais países da América Latina.

Em diversas passagens de suas obras FREIRE (1980; 1983; 1988; 2001; 2003) aponta para contextos do Brasil e da América Latina, marcados pelo império da força, da opressão e

da cultura do silêncio, cujo legado se expressa na injustiça social e na negação de direitos como uma herança maldita que se mostra nos dias atuais.

A sociedade brasileira do século XXI é marcada por grandes abismos entre ricos e pobres, entre privilégios e negação de direitos fundamentais. Todas as vezes que crianças, adolescentes, jovens e adultos ficam fora da escola lhes é negado o direito à educação. E quando esses mesmos sujeitos ficam sem assistência médica, o direito humano à saúde lhes é negado. E ao sofrerem com a ausência do alimento, do transporte e do emprego o direito humano de sustento digno também lhes é negado. “Quem melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos?” (FREIRE, 1980, p. 57). Em todas as instâncias da vida em nossa sociedade nega-se a homens e mulheres o direito de ser mais.

Poderíamos indagar a quem interessa o avanço tecnológico, científico-informacional, pois muitas vezes é utilizado para aumentar o poder do domínio econômico, político e cultural sobre milhões de pessoas submetidas permanentemente ao subemprego e às poucas oportunidades de trabalho digno, negligenciadas pela ausência ou precariedade de serviços básicos de saúde, educação, transporte e moradia, como assevera Santos B., (2010b, p. 39) “[...] A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”.

Segundo este autor uma premissa básica da existência consiste na satisfação das necessidades humanas e nesta centralidade a produção do conhecimento deve se revestir de credibilidade na perspectiva de uma forma de vida decente e solidária para todos, contribuindo, decisivamente à emancipação e à solidariedade.

Não há como justificar a legitimidade de conhecimento científico que não se encontre distribuído socialmente de forma equitativa, mais ainda, atuando como uma força que separa homens e mulheres da satisfação de necessidades humanas radicais. No anverso da lógica consumista e capital a intervenção real do conhecimento deve consistir na satisfação decente e no consumo solidário contrapondo-se ao poder mercadológico do consumismo e da exploração do trabalho humano (FREIRE, 2001).

A emergência de um novo paradigma para a produção do conhecimento científico aponta a crise da modernidade, principalmente, na satisfação das necessidades humanas como uma dimensão imprescindível ao alcance da emancipação. Um dos pontos fortes para esse alcance consiste em dar voz e vez aos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais e

saberes alternativos da produção científica emergente e gerada fora das culturas ocidentais contrapondo-se à visão eurocêntrica da ciência moderna. Nessa perspectiva:

Gostaríamos de salientar que esta visão ideológico-dominante é a mesma que se encontra na base do perfil que as sociedades metropolitanas fazem do Terceiro Mundo como um todo. Daí que o subdesenvolvimento apareça para muitos teóricos metropolitanos como expressão de atraso, de incapacidade. O Terceiro Mundo, como um mundo, ‘marginal’ – uma espécie de favela maior – sem nenhuma viabilidade histórica própria e cuja ‘salvação’ por isso mesmo se encontra em seguir, docilmente, os modelos estabelecidos de fora. (FREIRE, 2001, p. 69).

Em Santos B., (2011), o paradigma emergente não é apenas científico, mas também social ou paradigma de uma vida decente. Diferentemente, do paradigma dominante, o paradigma emergente abarca a ideia de superação, de coexistência de princípios das ciências naturais e ciências sociais que outrora dicotômicos passam a atuar protagonizando a produção do conhecimento, inclusive, “a concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo no centro do conhecimento” (SANTOS B., 2010c, pp. 71-72). Há, portanto, uma revalorização dos estudos humanísticos no conhecimento sobre sociedade e natureza.

A essência do paradigma emergente é a totalidade e não a especialização particularista do conhecimento como no paradigma anterior. A propósito, se o conhecimento alcança uma ampliação pela universalidade e diferenciação, contempla o local e o total à medida que valoriza o saber local e traduz sua singularidade para outros lugares sem generalizá-lo ou uniformizá-lo de forma operacional, pois o conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista “[...] É um conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local” (SANTOS B., 2011, p.77).

Ao apresentar o paradigma científico emergente, Santos B., (2011) refere-se às representações inacabadas da Modernidade e estabelece dois domínios para abordar essa questão, o domínio da regulação com o princípio da comunidade e o domínio da representação com o princípio da racionalidade estético-expressiva. Para ele, esses dois princípios possuem uma cumplicidade epistemológica. Quanto ao domínio da regulação:

[...] (mercado, Estado e comunidade), o princípio da comunidade foi, nos últimos duzentos anos, o mais negligenciado. E tanto assim foi que acabou por ser quase totalmente absorvido pelos princípios do Estado e do mercado. Mas, também por isso, é o princípio menos obstruído por determinações e, portanto, o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação. (SANTOS B., 2011, p. 75).

De acordo com Santos B., (2011) no domínio da regulação, os princípios do mercado e do Estado não resistiram à especialização e à diferenciação técnico-científica da ciência moderna e foram o alvo principal da colonização do paradigma científico dominante. Quanto à comunidade, pela sua resistência e aforamento relativos a essa colonização foi possível preservar, mesmo que parcialmente, os laços de participação e solidariedade. De acordo com este autor no domínio da representação, o princípio da racionalidade estético-expressiva assim como o princípio da comunidade, também resistiu melhor à ‘cooptação total’ pelo fato de possuir um carácter inacabado caracterizado pelos conceitos de autoria, prazer e artefactualidade discursiva “em geral, a racionalidade estético-expressiva é por natureza, tão permeável e inacabada como a própria obra de arte e, por isso, não pode ser encerrada na prisão flexível do automatismo técnico-científico” (SANTOS B., 2011, p.76).

A proposta para as ciências sociais, assim também para a educação, é o encontro com uma epistemologia do sul, essencialmente contra hegemônica em relação à epistemologia do norte fundamentada nas leis do paradigma dominante da racionalidade científica moderna “um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas” (SANTOS B., 2010c, p.30, grifos do autor). Assim, a epistemologia do sul traz consigo um pensamento pós-colonialista e ao mesmo tempo revolucionário, pois tem em vista assegurar a expressão de conhecimento científico fora do contexto eurocêntrico.

No anverso da “[...] perspectiva das epistemologias abissais do Norte global” (SANTOS B., 2010c, p. 61) encontra-se a proposta de uma epistemologia do sul pautada na valorização de saberes produzidos em outros lugares considerados marginais em relação ao conhecimento científico hegemônico. Como nos legou Freire (2003, p. 35) “[...] o futuro é dos povos e não dos impérios” e como assinala Santos B. (2006, p. 6) “[...] O meu apelo a aprender com o Sul [...] significava precisamente o objetivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte”.

A credibilidade e validade da epistemologia do sul estão na correspondência direta e acessível à satisfação humana, no respeito às diferenças e diversidades de territórios pós-coloniais e, sobretudo, porque:

[...] a perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto produz e para quem o produz (SANTOS B., 2004, p. 9).

Diante do exposto percebemos que ambos os autores expressam um posicionamento de coragem e da não neutralidade diante das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais herdadas desde a colonização. Desigualdades que afetam nosso potencial emancipador e participativo nesse mundo, invisibilizando as condições de empoderamento na própria realidade social.

Santos B. (2011), ao pensar sobre a questão da marginalidade abissal do conhecimento não ocidental coloca-nos o desafio de contrapor a uma linguagem hegemônica de valores universais. O desperdício da experiência é um elemento de análise da sociologia das ausências porque adverte para a invisibilidade de saberes decorrentes das práticas sociais. Essa constatação define uma luta paradigmática que se mostra no interior das comunidades nas “opressões e exclusões contra as quais organizam lutas pela sobrevivência, a decência e a dignidade. O seu espaço-tempo privilegiado é o local” (SANTOS B., 2011, p.19).

Por outro lado nos remete a uma questão crucial, ou seja, fazer a crítica à racionalidade técnico-científica do modo capitalista de produção ampliando a reflexão para a proposição de projetos alternativos de emancipação individual e coletiva em relação à condição de subordinação e exclusão. Assim, ao propor a sociologia das ausências “procura reconstruir a ideia e a prática da transformação social emancipatória” (SANTOS B., 2011, p. 33) e ao se contrapor à linguagem hegemônica e universal da produção de conhecimento aponta para uma sociologia embasada no diálogo que torne visível as necessidades e aspirações humanas onde impera a exclusão e o silêncio.

Aliás, afirma Freire (1980) que onde impera a exclusão e a cultura do silêncio torna-se essencial uma pedagogia capaz de contribuir para a conscientização no desvelar crítico da realidade excludente e de fazer frente à mão destruidora do sistema econômico opressor de milhões de condenados no campo e na cidade. A condição da humanização é alcançada gradualmente, com a emergência e o desenvolvimento da conscientização. É por meio dela que homens e mulheres serão vistos como protagonistas, autores da própria história e da mudança social. Com efeito, essa autoria protagonizada enquanto resultante do processo de conscientização:

[...] implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma condição epistemológica [...] Por isso mesmo a conscientização é um compromisso histórico. (FREIRE, 1980, p.26).

Na experiência da conscientização, homens e mulheres possuem a capacidade do ser mais, de serem ao mesmo tempo autores, protagonistas e testemunhas da própria história e da história do seu tempo, do mundo que os cerca, mundo plenamente capaz de ser lido,

entendido e transformado, inclusive, a conscientização é condição primordial no movimento de libertação que culmina na humanização de homens e mulheres, sendo, assim, capazes de renegar séculos de opressão e dominação.

Freire (1988, p. 50) revela toda a angústia da opressão experienciada por aqueles que sentem o peso da falta de oportunidades do ser mais, “A auto desvalia é outra característica dos oprimidos [...] De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber [...] terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’”. O ser oprimido é um ser desencantado, envolto na desesperança que inunda os sentimentos de pena e dor de si mesmo ou no anverso disso, nas experiências de ira e violência. Por outro lado, os oprimidos são nossos semelhantes que possuem uma alma e um corpo como nós, mas sob a sentença da exclusão são impedidos de sonhar.

Por essas razões entendemos que já não cabe a continuação de experiências cotidianas passivas e submissas diante da injustiça e da marginalização da sociedade. Até porque é premente a conscientização de que é possível realizar algo mais, reconhecer a importância do compromisso na realização da emancipação social cujo caminho é a educação. Como afirmou Freire (2003, p. 10) “uma educação da esperança”.

O agir solidário não está no uso de armas e da violência letal, está de modo não trivial em assumir uma postura e um comportamento contrários aos processos de repetição dos opróbios da sociedade capitalista moderna. A repetição dos processos homogeneizantes dessa sociedade é, absurdamente, a condição propícia para a regulação mercadológica, política e jurídica em muitos espaços da sociedade. O aumento da regulação dificulta a visibilidade a lugares e saberes por isso mesmo despercebidos, assim, a sociedade capitalista cada vez mais intensifica o desvalor à diversidade e às identidades culturais. É imprescindível resgatar ou mesmo tornar viável a perspectiva de sermos cada vez mais humanos e capazes de humanizar por meio de nossas experiências comunitárias e também pela convivência solidária possível na interação com o outro e com os recursos naturais necessários ao nosso crescimento e desenvolvimento nesse mundo (SANTOS B., 2010a).

A não repetição de tudo o que é danoso na experiência do convívio social e perante à natureza deve ser um projeto de vida capaz de transformar o conhecimento sistemático produzido no âmbito do paradigma dominante em um efetivo empoderamento para pessoas, comunidades e espaços marcados e marginalizados pela sanha capitalista.

Pensar que a educação, venha a ser um meio e um fim para esse empoderamento é reconhecê-la como uma dimensão essencial da democracia social na constituição de projetos educativos cujas práticas sejam voltadas à emancipação de seus sujeitos, inclusive, a proposta

emancipadora consiste em realizar educação para a mudança social, ou seja, individual e coletiva (FREIRE, 1979).

Quanto ao desperdício da experiência (SANTOS B., 2011) cabe reconhecer que muitos anos de vivência escolar devam ter algum sentido, uma razão de ser que afeta desde a proposta curricular à formação de professores e muitas outras facetas que caracterizam e integram essa vivência. A valorização do saber comunitário e da experiência escolar passa, necessariamente, por reconhecer seu ambiente como o lugar das diferenças, do encontro, da convivência coletiva e de situações, sejam estas de conflito e de solidariedade no cumprimento de tarefas simples e complexas.

São vivências que vivificam o respeito mútuo, a solidariedade e o engajamento social ou que levam à competição ameaçadora, ao conformismo perante situações de injustiça, de exclusão e de práticas de indiferença. Com efeito, entendemos que os processos de conscientização e de humanização consistem em fazer da escola uma importante protagonista da transformação social, um corpo crítico da razão indolente ao pensar, reflexionar e se movimentar no sentido de aprender formas inovadoras e inteligíveis no convívio e na diversidade de saberes e pessoas.

A escola é uma comunidade que pode tornar-se interpretativa do mundo e de suas culturas e aprender a partir dessa apresentação, a ser mais justa, igualitária e solidária com a satisfação das necessidades que estão em seu interior, na exterioridade do seu entorno e do mundo afora. O cotidiano da experiência escolar é a própria realidade da experiência humana que interagindo com o conhecimento sistemático e comunitário pode ser capaz de revelar menos individualismo e mais solidariedade (SANTOS B., 2010b).

Um ponto importante é saber utilizar o conhecimento que se aprende no mundo exterior da escola, ou seja, mover esforços para o respeito ao conhecimento do senso comum por meio do qual a experiência pode transformar e empoderar pessoas. No livro *Pedagogia da Esperança*, Freire manifesta “o que não é possível – repito-me agora – é o desrespeito ao saber de senso comum; o que não é possível é tentar superá-lo sem, partindo dele, passar por ele” (2003, p. 84). O conhecimento e as experiências trazem consigo o significado do mundo real, as práticas sociais que atribuem sentido a ele constroem outro viés à produção cultural à medida que fortalecem os saberes escolares, a vivência intercultural que amplia o modo de ver o mundo, compreendê-lo e agir sobre ele. Freire (2003, p. 85) assevera:

[...] Refiro-me à insistência com que temos educadoras e educadores progressistas, de jamais subestimar ou negar os saberes de experiência feitos, com que os educandos chegam à escola ou aos centros de educação informal. Evidentemente que há diferenças na forma de lidar com esses saberes.

Educadores e políticas educacionais devem constituir projetos que partam de uma sensibilização emanada das condições desumanas do estar neste mundo, condições reais de seres humanos alvo de muitas discriminações (raciais, religiosas, étnicas, sexuais, socioeconômicas e tantas outras). Os projetos resultantes da experiência sensibilizadora deverão buscar na solidariedade e no diálogo a centralidade de sua atuação, uma aproximação com o ser diferente, o caminho da superação de toda forma discriminatória vigente no paradigma dominante da produção do conhecimento e de práticas sectárias de negação do outro e da diversidade de saberes e experiências.

A sensibilidade, a educação dialógica e a solidariedade são condições especiais para outra condição de fortalecimento da dignidade humana, ou seja, a produção científica em prol de um mundo mais digno e justo, de satisfação das necessidades humanas radicais seja no campo ou na cidade e, conseqüentemente de uma melhor convivência social.

Em sintonia com a presente reflexão teórica abordaremos nos tópicos a seguir: a Educação do Campo no Brasil e na Amazônia. Nesse contexto, o direito dos jovens habitantes do território ribeirinho de Belém à escolarização e ao ensino profissional se encontra compreendido como direito negligenciado ao longo de sua trajetória histórica.

Portanto, nosso intuito consiste em reconhecê-los como sujeitos de direitos mediante um processo de escolarização de jovens e adultos que implica necessariamente a afirmação dos valores e saberes da tradição cultural ribeirinha fundamentada no trabalho e na relação direta com a floresta, o rio e seus recursos. Nesse contexto, a organização do ensino fundamentado na Educação de Jovens e Adultos e na Pedagogia da Alternância viabiliza o exercício do direito à escolarização e ao ensino profissional como estratégia metodológica que atua efetivamente no enfrentamento à exclusão social ao aproximar o saber institucional e a realidade da comunidade e do trabalho da juventude.

2

A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENTRE CONCEITOS, REALIDADES E DIREITOS NO BRASIL E NA BELÉM RIBEIRINHA.

O processo de consolidação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil se realiza a partir da Constituição Federal de 1988 como direito a ser assegurado e protegido pelo Estado Brasileiro em todas as suas instâncias educacionais. Com esse intuito se deu a introdução do Artigo 208, incisos I e VI no texto constitucional reconhecendo o caráter de essencialidade da Educação de Jovens e Adultos e de obrigatoriedade imposta a todos os sistemas de ensino. Observa-se que não se trata de uma recomendação legal, mas de uma obrigatoriedade e, se esta é a condição desse direito constitucional, os sistemas de ensino em todas as esferas políticas devem ao mesmo tempo demandar esforços e recursos para assegurar e protegê-lo, "I - educação básica obrigatória e gratuita [...] assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria" e "VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando". Estas disposições legais e seu peso constitucional resultaram no desdobramento de diversas ações governamentais ao longo de duas décadas, sobretudo, nos campos político e educacional.

No campo político, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser focalizada de muitas formas. Anteriormente mencionamos que após a promulgação da CF/88, se deu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/90. A referida lei contemplou a Educação de Jovens e Adultos reconhecendo-a como modalidade de ensino. Assim, após vários anos de sua promulgação é possível verificar seus efeitos legais por meio da realização de políticas educativas governamentais de grande envergadura como, por exemplo, o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) nas modalidades urbano e rural, o Brasil Alfabetizado, o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Contudo, ainda que se preze pela existência da lei é válido ressaltar o processo histórico de consolidação da Educação de Jovens e Adultos no campo político, sobretudo, como resultado da atuação de Movimentos Sociais. "Nesse sentido, os movimentos sociais precisam ser compreendidos como representantes históricos de seu tempo" (SOUZA D., 2012, p. 3). A estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino no que concerne a Educação de Jovens e Adultos no Brasil são de responsabilidade dos entes federados, por meio de suas instâncias municipais, estaduais e federais.

Ademais, toda a organização da Educação de Jovens e Adultos deve ter em conta seu reconhecimento como modalidade de ensino cuja operacionalização nos níveis da Educação Básica deve contemplar: os requisitos legais à formação e valorização do magistério, o financiamento da educação, a garantia de qualidade, além de outras questões relacionadas à valorização da experiência extraescolar, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, a diversidade étnico-racial, a diversidade cultural, geográfica e socioeconômica que caracterizam o território brasileiro.

O reconhecimento da obrigatoriedade da Educação de Jovens e Adultos conforme disposto na LDB é fundamental para que a educação seja compreendida como direito de todo cidadão brasileiro e de todo aquele residente no país, pois a acessibilidade é uma questão de justiça e a permanência desse público no processo de escolarização uma consequência da atuação das políticas educacionais em contextos mais amplos.

Na esteira desse reconhecimento um aspecto importante da LDB nº 9394/96 a ser observado é a **obrigatoriedade de oferta da Educação de Jovens e Adultos** pelos sistemas de ensino do país. Nesse caso, obviamente não se trata de tutela, antes consiste na autonomia no âmbito desses sistemas em considerar as características, interesses, aspectos socioculturais, econômicos, valores, realidade de vida e trabalho dos jovens e adultos em todos os níveis da Educação Básica (§1º e § 2º, Art. 37):

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

As políticas educacionais se inserem em contextos mais amplos que o nacional. Podemos citar a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990 que resultou na elaboração da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Declaração de Jomtien) adotada por mais de 150 países entre eles, o Brasil. Todos os governos participantes firmaram o compromisso de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, bem como a universalização do acesso à educação, além de outros compromissos referenciados na mencionada declaração.

Após quatro anos da Conferência em Jomtien, o Brasil realizou o Plano Decenal de Educação Para Todos em 1994, incluindo metas em nível nacional inseridas à correspondente declaração. Contudo, avanços na ratificação desse documento só foram realmente possíveis com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 na medida em que foram detalhadas normas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos. Como

consequência à efetivação da lei, dois marcos podem ser citados nesse processo de consolidação da Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e a Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Ambos os documentos cumprem uma dupla função, isto é, formal e material, primeiro por definir legalmente a EJA como modalidade de ensino, reafirmando o dever do Estado e o direito de jovens e adultos de frequentar amplamente a escola. Em seguida, por produzirem factivamente o pleno acesso à escola compreendendo, por conseguinte, a escolarização como parte integrante da dignidade humana. Nesse último ponto, outra questão se coloca, o deslocamento da conotação pejorativa que historicamente estigmatizava a EJA aos patamares inferiores dos sistemas de ensino atribuindo-lhe pouca importância e menor interesse no âmbito das escolas.

Em relação à conotação pejorativa da EJA compreendida como lugar onde recorriam os excluídos do sistema educacional, o processo histórico de consolidação, pouco a pouco, vem se deslocando das perspectivas assistencialista e compensatória que dominaram as campanhas de alfabetização realizadas ao longo do século XX, especificamente as décadas de 20 e 30 onde muitas campanhas de alfabetização foram realizadas com esse caráter estigmatizante até as décadas de 70 e 80 onde são perceptíveis as formas de concepção da EJA atrelando-a continuamente aos interesses do capital.

Nessa perspectiva, a ideia de reparação histórica, a nosso ver, consiste em um avanço significativo nas políticas educacionais voltadas à educação de jovens e adultos, reconhecendo-a como direito social e, portanto, responsabilidade do Estado. Ainda que outras instâncias do sistema de ensino como instituições particulares possam nela atuar, esse direito se constitui de modo efetivo ao enfrentamento das desigualdades socioeconômicas como resposta às demandas sociais das classes trabalhadoras, sobretudo, relacionadas à exclusão do processo de escolarização.

Decerto, a atuação dos movimentos sociais tem sido decisiva para a consolidação do direito de Jovens e Adultos à educação haja vista a formalidade de seu reconhecimento no texto constitucional, sobretudo, porque se percebe um grande entrave à efetivação desse direito tanto no campo político como no campo educacional. A equivocada compreensão de 'resgate' dos jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade 'certa', 'adequada' permanece nos palanques, regulamentos e discursos. A nosso ver, essa explicação para atribuir sentido à Educação de Jovens e Adultos pouco ou nada ajuda. E se não ajuda também atrapalha.

Em que pese à mudança de rota é premente a necessidade de afastar a indolência histórica desse discurso. O que ocorreu na vida desses jovens e adultos foi distanciamento, sofrimento, indiferença e, acima de tudo, exclusão. Apurar todas as causas possíveis e reais da exclusão socioeducacional deveria ser uma bandeira de luta daqueles que programam e realizam as políticas de EJA. Como assevera Santos M., (2007, p. 56):

Existe, indubitavelmente, consenso acerca da afirmativa de que os homens e suas atividades não se acham em sua presente localização, exclusivamente, por causa da interação de fatores atuais. Uma localização presente muitas vezes resulta, direta ou indiretamente, de fenômenos que deitaram raízes previamente. É por isso que o estudo de localizações individuais, assim como o estudo da organização do espaço, não pode passar por cima da dimensão temporal.

No campo educacional, a atuação da Educação de Jovens e Adultos deve ser em prol da afirmação de um direito historicamente negligenciado e muitas vezes negado pelas estruturas socio econômicas de reprodução social. Contudo, a nosso ver uma questão se coloca: não importa em acesso somente, pelo contrário, consiste numa construção social favorável à emergência de uma escola receptiva e afeita à satisfação de interesses e necessidades de aprendizagens vinculadas ao conhecimento científico institucionalizado, bem como aos saberes e experiências reveladoras de práticas sociais e culturais de seus sujeitos. A visibilidade a esses valores é ao mesmo tempo ponto de partida e de chegada à medida que permite maior participação dos estudantes durante o processo de escolarização.

Ao serem asseguradas novas inserções ao ambiente escolar, um caminho mais igualitário e democrático despontará para a realização de expectativas enquanto condições tão caras à existência humana. Além de simples oferta, a importância do vínculo efetivo a questões relacionadas a acesso e permanência no ambiente escolar passa necessariamente pelo planejamento, processos e práticas, suficientemente capazes de valorizar os saberes e as experiências enquanto conhecimentos prévios do público da EJA.

Decerto, a lei geral da Educação (LDB nº 9394/96) é clara ao dizer que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, e, portanto, tem sua maneira de ser. Podemos encontrá-la nas escolas como etapas, ciclos ou ainda totalidades de conhecimento. Isso nos adverte para o fato de que ela tem um lugar, uma especificidade no campo educacional. Diferentemente como ocorria em tempos passados quando por diversas vezes ao mudar de nome - outrora foi ensino noturno, depois ensino supletivo, atualmente a conhecemos por EJA- era tratada de modo estigmatizado, ao deixar de receber a devida atenção por parte dos sistemas de ensino, embora isso ainda venha a ocorrer no tempo presente. Apesar das constantes mudanças em sua concepção, uma coisa é possível comprovar: nela estão há muito

tempo os desfavorecidos do sistema econômico, vivenciando suas desigualdades, injustiças e privações.

Ainda que se faça presente em muitos estabelecimentos de ensino, sobretudo, da esfera pública, para Soares (2011), o campo das pesquisas da EJA no Brasil é algo recente, e poucos os que pesquisam sobre ela, uma vez que muitos são os jovens e adultos com mais de 14 (quatorze) anos de idade que não frequentaram a escola e se mantêm na condição de analfabetos ou semianalfabetos. Infelizmente, em pleno século XXI há muitos brasileiros nessa situação.

Ao perceber essa realidade social da educação brasileira nos vemos diante de um dado histórico prontamente verificável na Educação de Jovens e Adultos, **a defasagem dos alunos na relação idade x série**. Indubitavelmente, essa é uma realidade educacional de muitos brasileiros historicamente prejudicados em seu processo de escolarização por suas condições sociais e econômicas. Como anteriormente mencionamos esse é um aspecto que parece funcionar como um pressuposto da EJA no ingresso dos alunos pelos sistemas de ensino. Esse fato funciona como sendo uma lógica dos sistemas de ensino ao tornar a EJA o destino certo aos que acumulam insucessos escolares ou permanecem durante muito tempo apartados das escolas. Sintetizando, há que se pensar e realizar uma educação problematizadora e dialógica na realidade de muitos jovens e adultos que vivem continuamente a pressão econômica e social responsável por seu distanciamento em relação à escola, esta por sua vez nem sempre se mostra sensível e próxima de seus interesses e necessidades (LEÃO, 2011; DAYRELL, 2011).

Em consonância com Freire (2001) de que o diálogo é o selo do verdadeiro conhecimento embasado na realidade apreendida cientificamente o engajamento das massas populares no dinamismo do conhecer consiste num esforço organizativo e mobilizador na prática permanente de problematização da realidade. Assim, todos os envolvidos nessa prática especialmente se apropriam do processo de conhecimento científico dessa realidade e do que a faz ser ela mesma.

Indubitavelmente temas específicos do mundo dos jovens e adultos como: trabalho, família, moradia, eleições, transporte, política, uso de drogas ilícitas, violência e direitos entre outros possibilitam reconhecer o real papel da escola na vida e na educação dos estudantes como um ente que escolariza, mas que ao mesmo tempo contribui à formação consciente, cidadã, política e sociocultural necessária ao processo de emancipação humana. E, então, as escolas de Jovens e Adultos poderão responder à pergunta “[...] de que lado estamos?” (SANTOS, B., 1999, p. 200).

Para tanto cabe às escolas que abrigam a EJA colocar-se diante da necessidade de corresponder às exigências educacionais do processo de escolarização de um modo justo e comprometido. Uma escola que pratica a EJA deve permitir aos estudantes o direito de fazer escolhas no sentido de ter a oportunidade de estudar conteúdos que aproximem suas realidades e construir conhecimentos que valorizem seus saberes, práticas e vivências socioculturais, isso “[...] implica o desenvolvimento crítico da leitura do mundo, que é um que fazer político conscientizador” (FREIRE, 2001, p. 63).

Sabemos que grande parte das escolas onde a EJA se faz presente está distante do mundo do trabalho e da realidade dos alunos, contudo reconhecemos também que nos dias atuais não cabe pensar as pessoas distantes das escolas, especialmente, aquelas que estão em condição de exclusão social, isto é, de condições humanas dignas. Nesse sentido, a escolarização cada vez mais avançada é o processo necessário para inserir-se socialmente e também intelectualmente, pois:

Selecionadora social, a escola aloca os indivíduos no cenário social, premiando alguns, acoplando uma parcela em níveis médios ou expulsando outros já atingidos por diversas compulsões, que irão alimentar a reprodução das desigualdades sociais. A respeito da escola considera-se: - que a instituição de ensino não é uma empresa neutra; - que a escola, apesar de estar a serviço dos interesses de muitos, parece fazer as vezes de poderosos agentes de reprodução econômica e cultural das relações de classes; - que a escola é necessária; - que há necessidade de se lutar pela sua melhoria e pela garantia de acesso a ela pelos indivíduos em idade escolar. (ASSIS, 2003, p. 35-36).

Sempre mais intensa e necessária, a escolarização poderá ser o meio social de empoderamento pelo qual seja possível encontrar formas mais dignas de vida humana. Esse é um fato materialmente verificável e possibilitado pelo avanço na escolarização, por outro lado não pode e não deve ser, obviamente, o único motivo para escolher frequentar a escola.

[...] Com isso, não se quer reduzir a EJA à escolarização; ao contrário, é fundamental que se reconheça que a luta pelo direito à educação implica, além do acesso à escola, a produção do conhecimento que se dá no mundo da cultura e do trabalho e nos diversos espaços de convívio social, em que jovens e adultos seguem constituindo-se como sujeitos. (MACHADO, 2009, p. 18).

Então, poderemos pensar a escolarização como uma via de mão dupla: um caminho que favorece o acesso à informação, ao conhecimento e também a via capaz de trazer empoderamento à visão de mundo de muitos jovens e adultos em relação ao direito de compreender melhor sua participação cidadã. Para alcançar um grau importante de emancipação no exercício pleno de direitos, de conscientização dentro e fora da escola, caberá “[...] uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo como faz com muita frequência” (FREIRE, 1980, p. 35).

Ao compreender qual a fronteira que delimita a formação crítica dos alunos enquanto sujeitos históricos, conscientes, portanto, tomadores de decisão, a Educação de Jovens e Adultos saberá ser um instrumento válido e dialético no contexto atual em que impera às exigências de formação para o mercado do trabalho. Ainda que isto represente uma finalidade econômica da educação não significa reduzir o sujeito à condição de objeto, pois “[...] a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto” (FREIRE, 1980, p. 34).

Não se pode negar a evidência que marca a contemporaneidade da escolarização, ou seja, seu valor e poder de troca num sistema econômico que se alimenta e realimenta cada vez mais pelo avanço científico, tecnológico e informacional. Um sistema difuso e impreciso que se amplia pelos quatro cantos do mundo atingindo fronteiras e culturas, configurando a vida urbana e mercadológica como um modelo de vida para todos os lugares. Uma vida que integra tempos e espaços ao paradigma de uma cultura global.

Desde o final da Segunda Guerra o mundo vem mostrando muitas evidências de lutas por melhores condições de vida. Uma delas diz respeito aos direitos proclamados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, numa conferência da ONU. Esse marco histórico impulsionou a luta em diferentes frentes – constituições, comissões pela defesa dos direitos humanos, a adesão dos países aos tribunais internacionais que tratam questões relacionadas à violação desses direitos -, enfim, a valorização da pessoa como indivíduo e como parte da coletividade é um desafio sempre presente no enfrentamento das injustiças sociais que levam à exclusão de condições dignas de existência. Aliás:

Os direitos elencados na Declaração não são os únicos e possíveis direitos do homem; são os direitos do homem histórico, tal como este se configurava na mente dos redatores da Declaração após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, numa época que tivera início com a Revolução Francesa e desembocara na Revolução Soviética. (BOBBIO, 1992, p. 33).

Desde então, evidencia-se a educação e, principalmente, a escolar como um direito humano histórico, mas que sozinha não tem a capacidade de resolver todos os aspectos da formação humana. Por outro lado, pensar que na era de globalização econômica e informacional, a escolarização tornou-se algo suscetível de ser desejo de consumo, ao mesmo tempo fatídico e real, inevitavelmente nos damos conta que é preciso buscar formas de enfrentamento aos desafios atuais, aliás, de atuar para que muitos jovens e adultos tenham o direito de acesso à escolarização respeitado e reais condições de participar do mundo da palavra, de uma vivência culta e letrada.

Desenvolver habilidades e competências tem sido uma prerrogativa para o saber escolarizado e uma exigência do sistema educacional brasileiro atual. Contudo, as habilidades e competências não devem ser metas radicais, pois:

[...] À educação escolar cabe reconhecer o outro, por meio do diálogo e da troca de argumentos, assim como reservar tempo e ocasiões para iniciar os jovens em projetos de cooperação, em atividades desportivas e culturais, desde a infância, em atividades sociais e humanitárias. (UNESCO, 1998, pp. 98-99 apud PAIVA, 2009, p.57).

Com a LDB, a EJA passou a ser um foco das políticas educativas do sistema público de ensino do país destinado às pessoas que estão em defasagem na relação idade-série, pois de acordo com o que preceituam seus artigos 37 e 38, o Estado deve ofertar ensino fundamental obrigatório ao jovem e adulto, ampliando progressivamente a oferta de ensino médio, além de ensino adequado às condições do aluno, às suas necessidades e disponibilidades garantindo seu acesso e permanência na escola.

Longe de reconhecer a eficácia da referida lei quanto à ampliação da oferta de turmas de EJA nas escolas públicas e a garantia de qualidade, atinamos para um aspecto específico em seu marco legal, os governos se veem obrigados a ampliar o acesso à escola em diferentes níveis e viabilizar ao aluno condições de permanência. Contudo, coloca-se uma questão que está distante das prerrogativas legais – a realidade do acesso e permanência dos alunos **a uma educação de qualidade**. Na forma da lei o preceito está feito, na prática nem sempre sua eficácia é um dado real.

Outro aspecto a destacar é a garantia de permanência na escola, certamente um desafio sempre presente na Educação de Jovens e Adultos, pois esta realidade do ensino historicamente convive com altos índices de evasão escolar. Segundo Paiva (2009, p.139) “[...] a continuidade que não vem sendo assegurada para os recém-alfabetizados indica o risco do analfabetismo funcional em curto tempo, sem o correspondente aumento da escolaridade da população”.

Entender como a escola lida e reage a essa questão é ter clareza acerca dos fatores reais responsáveis por essa ocorrência e que influenciam o afastamento da escola, pois é importante ter em mente que os analfabetos não são pobres porque são analfabetos, mas são analfabetos porque são pobres (PAIVA, 2009). Assim, qual o ponto de partida para enfrentar o problema da evasão escolar no âmbito da EJA? Uma resposta preliminar consiste na valorização da experiência dos alunos, de seus valores culturais e socioambientais. Outro fator de enfrentamento à evasão escolar poderá ser a disponibilidade de espaços físicos utilizados

para promover o processo formador, a integração dos educandos em atividades complementares que enriqueçam a EJA entendida aqui como um campo de ação pedagógica.

Uma educação de qualidade para a EJA em ambiente escolar entre outras questões passa necessariamente pelas condições estruturais das escolas e pelas condições socioculturais de seu processo de escolarização. Aliás, outra questão que envolve uma educação de qualidade é a vivência de um currículo atual e integrador de conteúdos e saberes, pautado na valorização da experiência do aluno, numa cultura de participação ativa na vida da escola e no reconhecimento do ser aluno como um ser sujeito de direitos, inserido na vida da comunidade e no mundo do trabalho, pois de outro modo não seria plausível a adoção de um currículo oficial comum expressando uma forma autoritária e mecânica de organizar o ensino o que, no mínimo, refletiria uma tentativa de manipulação das atividades (MOREIRA, 2010).

Por essas razões, coloca-se a necessária ruptura com um currículo tradicionalista, de práticas educacionais repetitivas e fragmentadas, deslocado da realidade e da experiência e embutido na falta de clareza sobre como realizar uma EJA problematizada na cultura dialógica em prol de um saber que conscientiza e “[...] reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação” (FREIRE, 1983, p.55).

Nesse campo não há como não considerar as dimensões da vida dos alunos que ultrapassam a convivência escolar e chegam ao ambiente da família, da comunidade e do trabalho. Obviamente, essas realidades concretas transcendem a ideia de uma EJA historicamente tratada a partir de um caráter emergencial e por muitas décadas marcadas por políticas educativas voltadas a combater ‘deficiências’ na formação escolar da juventude.

Na EJA a concepção de escola é um ponto de reflexão que não pode ser deixado de lado. Isso porque é necessário apontar algumas especificidades dessa modalidade de ensino que como mencionamos transcende o ambiente físico da escola. Na contramão da história poderíamos refletir, inicialmente sobre o objetivo maior da EJA no processo de formação da juventude ao apontar aproximações e distanciamentos de uma proposta educacional que considere muitos elementos formativos.

A democratização do acesso à educação e permanência no contexto da EJA respalda-se na exigência jurídica da CF/88 e da LDB 9394/96. É válido ressaltar que atuando

conjuntamente a esse arcabouço jurídico está o Plano Nacional de Educação (PNE)⁵, elaborado a cada decênio como preceitua o Artigo 214 do texto constitucional vigente.

Em relação às determinações estabelecidas no PNE, figura a meta precípua para a Educação de Jovens e Adultos que consiste em oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA na forma integrada à educação profissional, nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. De acordo com o plano, para alcançar esta meta os sistemas de ensino público desenvolverão estratégias voltadas à expansão das matrículas, à elevação do nível de escolaridade do trabalhador, planejando cursos de acordo com as características e especificidades do público da EJA, inclusive na modalidade de educação a distância.

Os referidos sistemas deverão atuar na melhoria da rede física de escolas públicas que desenvolvam a EJA, na produção de material didático, na formação continuada de docentes, organização de currículos e metodologias específicas para avaliação. Também deverão assegurar o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão exitosa de estudos cujo tempo e espaço pedagógicos deverão estar adequados aos jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, além de produção de material didático específico e formação continuada de professores. Interessante assinalar que todas essas ações definidas como estratégias no PNE e sob a incumbência dos sistemas de ensino estão necessariamente integradas à Educação Profissional e adstritas às escolas da rede pública de ensino do país.

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO E NA CIDADE

Os anseios de uma existência cidadina expressam um condicionamento social imposto por um modelo econômico consumista e excludente que suscita cada vez mais aos seus habitantes o desejo de adquirir bens, posições e condições ‘necessárias’ à inclusão socioeconômica. Concretamente, a cidade nesse contexto de mercado não é apenas um fenômeno social e cultural. É também uma entidade econômica que expressa um viver de desigualdades, de situações de exclusão e possibilidades de acessos econômicos.

Por outro lado, é válido perceber a cidade não exclusivamente como uma estrutura econômica, física e material, mas um lugar de vida que guarda um mundo ao mesmo tempo simbólico e perceptível à existência de seus habitantes. Essa conotação estética traz consigo

⁵ A vigência do PNE-Plano Nacional de Educação corresponde ao período de uma década, isto é, de 2011 a 2020. O Plano é um projeto de lei editado pelo Governo Federal com diretrizes objetivas e metas, as quais comportam estratégias, cuja concretização deverá se realizar no prazo de vigência do PNE.

uma lógica de sentido na ambiência da cidade, onde ter vida é saber dizer, saber fazer, ser parte de uma coletividade e expressar produtividade na concretude de sonhos e desejos.

No contexto urbano, ser escolarizado é condição fundamental para usufruir a vida na cidade, por mais simples que ela seja, a comunicação entre os indivíduos, é condição primordial para poder ver, ouvir, sentir e expressar conscientemente o viver de forma dinâmica e cidadã, como já nos dizia Freire (2001, p. 63) “[...] a palavra, a frase, o discurso articulado não se dão no ar. São históricos e sociais”.

Quando a vida nega ao ser humano essa potencialidade, isto é, a comunicação, todas as outras potencialidades humanas estão comprometidas, pois a comunicação é mediada pelo uso da linguagem que se estrutura no domínio da leitura e da escrita enquanto condições imprescindíveis para uma ação consciente dos sujeitos nesse mundo. Então, comunicar significa também compreender e deixar-se compreender, deter meios para intervir, participar e decidir. Decerto, no contexto de uma metrópole seja urbano ou rural, como é o caso de Belém seus habitantes e usuários dos lugares necessitam desse domínio à medida que pela expansão da fala e da escrita atuarão para fazer jus ao que lhes é de direito: direito à educação, saúde, moradia digna, transporte acessível e de qualidade, segurança, redes de infraestrutura como saneamento, energia elétrica, enfim direito a decidir sobre a aplicação dos recursos públicos em prol da coletividade e não de interesses exclusivamente econômicos.

O domínio sobre a linguagem escrita e da fala e, por conseguinte, das diversas formas de comunicação passa, obviamente, pelo real empoderamento dos sujeitos na luta pelo direito à informação seja educacional, tecnológica, artística ou de outras formas. Logo, domínio que faz do indivíduo um ser leitor e escritor capaz de expressar-se e de afirmar sua presença e participação cidadã, de fazer a diferença, registrando sua ação junto com outras ações.

Concretamente, na vida em sociedade observa-se que a falta de escolaridade é uma condição castradora de homens e mulheres. Seja na cidade ou no campo ambos são espaços, em que deve se efetivar o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações, essas práticas fomentam a necessária relação ao poder articulador que se expressa no âmbito individual e também no coletivo, orientando a busca dos sujeitos por condições humanas mais dignas.

Por outro lado, nesse pragmatismo social o real enfrentamento do contraste entre ação e submissão passa incontestavelmente pela educação dialógica, política e cidadã. O processo de escolarização, portanto, é a dimensão humana, social e política que insere necessariamente os sujeitos em espaços mais amplos de discussão, reivindicação e participação.

No contexto de uma metrópole como Belém, apesar de haver uma significativa oferta de estabelecimentos escolares na parte urbana, sejam estes públicos e privados, homens e

mulheres, por diversas razões, ainda se encontram sob a condição de analfabetismo ou pouca escolarização como ocorre no território ribeirinho do município. Essa carência educacional é uma realidade que como vimos anteriormente contraria o que está posto na LDB nº 9394/96.

No município de Belém o jugo da exclusão escolar, sobretudo aos habitantes do território ribeirinho de Belém alija homens e mulheres do exercício pleno de suas positivities. A ausência de escolaridade é uma sentença cruel a suas populações e funciona como importante fator de exclusão social, pois ainda que estejam continuamente em contato com o rio e a floresta, nada escapa ao fato de que necessitem de serviços públicos essenciais a uma permanência digna nas comunidades ribeirinhas.

Belém é parte de uma atualidade invariavelmente imersa num sistema econômico hostil que rege as ações e desejos humanos materializados na luta constante por direitos sociais e pelo acesso a bens e serviços à medida que integram a existência humana. Os excluídos socialmente estão aquém da satisfação de necessidades humanas básicas, como por exemplo, **a escolarização**, um importante meio de elevação dos níveis de escolaridade e formação profissional. Notadamente, uma condição necessária que auxilia o alcance de direitos e possibilidades concretas de sobrevivência nesse sistema.

Subjacente à ideia de crermos na escolaridade como potencialidade imprescindível à existência, aliás, não apenas como um direito, mas também como valioso contributo à emancipação de homens e mulheres, a não contemplação do direito à escolarização é um dano social que influencia negativamente a atuação e participação das pessoas na vida em sociedade. A ausência de escolaridade produz sofrimento humano, não apenas material, mas também político e sociocultural quaisquer que sejam os lugares da cidade e do campo onde estejam os oprimidos.

Quão penoso para um ser humano no contexto urbano ou do campo deve ser o enfrentamento de dificuldades pela ausência da leitura e da escrita. Quando essa realidade se impera na vida do sujeito, sua existência torna-se muito limitada. Inicialmente porque pensamos que existir é ter vida, é ter lugar nesse mundo, marcar presença, construir sua história, mas também porque oportunidades e, conseqüentemente, melhores condições de vida normalmente advém da educação escolar e profissional. Sua ausência dificulta seriamente as condições de existência, bem como de uma prática comunicadora e interativa que caracteriza a vida em sociedade.

As ações de governos e sociedade civil devem ser realizadas com esse ideal porque **escolarizar** não significa apenas aprender ler e escrever, pelo contrário é possibilitar aos seres humanos um processo de desenvolvimento humano que se efetiva na transformação subjetiva

e material. As políticas públicas desenvolvidas no âmbito educacional devem estar voltadas para potencializar as ações dos sujeitos na busca pela felicidade, pois não existe felicidade onde predomina analfabetismo, miséria e exclusão social.

Às políticas públicas está posta a necessidade de realizar planos, programas e projetos voltados à problemática educacional que envolve jovens e adultos na Belém Ribeirinha. Nesse intuito e por reconhecermos a educação um direito de todos, assegurado constitucionalmente, é importante um tratamento prioritário por parte das políticas públicas locais no sentido de atuar junto às causas de distanciamento de jovens e adultos do contexto educacional, assim como realizar ações efetivas para solucionar esse grave problema social.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Desde a década de 90, no Brasil, a Educação do Campo tem se constituído num movimento em defesa dos interesses dos trabalhadores do campo. Na verdade, um movimento que assume sua materialidade na luta por mais justiça social, o que implica o exercício regular de direitos. As políticas públicas para o campo ainda que justificadas no rol de direitos sociais trazidos pela Constituição de 1988 são decorrentes dos muitos debates e enfrentamentos que marcam os movimentos sociais cuja bandeira de luta é a realidade do campo no Brasil. Por isso vale afirmar que:

Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas. (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 19).

Embora sua ação seja eminentemente política os movimentos sociais organizados com e para os sujeitos do campo não deixam de ter na essencialidade de seus feitos um caráter pedagógico. Isto porque sabemos que a Educação do Campo apresenta contornos de política pública e de mobilização popular. A Educação do Campo configura-se como política pública porque todo seu embasamento político tem como pano de fundo o ordenamento jurídico nacional ao que pese a Constituição de 1988 e a Lei Geral da Educação Nacional – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Partindo dessas matrizes legais, o sistema educacional brasileiro teve que se curvar aos clamores dos trabalhadores do campo no Brasil como os povos da floresta, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas.

A LDB nº 9394/96 deu visibilidade a esse modelo de educação, pois além da definição acerca da Educação do Campo especificou sua atuação, acesso e condições de atendimento. A partir da Lei Geral da Educação, o aparato normativo dos governos em nível federal, estadual e municipal se estruturou para pensar como atender aos anseios e mobilizações dos movimentos sociais pela educação do campo. Contudo, o aspecto formal das políticas públicas dependia diretamente da materialidade apresentada a cada demanda proposta. Assim, a Educação do Campo possui um elemento caracterizador, a mobilização popular da qual resultam com caráter de especificidade as ações governamentais. Para exemplificar seu caráter formal, fazemos referência às Resoluções do Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 01/2002), às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo dispostas no Parecer nº 36/2001 entre outras regulamentações.

Para além de ser uma política pública de governo a Educação do Campo é um projeto educativo alternativo às populações do campo que se desloca de um caráter generalista para ser uma estratégia de luta e de enfrentamento aos percalços que marcam a vida de seus sujeitos no decorrer de sua existência histórica. Assim, referimo-nos às dificuldades de acesso a uma educação pública de qualidade. Qualidade que engloba condições físicas de existência referentes ao espaço escolar, relacionadas ao acesso e permanência, a aspectos formativos e tantos outros vinculados às práticas sociais da diversidade sociocultural desses sujeitos em suas territorialidades. Por outro lado, na educação do campo, a escola do campo é aquela:

[...] que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, p. 53).

A nosso ver, a expressão Educação do Campo apresenta dois termos fundantes em sua composição ‘educação’ e ‘campo’. Ao referir **Educação** apontamos a possibilidade de processo na ação conglobante de teorias e práticas sociais que levam à escolarização e mudança. Mudança bem no sentido do que esboça Paulo Freire em sua obra “Educação e Mudança” (1998). O termo **Campo** carrega consigo uma realidade marcada pela singularidade dos modos de vida e trabalho de suas populações. Assim, a experiência pedagógica se realiza paralelamente às experiências que decorrem de outras ações nos campos político, econômico e sociocultural. Decerto, não caberia afirmar que essas experiências se dão simultaneamente, pois como mencionamos anteriormente a educação é um processo que implica necessariamente mudança.

Queremos dizer que a educação ao ser um projeto educativo abarca muito mais elementos em sua dinâmica estruturante, ou seja, em sua forma de atuar no contexto político, especificamente. Inferimos que a Educação do Campo tem uma força valorativa que associa experiência, trabalho e cultura. Nela a subjetividade é algo determinante porque insere efetivamente os sujeitos e suas práticas sociais. Assim:

Para que a escola do campo contribua no fortalecimento das lutas de resistência dos camponeses, é imprescindível garantir a articulação político- pedagógica entre a escola e a comunidade, a partir da democratização do acesso ao conhecimento científico. As estratégias adequadas ao cultivo desta participação devem promover a construção de espaços coletivos de decisão sobre os trabalhos a serem executados e sobre as prioridades das comunidades nas quais a escola pode vir a ter contribuições. (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 26).

Esses elementos constitutivos estão em primeiro plano, sobretudo, porque a Educação do Campo não se reduz a ser um ramo da pedagogia, unicamente, mas porque implica conduta individual e social de seus sujeitos ao longo de sua trajetória histórica. É sim um novo rumo para uma educação que busca transformar realidades, isto é, realizar a mudança social.

Com efeito, caberia aqui afirmar a emergência de uma educação que se constrói no chão da realidade brasileira e isto significa uma educação que agrega atributos vinculados propositalmente aos valores do campo que inspiram seus sujeitos na luta cotidiana por mais dignidade e respeito aos direitos e sua fundamentalidade - vida, liberdade, propriedade, segurança, trabalho, transporte, saúde e educação. Assim surgiu e necessariamente está diretamente relacionada à luta por melhores condições de permanência no campo, o que implica principalmente vida e trabalho. A carga valorativa desse projeto educativo se dá nas instâncias social, política e individual. Ao ser um campo de luta assume características essenciais em relação ao posicionamento individual e social de seus sujeitos, revelando e definindo um conteúdo identitário da materialidade da vida no campo. Esse posicionamento é que define esse novo rumo da Educação ao anunciar e defender seus principais propósitos políticos, culturais, sociais e mesmo econômicos.

Assim se veem e se encontram associados, entrelaçados, entremeados e interligados os termos ‘educação’ e ‘campo’ por trazerem consigo não apenas uma denominação, antes, porém, uma mensagem que fortalece um segmento populacional da sociedade brasileira, involuntariamente desconsiderado ao longo de nossa história.

A expressão Educação do campo transmite-nos o real conceito da educação organizada a partir dos valores do campo e também com outro diferencial as práticas sociais que presentemente buscamos teorizar. Contudo, essa mesma expressão está além de ser um apelo social, pois sua complexidade é nada mais nada menos edificada na conscientização e

problematização da precariedade da educação e da vida de sujeitos localizados pouco ou muito distantes das cidades urbanas e quase sempre metropolitanas.

Por isso mesmo a Educação do Campo se distingue da educação rural concebida naqueles tempos em que se dava o final do Século XIX - com a Proclamação da República em 1889 e a promulgação da primeira Constituição Brasileira em 1891. Essa mesma educação rural de outrora com sua quase não presença e caráter assistencialista pouco fazia e fez, deixando um legado de miséria, exclusão e desesperança para os habitantes dos municípios brasileiros localizados no meio rural.

O protagonismo dos movimentos sociais e a presença de marcos legais legitimando a educação do campo como modalidade de ensino em 2010 resultaram na construção de uma política nacional de educação do campo no Brasil essencialmente voltada aos seus sujeitos. Nessa perspectiva:

Dentre os marcos legais conquistados, destaca-se o Decreto nº 7.352/2010, que alçou a Educação do Campo à política de Estado, superando os limites existentes em sua execução apenas a partir de programas de governo, sem nenhuma garantia de permanência e continuidade. Do conjunto dos artigos que o compõem, destaque-se o que constitui o pilar estruturante, os objetivos principais de determinado diploma legal: Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 21).

Inicialmente o Decreto 7.352/2010, Artigo 1º, § 1º, Inciso I entende como populações do campo aquelas constituídas por agricultores que trabalham na agricultura familiar, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Ao definir claramente as populações do campo, percebe-se uma delimitação ao mesmo tempo territorial, cultural e socioeconômica. Nem todo aquele que trabalha ou mora no campo pode ser considerado como integrante de uma população do campo. É necessário ter condições materiais de vida identificadas com os segmentos populacionais mencionados acima.

De modo semelhante é definida no Art. 1º, inciso II do Decreto 7352/2010 a escola do campo como aquela situada em área rural, de acordo com a definição do IBGE ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo. Ainda conforme o Art. 1º e respectivos parágrafos:

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Ainda, conforme preceitua o Art. 2º do Decreto 7352/2010, uma educação do campo se norteia por princípios fundamentados na diversidade ambiental, étnico racial, de gênero, da tradição e de seus aspectos socioculturais, políticos e econômicos. Assim, as escolas do campo formularão seus projetos político-pedagógicos valorizando os saberes, as experiências e os estudos atuando para promover um desenvolvimento social justo e ambientalmente sustentável para seu público articulando suas ações com a realidade do trabalho, as condições concretas de sua produção e reprodução social da vida no campo. Aliás, a escola é:

[...] desafiada a ir além do conhecimento estanque, fragmentado, moldado em saberes denominados de científicos ou disciplinares. À escola do presente está posta a cobrança de que esta saiba reconhecer e valorizar os mais diversos saberes, sejam estes oriundos das ciências ou das experiências de vida dos envolvidos – educadores e educandos – em interações dialógicas, conforme recomendava Paulo Freire. (SILVA, J., 2004, p. 21).

Nessa perspectiva, a construção da identidade das escolas do campo com suas populações empodera sua atuação em outras instâncias de participação, isto é, no âmbito dos movimentos sociais tendo em vista o fortalecimento da educação do campo, bem como o controle social da qualidade da educação.

Assim, ao pensarmos a educação do campo no contexto de luta dos movimentos sociais do campo é imprescindível reconhecer que há uma luta histórica por uma Educação diferenciada, engajada em um processo de transformação e renovação da educação. Uma educação que não possa estar dissociada do trabalho cooperativo, saneamento, a organização social, condições essas minimamente necessárias à realidade. (SOUZA D., 2012, p. 6).

As práticas educativas das Escolas do Campo são construídas a partir de um conjunto de princípios que tem a ver com a questão do trabalho, dos valores, da sociedade rural. Um exemplo prático para ajudar-nos a fazer essa diferenciação é perceber que em muitos casos a emergência de uma escola na realidade do campo se dá pela ação reivindicatória das populações onde a escola se localiza, isto é, as escolas do campo possuem um caráter essencialmente político ancorado na experiência de avanços e recuos que os sujeitos do campo travam por meio do bom combate, da luta cotidiana pela garantia a direitos. Nem sempre as escolas do meio rural alcançam esse protagonismo na luta política, pois para isso é necessário o fortalecimento dos processos de conscientização, autonomia, persistência e

proposição. Algo possível no âmbito da educação popular e dos movimentos sociais do campo cuja pauta de luta se constrói nas demandas e necessidades de suas populações.

Diante do exposto, entendemos ser a Escola do Campo, preferencialmente envolvida na realidade de seus sujeitos, ou seja, sempre disposta a enfrentar desafios porque na imagem do tempo presente não se vê refletida em projetos educacionais que limitam a criatividade, as práticas de pesquisa e a problematização da realidade à medida que praticam uma educação como princípio valorativo e libertador.

2.2.1 A Presença da Pedagogia da Alternância nas Escolas do Campo.

A Pedagogia da Alternância ao longo de quatro décadas se faz presente na realidade das escolas do campo no Brasil, primeiro país da América Latina a desenvolver no estado do Espírito Santo, em 1968, as Escolas de Famílias Agrícolas. Atualmente encontra-se inserida na realidade educacional brasileira em diferentes regiões, inclusive na Amazônia Paraense.

A Pedagogia da Alternância articula conhecimento sistematizado e saberes e experiências próprias dos espaços de vida e trabalho dos estudantes e suas comunidades. Seu reconhecimento oficial se dá à medida que se insere na Educação do Campo e passa a ser considerada uma estratégia educacional ao desenvolvimento socioeconômico do meio rural. “Ela brota do desejo de não cortar raízes [...] Busca integrar a escola com a família e a comunidade do educando.” (CALDART, 2011, p. 104).

A Pedagogia da Alternância desenvolve uma aproximação efetiva entre a escola, a comunidade e a família na medida em que se realiza em tempos e espaços distintos, contudo complementares **o tempo escolar (ambiente escolar) e o tempo comunidade (ambiente comunitário):**

O tempo escola, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam para realizar tarefas que garantam o funcionamento da escola, avaliam o processo e participam do planejamento das atividades, vivenciam e aprofundam valores;

O tempo comunidade, que é o momento onde os educandos realizam atividades de pesquisa da sua realidade, de registro desta experiência, de práticas que permitam a troca de conhecimento nos vários aspectos [...] (CALDART, 2011, p. 105).

Assim, a Pedagogia da Alternância se faz presente nos Centros Familiares de Formação em Alternância cuja atuação compreende além do processo educacional a participação política no âmbito dos movimentos sociais. Essa articulação entre as casas escolas e os movimentos sociais do campo no país levou o Conselho Nacional de Educação a aprovar o Parecer nº 1 em 1º de fevereiro de 2003 da Câmara de Educação Básica que regulamentou a organização dos

dias letivos e a certificação dos estudantes inseridos nas escolas embasadas na proposta pedagógica e metodológica da Pedagogia da Alternância.

No âmbito do Ministério da Educação e por meio de sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) a Pedagogia da Alternância se insere como proposta educacional da educação do campo por meio de projetos às demandas, especificidades e diversidade das populações do campo. É o que podemos perceber se levarmos em conta o artigo 7º, § 2º, do Parecer da CNB:

As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Nessa perspectiva, podemos mesmo afirmar que passo a passo as escolas do campo assumem uma identidade singular, pautada na organização do ensino com ênfase na formulação de uma proposta desenvolvida em diferentes tempos de formação e espaços pedagógicos. Afirmamos isto porque os princípios educativos que orientam a seleção e organização dos conteúdos curriculares, objetivos e metodologias diferem sutilmente da maioria das escolas que adotam uma organização curricular do ensino predominantemente comum sem muitas diferenciações. Contudo, é necessário reconhecer que:

Apesar de cada autor utilizar termos próprios para definição das formas existentes de alternância, as tipologias estabelecidas apresentam bastantes semelhanças entre si e referem-se à alternância justa positiva ou falsa alternância - que se caracteriza pela sucessão temporal de períodos consagrados a atividades diferentes em locais diferentes, sem o estabelecimento de nenhuma ligação explícita entre a formação e atividades práticas; à alternância aproximativa ou associativa - que apesar de envolver certo nível de organização didática na vinculação dos dois tempos e espaços da formação, caracteriza-se muito mais por uma simples adição de atividades entre si; e à alternância real ou integrativa, que consiste em efetivo envolvimento do educando em tarefas da atividade produtiva, de maneira a relacionar suas ações à reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas. (SILVA L., 2010, pp. 185-186).

A Pedagogia da Alternância corresponde a momentos de atividades escolares e de atividades no meio socioprofissional em que o aluno se encontra. Há uma alternância de tempos e lugares na formação, cujas disciplinas escolares básicas e atividades pedagógicas englobam temáticas relativas à vida familiar e comunitária e caminham paralelamente ao estudo do meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (GIMONET, 1999; ESTEVAM, 2003; SILVA, 2005).

As escolas ancoradas na Pedagogia da Alternância experimentam uma inserção nas experiências e saberes da vida social, o local da escola é o local da cultura que ampara a construção de novos saberes, novos estudos construídos e confirmados no seio de histórias

humanas individuais e coletivas. Esse pensamento educacional construído nas teias do tecido social empoderam concretamente o processo de emancipação dos sujeitos à medida que contraria o processo de homogeneização social e cultural praticado historicamente pelo sistema educacional na sociedade brasileira.

Nosso entendimento é que não se prioriza uma transferência fragmentadora de conceitos, ideias, teorias e métodos, sobretudo, se nos referirmos aos modelos hegemônicos de formação educacional historicamente praticados uma vez que o processo em si se utiliza de instrumentos pedagógicos que asseguram a inserção na vida social e coletiva. É evidente que uma organização do ensino desenvolvida em diferentes tempos e espaços pedagógicos deve observar o direito à educação escolar e ao desenvolvimento das potencialidades cognitivas. Por outro lado, embora os objetivos educacionais desmoronem a lógica mercadológica do sistema, não significa dizer que essa organização pedagógica do ensino irá resolver todos os problemas socioculturais do campo.

Ao reconhecermos a Pedagogia da alternância como uma possibilidade efetiva de prática pedagógica problematizadora da realidade, em especial, da realidade da juventude do campo compreendemos que suas escolas são verdadeiros campos de estudo, predominantemente voltados aos interesses populares. Nesse intuito atuam constituindo-se como uma alternativa à lógica neoliberal do ensino que produz injustiças sociais como a negação do acesso e permanência à escola na idade adequada, além de exclusão social causada pelas desigualdades regionais e socio econômicas. Assim, as escolas constituíram-se como resultado das mobilizações dos movimentos sociais do campo e da apresentação por parte dos sujeitos coletivos de proposições e práticas inovadoras, sintonizadas com as especificidades que configuram a diversidade socio territorial do campo no Brasil (HAGE, 2011).

Por essas razões as escolas do campo ambientadas na Pedagogia da Alternância possuem uma filosofia incompatível ao mecanismo de controle social do sistema, anunciando, sobretudo um projeto ao mesmo tempo político e educacional como um novo caminho à realidade educacional. Ela também se insere como Educação Popular ao mobilizar o processo educacional de forma conjunta com as famílias e as comunidades dos educandos. Uma análise detalhada de sua operacionalização revela a valorização de conhecimentos prévios pautada na afirmação de saberes, fundamentados na experiência popular enquanto realidades culturais que obviamente fazem parte do cotidiano escolar e de suas matrizes educacionais.

A LDB nº 9394/96, no artigo 28, contemplou a educação do campo ao dispor sobre a oferta da educação básica, evidenciando a necessidade de adequações de seus currículos e

propostas metodológicas, especialmente, na organização escolar e calendário que considerem as condições ambientais, climáticas e atividades humanas praticadas, bem como a natureza do trabalho na zona rural. Nessa perspectiva, a educação do campo torna-se gradualmente um projeto institucional das escolas do campo que veem na Pedagogia da Alternância um caminho para contemplar o acesso e a permanência do jovem e do adulto ao longo do processo de escolarização, pois:

[...] Sendo a Educação do Campo considerada estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, a Pedagogia da Alternância nesse âmbito passou a mostrar-se como uma alternativa adequada para a educação básica, especialmente para os anos finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, devido à relação expressiva que promove entre as três agências educativas – família, comunidade e escola. (CORDEIRO; HAGE; REIS, 2011, p. 121).

Nesse sentido, diferentemente do sistema educativo baseado na seriação, as escolas do campo tendem cada vez mais a utilizar práticas pedagógicas alternativas como a da Alternância buscando alcançar uma proximidade maior entre teoria e prática, ensino e aprendizagem, conhecimento e realidade. Estrategicamente, essas escolas seguem rumos diferentes no que concerne à formulação e operacionalização de suas propostas curriculares,

2.2.2 A Pedagogia da Alternância no Pensamento Educacional Brasileiro

A Pedagogia da Alternância está presente em nosso país, principalmente nas escolas localizadas no meio rural. Essas escolas são conhecidas como EFAS - Escolas Família Agrícola e as CFR - Casas Familiares Rurais. Como há uma proximidade de propostas entre elas é utilizada a terminologia genérica 'CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância' para se referir às instituições que praticam no meio rural a pedagogia da alternância na educação da juventude.

Mesmo presente com certa regularidade nas escolas do campo, segundo Estevam (2003, p.14) a proposta da alternância ainda é discutida com pouca ênfase no meio acadêmico e nos órgãos técnicos e oficiais. Queiroz (2002) aponta essa mesma carência de estudos em relação ao tema e às suas características pedagógicas.

O levantamento da produção científica voltada à Pedagogia da Alternância na realidade do campo no Brasil consta de uma síntese realizada a partir de um artigo por nós publicado com o objetivo de mapear e discutir parte da produção acadêmica de programas de pós-graduação em educação (nível 4/CAPES), especificamente, em nível de doutorado buscando estabelecer um esboço inicial do 'estado do conhecimento' nesse campo da

pedagogia em nosso país. Interessante destacar que as produções acadêmicas de caráter científico relacionam a Pedagogia da Alternância à Educação do Campo, das CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância’, Educação Rural e Educação de Jovens no Campo. Nesse sentido, a **Pedagogia da Alternância** consistiu no foco principal de nosso levantamento bibliográfico e sua estreita aproximação à educação do campo, onde analisamos comparativamente o quantitativo, o nível de interesse dessas pesquisas e suas implicações na produção relativa a esse campo educacional.

Apesar de empreendermos uma busca inicialmente genérica da educação no meio rural contabilizando 695 trabalhos, priorizamos as produções diretamente relacionadas ao tema em questão no período de tempo de uma década (1999/2009). Assim, delimitamos a busca com o tema específico de Pedagogia da Alternância e educação do campo resultando em 15 teses no período. Vale ressaltar que o maior número de teses acerca dessa temática está nas universidades da Região Sudeste, seguida das regiões, Sul, Centro-Oeste e Nordeste: 02 (duas) da Universidade de São Paulo, 02 (duas) da Universidade Estadual Paulista, 01 (uma) da Universidade Federal de Minas Gerais, 01 (uma) da Universidade Federal do Espírito Santo, 01 (uma) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 02 da Universidade Federal de Santa Catarina, 01 (uma) da Universidade Federal do Paraná, 02 (duas) da Universidade Nacional de Brasília, Na região Nordeste selecionamos 02 (duas) teses da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e 01 (uma) da Universidade Federal da Bahia.

Apresentamos na Tabela 1, o levantamento relacionado às preferências metodológicas dos autores no campo da Pedagogia da Alternância.

Tabela 1 - Preferências Metodológicas na Elaboração das Teses.

Nº	FOCO METODOLÓGICO	%
01	Estudo de caso	50,00%
02	Pesquisa documental e etnográfica	35,10%
03	Pesquisa narrativa e análise de discurso	14,90%
TOTAL		100,00 %

Fonte: Pesquisa Bibliográfica, 2011. Organização: Autora.

Notoriamente, o estudo de caso constitui a preferência metodológica utilizada em 50% das pesquisas, seguida da pesquisa documental e pesquisa etnográfica com 35,10% e pesquisa narrativa embasada na análise do discurso com 14,90% . Como mencionado anteriormente selecionamos quinze trabalhos, organizando-os na Tabela 2 por eixos temáticos.

Tabela 2 - Organização da Produção Científica por Eixos Temáticos

Nº	EIXOS TEMÁTICOS	Quantidade	%
01	Pedagogia da Alternância e Educação do Campo	09	60,00%
02	Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento	03	20,00%
03	Processo de implantação de CEFFA's no Brasil e Relação entre Educação e Trabalho	03	20,00%
TOTAL		15	100,00%

Fonte: Pesquisa Bibliográfica, 2011. Organização: Autora.

Os dados acima demonstram que os temas mais investigados em relação à Pedagogia da Alternância referem-se ao eixo temático da Educação do Campo representando 60,00% da produção nacional, distribuindo-se igualmente o percentual restante entre eixos temáticos da Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento, 20% e Processo de Implantação de CEFFAS e Relação entre educação e trabalho, também 20%. Demonstramos a seguir os conteúdos dos eixos temáticos conforme explicitados na tabela acima.

No **Primeiro Eixo Temático** intitulado '**Pedagogia da Alternância e Educação do Campo**':

- ✓ Azevedo (1999); Cavalcante (2007); Cordeiro (2009); Cuyabano (2005); Estevam (2009); Oliveira (2008); Rodrigues (2008); Santos (2006); Silva P. (2006) em linhas gerais analisam os pressupostos da Pedagogia da Alternância e a prática educativa no contexto da educação do campo, bem como sua importância na realidade dos jovens e do ambiente comunitário. Os trabalhos dessa linha temática são caracterizados pelo estudo de caso como metodologia de pesquisa, desenvolvendo pesquisa documental e pesquisa de campo com ampla investigação do objeto estudado. Em geral, os autores desses textos descrevem e analisam criticamente o aspecto sócio histórico da prática educativa da Alternância no Brasil no contexto das escolas rurais, envolvidas na relação educação e trabalho, e de modo particular o que diz respeito à realidade simbólica e material dos trabalhadores do campo.

No **Segundo Eixo Temático** intitulado '**Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento**':

- ✓ Passador (2003); Chaves (2004); e Dansa (2008) apresentam como focos de investigação: desenvolvimento local, desenvolvimento rural e desenvolvimento social. Cada um dos autores realizou o processo de investigação mediante estudo de caso desenvolvendo a pesquisa empírica e pesquisa etnográfica, associadas à compreensão

da Pedagogia da Alternância como uma alternativa de educação à juventude do campo no Brasil. São considerados elementos do meio sócio cultural sob a ótica do fortalecimento da agricultura familiar e da qualidade de vida das populações do campo, tomando em conta o desenvolvimento sustentável como processo resultante dessa formação educacional.

No Terceiro Eixo Temático ‘Processo de Implantação de CEFFAS no Brasil e Relação entre Educação e Trabalho’:

- ✓ Silva L. (2000); Queiroz (2004); e Correa (2008) abordam sobre o processo de implantação das CEFFAS no Brasil e sua relação com o fortalecimento da agricultura familiar. As pesquisas de cunho qualitativo e sob a ótica da teoria das representações sociais buscam demonstrar a importância, o simbolismo, os parâmetros, possibilidades, limites e perspectivas desse projeto nos estados como iniciativa de escolarização e profissionalização da juventude do campo. Em linhas gerais, as pesquisas investigam a dinâmica e os resultados dessa proposta educacional como resposta às dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar e em razão da desmotivação dos jovens camponeses em relação ao ensino praticado nas escolas do ambiente urbano.

Sintetizando, as escolas do campo encontram na Pedagogia da Alternância uma estratégia pedagógica para assegurar acesso e permanência da juventude do campo no processo de escolarização. O público das escolas do campo que trabalham por meio da Pedagogia da Alternância é constituído basicamente por trabalhadores de atividades econômicas de base familiar e comunitária, pois:

É em oposição ao modelo tradicional de escola e de educação presentes no campo que a concepção de alternância é construída no universo representacional dos atores da Escola-Família. [...] A ideia de alternância adquire, assim, um sentido de estratégia de escolarização, que possibilita aos jovens que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas da unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural. (SILVA, L., 2003, pp.238-239).

Nesse contexto, como forma de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, inferimos a presença da **Pedagogia da Alternância** em algumas realidades da Região Amazônica, inclusive na Amazônia Paraense como é o caso da Ilha de Caratateua no município de Belém onde se dá a atuação da Casa Escola da Pesca, vinculada à Fundação Escola Bosque.

3

O TERRITÓRIO, SEUS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS: TRADIÇÃO, TRABALHO E CONVIVIALIDADES.

A Região Norte apresenta o mais importante ecossistema do planeta, uma imensa floresta e a maior bacia hidrográfica do mundo formada pelo Rio Amazonas e suas centenas de afluentes. A maior região do país em extensão territorial com uma área de 3.869.637 km² equivalente a 42,2 % do território nacional, segundo estimativas do IBGE/2012 é a menos povoada das regiões brasileiras, pois apresenta uma população de 16.318.163 habitantes e densidade demográfica de 4,2 habitantes por km².

A população é formada por mestiços, descendentes de indígenas, negros e portugueses, além de imigrantes que vieram de outras regiões do país, especialmente, durante o ciclo da borracha no início do século XX e da implantação de grandes projetos de desenvolvimento regional no período dos governos militares. Esse processo migratório também ocorre nos dias atuais, principalmente, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, município de Altamira, situado no centro-oeste do estado do Pará.

As interferências da globalização econômica na vida das grandes cidades chegam aos lugares geograficamente distantes dos centros urbanos e influem na vida de sua população. O agronegócio, a exploração de minérios e outros recursos naturais são exemplos da interferência econômica de grandes projetos nas condições de auto sustento e sobrevivência das comunidades tradicionais no espaço amazônico.

As populações tradicionais - quilombolas, ribeirinhos e extrativistas - historicamente ocupam o espaço amazônico, organizadas segundo valores tradicionais de sua cultura. Decerto, a Amazônia com sua imensa diversidade geográfica, sociocultural e econômica registra a presença de várias comunidades tradicionais que dependem diretamente de essencialidades territoriais como o rio, a floresta e seus recursos naturais, os saberes, as tradições, os costumes, as diversas etnias e grupamentos humanos que se encontram e convivem nesse espaço.

Aliás, as populações presentes na Amazônia possuem características peculiares cujos modos de vida se encontram diretamente relacionados ao uso da base material e imaterial presente no território que define a ocorrência de suas práticas sociais. É sabido que na

Amazônia as populações tradicionais apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso de seus recursos naturais voltados principalmente à subsistência, modelo produtivo caracterizado pelo uso intensivo de mão de obra familiar, de tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Segundo Arruda (1999, p. 79-80), “as populações caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes em geral ocupam a região há muito tempo [...] com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente”.

No território amazônico, a relação entre diversidade material e imaterial presente no modo de vida das populações tradicionais permeia as diversas práticas sociais realizadas seja no âmbito individual ou coletivo. Por outro lado, práticas e ações específicas sobre o território podem também demonstrar estratégias de sobrevivência relacionadas a problemas socioambientais, especialmente, à degradação ambiental, à poluição dos rios, aos focos de doenças resultantes dessa degradação e à precariedade nas condições de saneamento básico, soma-se a estas ocorrências, dificuldades relacionadas à formação educacional e profissional de seus habitantes.

O **território** é um termo empregado em nossa análise porque nele e a partir dele se realizam múltiplas relações - de vizinhança, de poder e relações produtivas. Cada um desses aspectos evidencia as condições de vida de sua população. Contudo, reconhecemos que sua concepção ultrapassa o limite da geografia e traz consigo uma gama de significados e representações que em diferentes situações da realidade amazônica poderá constituir-se como fonte inspiradora de muitas reflexões, especialmente, sob nossa óptica aquelas relacionadas à realidade da população ribeirinha habitante de Belém. Nesse sentido, consideramos que o território em si “só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, B., 2002, p. 22).

O território como um espaço físico dotado de aspectos materiais e imateriais integra num todo delimitado a base existencial em que pessoas estabelecem relações entre si e entre os objetos presentes nesse espaço, definido e delimitado, portanto, por agentes e objetos. Assim, alcançamos a compreensão de territorialidade amazônica como submissão aos usos e sentidos que os atores sociais experienciam no território, englobando, desse modo tanto o espaço delimitado como a ação humana efetiva sobre esse espaço.

A gestão dos sujeitos sobre o território é econômica, jurídica, política e cultural no tempo, no espaço e no processo de construção e reconstrução que dinamiza o território. A participação humana na gestão desse espaço, no uso das técnicas disponíveis, apreendidas,

construídas e transformadas resulta num processo de conscientização que instrumentaliza a concreção de pertencimento a esse lugar.

Na constituição de um território, como o amazônico, são muitos os aspectos a considerar - a localização geográfica, os sujeitos, os recursos naturais, a divisão social do trabalho, a atividade produtiva, as tradições, os costumes. Como mencionamos anteriormente, a participação humana na gestão do território se dá em muitas dimensões como vertentes que valoram a existência desses aspectos, os quais expressam a presença dos sujeitos, objetos e técnicas em constante interação.

Outro ponto a considerar na constituição do território é a especialização produtiva em regiões que antes produziam para sua subsistência. Essa especialização intensifica o movimento de trocas possibilitado pela inserção de conhecimentos científicos e tecnológicos cada vez mais avançados “[...] quanto maior a inserção da ciência e tecnologia mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área” (SANTOS M., 1988, p.18). A esse respeito e tendo em vista o constante processo de integração entre a cidade e o campo por meio das técnicas produtivas, especialmente, nas regiões metropolitanas e de grandes áreas sob sua influência é cabível reconhecer que nos dias atuais não cabe mais afirmar que existam dicotomias intransponíveis entre a cidade e o campo, a atividade agrícola e a industrial. Os diferentes espaços caminham continuamente para uma integração entre técnicas, saberes e tecnologias.

Nesse sentido, os sujeitos do campo são atores sociais que também interagem com o urbano e, nessa interação, sua atuação e vivência se ampliam ao experienciar mercados onde esses dois espaços se confundem, obviamente. Isso é possível devido o acesso cada vez mais facilitado aos meios de transporte e às comunicações, que por sua vez são decorrentes de uma nova lógica produtiva de ordem mundial. Acresça-se que, no presente, ainda há lugares que permanecem com seus esquemas organizativos e estruturantes, contudo, a história vigorosamente dinâmica se inscreve na vida dos lugares para registrar que as situações mudam porque “todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (SANTOS M., 1988, p.19).

No tempo presente, as relações entre campo e cidade se tornam intensivas, assim como são cada vez mais contínuas as trocas entre eles, especialmente no patamar mercadológico. A mobilidade crescente de pessoas e objetos entre esses lugares, próximos ou longínquos, intensifica os fluxos como assevera Santos, M. (1988, p. 20) “[...] só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extra local insere essas atividades em nexos cada vez mais extras locais”.

Seguramente, cremos que em cada lugar os fatos, as situações e os acontecimentos que nele ocorrem estão relacionados com o todo que se insere num contexto ampliado. São constatações passíveis de serem observadas na realidade de muitos lugares, porém, parece-nos pouco provável que ocorram da mesma forma, pois cada lugar é único, assim como são suas especificidades e generalizações.

A territorialidade corresponde, sobretudo, às diferentes formas de convivialidades, aos distintos modos com os quais os sujeitos reconhecem e interagem sobre a base material e imaterial desse espaço e seus correspondentes objetos, produzindo enquanto sociedade as condições necessárias à conscientização, à participação e ao poder produtor em diferentes setores das relações sociais.

Assim, reconhecendo a ação humana sobre o território, especificamente, o amazônico, imprimindo presença e tecendo territorialidade, nossa reflexão enseja compreender os processos de enfrentamento das dificuldades, das experiências de injustiça social e, conseqüentemente, da busca de soluções cotidianas às contradições desse lugar em seu tempo histórico, à medida que:

[...] Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (SANTOS, M., 1999, p.44).

Ao analisar a relação inseparável entre lugar e sujeitos, a compreensão de território como um objeto indivisível da vida das pessoas se dá pelo reconhecimento de uma realidade ao mesmo tempo material e simbólica. Por força dessa assaz condição, o território não é um lugar estático, inerte às ações do tempo e dos sujeitos, pelo contrário o concebemos como uma realidade histórica, cultural e dinâmica no tempo e no espaço, um lugar que vincula aos objetos e às técnicas, materialidade e dialeticidade, relativizando o seu uso, integrando-os num conjunto de vida, retirando-os de sua abstração empírica e atribuindo-lhes efetividade histórica.

O território amazônico nessa perspectiva é um lugar dinâmico e repleto de sentidos para os sujeitos que historicamente nele atuam realizando trabalho e produzindo cultura. GUERRA et al, 2008, p.79 afirma que “[...] O lugar se mostra como objetivação e expressa o conteúdo histórico das realidades sociais. Por ele se realiza a ação da comunidade e dos indivíduos que se projetam como comunidade”.

Numa justa medida, Santos M. (1999) agrega ao território a vida em sociedade como o recurso mais significativo que vivifica e atribui sentido à sua existência. Para ele a sociedade,

isto é, o homem é aquele que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. A vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente.

O sobredito autor na obra *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção* evidencia que o espaço natural por meio das trocas entre seus elementos está em constante movimento, renovando continuamente sua identidade devido aos aspectos de sua existência, pois “[...] graças a essa ação transformadora sempre presente, a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra realidade” (SANTOS M., 1999, p. 106).

Nosso entendimento é de que as técnicas de uso do lugar socialmente construído auxiliam as estratégias de territorialidade para assegurar a sobrevivência de seus sujeitos no enfrentamento de múltiplas questões relacionadas às especificidades ambientais e às ações de uso e ocupação desse lugar. Asseveramos que a existência histórica das técnicas é a tônica da história atual ao nos permitir reconhecer a impossibilidade de considerar os lugares como um fim em si mesmo.

O território enquanto lugar que extrapola o aspecto físico e material é também um lugar social, político, econômico e cultural constituído historicamente na concretude das práticas sociais e culturais. Na Amazônia, esses elementos transbordam vida na ambiência das coletividades e manifestam a complexidade de sua organização. Em cada lugar a comunidade como organização política, econômica, social e cultural ao dar-lhe vida e sentido comunica uma identidade que a diferencia de outros espaços.

Para Santos, M. (1998, p. 317) “[...] um território cultural marcado pelas distinções do material e do espiritual, do externo e do interno” expressa a vida em comunidade. O autor remete à noção de espaço-tempo para trabalhar o conceito de comunidade numa perspectiva de inclusão social à medida que parece conceitualmente claro que a concepção de inclusão, neste caso, implica em considerar outros termos como a diferenciação territorial, o aspecto cultural e o acesso a condições dignas de existência.

A condição humana de existência no âmbito das práticas sociais em contextos territoriais define o que é variável ou comum aos lugares. As práticas sociais se desenvolvem no espaço material, os diversos usos e conhecimentos dinamizam a relação entre os sujeitos, objetos e técnicas. No espaço imaterial, no âmbito comunitário, o território enquanto espaço da vida humana é o lugar de múltiplas representações, carregado de simbolismo onde se efetiva a condição relacional e intrínseca entre homem e espaço. Assim, “o território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas

envolve igualmente sua dimensão subjetiva, [...] manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas”. (KOGA, 2003, p. 39).

No território se expressa a identidade cultural de uma comunidade como produto social no espaço concreto onde estão os sujeitos construtores de identidade. Nesse espaço concreto, a identidade cultural de uma comunidade é construída por sujeitos que se diferenciam ao perturbar “[...] a grande narrativa globalizadora do capital” (BHABHA, 2010, p. 316) que homogeneíza os espaços mais distantes. No espaço amazônico, a realidade das populações tradicionais⁶ conjuga o sentido de território e comunidade, ultrapassando o aspecto da materialidade da terra à medida que suas representações simbólicas abarcam a identidade sociocultural, a etnicidade, os laços de solidariedade presentes na organização de espaços específicos. Assevera Guerra et al (2008, p.79) que “[...] o lugar se mostra como objetivação e expressa o conteúdo histórico das realidades sociais. Por ele se realiza a ação da comunidade e dos indivíduos que se projetam como comunidade.”

Nessa perspectiva nos remetemos a Santos B. (2010a, 315) quando nos diz que comunidade é “[...] o conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras”.

Entendemos que enquanto parte do território, a comunidade deve ser entendida como uma organização coletiva e política, um lugar de aproximação entre sujeitos e território como local de cultura e local de práticas sociais. Daí que “[...] cada lugar estrutural é constitutivo de uma espacialidade específica, e as interações sociais que ele exige e possibilita têm uma referência locacional inscrita no que, através dela é feito ou pensado” (SANTOS B., 2011, p. 263).

Refletindo acerca do conceito de comunidade em Santos, M. (1998, p. 317), “[...] um território cultural marcado pelas distinções do material e do espiritual, do externo e do interno” lembramo-nos da noção de espaço-tempo para trabalhar o conceito de comunidade numa perspectiva de inclusão social à medida que parece conceitualmente claro que a concepção de inclusão, neste caso, implica em considerar outros termos como a diferenciação territorial, o aspecto cultural e o acesso a condições dignas de existência.

⁶ O Decreto Presidencial nº 6.040/2007 reconheceu formalmente as populações tradicionais, entre elas, os ribeirinhos.

Para Silva, T. (2008, p. 9) “[...] a identidade é marcada de símbolos” numa existência concreta e simbólica da comunidade que remete à presença de vínculos sociais resultantes, ao mesmo tempo, em processos de construção de identidade cultural e diferenciação. Os respectivos processos estruturam as diversas concepções de local, lugar, espaço, tempo, território e comunidade. Assim poderíamos afirmar que essa dimensão plural organiza e vivifica o lugar da comunidade entendendo que “[...] a identidade, tal como a diferença, é uma relação social” (SILVA, T., 2008, p.81).

Seguramente, em cada lugar os fatos, as situações e os acontecimentos que nele ocorrem estão relacionados com o todo inserido num contexto ampliado. São constatações passíveis de serem observadas na realidade de muitos lugares, porém, parece-nos pouco provável que ocorram da mesma forma, pois cada lugar é único assim como são suas especificidades e generalizações “[...] A generalização nos dá a listagem das possibilidades, a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam” (SANTOS M., 1988, p. 21).

Nesse sentido, entendemos que o território amazônico não é apenas uma grande reserva natural, detentora de rica biodiversidade, pois seus muitos predicados naturais ampliam a compreensão de sua importância ao contexto local, regional, nacional e mundial. Assim, pensar nos objetos da vida amazônica em suas múltiplas realidades expressa o esforço de compreender essa totalidade, o que certamente não é uma tarefa simples uma vez que a diversidade amazônica e suas manifestações individuais e coletivas de existência configuram-se no sentido de comunidade ao demarcarem uma realidade de demandas materiais e humanas, inclusive de conflitos, todas variáveis territoriais.

3.1 UMA METRÓPOLE TIPICAMENTE AMAZÔNICA: A BELÉM RIBEIRINHA

O município de Belém, cercado por rios caudalosos e entremeado por muitas ilhas fica às margens da Baía do Guajará. A Baía de Guajará é formada pelos rios Guamá, Acará e Moju e está localizada a noroeste da Ilha de Marajó, distante aproximadamente 100 km do Oceano Atlântico. Segundo Gregório e Mendes (2009), na margem leste da Baía localiza-se a cidade de Belém, a margem oeste é formada por um conjunto de ilhas cuja maior parte integra a área legal do município. Por ser uma cidade tipicamente amazônica Belém guarda laços inseparáveis da vida cabocla e ribeirinha característicos de seu espaço geográfico. É Conhecida também como ‘Metrópole da Amazônia’ e ‘Cidade das Mangueiras’.

Belém possui em seu território 39 (trinta e nove) ilhas habitadas por comunidades ribeirinhas com práticas econômicas voltadas predominantemente para a atividade da pesca e o extrativismo como a coleta de açaí e plantas medicinais. Na parte continental está a sua centralidade urbana com uma estrutura espacial organizada num sistema produtivo onde é predominante a oferta de serviços tanto no mercado formal como informal.

Os habitantes do conjunto de ilhas do município são conhecidos como ‘ribeirinhos’. Eles residem às proximidades dos rios e têm forte relação com a natureza, sendo a pesca artesanal e o extrativismo de recursos naturais sua principal atividade. Para Teixeira (2001, p. 52), os ribeirinhos são:

Atores sociais com uma identidade fortemente marcada pelas relações com as águas e com a mata, construída historicamente com saberes, encontros e conexões com a natureza local, orquestrada pela cultura ribeirinha e amazônica.

Segundo a mesma autora, o ribeirinho é aquele “[...] que joga sua rede nas águas não só para buscar no dia-a-dia o alimento que o mantém, mas que tratará nesse mesmo dia-a-dia de alimentar convivialidades planetárias” (2001, p. 56). Convém lembrar que o viver ribeirinho nas ilhas de Belém não é uma característica exclusiva de nosso município à medida que poderá ser encontrado no entorno de diversas cidades, seja em outros lugares na Amazônia ou em outra região do território nacional.

No espaço amazônico encontramos o modo de vida ribeirinho construído a partir de suas relações com o rio, a floresta e os recursos naturais que constituem seu patrimônio material e imaterial. Na realidade ribeirinha o patrimônio imaterial é formado por laços culturais: tradições, relações, hábitos e costumes que atuam no sentido de construir uma identidade a esta população, no espaço e no tempo onde se localizam, pois segundo Santos, B., (2010a, p.54) “[...] as práticas sociais têm sempre uma dimensão simbólica”.

A dimensão simbólica da identidade ribeirinha constitui um processo de diferenciação no espaço territorial amazônico, o que implica também reconhecer as formas específicas de seus modos de vida construídas historicamente numa relação de proximidade com a natureza e seus recursos, onde as experiências estão relacionadas à gestão do território no espaço da comunidade e da família. No intuito de explicitar essa dimensão amazônica citamos Cordovil (2009,108):

A Amazônia é uma região que apresenta uma grande diversidade no que diz respeito ao processo de produção do espaço, existindo, assim, uma variedade de expressões socioespaciais que sintetizam as especificidades locais, como a ribeirinha. Para compreender essa expressão espacial é necessário entender o cotidiano do ribeirinho e a relação deste com os rios que tiveram um papel primordial na produção do espaço, tornando-se as vias de circulação de mercadorias, de pessoas e configurando uma realidade especial muito específica.

Assim, a dimensão do trabalho produtivo perpassa as atividades comunitárias reproduzindo as relações sociais, culturais e simbólicas que caracterizam o modo de vida ribeirinho, sua relação de permanência e proximidade aos rios e matas como uma das formas do viver amazônico. Assim, em diferentes localidades e situações há um objeto que é concreto e aponta para a identidade desse modo de vida: **o rio e as relações que se estabelecem a partir dele**. No caso de Belém, a nostalgia dessa relação é perceptível na cultura local e regional cantada nos versos das poesias e canções que contemplam nossos objetos culturais, o rio é um deles, por sinal um dos mais significativos como mostra uma estrofe do poema abaixo.

O rio é o berço do homem.
O rio é boca do homem.
O rio é vida do homem.
O rio é cova do homem. (OLIVEIRA, 2003, p. 94).

Para nossa análise é importante compreender de modo mais profícuo quem são os agentes sociais dessa parte do território de Belém. A efetividade da resposta está em reconhecer os **ribeirinhos** como esses agentes sociais, o que importa considerar situações específicas do seu modo de vida no território enquanto lugar de cultura, de trabalho, de usos e práticas relacionadas a processos de identificação e diferenciação. Apesar de os ribeirinhos estarem próximos da parte urbana da capital paraense apresentam um modo de vida bastante distinto que marca sua organização socioespacial.

Esses processos de identificação e diferenciação se realizam num movimento de configuração e reconfiguração produtiva, onde a posse e usufruto comum, individual e coletivo do território reelabora o patrimônio material e cultural, pois segundo Santos, B., (2010, p. 135) “[...] As identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação [...] Identidades são, pois, identificações em curso”.

Entendemos que ambos os processos fazem parte do território e estão intrinsicamente relacionados ao sujeito, pois sua inscrição territorial o diferencia nas relações que estabelece para além de sua comunidade. Nesse processo de diferenciação, a inscrição territorial da realidade ribeirinha referencia o lugar como marca de pertencimento comunitário que detém uma contiguidade não apenas física, mas se amplia por processos de comunicação à totalidade de relações e laços que se estabelecem com a exterioridade.

A diversidade espacial de Belém não está apenas em sua espacialidade geográfica, mas também na dinâmica dos aspectos humanos, econômicos e culturais que caracterizam sua complexa configuração territorial. Como sua diversidade territorial resulta numa articulação

entre ambiente natural e ambiente urbano presente na quase totalidade de sua área metropolitana, muitos espaços habitados convivem com intensa biodiversidade. Desde a sua parte central, onde estão localizados o centro comercial e o centro histórico até as localidades mais afastadas em que o ambiente construído cede lugar às manifestações expressivas de fauna e flora, Belém reúne em sua configuração de cidade uma relação muito próxima com os rios.

Muitos são os exemplos dessa configuração territorial entremeada por rios. Na área urbana, por exemplo, encontramos rios de grande extensão e importância socioeconômica para a RMB como: os imensos Lagos Bolonha e Água Preta que abastecem a cidade, localizados no Parque Utinga, no Bairro Curió-Utinga, em um das principais avenidas da cidade: a Avenida João Paulo II. Também podemos citar a Baía do Guajará presente em toda a orla de Belém e que permeia grande parte do território ribeirinho, O Rio Maguari-Açu de acordo com a Ilustração 1 banha grandes áreas da Região Metropolitana de Belém, ou seja, parte dos municípios de Belém e Ananindeua e o Rio Guamá, na Ilustração 2 circunda o Bairro do Guamá e toda a orla do Campus Universitário da UFPA.

Ilustração 1 - Rio Maguari na Região Metropolitana de Belém



Fonte: www.proad.ufpa.br

Ilustração 2 - Rio Guamá (Campus do Guamá/UFPA – Setor Básico)



Fonte: www.portal.ufpa.br

As imagens nos mostram os rios como constituidores da paisagem de nossa cidade. São detentores de atributos culturais que valoram a existência da cidade de Belém. Eles enlaceiam lugares e pessoas. Estão em nossos ambientes naturais como fonte de alimento. São lugares de passagem, de tráfego para a população ribeirinha e atrativos para muitos turistas que buscam as paisagens naturais da cidade, onde suas configurações são elementos denotadores de sentido da vida e paisagens amazônicas. Um fragmento musical de nosso repertório regional ‘Esse Rio é minha rua’, música de Paulo André e Ruy Barata, expressa bem essa ideia “[...] Esse rio é minha rua, minha e tua mururé⁷[...]”.

A presença marcante do rio nesse contexto de cidade é um elemento que identifica seu território e ao mesmo tempo permite conjugar forças, principalmente, pelo viés cultural. Aliás, a presença do rio está em nossas canções, culinária e modo de vida ribeirinho enquanto

⁷ Mururé é o nome de duas árvores moráceas (*Brosimopsis acutifolia* e *B. obovata*) características das margens de rios, lagos e igarapés ou lugares de águas paradas. A primeira árvore possui propriedades medicinais, utilizada pelos indígenas contra a lepra e dela também se extrai o mercúrio vegetal. In: Vocabulário Terminológico Cultural da Amazônia Paraense.

objetos de nossa historicidade amazônica, pois mesmo no ambiente urbano e de nossas ilhas, são nossas marcas no tempo, no espaço e além de nossas fronteiras.

Pela via da diversidade espacial, cultural, geográfica e econômica, a cidade de Belém encontra formas sociais que expressam nossas características locais e regionais que, deveras, não se limitam aos elementos do patrimônio natural. Toda essa diversidade marca, sobremaneira, nossa identidade urbanística e ribeirinha, funcionando como meio pelo qual nos expressamos como indivíduos e coletividades enquanto habitantes dessa cidade.

A dinâmica do município de Belém é muito intensa e difere sutilmente das políticas de desenvolvimento dos outros municípios do Estado, pois é na capital que, notoriamente, se concentram grande parte dos investimentos urbanos sejam públicos ou privados. Assim como há grande desigualdade sócio espacial entre as regiões do país, também na Região Metropolitana de Belém há muitas desigualdades, principalmente, em relação às condições de vida da população nos municípios a ela conurbados.

A **Região Metropolitana de Belém** foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14 em 1973, sendo sua composição territorial atualizada em 2010. É resultante da conurbação de sete municípios paraenses: Ananindeua, Belém, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal. O quantitativo populacional da RMB equivale a 35 % do total populacional do Estado situado em 2% do território paraense.

A Tabela 3 organizada por ordem alfabética apresenta conteúdos informativos acerca da atual composição da Região Metropolitana de Belém (RMB). A mesma foi organizada de acordo com a ordem cronológica de inserção dos municípios na composição da Metrópole e contém os respectivos ordenamentos jurídicos em nível federal e estadual responsáveis por sua criação, bem como a área territorial ocupada por cada município e a correspondente contribuição em termos de PIB para sua economia.

Tabela 3 - Municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB)

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	PIB R\$
1. Ananindeua	LCF 14/1973	185,057	483.821	3.243.369
2. Belém	LCF 14/1973	1064,910	1.410.430	16.526.989
3. Benevides	LCE 027/1995	187,860	54.083	519.243
4. Castanhal	LCE 076/2011	1 029,191	186 895	1 618 187
5. Marituba	LCE 027/1995	103,270	113.353	518.739
6. Santa Bárbara do Pará	LCE 027/1995	278,150	18.012	59.371
7. Santa Isabel do Pará	LCE 072/2010	717,615	61.919	277.845
TOTAL		3.566,053	2.328.513	22.763.743

Fonte: IBGE (2012)

A Lei Complementar Federal nº 14, de 08 de junho de 1973, criou as primeiras regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. A lei em questão ao criar a Região Metropolitana de Belém por meio do artigo 1º, § 7º estabeleceu que fosse constituída pelos municípios de Belém e Ananindeua.

Com o passar dos anos, a Região Metropolitana de Belém foi progressivamente ampliada por meio de alterações à Lei originária. Assim, a Lei Complementar Estadual nº 027/1995 inseriu os municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, a Lei Complementar Estadual nº 072/2010 inseriu o município de Santa Izabel do Pará. Com a integração de Castanhal à RMB por meio da Lei Complementar nº 076, de 28 de dezembro de 2011 passou a ser formada por 07 (sete) municípios.

Na Tabela 3 também encontramos informações gerais sobre os sete municípios como seus quantitativos populacionais divulgados pelo IBGE, demonstrando que Belém é o município mais populoso, sua população chega a 1.410.430 (IBGE, 2012). O município menos populoso é o de Santa Bárbara do Pará com 18.012 habitantes. Nessa mesma correspondência, Belém possui o maior PIB (Produto Interno Bruto) com R\$16.526.989,00 e o município de Santa Bárbara do Pará o menor PIB R\$ 59.371,00.

Em 1970, a população total residente no município de Belém chegava a 633.374, sendo que na parte urbana eram 602.829 habitantes e na parte rural do município 30.545. Depois de passados trinta anos, ou seja, em 2010, houve um acentuado aumento de sua população para 1.393.399 habitantes. De acordo com dados do IBGE (2010), a população residente na parte urbana de Belém correspondia a 1.381.475 habitantes e na parte rural 11.924 habitantes.

Esses parâmetros numéricos nos dão a entender o seguinte: enquanto se deu um grande aumento populacional na parte urbana do município, um significativo decréscimo no quantitativo populacional de sua parte rural pode ser observado. Em outras palavras apenas 0,86% do total de habitantes do município de Belém estão situados na parte rural. Lembrando que essa parte do território municipal é constituída basicamente pelo território ribeirinho que conforme mencionamos anteriormente é composto oficialmente por 39 ilhas situadas no entorno de Belém. Os ribeirinhos, por conta de sua localização espacial e modos de vida enfrentam uma realidade marcada por muitas dificuldades quanto ao acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, moradia, transporte e educação, direitos fundamentais e necessários a uma existência humana pautada nos valores de dignidade. Uma realidade marcada pela precariedade do transporte e das moradias revelando a exclusão social de muitos habitantes ribeirinhos na Região das Ilhas como mostram as Ilustrações 3 e 4.

Ilustração 3 - Moradias Ribeirinhas nas ilhas de Belém



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Ilustração 4 - Embarcação Ribeirinha



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

A problemática da realidade educacional nas comunidades ribeirinhas se manifesta, principalmente, nas condições de funcionamento e localização das escolas. Nem sempre são condições favoráveis ao acesso e permanência dos alunos, aliás, as condições de transporte geralmente feito por meio de embarcações precárias são, sobretudo, inadequadas e pouco seguras ao deslocamento dos estudantes pelos rios.

Além do transporte, outros fatores refletem as dificuldades educacionais enfrentadas por muitas crianças e jovens ribeirinhos, como a defasagem escolar na relação idade série e o agravante da oferta limitada de ensino regular até o 5º ano⁸ do ensino fundamental.

Em virtude de tantas dificuldades presentes em sua realidade muitas crianças e jovens não concluem a educação básica e encontram-se, assim, excluídos da educação infantil, da continuidade do ensino fundamental após os anos iniciais e ensino médio, pois na maior parte das ilhas não há estabelecimentos escolares para esses níveis de ensino.

Essa condição material de existência de muitas crianças e jovens nas comunidades ribeirinhas viola o direito constitucional correspondente ao amplo acesso à educação básica em seus diferentes níveis e expõe de forma contundente o não cumprimento do dever do Estado. A CF/88 no caput do artigo 208 preceitua **o dever do Estado** com a educação, colocando-o não apenas como responsável, mas também como garantidor desse direito:

Art. 208. O **dever do Estado** com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, **assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria**; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; [...] VII - **atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.** § 1º - **O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.** § 2º - **O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.** (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, grifos nossos).

Também em relação ao dever do Estado e à garantia de oferta e acesso à educação básica, a LBD 9394/96, por sua vez, estabelece:

⁸ De acordo com a Lei 11.274/2006 que instituiu o ensino fundamental de 9 anos, os Anos Iniciais passaram a ter a duração de 5 anos, ou seja do 1º ao 5º ano e não mais de 1ª a 4ª série como estabelecia a Lei 5692/71 e a Lei 9394/96 na versão anterior às mudanças trazidas pela lei 11.274/2006 também chamada ‘lei barra nove’.

Art. 4º O **dever do Estado** com educação escolar pública será efetivado mediante a **garantia** de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio. (LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996, grifos nossos).

Em meio a essa gama de dificuldades presentes nos territórios rurais da Amazônia está a juventude ribeirinha que sofre os dissabores da falta de oportunidades à continuidade dos estudos e à formação profissional. Como estão distantes da parte urbana do município onde se concentram as oportunidades de estudo e trabalho, desde cedo estão destinados a viverem excluídos dessa formação, atuando, conseqüentemente, nas atividades produtivas de suas famílias e comunidades como, por exemplo, na pesca artesanal.

É válido destacar que grande parte da região das Ilhas de Belém ocupa aproximadamente 66% de todo o território municipal. A maior parte desse território é habitada principalmente por ribeirinhos, excetuando-se as Ilhas de Mosqueiro e Caratateua onde parte da população se mistura à urbana (Belém 2001). Assim, é notável a relação intrínseca entre a população ribeirinha e os rios. Concretamente, uma relação ecossistêmica à medida que se revela no modo de ocupar o território e marcar presença na produção do espaço. Apesar de os ribeirinhos de Belém habitarem um território municipal e metropolitano transitam caracteristicamente entre a paisagem urbana e a paisagem rural. Contudo, a relação antrópica entre os ribeirinhos e a floresta, as margens dos rios, várzeas, furos, igarapés que constituem o estuário amazônico efetivamente se diferencia do modo de vida urbano.

Nesse sentido, destacamos a arquitetura das residências dos ribeirinhos de Belém tipificada na sua relação com os rios. Concretamente, uma relação ecossistêmica à medida que se revela no modo de ocupar o território e marcar presença na produção do espaço. A Ilustração 5 mostra as moradias ribeirinhas integradas ao ecossistema sem marcação por cercas ou muros, porém o uso socioespacial revela limites naturais por árvores, rios e furos d'água como características das habitações.

Ilustração 5 - Residências Ribeirinhas na Ilha do Jutuba - PA



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Observamos na Ilustração 5 que apesar de se diferenciarem nos tamanhos e modelos, as residências possuem algumas características bastante comuns. Geralmente são construídas pelos próprios ribeirinhos em cima ou próximas aos rios com madeiras apoiadas por estacadas formando palafitas, cujo prolongamento por meio de ponte liga a entrada das residências ao rio. As casas são edificadas com uma elevação bastante perceptível às margens dos rios, o que denota uma preocupação de seus moradores com o período de enchentes.

Nesse sentido, as construções às margens dos rios favorecem a mobilidade, inclusive o atracamento de embarcações, bem como a utilização dos cursos d'água nas atividades cotidianas de higiene pessoal e lavagem de roupas e louças. Assim, a exterioridade no entorno das residências expressa uma continuidade à realização de atividades cotidianas, evidenciando-se a intrínseca relação entre o ambiente externo e o espaço doméstico. Um ponto a destacar nas residências é o problema relacionado à destinação dos dejetos fisiológicos, pois é comum não apresentarem a interligação de sanitários a fossas sépticas, os mesmos caem diretamente nos rios cujas águas são também utilizadas no cotidiano doméstico conforme mencionado anteriormente.

Diante do exposto, é perceptível que as residências expressam uma relação de grande proximidade ao rio, um envolvimento de caráter humano, econômico e sociocultural, pois

dele provém as condições básicas de sobrevivência manifestadas nas atividades domésticas, produtivas e de transporte. Notoriamente, atividades integradas aos modos da vida ribeirinha.

PARTE II

**‘JUVENTUDE RIBEIRINHA:
REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL,
VIDA E TRABALHO NA ATIVIDADE
PRODUTIVA DA PESCA’**

4

JUVENTUDE, POLÍTICAS SOCIAIS E REALIDADE SOCIOECONÔMICA NA BELÉM RIBEIRINHA.

O Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil 2009-2010 (RDH, 2010) nos alerta que as condições básicas de qualidade de vida de uma população nem sempre são dependentes da produção de riquezas, mas também de uma vida saudável, de conhecimentos e oportunidades. Nesta seção veremos que um dos principais fatores que afetam negativamente o desenvolvimento humano nas comunidades ribeirinhas de Belém são as precárias condições de permanência no território, situação que demanda continuamente políticas de desenvolvimento local e regional.

O distanciamento das políticas de desenvolvimento humano voltadas à habitação, transporte, saneamento, energia elétrica, saúde e educação nos remete à constatação de que as localidades próximas à capital Belém necessitam ser priorizadas, bem como todo o território amazônico, pois como afirmam Gomes e Nascimento (2007, p. 156) “[...] a região é líder na quantidade de crianças fora da escola. O abandono e o isolamento são fatores que explicam de certa forma o baixo desempenho da maioria dos municípios da região”. Essa afirmação é condizente com a realidade das comunidades ribeirinhas de Belém uma vez que com seus baixíssimos índices de desenvolvimento humano não se encontra apartada da realidade regional.

Notadamente, a luta pela sobrevivência e a realidade do trabalho nessa relação campo-cidade são dimensões materiais que constituem os sujeitos ribeirinhos que vivem às proximidades da cidade de Belém. Por conseguinte, os saberes tradicionais apreendidos nessas práticas sociais são, contemporaneamente, fundamentais à produção/reprodução dos modos de vida de suas comunidades.

O direito à escolarização pode e deve ser obrigatoriamente prioridade no planejamento e desenvolvimento das políticas educativas dos sistemas de ensino que abarcam a educação básica em distintos âmbitos. Acreditamos ser premente atuar no sentido da afirmação desse direito no território ribeirinho onde estão crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso passa necessariamente por políticas de desenvolvimento humano, voltadas especialmente à educação e ao transporte, condições fortemente interligadas nessa parte do território de Belém.

4. 1 A JUVENTUDE RIBEIRINHA E O VIVER EM DESIGUALDADES

Os estudantes da Casa Escola da Pesca são jovens que habitam desde o nascimento as comunidades ribeirinhas da região das ilhas de Belém. Estão inseridos nessa realidade e desenvolvem suas práticas sociais numa relação de interdependência com o rio e a floresta. Por outro lado, os jovens também são habitantes da cidade metrópole, a capital, num sentindo mais amplo do termo, uma estrutura não apenas física e material, mas, sobretudo, simbólica que guarda uma existência ao mesmo tempo perceptível e imaginária.

Certamente, podemos concordar que em Belém se encontra o viver num movimento de desigualdades, de inclusões e exclusões, em relações de mercado, de similaridades e heterogeneidades enquanto elementos constituidores do cotidiano de uma cidade. Concretamente, nossa juventude ribeirinha não cultiva grandes ilusões acerca dessa Belém urbana e mercadológica. Em seus depoimentos fica manifesto o desejo de permanecer no território ribeirinho. É com esse intuito que buscamos analisar os meios de sua permanência, entre os quais está o processo de escolarização e a realidade do trabalho como assevera Hall (2011, p. 81) “[...] a diferença específica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto maior de todos os ‘outros’ em relação aos quais a ‘particularidade’ adquire um valor relativo”.

Esses jovens não estão alheios à era globalizante que vivemos muito menos à exploração econômica do capital ou ao condicionamento social imposto pelo consumismo exacerbado. São condições econômicas que se impõem impiedosamente sobre a população seja no campo ou na cidade, contudo é no contexto dos grandes centros urbanos, que se expressa de forma mais contundente a constituição de um viver fincado no desejo por adquirir bens e posições favoráveis à ‘inclusão social’. Ademais, essa mesma juventude é também sabedora de que numa sociedade mercadológica como a nossa há possibilidades antagônicas de existência: pode-se fazer parte de uma parcela contemplada por acessos econômicos e socioculturais de bens e serviços ou contraditoriamente viver num contexto de dificuldades intrinsecamente relacionadas às condições humanas de essencialidades onde o que vem a ser supérfluo não tem previsão de chegada.

Acostumados à luta pela sobrevivência sob as influências dos rios e matas como objetos construtores de seu mundo material e da própria subjetividade, os jovens ribeirinhos trabalham desde a infância. São agentes dinâmicos numa cultura produtiva altamente

significante na concretude dos aspectos geográficos, socioculturais e econômicos de sua realidade territorial vivida cotidianamente.

Os jovens ribeirinhos enquanto usuários do território vivenciam uma dura realidade, pois se encontram desprovidos do direito à educação, à saúde, à moradia digna, ao transporte acessível, seguro e de qualidade, além de redes de infraestrutura sanitária, enfim do direito a decidir sobre a aplicação dos recursos públicos em prol do bem social. Para Bobbio (1992, p.72) “o reconhecimento dos direitos sociais suscita, além do problema da proliferação dos direitos do homem, problemas bem mais difíceis de resolver [...] é que a proteção destes últimos requer uma intervenção ativa do Estado”.

O direito à educação enquanto integrante do rol dos direitos sociais, além de ser um direito fundamental é essencial à constituição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Uma vez detectada sua negação outras situações semelhantes poderão estar permeando a realidade histórica e social desses sujeitos geralmente caracterizada por desigualdades socioeconômicas e ausência de investimentos públicos que possibilitem melhoria na qualidade de vida e de educação.

Por outro lado, a negação de direitos, obviamente, inverte a lógica da completude multidimensional do existir humano à medida que ao invés de participação e liberdade converte para opressão e exclusão social, notoriamente, condições humanas alicerçadas nas estruturas sociais de pobreza. Logo, a extensão significativa que o exercício de direitos possibilita, sobretudo, os direitos fundamentais no alcance da cidadania faz acreditar que quanto mais próximos os indivíduos estejam da dignidade humana, certamente menos injustiças ocorrerão. Nessa perspectiva, a dimensão da realidade escolar ribeirinha se insere num contexto mais amplo, onde as condições existenciais expressam a negação do exercício de direitos de forma ampliada e relacionada às especificidades do território ribeirinho.

Na Região estuarina amazônica, objetos do território ribeirinho como **os rios e as matas** constituem entrave e solução. No primeiro caso porque experienciam a ausente ou insuficiente oferta de serviços públicos essenciais à vida humana digna: água potável, saneamento, transporte público, energia elétrica, melhores condições de oferta de saúde e de educação. No segundo caso, por possuírem as fontes de sustento de seus habitantes: os recursos naturais. Aliás, os rios e as matas possibilitam continuamente a produção e reprodução dos modos de vida e cultura ribeirinha.

Os rios, furos e igarapés constituem o aglomerado hidroviário por onde as populações das ilhas de Belém fazem cotidianamente seu deslocamento. O transporte da parte urbana para as ilhas se dá por via fluvial com exceção das Ilhas de Mosqueiro e Caratateua onde é

preferencialmente feito por via terrestre desde a inauguração das pontes Sebastião de Oliveira (Belém-Ilha de Mosqueiro) e Enéas Pinheiro (Belém-Ilha de Caratateua). As ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba são as três maiores ilhas de Belém tanto em área territorial como em quantidade populacional.

Em grande parte do território ribeirinho as dificuldades de acesso às ilhas demandam a oferta de transporte fluvial. O isolamento das moradias em relação à parte urbana deve-se de modo particular às dificuldades relacionadas à falta de mobilidade. Em muitas localidades os rios são, portanto, as únicas vias utilizadas pelos ribeirinhos. Inclusive, as condições climatológicas de sol muito intenso e chuvas frequentes interferem nos ciclos das marés, pois nos períodos em que ocorrem as enchentes e as vazantes surgem dificuldades relacionadas ao deslocamento.

Notadamente, a frequência dos estudantes às aulas vai depender diretamente dessas condições climáticas e de sazonalidade como enfrentamento cotidiano onde figuram transporte escolar, sua precariedade e condições econômicas das famílias. Há ainda o agravante das localidades onde a gratuidade do transporte não se encontra assegurada, quais sejam aquelas onde ficam as residências dos estudantes, ou seja, na mata adentro e distante das margens dos rios. De fato, as condições precárias de transporte nas ilhas é um fator que influi diretamente no distanciamento dos estudantes das escolas.

Em todo o território ribeirinho de Belém, exceto na Ilha de Cotijuba que possui uma linha regular de transporte por via fluvial, o transporte hidroviário é informal sem a devida atenção do poder público local, por essa razão, é precário e pouco seguro aos moradores. O resultado são embarcações inadequadas e uma estrutura de embarque e desembarque deficiente, aliás, em alguns lugares é praticamente inexistente. Devido à precariedade do transporte não é rara a ocorrência de acidentes graves como naufrágios e escarpelamento onde as maiores vítimas são mulheres de todas as idades.

O escarpelamento é um trauma de grandes proporções causado por avulsão parcial ou total do couro cabeludo. Isso ocorre pelo contato acidental de cabelos longos com o motor do eixo rotativo de embarcação fluvial geralmente deixado à mostra. A força do motor gera imediatamente uma tração rotatória responsável pelo arrancamento abrupto do couro cabeludo. De acordo com Cunha et al (2012, p.1) “[...] Dos 62 pacientes vítimas de escarpelamento entre 2001 e 2010, 58 (93,5%) eram mulheres”. Segundo dados fornecidos pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP), entre os anos de 1979 e 2007 ocorreram escarpelamentos em 44 municípios do Estado do Pará, sendo os municípios de Belém e as cidades de Breves e Cametá os mais prevalentes.

Além dos acidentes e da falta de investimentos no transporte hidroviário que dificultam o desenvolvimento de atividades produtivas, acresça-se a insuficiente atenção do poder público na oferta de serviços de saúde, escolas, saneamento, energia elétrica, água potável entre outros serviços básicos. É importante destacar a falta de energia elétrica como uma das mais sérias dificuldades enfrentadas pelas populações das comunidades ribeirinhas de Belém.

Segundo informações obtidas durante o processo de investigação com os jovens da Casa Escola da Pesca, a alternativa mais utilizada consiste em geradores de energia, contudo o uso particular não é geral, pois representa um custo maior no orçamento doméstico na medida em que as máquinas funcionam mediante a compra de combustível (gasolina e óleo diesel), além de que o mesmo funciona, preferencialmente por um certo período da noite e depois são desligados.

De fato, a submissão às condições de pobreza e ao isolamento social no território ribeirinho infere a negação de escolaridade e de outros direitos sociais como modalidades opressivas que sucumbem invariavelmente as possibilidades de participação e empoderamento sociocultural. A desinformação, o analfabetismo, o distanciamento da trajetória escolar potencializam a precariedade material de existência, neutralizam o senso crítico necessário à organização e participação social e furtam, por conseguinte, a autonomia, a autoria e o empoderamento político, econômico e sociocultural de suas populações, condições que inviabilizam a realização de sonhos e esperanças de um ‘amanhã melhor’.

O comprometimento do exercício de direitos repousa na falta de instrumentalidade socioeducacional que muitas vezes inibe a capacidade de expressão e de afirmação da participação social, a qual caminha paralelamente com o domínio da linguagem, especialmente nas formas oral e escrita. Assim, a falta de escolaridade constitui, concretamente, uma fragilidade que funciona como um fator de exclusão social alijando centenas de pessoas do justo exercício das singularidades humanas, sendo a participação social uma delas. No que se refere à realidade territorial de Belém também poderá significar impedimento e, portanto, condição limitadora de participação da juventude à efetivação de direitos por condições mais dignas de permanência.

No território ribeirinho de Belém, a trajetória de escolarização da juventude apresenta um histórico de dificuldade e negação de direitos. Cumpre enfatizar que a escolaridade está no rol dos direitos fundamentais, precisamente na máxima constitucional preceituada pelo Artigo 205, CF, 1988 ‘todos tem direito à educação’. Aliás, no Artigo 206, inciso I, do texto constitucional situa-se o princípio “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na

escola”. Entretanto, nem sempre o que está na lei corresponde à realidade. Apesar da passagem de muitos anos da promulgação da CF/1988 e de vários governos sob sua égide, a dificuldade de acesso e permanência na escola persiste, bem como seus efeitos sobre crianças, adolescentes e jovens, pois se desrespeita a educação, um bem comum e indisponível perante as demandas e necessidades de uma população.

Assim, alcançar escolaridade após os anos iniciais e a conclusão do ensino básico no território ribeirinho de Belém é realizar um ato de heroísmo, pois desde cedo suas populações experienciam, além da precariedade das escolas, dificuldades relacionadas ao transporte fluvial e à sazonalidade das marés. De fato, a dificuldade de acesso a todos os níveis da Educação Básica passa pelas poucas escolas existentes. Escolas nem sempre ofertantes do ensino fundamental obrigatório em sua completude ou em quantidade e condições suficientes para atender da educação infantil ao ensino médio. De fato, a **insuficiente escolaridade** e a **precariedade de transporte** são duas importantes variáveis que machucam as expectativas de um futuro melhor à juventude.

As dificuldades continuamente enfrentadas pelos estudantes relacionadas à oferta de educação básica em todos os níveis e as condições de transporte assinalam as poucas possibilidades de melhoria da qualidade de vida permanecendo, consequentemente, a reprodução de desigualdades sociais e econômicas aos habitantes dessas comunidades.

Como os jovens ribeirinhos poderão ser sujeitos de direitos diante de incertezas quanto ao futuro, uma vez que experimentam continuamente dificuldades em seu cotidiano? Como vimos essa é uma realidade que não se pode negar como assevera Silva G., (2007, p. 115) “os territórios produtivos amazônicos [...], região periférica do Brasil no que diz respeito aos processos de desenvolvimento”. Logo, o não atendimento dos jovens ribeirinhos por meio de políticas sociais de desenvolvimento humano entre elas a educação e o transporte nega a necessária e intrínseca relação entre educação e oportunidades, conduzindo suas vidas sob a marca de restrições e precariedades de condições socioeconômicas.

O acesso e a permanência na escola são, necessariamente, condicionantes à escolarização dos sujeitos. Como vimos anteriormente, as dificuldades relacionadas a estes componentes da trajetória escolar prejudicam, sobremaneira, a inserção social das populações ribeirinhas de Belém nos processos de escolarização. Assim, se na prática, a política educacional local não efetiva plenamente a garantia de educação básica às populações ribeirinhas, por outro lado contraria o status constitucional do dever do Estado de atuar prioritariamente para assegurar os três níveis da educação básica – educação infantil, ensino

fundamental e ensino médio e suas correspondentes modalidades de ensino – Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial entre outras.

Com efeito, a ideia de dignidade por nós entendida como insigne valor de justiça social se choca à concretude da realidade que estigmatiza ainda muito precocemente o passado e o presente dessa juventude e faz do futuro um tempo de incertezas quanto à realização de sonhos e projetos de vida. Afirmar condições que elevem os níveis de participação e o consequente empoderamento social é fazer a diferença na própria história da juventude e da comunidade, numa ação conjunta com outras ações. A participação, seguida do empoderamento social, nessa perspectiva, assume contornos de efetividade política. Aliás, entendemos que essa eminência política se posiciona na ideia de liberdade. Assim, participação e liberdade são condições legítimas e assentadas no direito à cidadania, cujas inúmeras possibilidades concretizam as dimensões do existir na rota do empoderamento humano, ou seja, no alcance das condições de dignidade que abarcam a interação entre indivíduo e comunidade, indivíduo e sociedade.

Desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época (FREIRE, 1983, p. 44).

Diante da importância legalmente conferida ao direito à escolarização, a cada condicionante de sua efetivação devem ser prioridade o acesso e a permanência na escola na medida em que a escola deve ser algo bem maior que sua estrutura física, isto é, lugar de acolhimento e de encontro de vidas, um lugar de contato com diferenças, interesses e sonhos tendo em vista que a “[...] Educação formal ainda enfrenta muitos entraves em questões de direitos e qualidade” (SOUZA D., 2012, p. 8).

Nesse entendimento, é válido reconhecer a escola como um lugar de discursos e práticas significativas em contínua correspondência com projetos de vida balizados coerentemente com a condição humana e sociohistórica do fazer existir para si e para os outros. Nessa perspectiva, concordamos com Arendt (2004, p. 211; 213) ao afirmar que “[...] o espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação [...] em que o único fator material indispensável para a geração de poder é a convivência entre os homens”. Em outras palavras, acreditamos que o papel e o poder da escola, contemporaneamente, residem na construção social do empoderamento dos projetos de vida e da cultura que os indivíduos venham a construir individual e coletivamente.

Ao compreender a escola como um lugar de movimento, de transformação humana e social, persiste a ideia da possibilidade de mudança, aliás, um lugar onde não cabe uma

prática exclusivamente conteudista que favoreça a acomodação. Justamente, por conta desse deslocamento que a escola pode e deve realizar, nos remetemos a Freire (2000, p. 20) para compreender que “[...] o discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso de quem, por diferentes razões, aceitou a acomodação, inclusive por lucrar com ela. A acomodação é a expressão da desistência da luta pela mudança”.

Por fim, o alcance do direito à trajetória escolar, ou seja, seu acesso e permanência é algo surpreendente na medida em que as dificuldades, negações e carências do cotidiano impedem uma atuação participativa além do aqui e do agora característico dos lugares onde buscar o sustento diário consome todas as energias. Para isso é premente uma aprendizagem significativa que vivifique a permanência dos sujeitos na escola e transcenda seu espaço meramente institucional, inclusive desmistificando um educar sem propósito, mas por outro lado definido na ação e no discurso dos sujeitos que nela se encontrem.

A grande variedade de situações sociais na Região das Ilhas de Belém ainda que num contexto de metrópole tem na precariedade a palavra chave para demarcar a condição de permanência de seus habitantes. Aliás, condição que revela uma realidade injusta onde espaços materiais e socioculturais são continuamente invisibilizados na promoção de políticas públicas essenciais.

Existe sim, um mundo para além das cidades, sobrevivendo sob um ritmo diferenciado e único, ainda que respirando as lógicas urbanas que se entrecruzam nos cotidianos nem sempre longínquos. (CAVALCANTE, 2010, p. 559).

A precariedade, portanto, é um aspecto que encontra diversas entradas no cotidiano das populações ribeirinhas de Belém. Diante do exposto, a trajetória investigativa nos fez perceber que o acesso e a permanência na escola são notoriamente essencialidades na maior parte das vezes negadas e quando ofertadas, suas condições materiais constituem entraves ao percurso escolar dos estudantes. Para exemplificar as condições materiais das poucas escolas existentes no território ribeirinho de Belém com ensino fundamental completo, nos remetemos à Ilha de Cotijuba, terceira maior ilha do município. Ela possui algumas escolas em diferentes pontos de seu espaço territorial que são Unidades Pedagógicas vinculadas à Fundação Escola Bosque.

A **Unidade Pedagógica da Faveira** está apresentada nas Ilustrações 6 e 7. Vinculada à Fundação Escola Bosque, foi inaugurada em 2006 com objetivo de ofertar educação básica aos seus habitantes, no entanto também recebe crianças de outras localidades. A escola apresenta uma parte da construção em madeira e outra em alvenaria e encontra-se em uma área de maior concentração populacional.

Ilustração 6 - Escola da Faveira na Ilha de Cotijuba - PA



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Ilustração 7 - Bebedouros da Escola da Faveira na Ilha de Cotijuba - PA



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Ainda que apresente certa precariedade em suas instalações físicas conforme é possível observar nas Ilustrações acima, a Escola da Faveira é uma das maiores escolas da Ilha de Cotijuba. A parte de madeira abriga salas de aulas e a cozinha onde se prepara a merenda escolar. Os bebedouros ficam numa parte estreita e insalubre onde também são guardados os materiais de limpeza como podemos observar na Ilustração 7. A parte de alvenaria é uma construção térrea, não muito extensa e com algumas salas de aula.

Também na Ilha de Cotijuba em uma comunidade chamada de Praia Funda está a **Unidade Pedagógica da Flexeira**. As turmas dessa escola são multicicladas, nela estudam crianças da educação infantil aos anos iniciais do ensino fundamental. Turmas multicicladas são aquelas semelhantes às classes multisseriadas. Como a rede municipal de ensino de Belém adota o sistema de ciclos, as turmas em algumas localidades do território ribeirinho são compostas por mais de um ciclo, daí a razão de receberem essa denominação. Outra escola localizada nessa ilha e distante uns quarenta minutos do seu centro comercial é a **Unidade Pedagógica do Seringal**. Ela recebe este nome por conta das seringueiras presentes em seu entorno. A escola atende crianças que moram numa localidade chamada de Poção e consiste numa pequena construção em madeira. Assim, a Ilha de Cotijuba é de longe uma das poucas ilhas de Belém a ofertar educação básica para as populações ribeirinhas.

A Ilha de Jutuba faz parte do Distrito Administrativo do Outeiro e possui as **Unidades Pedagógicas do Jutuba I e II** para atender as famílias da própria comunidade e de outras localidades ribeirinhas. Na Ilustração 8 é possível visualizar a escola construída em madeira, apoiada por palafitas com uma ponte situada às margens da Baía de Guajará. Ela se destaca pela localização, pois está num ponto bem elevado em relação ao nível da baía, assim, na maior parte das vezes ao seguir de barco e ao passar em frente nota-se que é uma das maiores escolas sob palafitas ao longo do rio.

Ilustração 8 - Unidade Pedagógica do Jutuba na Ilha do Jutuba - PA



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Aliada à escassez de estabelecimentos de ensino em todos os níveis da educação básica, a realidade do trabalho nas comunidades ribeirinhas constitui um dos fatores para o distanciamento de adolescentes e jovens da escola à medida que impõe a necessidade de deslocamento contínuo para comunidades mais distantes onde estão as escolas.

Assim as condições de sobrevivência apontam para a dura realidade de condições socioeconômicas dos adolescentes e jovens nessa parte do território municipal. Entendemos que essa situação mostra-se agravada pelas condições de transporte que dificultam a mobilidade dos jovens aos lugares onde estão as escolas, pois sua precariedade atua como entrave à trajetória escolar.

A luta pela sobrevivência é real e estigmatizante porque aparta desde cedo os sujeitos do direito de vivenciar continuamente uma trajetória de escolarização. Exatamente, por isso, essa realidade difere significativamente da parte urbana do município, onde se encontra uma maior oferta de escolas com uma relativa proximidade dos locais de moradia dos estudantes e, quando necessário, melhores condições de deslocamento. Em termos gerais, ainda que o território ribeirinho integre o município de Belém, a morosidade das políticas públicas no

atendimento das necessidades básicas de seus habitantes como educação, transporte, saúde, trabalho e renda constitui o ponto crítico à efetivação de direitos e garantias fundamentais.

4. 2 INTERFACES À CASA ESCOLA DA PESCA: ILHA DE CARATATEUA E FUNDAÇÃO ESCOLA BOSQUE.

A Casa Escola da Pesca desde sua fundação, em 2008, baliza seu processo educacional na Pedagogia da Alternância. Assim, a escola possibilita à juventude ribeirinha de Belém vivenciar o que podemos chamar de uma tríplice experiência formativa: a educação escolar, a educação para o trabalho e a educação no ambiente comunitário. A escola trabalha a Educação de Jovens e Adultos no horário integral, ou seja, nos turnos matutino e vespertino, exclusivamente. Não há oferta desse ensino à noite. Esse é um detalhe a destacar, pois sabemos que historicamente a EJA tem sido ofertada no horário da noite como se esta modalidade de ensino devesse funcionar apenas nesse turno escolar. Os períodos de alternância já previamente definidos no desenvolvimento do curso contribuem para que os jovens deem continuidade aos processos de escolarização e de profissionalização no âmbito de suas localidades.

A Casa Escola da Pesca na Ilha de Caratateua (Outeiro) atualmente é a única escola da rede municipal de ensino de Belém cuja organização e funcionamento se dá por meio da Pedagogia da Alternância, aliás, a Educação de Jovens e Adultos vinculada à qualificação profissional da pesca ocorre em tempo integral, outro dado relevante à medida que aponta uma exceção à totalidade das escolas da rede municipal de Belém e da Grande RMB, onde a EJA é oferecida, exclusivamente, no ensino noturno.

O processo de escolarização com proposta e organização escolar na alternância pedagógica, possibilita à juventude a continuidade de estudos na diversidade de seus lugares de vida e trabalho, de modo predominante na cultura produtiva da pesca. Sobre essa questão da alternância pedagógica, está prescrito na lei geral da educação brasileira:

A Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, **alternância regular de períodos de estudos**, grupos não seriados com base na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (LDB 9394/96, Art. 23, grifos nossos).

O processo educacional da Casa Escola de Pesca pela via da Pedagogia da Alternância oportuniza perceber mais de perto a realidade e o cotidiano dos jovens ribeirinhos, onde se anunciam e denunciam necessidades e problemas enfrentados por eles. Evidentemente que

nesse processo, a escola encontra-se inserida na realidade concreta, pois devido sua própria dinâmica pedagógica, tem na organização do ensino e das aprendizagens uma fonte de “incorporação da cultura e da realidade vivencial dos estudantes como conteúdos ou ponto de partida do processo educativo [...] trazendo à tona o sujeito e as suas especificidades” (SOARES, 2011, p. 184).

É oportuno refletir sobre a importância desse processo educacional no contexto insular da RMB, onde as condições de acesso da juventude ao ensino seja ele educacional ou profissional nem sempre são favoráveis e reais, assim configura-se como a oportunidade aos jovens para retomar os estudos e obter educação profissional na principal atividade produtiva que realizam no território ribeirinho de Belém, qual seja a pesca. Assim, em muitos lugares da Amazônia e no contexto da educação do campo a Pedagogia da Alternância constitui alternativa ao enfrentamento de muitas dificuldades, principalmente relacionadas às condições de acesso e continuidade da escolaridade de sua população.

O Processo de investigação se desenvolve basicamente na Ilha de Caratateua que faz parte do território municipal de Belém, por essa razão, cabe oportunizar um conhecimento desse espaço geográfico, o lócus de pesquisa. A Ilha de Caratateua fica aproximadamente 35 km do centro de Belém e possui uma área total de 111.395 Km². Também conhecida como Ilha de Outeiro está situada na parte norte da capital Belém nas coordenadas geográficas S 01° 12' 00'' e S 01° 18' 00'' (latitudes) e W 48° 24' 00'' e W 48° 29' 00'' (longitudes). Ocupa uma área total de 31.449,07 Km², cujos limites são o Bairro de Icoaraci a sudoeste, a Ilha de Mutum a sudeste e a noroeste a Ilha de Mosqueiro.

O termo Caratateua 'lugar das grandes batatas' é originário do dialeto Tupi-Guarani atribuído pelos indígenas em virtude das inúmeras plantações de batatas encontradas na localidade. É também conhecida como 'Ilha do Outeiro', porque ainda na época do Império os portugueses assim a batizaram devido à presença de grande quantidade de barrancos em seu território e também pelo fato de está situada a 14 metros acima do nível do mar. Outeiro é um termo de origem portuguesa que significa 'local elevado' ou 'terra dos morros'.

De acordo com dados do IBGE/2010 Caratateua possui aproximadamente 40 mil habitantes e 12 km de extensão territorial. A parte urbana possui 04 (quatro) bairros denominados Água Boa, Brasília, Itaiteua e São João do Outeiro e a parte rural do município é formada pelas localidades de Tucumaeira, Fama e Fidélis. Durante o mês de julho, isto é, na alta temporada, a população da ilha atinge o total de 150.000 pessoas. Isso se deve ao fato de apresentar diversas praias em seu território constituindo-se como uma alternativa de lazer à população metropolitana.

Pode-se chegar à ilha por meio da Ponte Governador Enéas Pinheiro, construída em meados dos anos 80. A construção da ponte sobre o Rio Maguari é um importante marco histórico relacionado à Ilha de Caratateua. Antes da ponte para chegar à ilha era necessário fazer a travessia pelo Rio Maguari utilizando balsas e barcos motorizados, condição responsável por um certo distanciamento entre os habitantes da ilha e a parte urbana de Belém. A ponte com 380 metros de extensão, 11 metros de largura e 10 metros de altura em relação à maré alta foi inaugurada às 10hs da manhã do dia 26/10/1986 pelo governo do estado. Além de um corredor central para o trânsito de carros a ponte apresenta nas duas laterais, direita e esquerda uma ciclovia.

No período que antecedeu a construção da ponte a localidade possuía em sua geografia humana traços econômicos basicamente rurais. A economia da ilha era predominantemente centrada na atividade agrícola de produção de hortaliças e açaí com destinação voltada ao consumo doméstico e algum excedente ao mercado de Belém (TRINDADE JR. 1998).

A inauguração da Ponte Enéas Pinheiro em 1986 resultou na integração rodoviária entre Belém, Icoaraci e Caratateua e, conseqüentemente, em grandes impactos ambientais e socioeconômicos que desde então vem influenciando a configuração territorial de Caratateua. Podemos citar como principais impactos o aumento da população e a ampliação da atividade econômica decorrentes da ocupação desordenada e do intenso movimento sazonal de pessoas em virtude dos atributos ambientais da ilha, especialmente suas praias de água doce: Praias da Brasília, Prainha, Grande, do Amor, Ponta do Barro Branco e da Água Boa e os balneários de Paraíso dos Reis, no bairro de São João do Outeiro e Curuperé, no bairro de Água Cristalina.

Segundo Trindade Jr. (1998) até final dos anos 70, a Ilha de Caratateua possuía uma dinâmica espacial rural e semiurbana. Essa dinâmica passou a mudar a partir da segunda metade da década de 80, após a construção da Ponte Enéas Pinheiro. A migração passou a ser intensa, resultando na mudança da configuração territorial da ilha, pois com a chegada de novos habitantes por meio das ocupações espontâneas tornou-se efetivamente um espaço periférico marcado pela ausência de planejamento urbano, além de muitos problemas habitacionais e de infraestrutura. Assim, a ocupação do espaço em grande parte ocorreu sem a devida regulação por parte do poder competente e, majoritariamente, por famílias de baixa renda que encontram no território da Ilha de Caratateua uma oportunidade de moradia

Nos dias atuais essa relação espacial e territorial entre a ilha de Caratateua e Belém continua intensa, principalmente, no sentido da utilização de suas belezas naturais. Essa

condição é certamente o que mais influencia o deslocamento de pessoas para a ilha, ainda que persistam e sejam visíveis os problemas de carência urbana e atendimento de serviços básicos.

É válido ressaltar que contemporaneamente, observamos uma crescente especulação imobiliária de seu espaço geográfico. Um contundente exemplo é a construção de um extenso condomínio de luxo em grande parte da ilha, o Alphaville que ocupa uma área de 4.365.891 metros quadrados. É evidente que a mega estrutura do condomínio e suas condições espaciais de moradia destoarão e muito da totalidade populacional e territorial da Ilha de Caratateua.

A Ilha de Caratateua ou Outeiro pertencia até meados dos anos 90 ao antigo Distrito Administrativo de Icoaraci. Sua desvinculação ocorreu em 1994 com a criação do Distrito Administrativo do Outeiro. O Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT), um dos oito distritos administrativos de Belém foi criado por meio do Plano Diretor das Ilhas de Mosqueiro e Caratateua (Lei Municipal nº 7.648, de 12 de janeiro de 1994) para administrar o espaço físico de 26 ilhas pertencentes ao município de Belém.

De acordo com o Art. 7º da Lei nº 7.648/1994, o DAOUT é composto pelas ilhas de Caratateua, de Santa Cruz, Jutuba, Coroinha, Urubuoca ou Paquetá ou Paquetá-Açu, Cotijuba, Tatuoca, Papagaios, Barra ou Patos ou Jararaquinha, Redonda ou Jararaca ou Longa, dos Patos ou Nova ou Mirim, Cruzador, Fortinho, do Fortim ou Barra, estas situadas a oeste do Município de Belém, Cintra ou Maracujá, Marineira ou Combu, Murutura ou Murutucu, Paulo da Cunha ou Grande, Poticarvônia ou Ilhinha, Negra, situadas ao sul do Município entre outras. A Ilha de Caratateua abrange outras vinte ilhas: Paquetá, Grande, Longa, da Barra, do Murutucu, Negra, Cintra, Patos, Jararaca, Jararaquinha, Mirim, Jutuba, Itatuoca, Santa Cruz, Cotijuba, Porticarvônia, Combu, Cruzador, Nova e Fortinho.

Desde a construção da Ponte Enéas Pinheiro tem se intensificado na Ilha de Caratateua o movimento populacional e o incremento às atividades do setor turístico e comércio varejista de gêneros alimentícios. A população ocupada nestas atividades se distanciou de uma economia predominantemente rural e de subsistência pautada na atividade agrícola passando a se concentrar, sobretudo, na parte urbana da ilha.

Todas essas questões estão relacionadas à realidade de degradação ambiental que atinge a Ilha ao longo das três décadas que sucedem a construção da Ponte Enéas Pinheiro. A associação de bairro presente na ilha vem reivindicando junto aos órgãos públicos uma maior atenção à situação de abandono e descaso que atinge a ilha ao longo de sua história. Um dos principais pontos reivindicados está relacionado à escolarização dos habitantes e a necessidade de ações voltadas à educação, conscientização e preservação ambiental.

Em atendimento às reivindicações dos habitantes da ilha de Caratateua foi implantada a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (FUNBOSQUE) na década de 90. Segundo pesquisa realizada junto à Escola Bosque e consulta a seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a FUNBOSQUE foi instituída pela Lei Municipal nº 7.747, de 2 de janeiro de 1995. O Decreto Municipal nº 2883/96 de 13 de junho de 1996 foi responsável pela sua criação.

Outras escolas públicas das esferas municipal e estadual estão localizadas em Caratateua, conforme apresentadas abaixo:

- Escola Municipal Monsenhor José Maria Azevedo (Itaiteua)
- Escola Municipal Helder Fialho (Brasília):

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada na Rua das Orquídeas foi fundada em 21 de maio de 2001. É resultante da mobilização popular no Orçamento Participativo⁹ (Decreto nº 38835/2001, de 21 de maio de 2001). Está localizada no Bairro da Brasília em Outeiro. Seu nome consiste em uma homenagem ao professor Helder Fialho da rede pública de Belém militante do movimento sindical docente morto em 2005. Segundo o Jornal do Feio, um jornal eletrônico que aborda assuntos relacionados à Ilha de Caratateua, a escola surgiu a partir da mobilização da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro da Brasília “já havia preparado anteriormente um estudo das necessidades básicas do bairro baseado no relatório da FAO/ONU que, em 1996, decretou ‘localidade bolsão de miséria’”. (JORNAL DO FEIO, 2014).

Unidades Escolares Estaduais:

- Escola Estadual do Outeiro, localizada no Bairro de São João do Outeiro.
- Escola Estadual Geny Gabriel no Bairro Água Boa.
- Escola Estadual da Brasília no Bairro da Brasília.
- Escola Estadual Franklin de Menezes no Bairro de São João do Outeiro.
- Escola Estadual Colônia do Fidelis no Bairro Itaiteua.

A Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (FUNBOSQUE) foi criada pela Lei nº 7.747 de 02 de janeiro de 1995, alterada pela Lei Delegada Nº 002 de 20 de novembro de 1995. Em caráter experimental

⁹ O Orçamento Participativo vigorou em Belém na década de 90, durante a gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues.

iniciou suas atividades no mês de agosto de 1995 e foi oficialmente inaugurada em 26 de Abril de 1996. Sua implantação na Ilha de Caratateua se deu em resposta à mobilização dos moradores do Outeiro que pleiteavam junto à prefeitura de Belém desde 1993 a construção de uma escola na Ilha para auxiliar na preservação de seus recursos naturais e na manutenção da grande área de floresta ali existente.

Atualmente a FUNBOSQUE possui uma escola sede denominada Escola Bosque e outras unidades escolares conhecidas institucionalmente como **Unidades Pedagógicas** situadas nas Ilhas de Belém:

- **Ilha de Caratateua** (Outeiro): Escola Bosque (sede) no bairro de Água Boa e Casa Escola da Pesca no bairro de Itaiteua;
- **Ilha de Cotijuba**: Unidade Pedagógica Faveira, Unidade Pedagógica Flexeira e Unidade Pedagógica Seringal;
- **Ilha de Jutuba**: Unidade Pedagógica Jutuba I e II;
- **Ilha de Paquetá**: Unidade Pedagógica Jamaci;
- **Ilha Longa**: Unidade Pedagógica Ilha Longa.

A Fundação Escola Bosque atua na educação básica com Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Técnico Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos. A proposta pedagógica está balizada na Educação Ambiental.

A escola sede, cuja fachada e porta de entrada podemos observar na Ilustração 9 localiza-se na Avenida Conceição, no Bairro de São João do Outeiro na Ilha de Caratateua. Em toda sua extensão a Escola Bosque (sede) possui uma área de floresta de 120.000m² com muitas espécies vegetais e animais nativos da Floresta Amazônica. Seu espaço físico contém uma grande variedade de espécies como peixes, preguiça, répteis, pássaros e muitos outros animais. A escola sede possui em seu espaço físico várias trilhas ecológicas, um lago, biblioteca, laboratórios e outros espaços educativos como horta escolar, auditório e brinquedoteca onde são realizadas diversas atividades escolares. As salas de aula tem sua construção inspirada em malocas indígenas separadas umas das outras e distribuídas ao longo das trilhas ecológicas. Também possui uma grande área de reserva florestal conhecida como ‘Bosquinho’ muito utilizada para aulas-passeio.

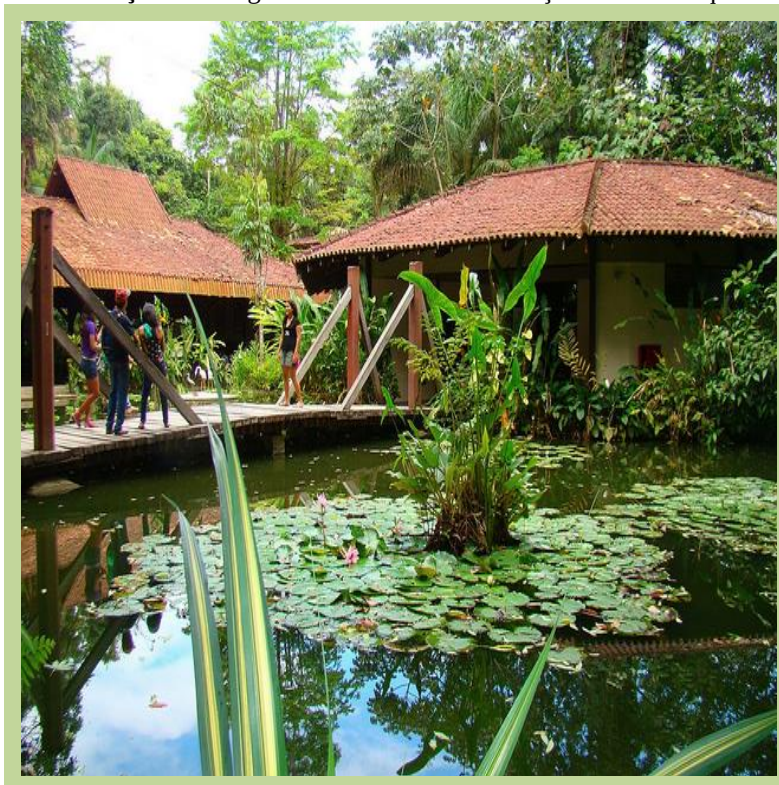
Ilustração 9 - Entrada da Fundação Escola Bosque na Ilha de Caratateua- PA



Fonte: www.belem.pa.gov.br

A seguir a Ilustração 10 mostra o Lago situado no espaço físico da escola. Ele recebe o nome de Chico Mendes e abarca uma rica biodiversidade. Nele podem ser observadas muitas vitórias régias e peixes (tambaquis e tilápias), além de uma ponte de madeira que une espaços educativos da escola.

Ilustração 10 - Lago Chico Mendes na Fundação Escola Bosque



Fonte: www.belem.pa.gov.br

A escola sede também conta com um herbário, um espaço composto por coleção de plantas herborizadas e catalogadas que toma em conta a vegetação das Ilhas do município de Belém. O herbário atua como suporte de apoio didático aos estudantes das habilitações e dos ciclos básicos da escola, também de outras escolas da rede municipal e de outros estabelecimentos de ensino, além disso, realiza atividades de extensão junto à comunidade para a identificação de plantas medicinais, de plantas causadoras de intoxicação e informações quanto à sua utilização. A horta da escola é totalmente orgânica cujos produtos são utilizados na merenda escolar, além disso, sua atuação também se realiza por meio de projetos de orientação alimentar tanto na escola sede como nas outras unidades pedagógicas da FUNBOSQUE.

Vale destacar a Coleção Zoológica da Escola Bosque por meio da qual são realizadas atividades curriculares voltadas à pesquisa de campo e inventários de materiais biológicos das Ilhas de Mosqueiro, Cotijuba, Parque Zoobotânico da Escola Bosque, além de outros inventários nas demais Ilhas de Belém. A coleção zoológica ao se constituir em um banco de dados e informações sobre a fauna das Ilhas de Belém busca ser um acervo para auxiliar

estudos e pesquisas, além de recurso didático para professores e estudantes do ensino fundamental, médio e de toda comunidade escolar.

A Escola Bosque sedia o ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, um Programa da Prefeitura Municipal de Belém criado pela Secretaria Municipal de Educação cuja organização e funcionamento ocorrem tanto no âmbito da Fundação Escola Bosque quanto em outras localidades. O Programa tem por objetivo desenvolver ações de conscientização, preservação e desenvolvimento ambiental sustentável. O caráter extensionista da atuação do ECOMUSEU tem em vista a participação e o envolvimento de comunidades das Ilhas de Belém, por exemplo, Cotijuba, Mosqueiro e Caratateua, e outras localidades como o Bairro do Paracuri e a Orla de Icoaraci nessas ações. O programa funciona administrativamente nas dependências da fundação por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Comunitário (CDC).

Além dessas ações, a escola desenvolve outros projetos voltados à educação ambiental. De acordo com o PPP, a ênfase dessas ações consiste no resgate e valorização da cultura amazônica como: Projeto Horta, Projeto O Lixo nosso de cada dia, Projeto Plantas Medicinais, Projeto Alimentação Alternativa, Projeto Viveiro de Mudas, Projeto Clube de Ciências e Núcleo de Linguagem Arte e Cultura (NULAC).

A Fundação está balizada na educação ambiental, cuja atuação tem como ênfase a construção de uma cultura local e regional de preservação dos recursos ambientais. Sua atuação se dá mediante projetos educacionais voltados ao meio ambiente, desenvolvidos tanto em nível escolar quanto por meio de projetos de extensão em nível comunitário.

Aos alunos da Escola Bosque é assegurada a formação comum indispensável do currículo escolar no nível da Educação Básica, passando pela Educação Infantil, Ensino Fundamental abrangendo os dois segmentos, Ensino Médio e modalidades da Educação de Jovens e Adultos ou Profissionalizante com vínculos na pesquisa e análise de problemas socioambientais da Ilha de Caratateua e para tanto se utilizam de todo o instrumental científico na compreensão desses problemas e sua superação. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ESCOLA BOSQUE, 1996, p. 3).

A organização do trabalho pedagógico se pauta em um conjunto de ações e projetos de educação ambiental, voltados à Ilha de Caratateua e outros espaços das Ilhas de Belém. A área em que está situada a sede da fundação compreende a oferta dos cursos de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, bem como a estrutura administrativa de pessoal e material de todos os setores da fundação.

Além da Educação Infantil, a Escola Bosque oferece à população da ilha Ensino Fundamental com estrutura pedagógica pautada em Ciclos Básicos. O Ensino Fundamental de nove anos está organizado em Ciclos Básicos I, II, III e IV. A duração de cada ciclo corresponde a 03, 02, 02, e 02 anos, respectivamente. A organização do ensino fundamental

em ciclos é uma estratégia de enfrentamento à evasão e à retenção escolar. A ideia principal consiste em realizar um acompanhamento constante dos alunos com maior dificuldade no intuito de elevar a qualidade social do ensino. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola (1996, p. 11) sua proposta pedagógica:

Tem como princípio filosófico a formação de uma ética e consciência ambiental, norteadas pelo desenvolvimento econômico com justiça social, sem que implique na degradação ambiental sob pena de promover danos irreparáveis ao ser humano e a vida de outros elementos naturais presentes no meio ambiente.

O currículo nesse nível de ensino apresenta como eixo norteador ‘As novas alfabetizações e sustentabilidade’. A escola adota em todos os níveis de ensino a Pedagogia de Projetos como princípio metodológico. Tanto o currículo quanto a Pedagogia de Projetos tem por objetivo fomentar o estudo da realidade ambiental onde os estudantes estão inseridos revelando as necessidades e interesses dos mesmos no processo de construção do conhecimento e no cotidiano escolar. A ideia principal fundamenta-se na ampliação da conscientização e educação ambiental cujo ponto de partida é o próprio ambiente em que se insere a escola.

A LDB nº 9394/96 expressa claramente a não obrigatoriedade da oferta de ensino médio pela rede municipal, pois a competência é estadual. Contudo, por ocasião da implantação da Escola Bosque em 1996 percebeu-se a real necessidade de oferecer esse nível de ensino à população de Caratateua, principalmente, por dois motivos que consideramos relevantes se tomarmos em conta a realidade social do lugar.

Um deles diz respeito à reivindicação da comunidade que manifestou esse desejo devido à carência de estabelecimentos escolares na ilha. Muitos jovens para fazer o ensino médio precisavam se deslocar diariamente ou se transferir de modo permanente para Belém, situação que gerava gastos não suportados pelas famílias. Outro motivo consistia na necessidade de oferecer um percurso educacional mais completo aos jovens, inclusive integrado à oferta de ensino profissional voltado ao meio ambiente, ou seja, com processo educacional inserido na realidade socioambiental da Ilha de Caratateua.

É válido ressaltar que no início do funcionamento da escola, em 1996, o médio não era integrado ao ensino profissional, essa integração aconteceu posteriormente. Nesse contexto de demandas e necessidades, a Escola Bosque estruturou um processo educacional pautado em todos os níveis da educação básica, isto é, da educação infantil ao ensino médio, sendo este integrado à educação profissional com ênfase na educação ambiental. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola a educação profissional voltada ao meio

ambiente tem por objetivo contribuir à conscientização da população local acerca das questões ambientais.

Nessa perspectiva a proposta pedagógica da Escola Bosque foi pioneira no sistema municipal de ensino na medida em que mesmo em Belém onde se concentram grande parte das escolas municipais a estrutura de ensino não se vincula ao ensino profissional. Outro elemento que distingue essa escola está em associar o saber científico e tecnológico à Educação Ambiental.

O Ensino Médio tem duração de três (3) anos desenvolvidos de modo concomitante ao Curso Técnico em Meio Ambiente com habilitações profissionais voltadas ao desenvolvimento sustentável. Essa articulação em sua proposta pedagógica pauta-se, sobretudo nas características locais da Ilha de Caratateua e às questões ambientais, políticas e socioculturais que envolvem sua população.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (1996) da Escola Bosque o Curso de Técnico em Meio Ambiente está inserido na área de conhecimentos de Tecnologia Ambiental, identificada como responsável pelo conhecimento da natureza, seus processos nos recursos naturais, as consequências das alterações antrópicas, seus aspectos e impactos ambientais, as ações preventivas e as tecnologias corretivas que visam a melhoria, a recuperação da qualidade ambiental e a preservação dos recursos naturais da vida planetária.

A diplomação de Técnico em Meio ambiente é precedida de quatro módulos com três etapas de qualificação certificadas: **Módulo I:** Ciências do Ambiente (200 hs), **Módulo II:** Qualificação Profissional de Manejo de Fauna (300hs), **Módulo III:** Qualificação Profissional de Manejo de Flora (300hs); **Módulo IV:** Qualificação Profissional em Ecoturismo (300hs) e mais Estágio de 100hs. Nesse processo participam profissionais do ensino das diversas licenciaturas, engenharias (florestal, da pesca e agronomia) e geologia. A carga horária total do Curso de Técnico em Meio Ambiente é de 1200 horas, incluindo o estágio em uma das qualificações definida pelo estudante: Fauna, Flora ou Ecoturismo. O módulo de Ciências do Ambiente é pré-requisito para ingressar nos módulos subsequentes, portanto, deverá ser concluído ou realizado de modo concomitante aos demais módulos.

Para atuar no processo de educação técnico-científica dos estudantes da Habilitação Técnica em Ecoturismo a escola sede possui o Escritório Piloto de Ecoturismo voltado à valorização do patrimônio natural e cultural das ilhas de Belém realizando diversas ações inseridas no contexto da educação ambiental.

Entre as ações estão o estudo das ilhas de Belém por meio de parcerias públicas e da iniciativa privada como a UFPA, CEFET, CESEP, SENAC , BELEMTUR, PARATUR e

Conselho Municipal de Turismo. Nesse intuito, o Escritório realiza pesquisas de campo, a elaboração de Inventário da Oferta Turística e Pesquisa de Demanda na Ilha de Cotijuba, o Inventário Ambiental e Cultural da Ilha de Mosqueiro, além da participação em eventos, do planejamento e condução de Trilhas Interpretativas nas ilhas de Jutuba, Mari-Mari e no Parque Ambiental de Mosqueiro, bem como a recepção de grupos de visitantes e pesquisadores na Escola Bosque.

De acordo com a versão atualizada do Projeto Político Pedagógico (1998), o Escritório realiza sua ação tendo em vista o Projeto Piloto de Ecoturismo que norteia as seguintes atividades:

- Montagem e conservação de acervo a cerca da fauna e flora, oriundas dos Inventários biológicos das Ilhas adjacentes a Belém e da própria Escola Bosque.
- Estudo e produção de conhecimentos na área de biologia principalmente nos aspectos que concernem à flora e a fauna da região insular de Belém.
- Produção de metodologias e recursos didáticos que possam ser utilizados na Educação Ambiental.
- Sugerir formas interessantes de organização e apresentar as coleções aos visitantes por meio do trabalho feito no laboratório.
- Recebimento de visitas orientadas de curta duração.
- Realização de palestras de apresentação do espaço e do acervo.
- Realização de oficinas pedagógicas, com conteúdos específicos, que se destinam ao atendimento de professores, alunos e visitantes de modo geral.
- Oferecer estágio supervisionado aos estudantes do curso técnico em meio ambiente.
- Local de pesquisa sobre a biodiversidade das Ilhas adjacentes à Belém.
- Espaço para as aulas práticas de ciências para alunos do ensino fundamental.

O processo educacional da Escola Bosque compreende informações, técnicas e processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental, além de estratégias para beneficiar a população com resultados da qualificação teórica e prática, pesquisa de campo, técnicas de arborização, taxonomia vegetal e manejo da fauna silvestre e doméstica, atividades eco turísticas e atuação em projetos ligados à educação ambiental (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 1998). Após a conclusão de cada módulo ocorre a certificação de Qualificação Profissional de nível técnico e após a realização de todos os módulos é conferida ao estudante a diplomação de **Técnico em Meio Ambiente quando**

poderá atuar como agente ambiental baseado na Lei nº 10.410/2002 relativa ao cargo de Técnico Ambiental.

4. 3 REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL DA JUVENTUDE RIBEIRINHA DA CASA ESCOLA DA PESCA.

Tomando em conta a relação entre a grande concentração populacional na parte urbana do município de Belém e o volume de impostos arrecadados, e de modo comparativo considerar essa mesma relação ao seu território ribeirinho não é difícil imaginar que a ínfima presença de políticas de desenvolvimento das comunidades não esteja relacionada ao teor arrecadatário por elas apresentado, uma vez que as comunidades ribeirinhas estão situadas em áreas com níveis muito baixos de integração na dinâmica de aglomeração populacional. Para exemplificar economicamente essa realidade demonstramos na Tabela 4 a renda mensal das famílias dos estudantes da Casa Escola da Pesca no ano de 2014. As informações são resultantes da aplicação de questionários junto aos estudantes.

Tabela 4 - Faixa Salarial Mensal das Famílias dos Estudantes da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)

SALÁRIO MÍNIMO (QUANTIDADE) POR FAMÍLIA	RESULTADOS PARA FAIXA SALARIAL MENSAL	
	%	Nº
Até 1 SM	70%	42
2 a 3 SM	21%	13
Mais de 3 SM	7%	4
Não respondeu	2%	1
TOTAL	100%	60

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Os dados constantes na Tabela 4 mostram que 70% das famílias dos estudantes percebem uma renda mensal de até 01 (um) salário mínimo, revelando a predominância de uma situação socioeconômica de baixa renda. A faixa salarial de 02 (dois) a 03 (três) salários mínimos corresponde a 21% das famílias, sendo que a de maior rendimento, ou seja, mais de 03 (três) salários situa-se apenas para 7% das famílias. 2% do total não declararam renda. A análise dos dados levantados aponta para uma realidade de dificuldades socioeconômicas por parte dos jovens e suas famílias se tomarmos em conta que a maioria delas sobrevive com a renda de até 01 (um) salário mínimo. Essa renda é obtida com a pesca de auto sustento e a comercialização do excedente, conforme relatado pelos estudantes. Em alguns períodos do ano, especialmente relacionados aos de maior safra do açaí, a renda sofre uma pequena elevação com o trabalho na coleta do fruto.

Esse histórico de dificuldades sinaliza a presença dos estudantes na realidade do trabalho, principalmente nas atividades produtivas praticadas por suas famílias. Decerto, esse fato está relacionado à trajetória histórica dos estudantes na realidade da pesca, pois inicia no começo da adolescência quando muitos meninos passam a acompanhar os pais na atividade, alia-se a este fato a escassez de outras formas de trabalho e a constante demanda urbana por recursos pesqueiros. Assim, compreendendo o trabalho como ato de produção e reprodução da vida humana, pois “[...] desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 123) assinalamos que para a juventude ribeirinha de Belém, o trabalho é algo muito peculiar e decisivo no enfrentamento das condições de pobreza experienciadas ao longo da vida, mas está longe de representar uma inserção econômica dos jovens, bem como o alcance de direitos sociais como os trabalhistas.

Como mencionado anteriormente, muitos estudantes da Casa Escola da Pesca são jovens que deixaram de frequentar a escola ainda crianças em virtude da ausência de escolas em suas localidades de origem ou quando existentes, em outras ilhas, devido à precariedade de condições de transporte para o deslocamento, ou seja, condições básicas que interferem significativamente no acesso e permanência nas escolas, além disso, as escolas nas ilhas de Belém em sua maioria ofertam apenas os anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, a conclusão tardia do ensino fundamental e ensino médio decorrem das dificuldades de continuidade do processo de escolarização básica, situação responsável pela exclusão sócio educacional de muitos jovens ribeirinhos.

Ao constataremos realidades de injustiça social presentes nas comunidades ribeirinhas, como por exemplo, os poucos níveis de escolaridade apresentados por adolescentes e jovens nos remetemos ao pensamento de Bobbio (1992, p.63) “descendo do plano ideal ao plano real, uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos [...] outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva”.

A elevação da escolaridade de crianças, adolescentes e jovens ribeirinhos, nesse sentido, seria uma etapa importante no processo de melhoria das condições de vida das comunidades. Isso passa necessariamente pela via institucional com suas dimensões: física, econômica, política e cultural na medida em que poderiam impactar positivamente a dimensão sociocultural e ambiental da educação, acresça-se um conjunto de ações complementares voltadas à melhoria das condições de saúde, habitação e transporte na região das ilhas de Belém.

Para os fins desse estudo, é importante destacar que os questionários aplicados no ambiente escolar, revelaram além de aspectos educacionais, elementos caracterizadores do modo de vida ribeirinho e de sua realidade econômica e sociocultural. A análise dos dados levantados se desenvolveu com base nas atividades produtivas exercidas pelos jovens no ambiente familiar e comunitário, bem como na realidade educacional da Casa Escola da Pesca.

Nesse intuito, realizamos a identificação das localidades de origem dos estudantes no território ribeirinho de Belém, possibilitada pela aplicação de perguntas diretas e semidiretas, além de consulta a documentos escolares referentes à matrícula dos jovens nas três turmas da Casa Escola da Pesca, correspondentes às etapas dos níveis de Ensino Fundamental e Médio no ano de 2014, seguida da correspondente análise. Participaram estudantes das 3ª e 4ª Totalidades do Ensino Fundamental e das 1ª e 2ª Totalidades do Ensino Médio, ou seja, ciclos de ensino da Casa Escola da Pesca. Assim, os dados e informações da Tabela 5 foram levantados junto à secretaria da CEPE, onde observamos os documentos e registros de matrículas dos alunos relativos ao Ano Letivo de 2014 tendo em vista oportunizar um quadro atual da realidade socioespacial dos jovens, especificamente relacionado à procedência dos estudantes, logo, explicita a relação **Matrículas na CEPE e Localidades de Origem dos Estudantes**.

Tabela 5 - Matrículas e Localidades de Origem dos Estudantes da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)

LOCALIDADE DE ORIGEM	3ª TOTALIDADE		MATRÍCULAS 4ª TOTALIDADE		ENSINO MÉDIO	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Barcarena	-	-	-	-	3%	1
Benguí	-	-	-	-	3%	1
Furo da Marinha	-	-	-	-	3%	1
Icoaraci	10%	3	17%	5	-	-
Ilha Arapiranga	-	-	3%	1	14%	4
Ilha Caratateua	62%	19	47%	14	12%	3,5
Ilha Cotijuba	7%	2	14%	4	24%	7
Ilha das Onças	4%	1	3%	1	15%	4,5
Ilha Jutuba	4%	1	3%	1	10%	3
Ilha Mosqueiro	-	-	-	-	3%	1
Ilha Nova	-	-	-	-	10%	3
Pratinha	3%	1	3%	1	-	-
Santa Bárbara	7%	2	3%	1	-	-
Tapanã	3%	1	7%	2	-	-
Tenoné	-	-	-	-	3%	1
TOTAL	100%	30	100%	30	100%	30

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Interessante constatar na Tabela 5 detalhes relacionados às localidades de origem dos estudantes matriculados na Casa Escola da Pesca. Apesar de ser a Ilha de Caratateua a sede da Casa Escola da Pesca é também a que concentra o maior número de matrículas, principalmente, nas 3ª e 4ª Totalidades do Conhecimento com 62% e 47% respectivamente, seguida de Icoaraci (10% e 17%) e Ilha de Cotijuba (7% e 14%). De acordo com o referido levantamento, os maiores percentuais de matrículas para o ensino médio concentram-se nas Ilhas de Cotijuba (24%), Ilha das Onças e Caratateua, com 15% e 12% respectivamente e Ilha de Arapiranga com 14%.

A escola desperta o interesse de jovens de outras localidades do município de Belém apartadas da região das ilhas, porém próximas ao Distrito Administrativo de Icoaraci¹⁰. Exemplificando, os bairros da Pratinha, Bengui, Tapanã e Tenoné são bairros da parte urbana de Belém, pertencentes ao Distrito Administrativo do Bengui¹¹. O bairro da Pratinha representa 3% das matrículas nas 3ª Totalidade e 4ª Totalidades do Conhecimento. O bairro do Tapanã com 3% e 7% nas 3ª e 4ª Totalidades. O Tenoné apresenta 3% das matrículas no Ensino Médio e o bairro do Bengui registra 3% nesse mesmo nível de ensino.

Outros dados relevantes de análise são as matrículas de estudantes de outros municípios como Barcarena que registra 3% das matrículas no Ensino Médio e Santa Bárbara com 7% e 3% das matrículas nas 3ª e 4ª Totalidades, respectivamente. Diferentemente do município de Santa Bárbara, o município de Barcarena não integra a Região Metropolitana de Belém.

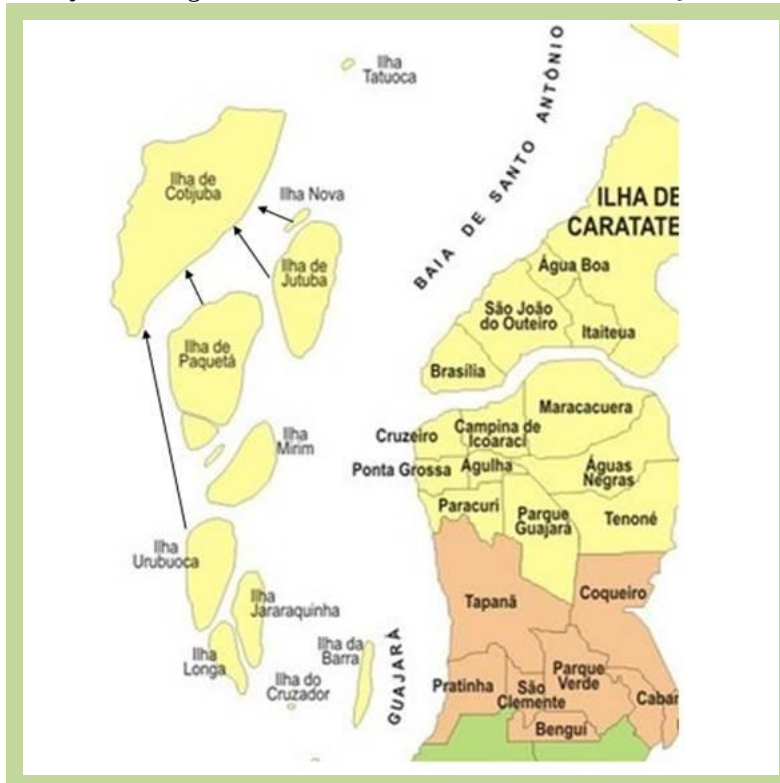
Icoaraci registra 10% e 17% das matrículas nas 3ª e 4ª Totalidades, respectivamente, contudo, apesar de não fazer parte do território ribeirinho de Belém mantém com ele uma estreita relação. Icoaraci está próxima das Ilhas de Caratateua, Cotijuba e Marajó e de muitas outras ilhas com as quais estabelece relações turísticas e comerciais, uma vez que sedia uma estrutura portuária para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias procedentes de Belém para a Região das ilhas e dessas para Belém. O Porto de Icoaraci é um importante ponto de comércio de produtos originários do território ribeirinho na medida em que grande parte da produção de pescado e açaí vem das Ilhas de Belém.

¹⁰ Icoaraci é um dos 08 (oito) Distritos Administrativos de Belém que congrega os bairros de Águas Negras, Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Maracacueira, Paracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa, de acordo com informações encontradas no site oficial da prefeitura de Belém: www.belem.gov.br.

¹¹ O Distrito Administrativo do Benguí (DABEN) é também distrito de Belém, formado pelos bairros: Benguí, Cabanagem, Coqueiro, Parque Verde, Pratinha, São Clemente, Tapanã, Tenoné, Una. Informações encontradas no site oficial da prefeitura de Belém: www.belem.gov.br.

Na Ilustração 11, podemos visualizar algumas ilhas onde residem estudantes da Casa Escola da Pesca, por exemplo, a Ilha de Caratateua com seus bairros Água Boa, São João do Outeiro, Brasília e Itaiteua, que geralmente concentra a maior parte das matrículas da escola. Encontramos também a Ilha de Cotijuba, Ilha do Jutuba, Ilha Nova entre outras ilhas que compõem o Distrito Administrativo do Outeiro.

Ilustração 11 - Algumas ilhas de Belém onde atuam FUNBOSQUE e CEPE



Fonte: www.funbosque.blogspot.com.br

Realizamos o **perfil socioeducacional** da juventude participante da Casa Escola da Pesca em diferentes momentos. Inicialmente, apresentamos a relação entre a faixa etária dos estudantes e a série em que foram matriculados no ano de fundação da escola, ou seja, em 2008, em seguida, apresentamos as informações referentes a 2014.

Os dados e informações referem-se às turmas de alunos das 3ª e 4ª Totalidades do Ensino Fundamental. Como já mencionamos, as **Totalidades do Conhecimento** correspondem a ciclos de ensino adotados no Sistema de Ensino Municipal de Belém. No caso específico da Casa Escola da Pesca, são ciclos subsequentes aos primeiros anos do ensino obrigatório e correspondem à etapa inicial de seu processo educacional, uma vez que uma das exigências à matrícula é a comprovação da conclusão dessa etapa do Ensino Fundamental.

A proposta pedagógica das **totalidades do conhecimento** se embasa na valorização entre os saberes que jovens e adultos trazem à escola, na articulação com a produção do conhecimento no mundo da cultura e do trabalho, no exercício do olhar e trabalho interdisciplinar entre as disciplinas na EJA, no diálogo e respeito à diversidade sociocultural com estes sujeitos. Esses princípios norteadores possibilitam a materialidade dessa proposta curricular, atribuindo novos sentidos e significados para jovens e adultos que perspectivam o acesso a novos conhecimentos, a novas experiências no cotidiano escolar. (COSTA; SOUZA N.; 2013, p. 8, grifos nossos).

A Tabela 6 foi organizada com dados referentes às matrículas em 2008 e 2014 e revelam que grande parte do público ribeirinho no primeiro ano de funcionamento da escola e no momento atual encontra-se fora da faixa etária adequada à realização do ensino fundamental. Em cada turma de 2008 foram matriculados trinta alunos todos provenientes da Região das ilhas de Belém. Em 2014 também foram matriculados jovens em todas as turmas do ensino fundamental e médio conforme informações constantes na Tabela 5, apresentada anteriormente, relacionada às localidades dos estudantes matriculados em 2014.

Assim, levantamos junto à Secretaria da escola dados e informações relacionados a essa realidade educacional cuja análise toma em conta as classes de estudo (3ª e 4ª Totalidades do Conhecimento) do Ensino Fundamental e faixa etária dos estudantes nos anos de 2008 e 2014. Os resultados desse levantamento estão na Tabela 6, aliás, vale mencionar que alguns valores relacionados a informações quantitativas sofreram arredondamentos para possibilitar maior compreensão acerca da realidade em foco.

Tabela 6 - Relação Idade X Série dos Estudantes da 3ª e 4ª Totalidades da Casa Escola da Pesca (Anos: 2008 e 2014)

FAIXA ETÁRIA DOS ESTUDANTES	3ª TOTALIDADE (%)				4ª TOTALIDADE (%)			
	ANO 2008		ANO 2014		ANO 2008		ANO 2014	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
15	11%	3	-	-	19%	6	3%	1
16	35%	11	30%	9	31%	9	31%	9
17	31%	9	27%	8	15%	4	24%	7
18	19%	6	20%	6	11%	3	17%	5
19	4%	1	11%	3	3%	1	13%	4
20	-	-	3%	1	9%	3	3%	1
22	-	-	3%	1	3%	1	3%	1
23	-	-	3%	1	3%	1	3%	1
24	-	-	3%	1	6%	2	3%	1
TOTAL	100%	30	100%	30	100%	30	100%	30

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

A análise dos registros de matrícula dos estudantes das 3ª e 4ª Totalidades do Conhecimento, em 2008, ano de fundação da CEPE, de modo comparativo ao ano de 2014, apresentados na Tabela 6 sinaliza para todos os alunos matriculados **uma séria defasagem na relação idade-série**. Os resultados refletem as condições materiais em que se encontram os

jovens ribeirinhos de Belém quais sejam situações históricas de dificuldades para realizar uma trajetória escolar de acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico brasileiro relacionado às questões educacionais.

Ao analisar os dados dessa tabela relativos às matrículas na **3ª Totalidade**, observamos que a faixa etária de 16 anos concentrou o maior número de matrículas em 2008 (35%), persistindo essa maior incidência em 2014 (30%). Do mesmo modo ocorreu para a **4ª Totalidade** em 2008 e 2014 onde foram registrados 31% do número de matrículas. Constatase também que para ambas as totalidades, a incidência de matrículas nos 2º e 3º lugares estava nas faixas etárias de 17 e 18 anos tanto em 2008 como em 2014. Outro dado relevante é a ausência de matrículas na 3ª Totalidade em 2008 para as faixas etárias dos 20 aos 24 anos e o registro permanente de 3% das matrículas em 2014 nas respectivas faixas etárias desse mesmo ciclo. Por outro lado, em 2014 não houve nenhuma matrícula para a faixa etária de 15 anos no ciclo da 3ª Totalidade.

No que se refere à 4ª Totalidade, em 2014 foram efetivadas apenas 3% de matrículas na faixa etária dos 15 anos, assim, constatamos uma diminuição de 16% das matrículas em relação a 2008 que era de 19%. A faixa etária de 17 e 18 anos que em 2008 apresentava 15% e 11%, em 2014, constata-se uma ampliação para 24% e 17%, respectivamente, inclusive registra-se matrícula em todas as faixas etárias para essa totalidade tanto em 2008 quanto em 2014.

Os dados constantes da Tabela 6 permitem uma maior visibilidade do problema da exclusão social, especificamente relacionada à escolaridade de adolescentes e jovens do território ribeirinho de Belém. Segundo a legislação educacional brasileira as faixas etárias adequadas para 3ª totalidade do conhecimento (6º e 7º anos) e 4ª totalidade (8º e 9º anos) correspondem a 11-12 e 13-14 anos, respectivamente. Contudo, em ambos os casos é predominante a quantidade de adolescentes e jovens que chega à Casa Escola da Pesca com poucos anos de escolaridade e com idade superior à estabelecida na legislação educacional.

Assim, a interpretação dos dados aponta entre outros fatores a ocorrência do distanciamento da vida escolar ao final dos anos iniciais e ajuda a traçar o **perfil educacional e sócio econômico atual** da juventude ribeirinha da Casa Escola da Pesca. Os dados revelam propriamente a inadequação das faixas etárias à conclusão dos níveis de Ensino da Educação Básica como preceitua a legislação educacional, ou seja, aos 14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio.

No ano de 2014, com a implantação do Ensino Médio, foram realizadas matrículas para esse nível de ensino. Ocasão em que muitos estudantes egressos da CEPE, retornaram

para dar continuidade aos estudos. Foi o que aconteceu com o estudante Antonio de 29 anos, morador da ilha do Jutuba. Após concluir o ensino fundamental no ano de 2011 na CEPE ficou sem estudar, retornando à escola em 2014 com a implantação do ensino médio. O depoimento do estudante evidencia essa problemática:

[...] quando era criança estudei até a 4ª série do 1º grau. Fiquei muitos anos sem estudar porque na Ilha do Jutuba onde moro com meus pais não tinham outras séries para continuar os estudos, somente em 2008 voltei pra escola com a criação da Casa Escola da Pesca. Em 2011 terminei o ensino fundamental, fiquei de novo sem estudar, e só este ano (2014) voltei a estudar quando chegou o ensino médio aqui na escola. (ESTUDANTE ANTONIO, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, MAIO DE 2014).

É válido ressaltar que a implantação do Ensino Médio na Casa Escola da Pesca foi resultado de reivindicação da juventude, especialmente dos estudantes concluintes do Ensino Fundamental. A escola por outro lado, em prol dessa demanda atuou junto aos órgãos da esfera municipal como a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação para atender o desejo da juventude por concluir a educação básica, aliás, promoveu a atualização do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar com essa finalidade. De nossa parte, acompanhamos a mencionada implantação visto que ocorreu no período do processo de investigação realizado junto à escola.

Todo o projeto de implantação do Ensino Médio foi articulado com a oferta de Educação Profissional de modo integrado a esse nível de ensino. Nesse sentido, a Casa Escola da Pesca ao disponibilizar escolarização com educação profissional à juventude ribeirinha de Belém atua justamente num ponto crucial da trajetória educacional: a oferta de ensino fundamental e médio completos com educação profissional. Atua, inclusive assegurando um direito no âmbito da legislação educacional, qual seja a necessária vinculação entre educação básica e educação profissional.

Logo, os estudantes egressos da escola, realizam esse nível de ensino de modo articulado à Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional na Proposta Pedagógica da Alternância. O cumprimento do Currículo Escolar e Profissional, além do Estágio supervisionado atribui aos estudantes a formação de Técnicos em Recursos Pesqueiros. A educação profissional, por sua vez, ainda que realize outras formas de produzir conhecimento jamais deve se eximir do encontro com os saberes e experiências decorrentes das práticas comunitárias em que se realiza sua atuação, pois na concretude do poder criativo da ação mais vale saber compartilhar solidariamente conhecimentos e práticas, correspondendo, assim, às expectativas expressas por seus sujeitos. Nessa perspectiva, apresentaremos uma sessão correspondente à análise da parte curricular e processo educacional.

Grande parte dos jovens que chegaram à escola em 2014 para cursar a 1ª Totalidade do **Ensino Médio** se insere na faixa etária dos 19 aos 31 anos, conforme consta na Tabela 7 organizada mediante consulta aos documentos escolares da secretaria da escola referentes às matrículas no referido ano. Assim, a primeira turma do Ensino Médio da Casa Escola da Pesca iniciou em 2014 com 30 alunos como podemos visualizar a seguir.

Tabela 7 - Relação Idade X Série dos Estudantes do Ensino Médio da Casa Escola da Pesca (Ano: 2014)

FAIXA ETÁRIA DA JUVENTUDE RIBEIRINHA MATRICULADA NO ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO (%)	
	%	Nº
15	-	-
16	4%	1
17	4%	1
18	7%	2
19	20%	6
20-24	52%	16
25-31	13%	4
TOTAL	100%	30

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Os conteúdos numéricos da Tabela 7 apontam a ocorrência e predominância da **defasagem na relação idade-série no Ensino Médio**, pois este concentra 52% das matrículas na faixa etária de 20 a 24 anos, verificando-se, inclusive, a presença de 13% dos estudantes situados na faixa etária de 25 a 31 anos. Assim, essa realidade educacional dos estudantes acima explicitada também evidencia o apartamento da idade para o início e conclusão do Ensino Médio, pois conforme a legislação vigente, o respectivo período de realização deve ocorrer dos 15 aos 17 anos. Outro ponto a destacar é que no ano de 2014 não há nenhum registro de matrículas na idade adequada para o início do ensino médio, ou seja, aos 15 anos. Concretamente, todos os jovens ribeirinhos ao iniciar esta última etapa da Educação Básica se encontram fora da faixa etária adequada, consequentemente, assim também será na ocasião de sua finalização.

Cabe destaque a essa parte da pesquisa aos documentos escolares utilizada na construção das Tabelas 6 e 7 acima apresentadas pelo fato de deixar à mostra outro dado que consideramos relevante e anteriormente mencionado: a certeza da escassez de escolas no território ribeirinho de Belém com oferta integral de todos os níveis da educação básica visto que os lugares com essa estrutura de ensino estão situados, predominantemente, na Ilha de Caratateua. Indubitavelmente, vale ressaltar, a importância para muitas crianças, adolescentes e jovens do acesso e permanência à escola como possibilidade efetiva de alcance a uma rede

de proteção e de escolarização muitas vezes decisivas à sua formação humana, social e cidadã.

4. 4 A JUVENTUDE E A REALIDADE DO TRABALHO NA BELÉM RIBEIRINHA

Na Belém ribeirinha, a pesquisa de campo junto aos estudantes da Casa Escola da Pesca nos anos de 2012-2015 mostrou as condições adversas e praticamente inexistentes de sua ocupação econômica em relação ao mercado formal de trabalho. Concretamente, identificamos uma atuação preponderante em atividades informais, isto é, a movimentação dos estudantes no mercado do emprego é praticamente nula. Apesar de grande parte dos estudantes se encontrar em idade produtiva visto que a maior concentração das faixas etárias está a partir dos 18 anos nenhum dos estudantes da escola apontou a condição de ter emprego de carteira assinada, isto é, não há emprego formal entre eles.

Os estudantes atuam principalmente junto às famílias na cultura da pesca artesanal e do extrativismo do açaí, assim, experienciam uma situação econômica de trabalho não protegido por direitos trabalhistas. Isso pode ser observado na Tabela 8 construída com dados e informações das atividades econômicas exercidas pelos jovens da Casa Escola da Pesca em suas comunidades, assim, os conteúdos da tabela revelam as principais fontes de recursos econômicos mobilizados pelos jovens e suas famílias no território ribeirinho de Belém.

Tabela 8 - Atividade Econômica exercida pelos estudantes da Casa Escola da Pesca

TIPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA EXERCIDA	RESULTADOS	
	%	Nº
Atividade com a Pesca	33%	20
Atividade com a Pesca e o Açaí	15%	9
Atividade apenas com o Açaí	13%	8
Outra Atividade complementar (Transporte escolar de barco, servente, vigilante, atividade não informada)	30%	18
Não Trabalha	9%	5
TOTAL	100%	60

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

De acordo com as informações constantes acima é possível afirmar que a pesca é a principal atividade econômica das comunidades ribeirinhas onde residem os estudantes. Ela representa a principal fonte de alimento e renda. A quantidade de estudantes envolvidos na referida atividade é superior à quantidade envolvida nas demais se considerarmos aqueles que acumulam a pesca com a atividade de manejo do açaí, ou seja, 33% e 15% respectivamente, o

que equivale a 48% dos estudantes participantes da pesquisa. 13% atuam exclusivamente no extrativismo e comércio do açaí.

Por outro lado, os que informaram realizar outras atividades para colaborar com o orçamento doméstico somam 30%. As atividades, neste caso, consistem no exercício de funções pouco remuneradas e não amparadas oficialmente pelas leis trabalhistas na medida em que são atividades temporárias chamadas de ‘bicos’ pelos estudantes, ou seja, atividades econômicas como: servente, vigilante e de transporte em embarcações. Muitos estudantes trabalham no transporte fluvial, por exemplo, no transporte escolar e de outros passageiros. Essas atividades ocorrem no âmbito da **informalidade** desvinculadas da pesca. Os estudantes estão sujeitos a realizar todo tipo de trabalho para assegurar o próprio sustento e de suas famílias.

No conjunto dessas atividades, apenas 9% dos estudantes declararam não realizar nenhuma atividade econômica. Em relação a este último aspecto, os informantes são estudantes mais novos na faixa etária de 15-16 anos envolvidos atualmente apenas com as atividades escolares, contudo alguns estudantes também nessa faixa etária relatam experiências nas atividades produtivas de suas localidades tipificadas na Tabela 8.

A presença dos jovens nessa realidade socioeconômica sinaliza a reprodução da ocupação econômica de seus familiares, do modo de vida ribeirinho e de sua cultura produtiva. Notoriamente, denota a importância dos recursos naturais utilizáveis no auto sustento das famílias, pois independente da faixa etária, 61% dos estudantes da Casa Escola da Pesca exercem atividade econômica situada de modo preponderante na relação com os rios e as florestas, principalmente na pesca artesanal. Esse percentual chega a 91% de ocupação se levar em conta os 30% envolvidos com outras atividades complementares, conforme explicitado na Tabela 8.

Nessa perspectiva é válido ressaltar que as comunidades ribeirinhas localizadas na Região das Ilhas de Belém, diferentemente de outras populações da Amazônia e em face da proximidade à Região Metropolitana atuam na economia de mercado mediante a venda de produtos dessa região, quais sejam o pescado e o açaí como forma de assegurar o próprio sustento. Contudo, ainda que as ilhas de Belém estejam no contexto metropolitano, seus habitantes integram uma população amazônida adepta de formas tradicionais de trabalho.

As atividades produtivas caracterizadoras do modo de vida e identidade ribeirinha persistem no tempo presente, assim também seus aspectos socioculturais, econômicos e ambientais como “atributo dos que estão referidos a unidades de trabalho familiar na

agricultura, no extrativismo, na pesca [...] no uso comum dos recursos naturais e a uma consciência ecológica acentuada” (ALMEIDA, 2008, p. 36).

Certamente, as atividades produtivas historicamente pautadas nos ecossistemas da ictiofauna¹² e dos recursos florestais constituem meios principais de sustento familiar onde a cultura da pesca artesanal, o extrativismo do açaí e a agricultura familiar estruturam estratégias de sobrevivência. De fato, o cotidiano de trabalho é uma forma de apropriação do território. A certeza desse entendimento se dá ao considerar a importância dos recursos naturais tanto à sobrevivência em nível de consumo e de comércio como de práticas de sustentabilidade na medida em que se pautam no extrativismo enraizado por meio dessas finalidades.

Na dinâmica de apropriação do território ribeirinho as comunidades pautam sua permanência numa relação de proximidade com a natureza. As diversas formas de extrativismo estabeleceram historicamente o modo de vida ribeirinho e sua identidade cultural ao manter raízes de enlaçamento com rios e florestas. Com efeito, os recursos naturais são os meios utilizados para a permanência no território ainda que sob condições mínimas de sobrevivência se levarmos em conta a oferta mitigada de serviços básicos como tratamos anteriormente.

O trabalho, portanto, está continuamente presente na vida dos ribeirinhos ainda que a forma de fazê-lo seja tipicamente diferente do modo de vida urbano. O trabalhador ribeirinho observa pormenorizadamente o ciclo das chuvas, das marés, dos fenômenos naturais como um todo. Logo, a produtividade dependerá, sobretudo, dessas observações do ambiente natural e de seus ecossistemas, uma vez que a sazonalidade e seus aspectos caracterizam sobremaneira determinadas épocas do ano e interferem de modo muito particular no cotidiano ribeirinho, assim, os esforços produtivos para assegurar a sobrevivência das famílias submetem-se às condições climatológicas e ao movimento das marés.

O processo de investigação junto à juventude ribeirinha revelou que a **sazonalidade** baliza a cultura produtiva nas comunidades ribeirinhas de Belém, logo, a realização de trabalho nas ilhas depende, sobretudo, **dos ciclos das chuvas e das marés**. A influência sazonal é decisiva na dinâmica da economia de subsistência que marca não apenas o modo de vida, bem como a cultura produtiva nas comunidades. As chuvas influenciam o trabalho nas águas, bem como o trabalho nos terrenos de várzea e de terra firme à medida que regulam o momento do trabalho com a pesca e o período de trabalho com as atividades agrícolas e

¹² Para Pellegrini Filho (2000) ictiofauna consiste no conjunto de peixes de determinado biótipo aquoso.

extrativistas. Em relação a esse aspecto os jovens da Casa Escola de Pesca informaram que a pesca e a coleta do fruto do açaí para revenda no mercado local são as atividades principais, contudo dependem dos períodos do ano.

O ciclo das chuvas intervém significativamente na cultura produtiva do território. Os períodos cíclicos das enchentes e das vazantes são os responsáveis por determinar qual o tipo de atividade econômica será decisivo para a subsistência das famílias ribeirinhas. Assim, o trabalho está continuamente presente na vida dos povos das águas. Sem ele não é possível sobreviver, contudo, a forma de fazê-lo é tipicamente diferente do modo de vida urbano.

No bojo dessas múltiplas atividades, é notória a forte relação entre o tempo social e individual entrecruzado com o tempo da natureza [...] essas populações sustentam-se nos saberes sobre o tempo, as marés, os igarapés, a terra, a mata, o período de desova das espécies e o período de chuva e sol, para explicar suas práticas sociais, técnicas e racionalidade produtiva. (CORREA, 2008, p. 44).

A produtividade dependerá das observações do ambiente natural e de seus ecossistemas. Assim, a sazonalidade que caracteriza determinadas épocas do ano faz com que estas sejam observadas de modo muito particular, pois todos os esforços serão para garantir a sobrevivência ribeirinha. Esse conhecimento aliado à sustentabilidade de suas ações no meio ambiente são condições essenciais à produção e reprodução social nessa parte do território de Belém. Também constitui particularidades do estuário amazônico que afetam, por conseguinte, a apropriação do território ribeirinho e de seus recursos naturais.

Os jovens informaram acerca da interveniência desses ciclos na realização de atividades produtivas: as enchentes e vazantes interferem decisivamente nas atividades. Conforme relatos, quando o período de chuvas é bastante intenso as famílias enfrentam inúmeras dificuldades, todas relacionadas ao deslocamento para realização de suas atividades habituais nesse aspecto se inclui o acesso à escola e a realização de trabalho.

Como mencionamos anteriormente a pesca não é uma atividade exclusiva para muitos dos sujeitos nela envolvidos, pois as condições de sazonalidade favorecem ou prejudicam em algum momento, a realização dessa atividade, contribuindo à adoção de outras estratégias de sobrevivência como o extrativismo de recursos naturais. De fato, o modo de vida das populações ribeirinhas caracteriza-se pelo múltiplo uso desses recursos, pois sob formas diversas visam garantir o sustento das famílias, assim a pesca, o extrativismo ou até mesmo a atividade agrícola de base familiar são atividades diretamente relacionadas às condições ambientais, logo, é absolutamente compreensível a existência de períodos de atuação mais intensa na atividade pesqueira e outros às demais estratégias produtivas.

Para Ribeiro (2004), a população ribeirinha habitante do estuário amazônico além da pesca como atividade principal também sobrevive da produção do açaí, do palmito entre outras formas de extrativismo vegetal, ou seja, frequentemente a pesca está associada a essas atividades. Contudo, a pesquisa de campo nos mostrou que de todas essas atividades, o pescado é a principal base de sustento, seguido do açaí. O pescado constitui atividade principal porque agrega valor de consumo e também comercial ainda que sua captura seja em pequena escala e de modo artesanal.

Com efeito, tanto a pesca quanto à captura do camarão são atividades produtivas características da Região das Ilhas de Belém. Num primeiro plano, pautadas no sustento das populações ribeirinhas e noutro voltadas à comercialização, contudo grande parte dos trabalhadores exerce mão-de-obra autônoma. Por isso mesmo estão sempre em busca de formas alternativas de sustento complementares à pesca: como o açaí e em alguns lugares desse território, o turismo. Este, inclusive vem se constituindo como uma alternativa de geração de renda em desenvolvimento, notoriamente, nas Ilhas de Cotijuba, Combu, além de Mosqueiro e Caratateua historicamente inseridas nessa rota comercial.

Assim, dependendo dos ciclos de sazonalidade uma hora a pesca estará em alta outro momento o açaí. Em ambas as atividades produtivas ocorrem práticas sustentáveis da atividade econômica visto que na pesca se utiliza instrumentos fabricados de forma artesanal e em relação ao açaí o manejo ainda ocorre de forma tradicional, ou seja, os ribeirinhos utilizam a peconha para a retirada do fruto da árvore em forma de cachos. O extrativismo do açaí é uma atividade importante nesse contexto.

4.5 O AÇAÍ COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR À PESCA

Segundo o IBGE (2007) nosso Estado é o maior produtor de açaí com aproximadamente 90% do total nacional e, segundo o IBAMA (2007), o segundo maior produtor de pescado em nível nacional. Dois grandes produtos de muita aceitação no mercado, em nível local e nacional, entretanto, no território ribeirinho de Belém ambas as cadeias produtivas tem em conta a precariedade de nossos portos, a falta de saneamento e energia elétrica nos locais onde são produzidos e armazenados.

Todos esses produtos concorrem ao sustento dos ribeirinhos e são decisivos economicamente como importantes recursos de valor social e econômico, além de

apresentarem boa aceitação nos mercados locais, assim, “[...] enquanto dieta alimentar, o consórcio do peixe com o açaí, fruto típico da região, caracteriza a alimentação básica das populações” (MORAES, 2008, p. 14). Ademais, é o pescado sob a forma de peixes e camarões o principal alimento proteico de origem animal. Por outro lado, a presença exuberante do açaí na região das Ilhas de Belém é notória pela abundância da árvore ‘açaizeiro’ e devido o consumo cotidiano do fruto na alimentação ribeirinha.

Segundo os jovens da Casa Escola da Pesca, o fruto está presente nos terrenos de várzea e terra firme, sendo que em alguns períodos do ano a produção ocorre em larga escala o que representa uma relevante importância econômica às famílias, principalmente em algumas localidades, como as Ilhas do Combu e das Onças, além de outras ilhas.

Segundo Nascimento (2008) o açaí pertence à Família *Arecaceae*. É um fruto oriundo de uma palmeira ‘magra’ (*euterpe oleracea*) que chega a ter 25 metros de altura: **o açaizeiro**. É também conhecido como juçara, açaí-de-touceira, açaí-do-Pará, açaí-verdadeiro, palmitero. É planta nativa da Amazônia muito encontrada na região estuarina, especialmente, em terrenos de várzea, também em igapó e terra firme.

O fruto do açaí foi inicialmente usado na alimentação pelos indígenas e com o passar do tempo pelas populações rurais e urbanas da Amazônia. Quanto mais roxa a sua cor mais maduro está o fruto e capaz de produzir uma polpa muito saborosa, ou seja, um caldo roxo avermelhado. O açaí é um ‘sangue bom’ com rica simbologia na cultura da população paraense como mostram os conteúdos de preparação do sumo do açaí:

O preparo do sumo do açaí envolve, num ritual, quase toda a família. Enquanto os pescadores estão no mar, costumeiramente são seus filhos que apanham o fruto, distribuídos em cachos nas palmeiras. Para isso, se apoiam numa espécie de tipoia denominada de peconha, presa aos pés para dar apoio à subida nas árvores. Após a colheita, os grãos são debulhados do cacho e submersos em água morna para amolecerem. Quando moles, são amassados, normalmente, pelas mulheres, que utilizam as próprias mãos enquanto ferramenta para prensar o fruto sobre uma peneira, esta filtra o sumo, separando-o dos caroços. (MORAES, 2008, pp. 14-15).

A preparação do sumo do açaí apresenta elementos socioculturais que assinalam a importância do açaí para o povo paraense e o amazônida de um modo geral. Uma planta nativa da Amazônia com diferentes utilidades – ser alimento, peça de artesanato, utilizado no aterramento de ruas, entre outros usos. Historicamente é utilizado como suplemento às refeições ou prato principal para muitos paraenses que pode ser acompanhado de farinha d’água, tapioca ou de outros modos.

O açaí tem significado cultural, social e econômico para as populações de nosso estado, especialmente aquelas que vivem do extrativismo do fruto. Ademais, são pontos

importantes a destacar em relação ao açaí: as condições de produção no território ribeirinho de Belém, a destinação do fruto como produto de geração de renda para as famílias e a procura por parte de indústrias locais e nacionais para pesquisas e fabricação de produtos alimentícios e cosméticos. Por outro lado, grande parte da produção abastece a área urbana do município e tem como ponto de origem do fruto, o trabalho dos ribeirinhos como principais produtores e fornecedores, mas além de produtores também são grandes consumidores.

De fato, o consumo do açaí possui caráter social e econômico na medida em que é alimento e importante fonte de renda do extrativismo de base familiar. Nesse sentido, vale destacar a contribuição dos estudantes José, Gabriel, Miguel, Rafael e Antonio da Casa Escola da Pesca pelas informações acerca desse produto, muito válidas à compreensão de sua importância. Eles nos informaram que o melhor período para a coleta do fruto corresponde aos meses de **junho, julho e agosto**, pois a safra do fruto fica em alta e propícia à comercialização nos portos de Belém, Icoaraci e Ilhas voltadas ao turismo local como Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba. O açaí também está presente nessas ilhas, contudo por contarem com um número maior de habitantes e devido à presença constante de turistas, a demanda é muito grande, motivo pelo qual adquirem o fruto proveniente de outras localidades.

Contudo, a Feira do Açaí situada na área de abrangência do Mercado do Ver-o-Peso no centro comercial de Belém se sobressai como ponto de chegada e saída do açaí '*in natura*' para outros destinos, bem como o Porto de Icoaraci. É válido ressaltar a Belém urbana como principal mercado comprador e consumidor do fruto, cuja distribuição tem um destino certo, ou seja, os numerosos comércios batedores de açaí existentes ao longo da região metropolitana.

Os próprios estudantes e suas famílias também participam dessa produção e comercialização. O fruto coletado é armazenado em rasas, ou seja, uma espécie de paneiro construído com uma tala chamada 'guarumã'. Cada rasa comporta em torno de duas (2) latas grandes de açaí e dependendo do período de safra ou entressafra o preço varia de R\$ 60,00 (Sessenta Reais) a R\$ 200,00 (Duzentos Reais) por rasa.

Como um dos principais recursos da Amazônia, o açaí vem se tornando a cada ano um produto muito valorizado no mercado local e nacional. Inclusive, é notória a atuação de algumas empresas no processamento da polpa de açaí com o fim de exportação, onde a produção assume formas diversificadas, sobretudo no âmbito das indústrias alimentícias e cosméticas acrescentando valor econômico à sua utilização.

Um ponto interessante, a destacar, é quanto ao tipo do açaí, pois segundo os estudantes há dois tipos principais: **o açaí da várzea e o açaí da terra**¹³. O primeiro apresenta uma melhor aceitação no mercado por ser originário da várzea, considerada como terreno mais propício ao desenvolvimento satisfatório da planta. O segundo tipo de açaí é considerado de grau inferior em relação ao primeiro, contudo também é bastante comercializado.

O fruto dá em cachos e sua combinação nutricional de componentes bioquímicos reúne vitaminas e sais minerais, além de cálcio e antioxidante. Vale ressaltar sua presença nas refeições como componente complementar ou refeição exclusiva no dia-a-dia de muitos paraenses. A partir do fruto do açaizeiro extrai-se a polpa do açaí localmente conhecida como ‘açaí do grosso, açaí do médio e açaí do fino’.

Apesar de ser um produto amazônico muito valorizado no mercado, de um modo geral, a produção do açaí não conta com grandes investimentos do governo para a sua realização e ampliação, especialmente no que se refere em melhores condições de produção aos coletores. Em relação às condições de produção e de transporte do fruto, citamos o acondicionamento do produto feito de forma precária, ainda que seja um alimento altamente perecível, ao ser retirado da árvore, na maioria das vezes, é jogado ao chão, acondicionado em recipientes pouco higiênicos e transportado de forma insalubre. Entendemos que a ampliação da qualidade do açaí, principalmente, nas etapas de coleta, armazenamento e transporte depende diretamente do empoderamento das condições de produção.

A melhoria das condições sanitárias do produto passa necessariamente pela capacitação e acompanhamento técnico às populações que manejam o açaí. Aliado a essa precariedade de produção está o isolamento de moradias e açaizais por serem locais de difícil acesso, alguns estão situados às margens de rios, mas outros ficam mata adentro próximos a furos e igarapés. Essas áreas são frequentemente visitadas por negociadores do fruto que atuam como intermediadores entre os coletores nas ilhas e o mercado nos processos de compra e venda. São os donos de embarcações com melhores condições de acondicionamento e transporte dos paneiros de açaí, uma vez que os altos custos de transporte distanciam nessa cadeia produtiva os coletores do fruto do seu destino final e ocasionam a dependência em relação aos atravessadores.

Nota-se que todas essas circunstâncias reunidas são impedimentos materiais ao enfrentamento das condições estruturais de pobreza, o que torna cada vez mais difícil ampliar

¹³ Segundo Pellegrini Filho (2000) mata de várzea é a floresta sujeita a inundações, situada em terras baixas e próximas a cursos d'água. Mata de terra firme é a floresta livre de inundações, porque está situada em terras elevadas da Bacia Amazônica.

a produção e, conseqüentemente agregar maior valor ao produto. Com efeito, os ribeirinhos enquanto coletores do açaí experienciam a histórica reprodução de desigualdades relacionadas à cadeia produtiva do fruto. Embora, os coletores dominem os saberes relacionados à cultura do açaí estão impedidos circunstancialmente de atuar em favor do empoderamento social e econômico de suas comunidades.

Nessa perspectiva, o conhecimento local relacionado ao domínio de informações acerca dos recursos naturais e da funcionalidade ecossistêmica traduz basicamente o que Santos B., (2010b) denomina ‘**ecologia dos saberes**’ à medida que os saberes, os usos e as adaptações relacionadas aos rios, matas e seus recursos naturais possibilitam a organização de uma cadeia produtiva, ainda que precária é responsável pela permanência de vidas humanas nessas localidades. Os processos locais de subsistência das comunidades ribeirinhas de Belém caracterizam os diferentes modos de uso dos recursos disponíveis, além do controle, exploração e conservação do território. A organização social das famílias e das comunidades tem uma base econômica e sociocultural constituída, portanto, nessa disponibilidade.

4.6 A ESSENCIALIDADE DA PESCA COMO ATIVIDADE PRODUTIVA DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO DE BELÉM

A Amazônia Paraense possui em seus numerosos rios uma grande variedade de espécies de peixes, como nos diz Burle (2010, p. 22) “[...] estima-se que na região amazônica existam cerca de 25% das espécies de peixes do planeta, um percentual superior às espécies existentes no Oceano Atlântico”. Para o mencionado autor, o Pará se insere na Região Amazônica e tem um litoral de 562 km² com 70 mil km² de plataforma arrastável. Logo, a exploração do pescado pode ser feita tanto em rios quanto em lagos, na costa e no alto mar.

A biodiversidade do Estuário Amazônico formado pela foz do rio Amazonas e outros rios com seus importantes ecossistemas constituídos por várzeas, praias, terra firme e manguezais disponibilizam recursos naturais aos habitantes da referida região. Assinala Reis et al (2003) que a ictiofauna amazônica em ambientes de água doce é a mais diversa do mundo com aproximadamente 2.500 espécies de peixe. A atividade da pesca é realizada, sobretudo, nessa região estuarina, pois devido ao extenso conjunto fluvial que contorna essa região, a ictiofauna existente é certamente a maior fonte de alimento proteico para seus habitantes, especialmente, às populações com menor poder aquisitivo, assim:

[...] É praticamente inevitável abordar-se a pesca ou as atividades haliêuticas, enquanto objeto de pesquisa, no seio das populações caboclas da Amazônia, sem considerar-se, como fator de análise, o 'outro lado do rio', isto é o contexto ambiental ou socioambiental, em que ela se realiza. (FURTADO, 1997, p. 146).

Com efeito, as populações do território ribeirinho de Belém atribuem especial valor ao pescado, base de sua alimentação. Assim, a caracterização da pesca artesanal é possível em virtude do reconhecimento como atividade de natureza familiar e econômica que conjuga a incorporação de saberes tradicionais de pescadores, constituídos por informações, crenças e comportamentos geracionais, aliás, como assevera Furtado (2006, p. 170) “[...] a noção de progresso é buscada pelo uso das diferentes formas de extrativismo assentadas em manejos tradicionais herdados, secular e mesmo imemorialmente”.

Em relação à cadeia produtiva na região das ilhas de Belém, é pertinente apontar uma pesquisa realizada por pesquisadores do IFPA em 2010, sobre recursos pesqueiros na Ilha do Combu, uma das ilhas do município de Belém. Por meio dessa pesquisa foram identificadas numerosas espécies de peixe presentes na Baía do Guajará e igarapés da referida ilha. A mencionada pesquisa revelou que:

Os peixes mais frequentes Pescada (*Plagioscion*) e Mandi (*Pimelodina* e *Pimelodus*) [...]. Os menos frequentes Carataí (*Pseudauchenipterus*), Piranambú (*Platynemichthys*), Pratiqueira e Tainha (*Mugil*), [...] as artes de pesca comumente utilizadas pelos pescadores são a tarrafa, rede de malhar e linha de mão (anzol), que eram empregadas conforme a maré. [...] a Pescada, apesar de ser muito frequente, vem diminuindo de incidência. [...] O período em que a pesca é intensificada compreende o "inverno amazônico", pois a outra principal atividade (extração do açaí) entra num período de entre safra. (ALMEIDA et al, 2010, p.1).

Essa mesma pesquisa revelou a pesca como predominantemente artesanal e com o açaí constituem o hábito alimentar da população ribeirinha, ou seja, os principais meios dos quais as famílias das ilhas de Belém se utilizam para alcançar o sustento e sua sobrevivência. Logo, a conservação de todo o ecossistema dessa região é fundamental para a preservação do modo de vida dessas comunidades. Um aspecto relacionado à pesca artesanal é o conhecimento de base social sobre a atividade pesqueira. Nas comunidades, esse conhecimento geralmente possui uma base sustentável na exploração dos recursos.

Ainda que na Amazônia a atividade de exploração da pesca seja desenvolvida por setores diferenciados, pois há também uma intensa exploração industrial, para grande parte da população amazônica e, sobretudo, das ilhas de Belém, é uma atividade realizada com a finalidade de consumo familiar ou comercialização local. Isso se deve ao fato de ser praticada no âmbito familiar de modo individual ou colaborativo. Essa prática é conhecida como pesca de subsistência ou destinada ao auto sustento. Aliás, é válido destacar que a atividade da pesca

abrange outras atividades, especialmente, relacionadas à confecção dos instrumentos de trabalho pelos próprios pescadores e ao conhecimento ecológico do ecossistema local.

Assim, desde a aquisição do material para a confecção de redes de pesca, matapis e construção de armadilhas colocadas ao longo dos rios, a captura do pescado (peixes e camarão), a destinação como auto consumo e venda do excedente nos mercados locais sem nenhum tipo de beneficiamento são atividades que envolvem praticamente toda a família, mas especialmente os jovens enquanto importante força de trabalho.

Ao realizarmos a caracterização da pesca artesanal a partir de observação a campo e com base nos modos de produção mais utilizados pela juventude ribeirinha da Casa Escola da Pesca constatamos que a realidade cotidiana da pesca possibilita aos jovens um acúmulo de saberes e experiência de diversos modos na medida em que é uma atividade realizada comunitariamente.

Segundo Furtado (1997, p. 151):

Na Amazônia brasileira, [...] distinguem-se três grandes domínios pesqueiros que correspondem a diferentes ambientes manejados pelos pescadores tradicionais – o marítimo ou costeiro, o flúvio-lacustre ou ribeirinho e o estuarino – nos quais é encontrada a subsistência desses pescadores, através de variadas modalidades de pesca, cujo produto destina-se à alimentação de suas famílias e o pequeno excedente é vendido no mercado consumidor para obtenção de bens que não produzem.

Nossa percepção acerca da pesca artesanal vai ao encontro da explicação da autora supracitada, pois durante o processo de investigação percebemos a presença de técnicas tradicionais relacionadas à pesca artesanal como algo muito presente no cotidiano dos estudantes. Nas Ilustrações 12 e 13 podemos verificar os estudantes no ambiente escolar construindo alguns apetrechos de pesca como redes de pescar e matapis demonstrando interessante habilidade na dinâmica dessa atividade. Os apetrechos fabricados pelos próprios estudantes apresentam a materialidade de um modo de produção passado de geração em geração.

O matapi é um tipo de armadilha utilizada para a captura do camarão, feito de tala proveniente de uma planta chamada Jupati (*Raphia taedigera*). No território ribeirinho é muito comum a utilização da tala de Jupati para a fabricação de objetos de artesanato como cestas, peneiras, balaios, gaiolas entre outros. Esse apetrecho de pesca tem comprimento de 40 (quarenta) cm por 25 (vinte e cinco) cm de diâmetro, seu formato cilíndrico lembra uma gaiola. Na confecção do matapi, as tiras de tala são presas por fios de náilon com distância de 01 (um) cm entre si. As ilustrações 12 e 13 mostram a confecção de matapis pelos estudantes da Casa Escola da Pesca.

Ilustração 12 - Estudantes fabricando apetrechos de pesca (matapis e redes de pescar) na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de campo. Arquivo: Autora.

Ilustração 13 - Estudante mostrando o matapi após fabricação



Fonte: Pesquisa de campo. Arquivo: Autora.

O Matapi possui uma entrada estreita também chamada de boca em suas laterais, formando-se um funil por onde se dá a entrada dos camarões grandes e pequenos, mas apenas os camarões pequenos conseguem sair ficando os graúdos. Por uma pequena abertura nas laterais coloca-se uma isca que atrai os camarões, também por ela é possível fazer a retirada dos mesmos, ação conhecida entre os ribeirinhos como despesca. Interessante que a utilização do matapi constitui uma prática de sustentabilidade no que se refere à preservação e reprodução da espécie, pois a captura dos camarões maiores e a fuga dos menores favorece o desenvolvimento do crustáceo miúdo que terá tempo suficiente de se desenvolver e posteriormente ser capturado em tamanho maior, sendo esta uma informação repassada pelos estudantes.

A utilização do **matapi** para a pesca do camarão (*macrobrachium amazonicum*) ocorre no estuário amazônico, sobretudo, onde estão canais e igarapés. Para Pinto (2005, p. 8):

O camarão pertence ao grupo dos crustáceos, animais de patas articuladas e com corpo protegido por uma espécie de armadura, que funciona como esqueleto externo. Conhecido como “lixeiro”, o camarão desempenha importante papel na natureza, pois se alimenta de restos de animais e de vegetais. Além disso, faz parte da alimentação de grande número de peixes e de outros animais aquáticos. Por isso, quanto mais camarões, maior a fartura no ambiente aquático e na mesa das famílias ribeirinhas, já que eles também são alimentos fortes, ricos em proteínas.

A maré também interfere na utilização do matapi e, por conseguinte, na captura do camarão. É na maré baixa que se colocam os matapis nas águas de locais com pouca correnteza e não muito distantes das moradias dos pescadores onde segundo os estudantes ficam os camarões. Os matapis são colocados presos a cordas na maré baixa facilitando sua localização e visualização. Quando as águas sobem eles ficam cheios de água e nesse momento capturam os camarões. Os pescadores então esperam a maré baixar e fazem a despesca. São por fim armazenados em viveiros para o consumo próprio e dependendo da quantidade são destinados à comercialização.

A utilização de diferentes instrumentos de pesca mostram diversas formas de captura do pescado. As redes, a tarrafa, o matapi, a linha de mão, constituem materialidades dessa cultura produtiva muito presente na vida das comunidades ribeirinhas. A **tarrafa** é uma rede de pesca em forma circular com chumbo nas bordas e uma corda presa ao centro que permite ao pescador retirá-la da água fechada com os peixes presos no interior dela (OLIVEIRA, 2010).

Na pesca com utilização de **espínhel** são capturados peixes maiores, especialmente com grande valor comercial. Os locais de pesca preferidos são os canais e as praias. A pesca de espínhel visa à captura de peixes com maior aceitação comercial, por exemplo, o filhote

(*Brachyplatystoma filamentosum*) e a dourada (*Brachyplatystoma vaillanti*). Também são pescados outros tipos de peixes como a pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*) e o mapará (*Hypophthalmus marginatus*).

A **pesca de emalhe** utiliza a rede como instrumento de captura de peixes de diversas espécies, principalmente em lugares mais distantes das residências dos pescadores. Também nessa atividade a produção é destinada não apenas ao próprio consumo, mas também com fins de comercialização. Como podemos visualizar nas Ilustrações 14 e 15, a rede de pescar é outro apetrecho de pesca fabricado pelos estudantes no ambiente escolar, inclusive são utilizadas nas atividades escolares, sobretudo nos viveiros onde se encontram peixes cultivados no ambiente da Casa Escola da Pesca.

Tomando em conta as referidas imagens é possível perceber como os instrumentos de pesca fazem parte do cotidiano dos estudantes. Eles chegam à escola com grande domínio da atividade pesqueira, explicitando no encontro de conteúdos escolares as noções de concretude como base de vida, fonte de recursos, campo de trabalho e de relações fundamentados nos mais diversos tipos de apropriação (FURTADO, 1997).

Ilustração 14: Estudante fabricando rede de pesca na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Ilustração 15 - Uso da Rede de Pesca na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Nos depoimentos dos jovens da escola envolvidos na atividade da pesca constatamos que são possuidores de informações sobre as espécies de peixes e os locais de sua ocorrência, além disso, são conhecedores dos ciclos sazonais, das fases lunares, do movimento das marés e respectiva influência na realização da atividade. Isso demonstra que a “[...] transmissão de conhecimentos, das gerações mais experientes para as mais jovens, está inserida num amplo processo educativo, que envolve tanto a oralidade quanto as práticas cotidianas, ambas alimentadas por aspectos míticos e imaginários”. (MORAES, 2008, p. 31).

Segundo o estudante Rafael, 27 anos, a pesca consiste na captura de várias espécies de peixe, mas principalmente peixes de maior valor comercial:

— Saio para pescar uma vez por semana, faço a pesca da pescada branca, filhote e dourada. Para alcançar esses peixes uso o espinhel e a rede de arrasto, pois são peixes que ficam mais no fundo. O objetivo dessa pesca é para comercializar nos mercados de Belém e Icoaraci.

Para o estudante José, 18 anos, morador da Ilha das Onças, a captura de peixes tem como objetivo o sustento da família:

— Faço a pesca do peixe e camarão, por isso utilizo o matapi para pescar o camarão, também uso a rede e a tarrafa, às vezes o espinhel. Os peixes que mais encontro onde moro são a pescada branca, o mapará e o bacu.

Outro estudante Gabriel de 22 anos, morador da Ilha de Cotijuba, realiza além da pesca outra atividade para o sustento da família:

— Trabalho com transporte escolar na Ilha de Cotijuba e também na pesca com o objetivo de sustento e comércio. Estou sempre em busca de pescada, dourada e filhote, por isso trabalho com o espinhel e a rede. Faço a venda do peixe direto no Porto de Icoaraci.

O estudante Miguel, 19 anos, morador do Furo da Marinha, trabalha com a pesca desde os 10 anos:

— Atualmente realizo alguns bicos e a pesca para ajudar no sustento da família. Sempre pesco a pescada branca, dourada, filhote e camarão. Utilizo no trabalho o espinhel e o matapi.

Os relatos põem à mostra a habilidade dos estudantes no manejo dos apetrechos de pesca, bem como grande conhecimento das atividades que realizam, pois descrevem como ocorre habitualmente a captura do pescado (peixes e camarões). A experiência cotidiana estrutura um conjunto de saberes relacionado às técnicas de captura e aos materiais utilizados. Logo, a utilização se dá de forma concomitante à apreensão de saberes e experiências, situações evidentemente sinalizadoras da realidade do trabalho e dos modos de vida continuamente presentes no contato com rios e a floresta. Apesar de apreenderem a atividade com os mais antigos é o acúmulo do fazer diário, a melhor forma de domínio da atividade.

Decerto, as práticas de apropriação desses recursos pesqueiros predominantemente artesanais envolvem valores, hábitos, saberes, comportamentos, ou seja, estratégias socioculturais que operam no sentido de identificar a pesca artesanal como uma prática histórica e, portanto, legítima das comunidades ribeirinhas de Belém relacionada à apropriação do território. Seus conhecimentos territoriais e socioculturais na realidade da pesca são historicamente desenvolvidos na relação com o meio. Nesse caso, o meio é o local de vida, de inserção cultural e de trabalho onde se localiza a materialidade dos recursos comuns.

5

UMA ESCOLA ENRAIZADA NA COMUNIDADE: A CASA ESCOLA DA PESCA NO TERRITÓRIO RIBEIRINHO DE BELÉM

A realidade socioeducacional da juventude ribeirinha de Belém está compreendida em suas condições de existência. Assim, o processo de investigação toma em conta a análise de uma dimensão dessa totalidade: **a atuação da Casa Escola da Pesca (CEPE) nessa parte do território municipal**. O local onde se desenvolve o processo de investigação é um lugar de encontro, convivência e permanência onde casa e escola são partes constitutivas de um mesmo projeto educativo. Aliás, ser casa e escola é uma característica interessante desse lugar à medida que possibilita acolhimento, permanência, escolarização e educação profissional a adolescentes, jovens e adultos provenientes das comunidades ribeirinhas do município de Belém. A essa coletividade humana presente na mencionada escola atribuímos o termo de **juventude ribeirinha** uma vez que com isso alcançamos uma dimensão socioespacial pertinente e necessária à análise do objeto de estudo cujo processo investigativo se realiza com base na **Tese**:

O direito à escolarização com educação profissional da juventude ribeirinha de Belém se efetiva mediante a multidimensionalidade da atuação socioeducacional da Casa Escola da Pesca no contexto da Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e da proposta pedagógica da Alternância tendo em vista o empoderamento econômico, político e sociocultural na atividade produtiva da pesca.

Cabe destacar que a fundação da Casa Escola da Pesca na Ilha de Caratateua incluiu três elementos inovadores à realidade educacional da juventude ribeirinha e, em linhas gerais, no âmbito do sistema municipal de educação de Belém: a inserção da pedagogia da alternância, a educação de jovens e adultos em tempo integral e a educação profissional voltada à pesca e aquicultura.

5.1 UMA ESCOLA DO CAMPO PAUTADA NA REALIDADE RIBEIRINHA.

Ao realizarmos a presente análise propomos ancorar nossa reflexão no chão do território ribeirinho de Belém como lugar amazônico com o objetivo de compreender a importância de um processo de escolarização que se mostra inserido nas expectativas de vida

e trabalho da juventude ribeirinha. A vivência educacional no contexto da Pedagogia da Alternância enquanto proposta pedagógica da Casa Escola da Pesca não diz respeito apenas à oportunidade de continuidade dos estudos, visto que antes da fundação em 2008, muitos jovens estavam afastados da escola. De fato, constituiu uma possibilidade efetiva de inserção sociocultural mediante a vivência da experiência pedagógica que se realiza em tempos e lugares distintos de formação: o **ambiente da escola e o da comunidade**. Esses são os espaços concretos onde se realiza o processo educacional e suas modalidades de ensino, quais sejam, a Educação de Jovens e adultos e a Educação Profissional voltada à cultura produtiva da Pesca.

Nessa perspectiva, refletimos acerca da atuação dessa escola como processo de construção social possibilitado por sua dinâmica pedagógica. Assim, a necessidade de ir além da descrição das atividades escolares foi algo imperativo, pois bem mais desafiador foi revelar sua atuação socioeducacional como integradora de muitos outros processos nessa parte do território de Belém, cuja ênfase está nas condições de vida e trabalho da juventude ribeirinha.

A escola não se circunscreve como mais uma unidade escolar do sistema municipal de ensino, mas, ao revelar-se uma escola do campo assume-se como um lugar de possibilidades, de construção social. É uma escola cuja estrutura organizacional ergue um olhar voltado aos ribeirinhos e sua realidade. O Projeto Político Pedagógico ao trazer explicitamente a referência ‘escola do campo’, obviamente reconhece a atuação da Casa Escola da Pesca para além de seus limites físicos e faz menção à sua proposta pedagógica e estrutura organizativa. É nessa perspectiva também referenciada na extensão social que se concebe como uma escola do campo.

Os moldes da organização de seu trabalho pedagógico encerram a fundamentalidade necessária ao encontro entre o conhecimento sistematizado e os saberes decorrentes da tradição ribeirinha explicitados em seus modos de vida. A escola assume na concretude de um projeto político de educação os valores representativos de uma cultura tradicionalmente amazônica e materialmente presente na Região das Ilhas de Belém. Sua atuação mediante um processo educacional muito peculiar em determinadas condições e elementos tem como foco principal a escolarização com educação profissional na atividade pesqueira.

[...] emerge da necessidade de oportunizar a formação de jovens ribeirinhos que por falta de escolas de Ensino Fundamental e Médio em suas localidades acabam por ter seus direitos anulados, [...] a CEPE organizou esse projeto procurando cumprir sua função social principalmente com as populações ribeirinhas. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CEPE, 2014, p. 7).

Logo, a escola atua como uma possibilidade à necessidade da juventude em dar continuidade ao processo de escolarização. Além disso, volta-se à realização de um projeto institucional inserido no contexto econômico e socio cultural dos estudantes: a atividade produtiva do pescado. Assim, desloca-se de uma atuação escolar muito recorrente na Educação de Jovens e Adultos, ou seja, aquela pautada exclusivamente no aprendizado da leitura e escrita desvinculada da realidade material de seu público. Esta afirmação é decorrente da trajetória investigativa que empreendemos ao longo de três anos (fevereiro de 2012/fevereiro de 2015) no espaço geográfico onde se dá a referida atuação.

Durante o período de investigação verificamos que a pesca é simultaneamente conteúdo de aprendizagem e atividade econômica, decerto, meio de aproximação efetiva entre a escola e a realidade ribeirinha. Para analisar a atuação da Casa Escola da Pesca na formação educacional e profissional da juventude estabelecemos uma conexão entre essa atuação e temas importantes do campo educacional também presentes na realidade do trabalho com a pesca. Nesse intuito, trabalhamos com três dimensões caracterizadoras dessa atuação junto aos estudantes: **a Pedagogia da Alternância, a Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e a Educação Profissional voltada à Pesca e Aquicultura**. Estas especificidades identificam a proposta pedagógica da escola e são os fatores de análise do processo de investigação.

No âmbito da Casa Escola da Pesca a Educação de Jovens e Adultos está balizada na **Pedagogia da Alternância**, assim, vem a ser um diferencial interessante no que se refere à dinâmica escolar. Os jovens usufruem de diferentes experiências formativas: as dependências da escola, as visitas técnicas, o estágio e o tempo comunidade onde realizam o Plano de Estudos. Isto é perceptível e referenciado nas falas dos estudantes:

- Gosto do ensino da Casa Escola da Pesca porque nos leva a estudar as partes teóricas dos conteúdos e fazer as práticas. O que mais gosto é estudar os assuntos que tem a ver com a pesca, sair para as visitas técnicas, fazer estágio e conhecer outras pessoas. (ESTUDANTE JOSÉ, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, 2012-2015).

As situações formativas nos diferentes espaços favorecem a troca de experiências entre os discentes, docentes, familiares, colegas da escola e outros profissionais que contatam ao realizar as visitas técnicas e estágios. Assim, a educação profissional associada à EJA e à Pedagogia da Alternância permeia a vivência escolar e influencia as estratégias de vida e o auto sustento. Aliás, a vivência cotidiana no ambiente familiar e comunitário, assim como as diferentes formas de participação social são, portanto, elementos a serem considerados no processo educacional e no empoderamento político, econômico e sociocultural.

A inserção no mundo do trabalho é uma característica muito peculiar do público da Casa Escola de Pesca, aliás, a **Educação Profissional voltada à Pesca** é uma das categorias analisadas na trajetória dessa tese. Nessa perspectiva, a profissionalização da juventude ribeirinha, enquanto fator de análise assume importância decisiva na compreensão do objeto de estudo. Primeiramente pela reflexão acerca da atividade produtiva da pesca e das condições socioeconômicas que envolvem os estudantes. Em seguida, porque expressa os aspectos de uma escolarização que pressupõe: a realidade socioeconômica expressa no trabalho e nas práticas produtivas e os saberes decorrentes da tradição e das práticas sociais.

Diante do exposto, referimos que a Pedagogia da Alternância, a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral tomam em conta os contextos de escolarização onde a juventude ribeirinha marca presença, ou seja, a Casa Escola da Pesca e as particularidades de sua atuação situadas para além da dimensão pedagógica.

5.2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DA ATUAÇÃO EDUCACIONAL NO EMPODERAMENTO SOCIAL

Os frequentes contatos com a escola durante o processo de investigação fez-nos testemunhar a perspectiva interacionista e social de sua atuação na realidade dos jovens ribeirinhos. O ambiente escolar é muito propício à integração de conteúdos, práticas sociais, valores, crenças, hábitos e costumes nos processos de aprendizagem ali realizados. O cotidiano educacional explora ativamente ideias e práticas sociais no traçado de caminhos alternativos à sobrevivência nessa parte do território amazônico, assim, cabe afirmar que o cotidiano escolar está para além dos processos formais e conteudistas escolares ao realizar o registro de uma arte, a arte da pesca e todos os sentidos e significados que ela possa transmitir. É como pronuncia um estudante da escola:

- A escola trás para os alunos mais conhecimento em relação ao que já é vivenciado na comunidade. Ela integra nossos conhecimentos e assim temos mais facilidade para aprender ao estudar. (ESTUDANTE MIGUEL, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, 2012-2015).

Durante a pesquisa de campo, um aspecto notadamente observado foi a valorização por parte da escola do saber comunitário, aliás, a ambiência de suas práticas, a possibilidade de sua continuidade e permanência no âmbito escolar é, certamente, um ponto crucial no processo educacional. A propósito, alia-se também a essa questão a participação das comunidades em muitas atividades no espaço físico da escola como as feiras de ciências e

artes, mostras de saberes, fazeres e sabores do pescado, oficinas e minicursos como podemos visualizar nas Ilustrações 16 e 17.

Ilustração 16 - Artesanato feito com escamas de peixes nas Aulas de Artes na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Ilustração 17 - Exposição de Artesanato Ribeirinho na Mostra de Saberes da Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Nessa perspectiva, verificamos a atuação socioeducacional da Casa Escola da Pesca para além das atividades de ensino na medida em que atua com caráter extensionista onde o público alvo são os familiares dos estudantes, contudo, o público ribeirinho em geral procura a escola para participar de minicursos como a criação de viveiros, de oficinas de compostagem e adubo, de artesanato entre outras, além de cursos com caráter profissionalizante, como, por exemplo, o curso de Aquaviários promovido pela Base Naval de Belém, uma das parceiras públicas da escola.

De acordo com seu Regimento Escolar essas atividades são consideradas complementares à atuação institucional, cujos objetivos são entre outros o fomento de desenvolvimento das comunidades pesqueiras, a geração de demanda pela busca de conhecimentos e informações mobilizando grupos diversificados. Acresça-se o desenvolvimento de pesquisa/estudo de campo como trabalho de extensão para coletar dados que subsidiem as atividades educativas da escola, onde se inclui o planejamento, elaboração e execução de projetos de sustentabilidade ambiental e de geração de renda às famílias das comunidades pesqueiras. Alguns projetos visam o desenvolvimento sustentável como alternativa de reaproveitamento de resíduos das atividades extrativistas, além da melhoria da qualidade de vida de suas populações. Assim, o Regimento Escolar da Casa Escola da Pesca (2014, p. 23, grifos nossos), estabelece que:

Art. 83 - Nos períodos de alternância, a CEPE desenvolverá programação diversificada para a clientela atendida, **de acordo com a demanda comunidade** dentro de seu eixo de atuação.

Art. 84 - A CEPE ofertará cursos livres, oficinas, palestras, debates, grupos de pesquisa, fóruns, mesas redondas e outras ações, com carga horária variada, de acordo com a especificidade e objetivos da ação proposta.

§ 1º - Os cursos, oficinas e demais atividades serão, na sua maioria, de curta duração ou, quando mais longo, organizados em módulos, de forma a permitir a participação integral dos cursistas.

§ 2º - **A alfabetização dos pescadores é priorizada, bem como dos pais e familiares dos alunos, além da comunidade em geral**, numa perspectiva da formação cidadã.

A partir da análise desses elementos identificadores afirmamos o caráter de **multidimensionalidade da atuação da Casa Escola da Pesca** junto às comunidades ribeirinhas de Belém. Aliás, mediante nossa experiência a campo organizamos a Ilustração 18 cuja apresentação tem por objetivo demonstrar essa multidimensionalidade. Nela procuramos evidenciar seu aspecto de empoderamento social mediante áreas de atuação e suas interfaces ao processo de escolarização em questão, as quais denominamos de: **socioeducacional, socioambiental, sociopolítica e socioeconômica**.

Ilustração 18 - Multidimensionalidade na Atuação da Casa Escola da Pesca

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

A **atuação socioambiental da escola** evidencia princípios, valores e ações de sua presença no contexto ambiental onde rios e floresta constituem os principais meios de sustento das comunidades ribeirinhas. Essa atuação se expressa na realidade socioespacial e cultural dos jovens participantes de sua proposta educacional. É passível de observação a convergência de ações e interesses entre a escola e a juventude em direção a uma maior apropriação socioespacial. O processo educacional com ênfase, especialmente, no âmbito da pesca e assuntos correlacionados possibilita à escola propor uma atuação agregadora de valor à cultura produtiva da pesca.

Assim, a atuação institucional ao apresentar um caráter socioambiental, consequentemente amplia a utilização econômica da pesca revelada no uso alternativo de resíduos normalmente rejeitados pelas grandes empresas do setor pesqueiro que doam a escola refugos de pescado. Percebe-se uma elevação da conscientização por parte da juventude e, consequentemente das comunidades que também experienciam algumas atividades mediante ações extensionistas no âmbito escolar que favorecem a construção de um processo educacional propício ao desenvolvimento de novas práticas socioambientais “[...] oportunizando em suas interações educativas, a vivência de valores que levem a um

pensar coletivo, a um distanciamento de temáticas que privilegiam a competitividade e o individualismo” (FLORESTA; SOUZA D., 2010, p. 64).

No que se refere à compreensão da função socioambiental da escola está relacionada à finalidade de educar a juventude ribeirinha por meio de ações, práticas e processos que envolvem a compreensão do desenvolvimento sustentável. De um modo geral, depreende-se a ideia de atualização constante relacionada ao compromisso social condizente à filosofia institucional e à afirmação de um novo modelo educacional público que vincula educação e trabalho ao desenvolvimento sustentável. O reaproveitamento na atividade agrícola e artesanato a partir do descarte de partes pouco utilizadas do pescado, como mencionamos anteriormente de peles, escamas e esqueleto é mais um exemplo caracterizador da atuação socioambiental da escola e nos faz lembrar Sachs (2009, p. 79) ao nos remeter a ideia de que “[...] a economia de permanência deveria estar afirmada na perenidade dos recursos, isto é, na habilidade de transformar os elementos do meio ambiente em recursos sem destruir o capital da natureza”.

Para exemplificar a atuação socioambiental da Casa Escola da Pesca demonstramos na Ilustração 19 a atividade prática da compostagem onde os estudantes sob orientação docente, atuam na produção alternativa de adubo orgânico ao realizar a decomposição anaeróbica de resíduos do pescado sem ocasionar odores desagradáveis e poluentes ao ambiente escolar.

Ilustração 19 - Produção de Adubo por compostagem na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Esse aprendizado é possibilitado aos estudantes no desenvolvimento do currículo profissional e mediante atividades do Laboratório de Tecnologia do Pescado. Os resíduos do peixe utilizados na compostagem são resultantes do processo de beneficiamento. As composteiras são estruturas situadas no espaço físico da escola, destinadas ao depósito e processamento biológico do lixo orgânico. Durante certo período de tempo ocorre a ação de micro-organismos decompositores, resultando ao final em um composto orgânico – o adubo -, ou seja, um nutriente para enriquecer o solo da horta escolar. Assim, ao perceber o processo biológico da compostagem de uma matéria que provavelmente seria descartada inadequadamente no meio ambiente, os jovens reconhecem as possibilidades do lixo orgânico como uma destinação final e correta aos resíduos do peixe.

Essa atividade prática é um exemplo da ação de projetos escolares verificados no âmbito escolar, cuja importância se expressa na ampliação dos níveis de conscientização ambiental dos estudantes relacionados à diminuição de agrotóxicos na agricultura familiar e ao descarte inadequado dos resíduos alimentares. O desenvolvimento das atividades práticas, de um modo geral, envolvem conteúdos disciplinares de química, biologia entre outros na interação com os temas relacionados à saúde, à preservação ambiental e economia familiar, contribuindo à redução de danos ambientais, ecológicos, sanitários e econômicos.

Especificamente, em relação à **atuação socioeconômica** da escola é importante destacar a ideia de possibilidade e não de determinação. Não obstante, as possibilidades de mudança possivelmente provocadas pelas estratégias produtivas, o que se pode inferir é a ampliação de uma diferenciação socioeconômica dos usos e comercialização da pesca. Obviamente importa em verificar os resultados acerca dessa atuação nessa cultura produtiva tendo em vista o empoderamento da juventude e, conseqüentemente, de suas famílias.

Um ponto importante é considerar que a escola extrapassa sua ação pedagógica ao intervir intencionalmente na cultura da pesca artesanal, predominante no território ribeirinho de Belém. Assim, a ação pedagógica de propiciar uma diversificação na utilização dos recursos pesqueiros em favor de um empoderamento da cultura produtiva local se dá no fortalecimento da respectiva atividade por meio de estratégias de cultivo, processamento e beneficiamento do pescado, sendo estas fontes alternativas à cadeia produtiva da pesca artesanal.

A **atuação sociopolítica** se insere no Projeto Político Pedagógico da CEPE ao tomar em conta a participação sociocultural das comunidades ribeirinhas nas atividades da escola e, conseqüentemente, de sua visibilidade social nessa parte do território municipal.

A atuação sociopolítica se faz presente na valorização dos saberes e práticas sociais, especialmente, na afirmação da cultura ribeirinha pautada na pesca. Ao estabelecer interação com comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, a escola atualiza continuamente sua atuação na cultura da pesca artesanal e na apropriação do espaço por meio do estudo e adoção de possibilidades que empodere a vida e a realidade de trabalho dessas populações.

Outro ponto observado em relação a esse aspecto compreende a atuação da escola no desenvolvimento de canais de comunicação entre **ambiente interno**: professores, funcionários e estudantes e **ambiente externo**: eventos e parcerias com instituições públicas de pesquisa como UFRA, EMATER, Marinha do Brasil entre outras. As parcerias se desenvolvem como formação complementar, especialmente na educação profissional dos estudantes mediante cursos, visitas técnicas, estágios, além da participação de pessoas das comunidades – pescadores- nos cursos de capacitação promovidos por essas instituições.

É válido ressaltar que a relevância da atuação sociopolítica da CEPE está na essência de seu processo educacional. De fato, sem distanciar-se de sua identidade institucional extrapassa uma ação exclusivamente didático-pedagógica e alcança complementariedade política ao estabelecer parcerias técnicas e consultivas. Definitivamente, isso demonstra que o objetivo da escola não é exclusivamente educacional, mas também inserir-se no contexto

político, socioeconômico e ambiental em que atua. A essência dessa atuação está implícita na filosofia da escola em que pese a afirmação de sua presença junto às comunidades ribeirinhas.

Por outro lado, a ênfase dessa atuação está na apropriação progressiva e contínua da escola de sua prática sociopolítica no contexto socioambiental. Fato perceptível no constante fluxo de pessoas da comunidade desejando participar das oficinas e minicursos que a escola disponibiliza conforme mencionados linhas acima. Percebemos essa movimentação em vários momentos de observação a campo.

A atuação socioeducacional como ação de empoderamento. Compreendemos que a escola está no território ribeirinho e nele atua na atividade da pesca não com a função de controle econômico da atividade, mas sua atuação de prover educação e profissionalização de jovens ribeirinhos é sobremaneira uma atuação socioeducacional. Ainda que a Casa Escola da Pesca seja uma unidade escolar do sistema municipal de educação compreendemos o foco de sua atuação socioeducacional no **empoderamento da cultura e saber local da pesca** ao atuar como mediadora de conhecimento sistematizado e do saber decorrente da experiência e produção cultural das comunidades ribeirinhas, especialmente, na atividade da pesca.

Compreendemos essa atuação socioeducacional como uma relação de empoderamento mútuo entre a escola e seu público. A escola protagoniza uma atuação com autonomia e proposição de um projeto político pedagógico que coloca em pauta as demandas e necessidades de seu público, afinal, a escola e seus jovens estudantes são atores sociais nesse espaço educacional e territorial, ambos guardam consigo a multidimensionalidade da territorialidade e identidade ribeirinha de Belém.

Esses atores sociais atuam como forças mobilizadoras de mudança social numa realidade historicamente excludente que afeta as populações em seus diversos segmentos: crianças, adolescentes, jovens e adultos. Assim, nesta discussão do empoderamento socioeducacional local, território e cultura produtiva ribeirinha são duas categorias indissociáveis. São inerentes entre si existindo como espelhos da humanidade e sociedade que neles se refletem. Nesse sentido, o institucional e as convivialidades são instâncias de subjetividades que fazem a ligação com os lugares relacionando-os às questões políticas, econômicas e socioculturais. Ao abordar sobre a atuação socioeducacional da CEPE entendemos essas questões como constituidoras do repertório da gestão e participação nos lugares, sugerindo vida, calor e participação.

Por reconhecer o poder da educação e o valor de sua aproximação ao trabalho é que atribuímos ao projeto educativo da Casa Escola da Pesca a responsabilidade de ser agente de transformação social na pungente realidade ribeirinha. Nesse sentido, lembramos Gramsci e

os princípios da Escola Unitária (NOSELLA, 2004), por compreendermos ser válido à escola colocar-se definitivamente na condição de lugar de humanidade, de apreço, de reconhecimento de todos e de cada um, de suas histórias e saberes. Nesse sentido, não cabe educar a juventude de forma exclusivamente propedêutica, desvinculando o ensino do mundo da cultura e do trabalho dissociado da realidade estruturante de desigualdades e injustiças sociais.

A construção de um mundo melhor reside justamente na ideia e no plano dos valores humanos, sociais e de dignidade. Como valores urgentes construtores de um mundo menos violento por ser excludente. Menos frio por ser indiferente. Menos doloroso por ser injusto. Menos injusto por negar direitos essenciais e indissociáveis à nossa condição humana como assinala Arendt (2004, p.227) “[...] a igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos”.

Aliás, na intenção de afirmar as comunidades ribeirinhas não como aglomerações humanas ou simples coletividades cada vez mais referenciamos sua presença como parte de uma realidade territorial impactada pelo não atendimento de direitos e distanciamento das políticas de desenvolvimento, logo, estigmatizadas pela pobreza. Lugares percebíveis pelos recursos de seus rios e florestas, mas invisibilizados por ações governamentais de desenvolvimento.

Sua base de sustentação são as atividades produtivas de caráter artesanal não asseguradas pela cobertura de políticas públicas. Os rios e as florestas são seus meios de produção, portanto não apenas elementos físicos do espaço. São fundamentalmente as bases das atividades humanas ali presentes, por isso dever-se-ia “[...] tomar o território como elementos de articulação das ações governamentais que visam construir o sistema de proteção social e quebrar os mecanismos de reprodução das desigualdades e da pobreza” (RIBEIRO, 2010, p. 46).

Os lugares do município de Belém diferenciados do ponto de vista cultural, econômico e social integram e ao mesmo tempo o diferenciam como aponta Trindade Jr. (2010, p. 108) “[...] a formação socioeconômica de uma dada realidade tem também uma dimensão espacial que se expressa, dentre outras maneiras, por meio de contornos territoriais”. O território ribeirinho se constitui por contornos socioeconômicos e culturais diferenciados em relação ao núcleo urbano e cosmopolita de Belém. Desde a sua paisagem natural e construída, o território ribeirinho manifesta elementos culturais que caracterizam toda sua dinâmica social e

econômica produtiva. Nessa perspectiva, a ideia de lugar é subjacente à compreensão de território. O lugar é:

[...] definido como espaço caracterizado por relações imediatas, pela proximidade social e pelo reconhecimento mútuo [...] Diz respeito às proximidades das relações cotidianas (de vizinhança, de parentesco, de amizade, de comunidade etc. e às experiências imediatas dessas mesmas relações cotidianas mediadas pelo espaço vivido). (TRINDADE JR, 2010, p.116).

A nosso ver, a multidimensionalidade da atuação socioeducacional corporifica as três dimensões do projeto educacional da Casa Escola da Pesca. Decerto, a Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral, a Educação Profissional e a Pedagogia da Alternância são importantes temas do processo de escolarização promovido pela Casa Escola da Pesca, os quais convergem para outro tema nada menos importante nesse contexto: **os saberes da tradição das práticas socioculturais das comunidades ribeirinhas**. A referência basilar está em seu **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Ele norteia e ao mesmo tempo amplia cada vez mais a atuação da escola. Em outras palavras, os efeitos resultantes da materialidade do PPP enraízam a atuação da escola na realidade sócio espacial dos ribeirinhos ao inverter o tradicional modelo educacional marcado pela transmissão de conteúdos e distanciamento entre estes e a realidade social. De acordo com o PPP, a Organização do Trabalho Pedagógico se embasa nessa multidimensionalidade que envolve saberes decorrentes de experiências socioculturais vivenciadas no chão do território ribeirinho de Belém. Como se pode observar no fragmento abaixo:

[...] emerge da necessidade de oportunizar a formação de jovens ribeirinhos que por falta de escolas de Ensino Fundamental e Médio em suas localidades acabam por ter seus direitos anulados, [...] a CEPE organizou esse projeto procurando cumprir **sua função social** principalmente com as populações ribeirinhas. [...] processo de desenvolvimento das aprendizagens que integre escolaridade, qualificação profissional em nível de Ensino Fundamental e habilitação técnica em nível de Ensino Médio por meio de ações educativas que considerem **as potencialidades, necessidades de aprendizagem, expectativas de vida da juventude e as características produtivas de suas regiões, pois é nesse enfoque que será possível definir a identidade institucional da Casa Escola da Pesca**. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CEPE, 2014, pp.5-7, grifos nossos).

Identificamos na citação acima os pressupostos básicos relacionados à atuação da escola. Um ponto importante a destacar: a escola justifica sua existência pela necessidade de ofertar escolaridade para jovens ribeirinhos das ilhas de Belém e compreende a falta de escolas em muitas localidades desse território como uma negação de direitos.

Outro enfoque importante a considerar é seu compromisso social ao propor e assumir um projeto político educacional com atuação junto à juventude ribeirinha. Isso importa obviamente uma posição definidora e ao mesmo tempo sinalizadora de sua inserção

institucional na realidade ribeirinha onde se encontram seus estudantes. A atuação por meio da educação básica compreende a perspectiva apresentada no PPP, ou seja, a função social mediante o desenvolvimento de ações educativas que considerem **as potencialidades, necessidades de aprendizagem, expectativas de vida da juventude e as características produtivas de suas regiões.**

Em que pese este último aspecto, cumprir uma função social está para além de suprir demandas exclusivamente educacionais à medida que remete a ideia de um projeto institucional afirmativo de direitos sociais relacionados à educação e ao trabalho, além de **definidor de uma identidade institucional.** Nesse intuito, focalizamos nossa discussão nos elementos de análise já explicitados no início deste tópico como balizadores do processo de investigação.

Para compreender a relevância dessa atuação institucional no território ribeirinho é pertinente partirmos da diversidade geográfica, econômica e cultural em que se insere a escola. A organização do trabalho pedagógico caracteriza sobremaneira sua existência. Principalmente devido à forma como a proposta pedagógica se constrói com especificidades ao mesmo tempo exclusivas e identificadoras da Casa Escola da Pesca, não apenas em nível municipal, mas também no contexto metropolitano: **a pedagogia da alternância e a educação profissional voltada à pesca.** Em seguida, por outro aspecto eminentemente agregador e relevante da escolarização nessa parte do município, isto é, o público atendido: adolescentes e jovens das comunidades ribeirinhas de Belém.

Ainda que Belém seja uma cidade metropolitana seus sujeitos ribeirinhos são atores sociais que guardam modo de vida bem diferente da vida urbana, sobretudo, se relacionarmos à produção cultural, moradia, alimentação e deslocamentos associados às formas de gestão do território. Além disso, as dificuldades enfrentadas pela insuficiente prestação de serviços básicos, especialmente, saneamento, saúde, transporte, energia elétrica e educação influem nas condições de autossustentabilidade e conservação ambiental do território ribeirinho de Belém.

Essa realidade passa necessariamente por questões importantes de análise norteadoras do planejamento educacional, ou seja, as condições concretas em que se insere a Casa Escola da Pesca, além disso, sua filosofia institucional e a viabilização de projetos educacionais que expressam assertivamente a visibilidade da cultura ribeirinha, culminando no empoderamento de suas condições de subsistência. Compreender sua função social conforme disposto no respectivo Projeto Político Pedagógico nos remete a um ponto crucial de análise, ou seja, a própria identidade da escola, pois ao denominar-se de Casa Escola da Pesca pressupõe estar inserida concretamente no contexto da atividade produtiva característica das ilhas de Belém, a

cultura do pescado, uma atividade que se constitui como suporte da economia de subsistência dos ribeirinhos e principal ocupação econômica dos estudantes da escola.

Realizando o processo de investigação na Casa Escola da Pesca desde o ano de 2012 temos observado a afirmação cada vez maior de sua presença no território ribeirinho. A atuação da escola se faz presente além de suas fronteiras físicas, o que vem a ser perceptível ao apresentar a tendência de inserção institucional numa cultura local efetivamente articulada a configurações ambientais, econômicas, políticas e socioculturais.

Aliar conhecimento sistematizado aos saberes tradicionais possibilita uma real aproximação da atividade produtiva da pesca. É nesse ponto específico que se realiza a função social da escola, qual seja a de atuar concretamente nas condições materiais de existência de seu público. Assim, configura-se como um instrumento de empoderamento social tendo em vista o caminho percorrido pela escola desde a fundação até o momento presente.

A observação *in loco* e o levantamento de dados quantiquantitativo apontaram para a percepção de uma escola próxima das práticas sociais dos estudantes e de suas comunidades. A escola está situada no cerne dessa cultura produtiva incorporando usos e materiais da pesca artesanal, bem como outros aspectos da realidade material e social da vida ribeirinha em seu processo educacional.

A presença e atuação da CEPE na cultura produtiva da pesca e da aquicultura deixa evidente seu envolvimento político, econômico e sociocultural. É uma ação colegiada que vai pouco a pouco mobilizando vários segmentos da sociedade. O projeto educacional é desencadeador de ações que possibilitam maior visibilidade à cultura ribeirinha, aos seus modos de vida e tradição ao inserir socialmente a juventude em projetos educacionais e profissionais pautados na produção e reprodução dos recursos pesqueiros e aquicultura.

Ao tomar em conta esse processo buscamos perceber as diversas aprendizagens desenvolvidas no âmbito escolar. Aprendizagens possibilitadoras de uma compreensão crítica sobre a realidade vivida pelos jovens visto que também se realizam na prática social da qual se faz parte. Foi então que compreendemos efetivamente a função social da escola, qual seja, balizada nos processos educacionais enraizados na realidade das populações ribeirinhas locais. A organização do ensino e do trabalho pedagógico encontra respaldo nos anseios desses segmentos sociais, assim, de acordo com a compreensão freireana de educação o papel da educação é constituído a partir de uma intencionalidade que diverge significativamente dos modelos vigentes de educação pautados preferencialmente na transmissão de conteúdos (FREIRE, 1987).

A multidimensionalidade da atuação da Casa Escola da Pesca é, portanto, elemento importante de análise na medida em que reflete o empoderamento dos processos educacionais pautado na discussão, participação e numa atitude de posicionamento perante as problemáticas sociais experienciadas. Há, portanto, uma aproximação entre essas realidades e um posicionamento consequente dos atores sociais já que os conteúdos educacionais encontram respaldo em temas geradores da realidade vivida e problematizada. Sobre isso, lembramos que o ensinar exige respeito aos saberes dos educandos “[...] por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 1998, p. 34).

6

A JUVENTUDE RIBEIRINHA NA EXPERIÊNCIA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA NA CASA ESCOLA DA PESCA

Para uma escola que trabalha a Pedagogia da Alternância como suporte conceitual e metodológico de sua proposta educacional, o **tema do acolhimento** constitui interessante objeto de análise visto que a escola passa a ser o lugar não apenas de escolarização, mas também um ambiente de convivência cotidiana e de interação entre seus sujeitos, onde se manifestam diversas formas de expressão – emoções, crenças, valores, atitudes, níveis distintos de responsabilidades entre outras expressões. Por outro lado, regressar à escola é ao mesmo tempo romper com grandes obstáculos e dificuldades, além de ser uma atitude de coragem, pois como assevera Freire (1980, p.81):

A educação [...] afirma que os homens são seres que se superam, que vão para frente e olham para o futuro [...] movimento que é histórico e que tem seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo.

Assim, o tema do acolhimento é inerente à Casa Escola da Pesca na medida em que além de ser escola é também casa onde a juventude ribeirinha permanece por muitos dias. Essa permanência na casa escola compreende relações que envolvem o processo educacional e aspectos relacionados à convivência coletiva na utilização dos mesmos ambientes escolares. Nessa perspectiva, a experiência da Casa Escola da Pesca nos leva a crer que o paradigma da educação formal para jovens e adultos, desatrelado da realidade social e do mundo do trabalho, está ultrapassado, pois:

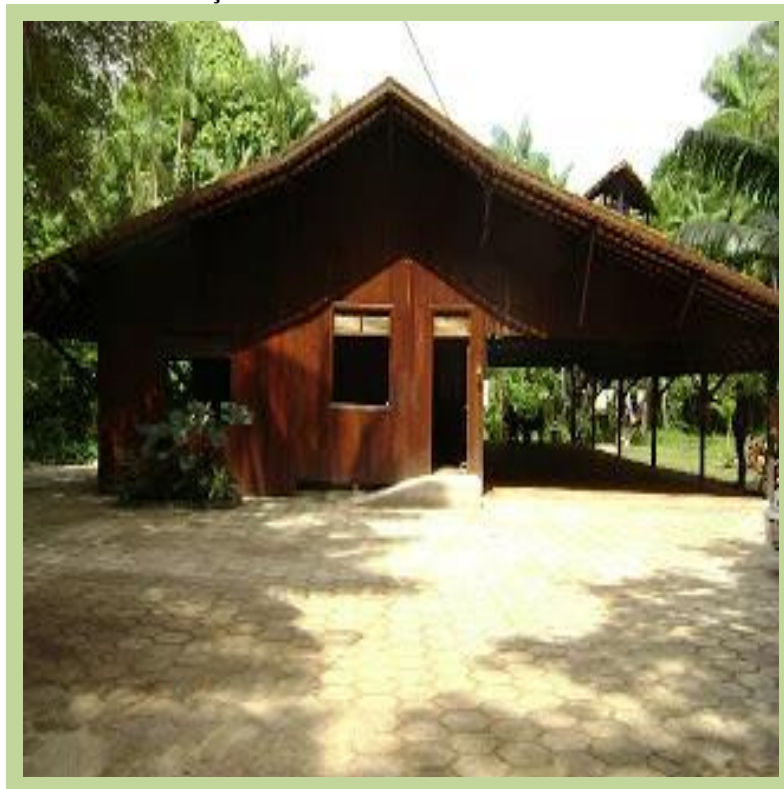
Há a necessidade de se superar o processo pedagógico da Educação de Jovens e Adultos que apenas reproduza a lógica de transmissão do conhecimento egressa do ensino fundamental [...] e estabelecer um processo pedagógico que se articule com as determinações estruturais e as experiências subjetivas e coletivas que envolvem a diversidade encontrada na educação de jovens e adultos. (RODRIGUES, 2009, p. 26).

A trajetória da escola configura e sinaliza uma política educacional real e possível no âmbito do sistema de ensino municipal. Percebe-se que as práticas educativas fundamentadas na Pedagogia da Alternância tem sido uma forma de aproximação efetiva entre a escola e a realidade da juventude ribeirinha e suas comunidades, de seus saberes e necessidades educacionais. Ademais, constitui uma alternativa viável de atendimento às comunidades

envolvidas na problemática da falta de infraestrutura das escolas tanto de ensino municipal quanto estadual.

Contudo, ainda que haja oferta de escolas de ensino fundamental completo nas Ilhas de Cotijuba e Faveira, vale destacar seu vínculo à Fundação Escola Bosque como vimos anteriormente, o deslocamento tende sempre a ser uma dificuldade importante aos jovens habitantes das ilhas mais distantes e com poucas condições financeiras desse custeio face à dinâmica estrutural e de funcionamento que envolve a maioria das escolas nas ilhas de Belém. Destarte, no contexto dessa realidade a viabilidade de um projeto educativo envolve muitos fatores o que, a nosso ver, são as condições institucionais relativas à organização dos espaços e à disponibilidade dos recursos. No caso da Casa Escola da Pesca sua proposta pedagógica depende imensamente das condições materiais de acolhimento e permanência. O espaço e sua organização dizem muito de si, ou seja, refletem sua concepção educativa e proposta pedagógica. Interessante observar na Ilustração 20 a rústica construção da escola feita toda em madeira, guardando, assim, muita semelhança com as habitações ribeirinhas da Região das Ilhas de Belém.

Ilustração 20 - Fachada da Casa Escola da Pesca.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Na Ilustração 21, observamos um trapiche de madeira no terreno da escola muito utilizado para atividades educacionais, além de ser espaço de lazer dos estudantes e ponto de encontro aos visitantes da escola. Esse local possui uma grande área de floresta em todo o seu entorno com muitas espécies da flora amazônica preservadas.

Ilustração 21 - Trapiche da Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

O trapiche possui bancos e espaços livres de ventilação e está construído sob um furo d'água: o Furo do Maguari, demonstrado na Ilustração 22. Assim, tanto o trapiche quanto o Furo do Maguari são elementos presentes no ambiente escolar identificadores da organização socio espacial das comunidades, pois guardam similaridades com objetos pertencentes à territorialidade ribeirinha de onde provêm seus estudantes.

Ilustração 22 - Furo do Rio Maguari na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Como ambiente escolar a Casa Escola da Pesca é ao mesmo tempo lugar de estudo e permanência, um espaço de interação onde muitos jovens de diferentes faixas etárias convivem coletivamente durante as Quinzenas Pedagógicas participando de todas as etapas do processo educacional. Os estudantes vêm de diversas localidades para cumprir a Quinzena Pedagógica que corresponde a 15 (quinze) dias úteis de atividades no âmbito escolar.

Outro ângulo a salientar acerca do acolhimento é a atuação da Casa Escola da Pesca em etapas decisivas da vida dos estudantes: a adolescência e a juventude. São fases da vida que envolvem a necessidade de fazer escolhas e traçar projetos de vida e de futuro, daí a importância da atenção e do cuidado como requisitos necessários ao período de permanência na escola. Além das aulas e atividades pedagógicas constituidoras desse processo de permanência também há outras questões relacionadas como: as condições de hospedagem, alimentação, descanso e lazer.

A escola possui espaço para aulas, um auditório, os laboratórios de Processamento e Beneficiamento do Pescado, de Informática, uma Biblioteca, espaços de Criadouros de peixes, entre outros. O auditório como podemos observar na Ilustração 23 é um local utilizado com muita frequência para atividades escolares, reuniões, palestras, cursos e cerimoniais de conclusão de curso.

Ilustração 23 - Auditório da Casa Escola da Pesca.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

É possível visualizar na Ilustração 24 a seguir uma área livre e coberta à entrada da escola utilizada como refeitório. Esse espaço é também lugar de convivência cotidiana possibilitada por experiências educativas e outras atividades. Assim, momentos de refeição, prática de esportes, de jogos lúdicos como dama e xadrez, apresentações educativas e culturais são realizadas nesse espaço. Nesse sentido, o acolhimento e a permanência dos estudantes ocorrem mediante as instalações físicas disponíveis.

Ilustração 24 - Os jovens no momento de refeição na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Durante o período de investigação percebemos o apoio e constante disponibilidade dos profissionais da escola, ou seja, professores e funcionários que auxiliam os jovens na realização das atividades e cumprimento das regras de convivência. Essas experiências constituidoras da proposta pedagógica possibilitam à escola, de certo modo, ser uma extensão da casa dos jovens. Na medida em que a escola se torna lugar de convivência, o jovem alcança não apenas o processo de escolarização almejado, mas também integra a este experiências de vida pautadas na socialização de saberes, valores, ajuda mútua, companheirismo, sobre os quais vão ancorando sonhos e expectativas.

No intuito de compreender melhor o papel da Casa Escola da Pesca como lugar de acolhimento e permanência realizamos junto aos estudantes o levantamento de suas impressões acerca das condições ali possibilitadas. A Tabela 9 apresenta informações relacionadas às instalações físicas, principalmente quanto à hospedagem dos estudantes, condição que implica em tempo integral na escola e na utilização dos espaços para estudo, descanso e alimentação.

Tabela 9 - As Condições de Acolhimento e Permanência da Casa Escola da Pesca

ITEM	ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA	FAVORÁVEIS		NÃO FAVORÁVEIS		EM PARTE		TOTAL	
		%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1.	Instalações físicas adequadas à permanência no ambiente escolar.	95%	57	5%	3	-	-	100%	60
2.	Gosta de permanecer na escola nos períodos de alternância.	77%	46	-	-	23%	14	100%	60
3.	Nível de satisfação com a alimentação fornecida pela escola.	44%	26	5%	3	51%	31	100%	60
4.	A convivência com os colegas e professores é tranquila e favorece a aprendizagem.	65%	39	2%	1	33%	20	100%	60
5.	Nível de satisfação em relação às condições de repouso nos dormitórios.	90%	54	5%	3	5%	3	100%	60

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Em relação às instalações físicas (item 1) enquanto a quase totalidade, ou seja, 95% dos estudantes consideram as instalações como favoráveis às condições de permanência no ambiente escolar outros 5% afirmam que as condições não são favoráveis a essa permanência. Em relação a gostar de permanecer na escola nos períodos de alternância (item 2) 77% afirmam gostar como mostra o depoimento de um estudante da 3ª Totalidade “- *Gosto de ficar na escola porque assim eu estudo*” (ESTUDANTE RAFAEL, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, 2012-2015) e 23% gostam em parte de permanecer na escola. Neste quesito não houve registro de resposta não favorável à permanência na escola nos períodos de alternância.

Quanto ao nível de satisfação relacionado à alimentação fornecida pela escola (item 3) 44% consideram favoráveis, 5% não apreciam a alimentação fornecida e 51% responderam que às vezes gostam e às vezes não. Em relação a este item há um ponto interessante a destacar, os estudantes relataram que sentem a falta da farinha quando estão na escola, uma vez que em suas comunidades estão habituados a consumir diariamente esse alimento sempre acompanhado de peixe e açaí. Assim, a farinha não é um alimento presente no cotidiano escolar, mas o açaí é oferecido algumas vezes complementando as refeições visto que a planta está presente no espaço físico da escola.

Ao conversarmos com a coordenação pedagógica sobre essa questão fomos informados que toda a alimentação fornecida pela escola está sob a orientação e acompanhamento do serviço de nutrição da mantenedora, a FUNBOSQUE. Esse serviço situa-se na sede da fundação, contudo realiza visitas periódicas à CEPE, pois na escola há

uma equipe responsável pelo preparo de alimentos. A coordenação nos informou que o serviço de nutrição considera o consumo de farinha pouco saudável como hábito alimentar e por isso ao invés de fornecer esse acompanhamento diariamente às refeições introduziu o feijão e o arroz como acompanhamentos do alimento proteico (carnes: bovina, frango e peixes).

Assim, para os períodos de permanência, a escola oferece (cinco) refeições diárias. **No primeiro turno:** Desjejum (café, leite e pão com manteiga), lanche e almoço. **No segundo turno:** lanche e jantar.

No que concerne às condições de convivência com os colegas e professores ser tranquila e favorecer a aprendizagem (item 4) 65% afirmam ser favoráveis, 2% consideram não favoráveis e 33% consideram em parte. Quanto a este item, especificamente, é válido mencionar que durante o período de investigação ao observar os estudantes em sua permanência na escola verificamos que os mesmos demonstram bem estar e integração, inclusive, em muitos momentos os vemos envolvidos em atividades didático-pedagógicas, conversando entre si, construindo instrumentos de pesca ou utilizando jogos como dominó, xadrez e dama. Durante o processo de investigação não presenciamos cenas de conflito, violência ou desentendimento entre eles. Os professores são tratados com respeito e estão sempre interagindo com os mesmos como, por exemplo, nos momentos de lazer e descontração.

Quanto ao nível de satisfação em relação às condições de repouso nos dormitórios, de acordo com o item 5 do quadro acima 90,6% , ou seja, a maioria dos estudantes diz estar satisfeita, 4,7% responderam negativamente e 4,7% em parte. Ao observar as condições de repouso conforme mostra a Ilustração 25 percebemos que os dormitórios são coletivos e equipados com beliche de duas camas cada, além de outros móveis.

Ilustração 25 - Dormitórios da Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Um ponto interessante é a permanência dos professores na escola após a jornada diária de atividades escolares. Os professores se revezam para acompanhar os estudantes durante o período de aulas, assim, em nenhum momento ficam na escola sem o acompanhamento e apoio docente. A observação de todos esses aspectos estruturais nos remete ao seguinte posicionamento “O problema é de educação, porém de educação orgânica. Isto é, de educação mais ‘condições institucionais’ [...] que propiciem o agir para a mudança, que caracterizem a instrumentalidade do processo educativo [...]” (FREIRE, 2002, p. 60). Ainda que a escola não possua uma grande estrutura em suas condições materiais de existência, pelo contrário é caracterizada pela simplicidade, bem como pela necessidade de uma quantidade maior de profissionais efetivos, pois grande parte do quadro atua sob o regime de contrato percebe-se uma interação organizacional, administrativa e pedagógica favorável ao desenvolvimento de sua proposta educacional.

No levantamento de dados, também buscamos conhecer o nível de satisfação dos estudantes em relação à proposta pedagógica da alternância. Em razão disso procedemos à aplicação de questionários e fizemos algumas entrevistas cujos resultados estão explícitos na Tabela 10.

Tabela 10 - Nível de Satisfação relacionado à Proposta Pedagógica da Casa Escola da Pesca.

ITENS DE ANÁLISE	SIM		NÃO		EM PARTE		TOTAL	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1. Você está satisfeito com o processo educacional da CEPE	100%	60	-	-	-	-	100%	60
2. Você gosta da Pedagogia da Alternância adotada pela CEPE	93%	56	-	-	7%	4	100%	60
3. Você prefere uma proposta pedagógica de uso mais comum	26%	16	67%	40	7%	4	100%	60

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Os conteúdos da Tabela 10 revelam: De acordo com o nível de aceitação relacionado ao processo educacional da CEPE (item 1) 100 % dos estudantes demonstraram satisfação. Quanto ao nível de satisfação relacionado especificamente à proposta pedagógica da alternância (item 2) chegou aos 93%. Contudo, em relação à preferência por uma proposta pedagógica de uso mais comum os resultados foram: 26% são favoráveis, 67% responderam negativamente, ou seja, preferem a proposta pedagógica da alternância e 7% responderam em parte (item 3).

Esses resultados dão uma ideia da aceitabilidade da proposta pedagógica embasada metodologicamente na Pedagogia da Alternância. A maioria dos estudantes é favorável a essa metodologia de ensino, pois possibilita que deem continuidade aos estudos e ao mesmo tempo vivenciem na prática os ensinamentos possibilitados pela escola. É o que de um modo geral foi possível perceber tomando em conta os trechos da fala de um estudante: “- *Gostamos de toda a infraestrutura que a escola oferece. Sua proposta é diferenciada*” (ESTUDANTE ANTONIO, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, 2012-2015).

Assim, os ambientes de aprendizagem são escolares e não escolares na medida em que os estudantes dão seguimento à aprendizagem na realidade do trabalho tendo em vista o cumprimento de um Plano de Estudos. Após o período de alternância na escola correspondente às Quinzenas Pedagógicas retornam ao ambiente comunitário incumbidos de realizar esse plano. O objetivo consiste principalmente em possibilitar a relação teórico-prática dos conteúdos e atividades experienciadas durante o tempo de permanência na escola.

No período que os estudantes estão no tempo comunidade as visitas de alternância são realizadas por professores da escola. Nesse sentido, detalharemos no tópico a seguir a importância do Plano de Estudos como um instrumento de efetivação da proposta pedagógica de alternância vivenciada no âmbito da Casa Escola da Pesca.

6.1 O PLANO DE ESTUDOS: INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

O Plano de Estudos é o principal instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância. É um Plano construído no ambiente escolar com um propósito definido, qual seja realizar atividades relacionadas à Quinzena Pedagógica vivenciada no período da permanência escolar. Sua elaboração ocorre antes da partida para o ambiente comunitário. Nele constam orientações à realização de atividades durante o tempo comunidade. O plano segue uma organização por etapas onde são definidos estudos teóricos e práticos. O Regimento Escolar da Casa Escola da Pesca (2014, Art. 60) assim o define:

O Plano de Estudos é o instrumento de trabalho que orienta a realização das atividades previstas para o período de Alternância, bem como o diálogo com a família e o levantamento de sua realidade, com procedimentos a serem seguidos [...].

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (CEPE, 2014, p. 29), o Plano de Estudos “[...] é o principal instrumento metodológico para articular saberes do meio familiar com os saberes científicos, pois parte de questionamentos e estuda situações-concretas do presente”. O contato direto com as comunidades ribeirinhas por meio das visitas de alternância no acompanhamento do Plano de Estudos constitui oportunidades valiosas de registros acerca do modo de vida ribeirinho e das condições de precariedade em que se encontram os estudantes e suas famílias nas comunidades.

O Plano expressa um ciclo de estudos anteriormente realizado, os quais se materializarão em atividades e na reflexão acerca da realidade. Por os conteúdos à prova talvez seja a parte mais instigante do Plano de Estudos uma vez que contém temas do conteúdo curricular referenciados na realidade vivida do ambiente comunitário. Sua estrutura didática e metodológica pautada em atividades para cada dia do período supramencionado, isto é, o tempo comunidade move estudos teóricos e práticos complementares ao estudo realizado no ambiente escolar.

Por ser um instrumento pedagógico estrategicamente metodológico da Alternância à medida que interliga o conhecimento sistematizado no ambiente escolar à sua prática concreta é constituído por atividades escritas e práticas elaboradas em conjunto por professores e estudantes que se baseiam nos ensinamentos escolares e na realidade objetiva dos jovens. Com esse intuito, as atividades construídas no ambiente escolar tomam em conta a realidade vivida no trabalho e nas comunidades ribeirinhas, ademais:

O Plano de Estudos tem a função de projeto norteador das atividades a serem executadas, desde os conteúdos regulares, até as intervenções com o meio. Este plano, precisa ser diferente dos planos educacionais existentes, por orientar a elaboração de conteúdos significativos para o educando do meio rural. (MELO, 2009, p.5).

Ao cumprir um plano de estudos cabe aos estudantes o exercício da reflexão crítica acerca da aplicabilidade dos conteúdos científicos na realidade material e objetiva. A questão principal que fundamenta o Plano de Estudos é o caráter mais científico de pensar e atuar sobre a realidade de vida e trabalho da juventude ribeirinha, além de ser também um instrumento de diálogo entre o estudante, a escola e o meio familiar possibilitando interação entre a experiência e a sistematização científica.

O olhar científico que referencia o Plano de Estudos é a atitude de pesquisa que esses estudantes deverão construir no ambiente comunitário. O Tempo Comunidade, nesse sentido, se reveste deste saber científico que interage com os modos de vida comunitária de compreender a realidade e seus objetos. É importante salientar que os jovens conhecem a realidade e interagem cotidianamente sobre ela. Conhecem seus objetos e especificidades e, a partir dessa compreensão sabem reconhecer suas necessidades e desejos.

Assim, analisar os vários aspectos da vida dos estudantes é a condição primeira no desenvolvimento de estudos no ambiente comunitário, pois proporciona a reflexão sobre concepções, práticas e valores na experiência de novos contextos. Notadamente, a dinâmica de estudos e realidade de trabalho se insere nas muitas situações vivenciadas individual e coletivamente pelos jovens.

[...] Foi no movimento da práxis que a Pedagogia da Alternância foi se consolidando na proposta de interação, experiência e reflexão; em um modo de compreender a construção do conhecimento a partir de uma lógica cuja base do processo de formação escolar está na vida e na realidade dos jovens do campo. (SILVA; SOBREIRA, 2014, 221).

No retorno ao ambiente escolar, o período educacional em tempo integral corresponderá à oportunidade de socializar os estudos teórico-práticos realizados pelos estudantes no ambiente comunitário, aplicando no âmbito das práticas sociais o que aprenderam teoricamente (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CEPE, 2014). O Plano de Estudos possui, portanto, **três momentos**, a saber: o momento de sua elaboração no ambiente escolar, sua realização no ambiente comunitário e sua avaliação no momento de retorno ao período de permanência na escola. Buscamos saber junto aos estudantes o nível do compromisso na realização do Plano de Estudos nos momentos de alternância no ambiente comunitário. Na Tabela 11 estão os resultados encontrados.

Tabela 11 - Plano de Estudos: Conhecimentos Escolares e Vivências Comunitárias.

PLANO DE ESTUDOS	SIM		NÃO		EM PARTE		TOTAL	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Realiza o Plano de Estudos quando está no Tempo-Comunidade	90%	54	2%	1	8%	5	100%	60

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

Os resultados em relação a esta questão mostram que a maioria dos estudantes diz realizar o Plano de Estudos quando está no tempo comunidade, ou seja, 90%. Por outro lado, 2% afirmam não realizar e 8% realizam em parte. A socialização das experiências relacionadas ao cumprimento do plano de estudos após o período de alternância consiste na descrição das atividades realizadas, a forma realizada e os resultados alcançados.

Os relatos dos jovens apontam a realização do Plano de Estudos no tempo comunitário como um facilitador da interação entre conhecimento e realidade no contato cotidiano com os rios e a floresta. Assim, parece evidente que as possibilidades de vivências em nível escolar mediante a interação efetiva com os recursos naturais se configura numa existência pautada em novas formas de aprender. Nesse sentido, o Plano de Estudos aponta para as estratégias pessoais de sustento embasadas na atividade econômica da pesca, explicitando-as e confrontando-as com os conhecimentos sistematizados e as novas técnicas estudadas no ambiente escolar.

Os estudantes refletem sobre a realidade, as experiências no ambiente do trabalho e da família para depois produzirem na forma escrita, como nos sintetiza o depoimento de um estudante:

- Gosto do ensino da Casa Escola da Pesca porque nós aprendemos em muitos momentos, na escola e também no trabalho e na vida social onde realizamos o Plano de Estudos. (ESTUDANTE GABRIEL, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, 2012-2015).

A observância de alguns Planos de Estudos durante o processo de investigação possibilitou compreender como são consideradas as estratégias de vida dos estudantes sob o enfoque dos conhecimentos escolares. O ponto de partida se pauta nos conhecimentos vivenciados no ambiente escolar e sua relação aos saberes decorrentes de seu cotidiano, assim busca-se compreender como esses conhecimentos e saberes se relacionam na realidade objetiva e a ampliam.

Interessante destacar nesse processo de observação que os saberes decorrentes da tradição ao serem considerados pela escola permeiam o processo educacional, inclusive, o aprendizado de novos conhecimentos. Nessa perspectiva, consideramos a experiência a partir do Plano de Estudos, uma real oportunidade de a escola verificar como a comunidade recebe

os novos conhecimentos adquiridos pelos jovens e de uma forma concreta perceber sua influencia aos saberes tradicionais voltados à pesca. Nesse aspecto, as visitas de alternância desempenham um papel essencial para conhecer essa realidade, acompanhar como os conhecimentos chegam e influem na vida ribeirinha.

6.2 VISITAS DE ALTERNÂNCIA NAS COMUNIDADES

As visitas nas comunidades são realizadas a cada alternância pedagógica, ou seja, a cada quinze dias. A proposta é fazer um trabalho articulado. Os alunos ao retornarem às comunidades levam individualmente o Plano de Estudos que contém o registro das atividades a serem desenvolvidas. O Plano de Estudos e as Visitas de alternância são meios de interação constante entre a escola e a comunidade, pois a cada quinze dias os professores vão às comunidades para acompanhar sua realização, ou seja, os estudantes no desenvolvimento das atividades. Uma relação aproximada entre escola, família e comunidade é reconhecida pelo Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação) / CEB (Câmara de Educação Básica)Nº: 1/2006/MEC:

No desenvolvimento metodológico em que o aluno executa um Plano de Estudo, temos o período das semanas na propriedade ou no meio profissional, oportunidade em que o jovem discute sua realidade com a família, com os profissionais e provoca reflexões, planeja soluções e realiza experiências em seu contexto, irradiando uma concepção correta de desenvolvimento local sustentável; enquanto isso, no período em que o aluno permanece em regime de internato ou semi-internato no centro de formação, isto é, a escola, tem oportunidade de socializar sua realidade sob todos os aspectos, embasada em pesquisas e trabalhos teóricos e práticos que realizam nas semanas em que permaneceram com suas famílias. Tudo isso é desenvolvido com o auxílio de monitores (formadores), de forma que o aluno levanta situações vivenciadas na realidade familiar, busca novos conhecimentos para explicar, compreender e atuar, partindo do senso comum para alcançar o conhecimento científico.

Ilustração 26 - Visitas ao Ambiente Familiar e Comunitário.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

As visitas de alternância como mostra a Ilustração 26 acima possibilitam uma aproximação efetiva entre a escola e as famílias, tendo em vista que a dinâmica metodológica do processo educacional em tempos alternados de vivência e estudo no ambiente escolar e familiar favorecem um contato direto às experiências no ambiente comunitário e atividades produtivas. Assim, a sistematização do conteúdo se faz presente na concretude da experiência onde são aplicados os conhecimentos escolares possibilitando uma avaliação constante do conteúdo apreendido.

Nada mais interessante do que observar no cotidiano como se vinculam os conteúdos escolares no meio familiar e no trabalho. As visitas de alternância também possibilitam a observação de outras situações de aprendizagem fora do ambiente escolar na medida em que acompanham as inquietações e questões levantadas pelos estudantes acerca da efetividade dos conhecimentos escolares na realidade de suas práticas sociais, evidenciando nos processos produtivos do campo uma estreita relação entre os saberes comunitários e conhecimentos escolares. Decerto, a postura investigativa da escola se aprimora mediante a dinâmica das visitas ao possibilitar uma visão de conjunto de sua atuação, uma percepção das dificuldades que os estudantes enfrentam em sua realidade territorial, social, econômica e política. Por

outro lado, deixa a mostra os resultados da ação escolar na cultura da pesca e da busca do ambiente macro para a cooperação e participação em sua atuação externa.

6.3 DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR AO EMPODERAMENTO SOCIAL: ARTICULAÇÃO ENTRE CONTEÚDOS ESCOLARES E SABERES E EXPERIÊNCIAS NA ATIVIDADE DA PESCA.

Ao reconhecermos o conhecimento científico como herança eurocêntrica, consideramos ser sua distribuição essencialmente desigual e propulsora ao sectarismo entre as classes sociais caracteristicamente antagônicas. Evidentemente que ao ser desigual a distribuição do conhecimento também é a do poder em suas manifestações, sobretudo, culturais, políticas e econômicas. A instituição educacional é uma das grandes distribuidoras de conhecimento, mas nem sempre democrática nesse sentido. Acerca disso, Apple (2006, p. 46) argumenta:

Não estamos acostumados a considerar a atividade educacional a partir de uma perspectiva ética, política e econômica, para não dizer crítica [...] Essa tarefa torna-se ainda mais difícil por causa do que poderíamos chamar de política de distribuição do conhecimento [...] É preciso situar o conhecimento, a escola e o próprio educador nas verdadeiras condições sociais que ‘determinam’ seus elementos.

Para Apple (2006) alguns grupos tem acesso aos conhecimentos distribuídos a eles, e não aos outros grupos, ou seja, nem sempre a instituição educacional faz chegar a uns, o que faz chegar a outros. Nesse ponto específico figura majoritariamente o currículo escolar ao cumprir no processo educacional a difusão de conhecimentos nem sempre valorativos da cultura social de seus atores, ademais, invariavelmente se apresenta vinculado a intencionalidades, mas jamais de neutralidade.

Esse déficit dificilmente será compensado para algumas realidades seja no campo e na cidade. A ausência de condições econômicas e por não dizer poder econômico ao empoderamento sociocultural figura a relação desigual entre conhecimento e poder. Com efeito, a educação com centralidade na problemática do conhecimento de algumas realidades deve realizar sua proposta curricular com a intencionalidade do empoderamento social tornando-se instrumento democrático na trajetória escolar de seus sujeitos. A intencionalidade do empoderamento social se contrapõe necessariamente à visão ‘bancária’ da educação formulada por Freire (1987, p. 58).

:

O ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

Assim, apoiando-nos em Freire para o emprego do **empoderamento social** nos adianta compreender o currículo como uma forma de controle social visto que controla a distribuição do conhecimento no contexto da escolarização e consolida formas e conteúdos de ensino. Nessa perspectiva, o conceito de empoderamento se constrói em Freire na medida em que orienta sujeitos e instituições educacionais a realizar por si mesmas as ações necessárias à mudança social. Para isso é preciso buscar o empoderamento balizado numa educação fortalecida nos processos de reflexão e na tomada de consciência quanto à condição de opressão de seus sujeitos, pois:

Na concepção bancária que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da ‘cultura do silêncio’ a ‘educação bancária’ mantém e estimula a contradição. (FREIRE, 1987, P. 59).

O reconhecimento da condição de oprimido é um passo importante para a conscientização e consequentemente à formulação de ações e práticas às mudanças desejadas. Isso implica necessariamente no processo de libertação dos sujeitos das condições de opressão caracterizadas pela passividade e marginalização na medida em que a opressão “é um controle esmagador, é necrófila. Nutre-se do amor à morte e não do amor à vida” (FREIRE, 1987, p. 65).

Defendemos que os termos ‘problematização da realidade’, ‘conscientização’ e ‘libertação da opressão’ são palavras chave necessariamente relacionadas à construção da compreensão de empoderamento em Freire. Com efeito, a ideia de libertação das condições de opressão e negação de direitos passa necessariamente pelo empoderamento econômico, político e sociocultural dos sujeitos. A autonomia e a emancipação que decorrem dos termos anteriormente mencionados seriam as vias de empoderamento para conduzir à “libertação autêntica, que é a humanização em processo não uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 67).

Assim, a busca constante da liberdade implica no alcance da autonomia e da emancipação. Isto está além da ideia de desenvolvimento de habilidades e competências, pois se contrapõe a uma prática de exclusão voltada à conservação autoritária de difusão do conhecimento, especialmente focalizada no plano teórico e prático, como menciona Apple

(2006, 101) “[...] no ensino concomitante de propensões econômicas” e do não reconhecimento da herança cultural de seus sujeitos.

Por outro lado, é necessária uma definição do papel social da escola como uma instituição cultural construída nos propósitos de suas orientações sociopolíticas e pedagógicas. Organizar um currículo tendo em vista o processo educacional da juventude ribeirinha, notadamente, viabiliza a abordagem de implicações socioculturais, políticas e econômicas de sua realidade excludente. Logo, as intersecções entre conhecimento e realidade devem necessariamente perpassar todas as etapas dessa organização. O agir com clareza no planejamento escolar, na produção do material didático, das ações no desenvolvimento do currículo geral e do currículo profissional deve ser um projeto político aliado aos aspectos educativos e curriculares tendo em vista o acesso à cultura escolar sem as práticas de seletividade historicamente estigmatizantes.

Diante do exposto, um currículo integrado à perspectiva da Pedagogia da Alternância, da Educação de Jovens e Adultos em Tempo Integral e da Educação Profissional aliado a práticas socioeducacionais possibilita à Casa Escola da Pesca realizar uma atuação balizada no modo de vida ribeirinho e na especificidade da pesca, onde saberes, valores e experiências referenciam um projeto educativo voltado aos valores de suas populações e de seu território. Aliás, a Pedagogia da Alternância dinamiza essa viabilidade do trabalho pedagógico no âmbito das duas instâncias de aprendizagem, qual seja o tempo escola e o tempo comunidade.

Para Cordeiro, Reis e Hage (2011), sendo a Educação do Campo considerada estratégica ao desenvolvimento socioeconômico do meio rural, a Pedagogia da Alternância nesse contexto mostra-se como uma possibilidade adequada para a educação básica, especialmente aos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e à educação profissional técnica de nível médio devido à relação expressiva que promove entre as três instâncias educativas: família, comunidade e escola. Decerto, desenvolver um currículo voltado à classe trabalhadora na realidade concreta do campo significa desenvolver condições para torná-lo um veículo de atendimento às expectativas e demandas de sua classe e realidade concreta.

A expressão educação do campo é muito mais que uma simples mudança de nomenclatura – de educação rural para educação do campo. Ela constituiu um dos traços marcantes da identidade de um movimento nacional que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no e do campo. [...] É, portanto, um olhar para a educação do campo como direito - direito universal, humano e social; mas que apresenta, também, outro desdobramento importante: pensar uma política de educação que se preocupe, também, com o jeito de educar quem é sujeito desse direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme pessoas como sujeitos de direito. (SILVA L., 2010, pp.180-181).

Logo, o currículo da Casa Escola da Pesca vem a ser um elemento crucial e integrador no projeto de ser uma escola do campo visto que é recorrente nas escolas de um modo geral a organização de um currículo distante da realidade social cujo paradigma de formação escolar nem sempre reconhece os saberes de populações tradicionais invisibilizando, portanto, sua presença no território como no caso específico do município de Belém, suas populações ribeirinhas.

A observação constante da organização curricular em diferentes oportunidades mostrou que a escola apresenta uma singularidade interessante em relação à totalidade das escolas da rede municipal. Ao considerar a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se um caminho alternativo e proximal às demandas e expectativas da juventude ribeirinha. Contudo, no que se refere aos conteúdos da parte profissional ainda que favoreça diversas aprendizagens no campo da pesca e da aquicultura não estão plenamente inseridos no cotidiano da pesca artesanal, ou melhor, exclusivamente, nela.

Do ponto de vista teórico a proposta curricular da Casa Escola da Pesca tem uma centralidade: a Educação de Jovens e Adultos. Esse enfoque fica evidente na análise do desenho curricular, pois se encontra fundamentado no respeito à experiência e à identidade cultural dos alunos, ou seja, nos saberes construídos historicamente mediante suas práticas socioculturais. Essa clareza pedagógica se realiza na problematização da realidade como posição bem constituída e balizada no projeto político pedagógico da escola. No traçado dessa proposta, o processo educacional é efetivamente processo, uma proposta em permanente construção a partir de uma visão dialética necessária à superação das formas de consciência ingênua. A ideia de conscientização pautada na relação dialógica norteia todo ato educativo (FREIRE, 1980). Assim, a organização curricular permeada por essa proposta apresenta necessariamente esses elementos de análise.

O confronto contínuo entre o que está definido no Projeto Político Pedagógico e a efetivação da proposta por nós observada a partir da atuação da escola revelou que existe um esforço pedagógico empreendido para associar os conteúdos escolares aos saberes tradicionais presentes no cotidiano da comunidade, situação constatada por meio da leitura e análise dos projetos de ensino constantes do planejamento das Quinzenas Pedagógicas. As quinzenas são pautadas em temas geradores, além de relatos de experiência e planos de estudos realizados pelos estudantes durante o tempo comunidade uma vez que a escola desenvolve seu processo educacional referenciado na Pedagogia da Alternância.

A proposta pedagógica da CEPE desenvolve um currículo interdisciplinar nas ações educativas relacionadas aos níveis de ensino Fundamental e Médio. Parte desse currículo

busca afirmar os saberes e fazeres produzidos na realidade de vida dos pescadores, seus ritmos, tempos e traços culturais específicos, valorizando o seu mundo.

[...] Por isso, entende-se que em virtude dos alunos residirem em locais que possuem ricos mananciais aquáticos com variedades e qualidades de peixes, somados a uma relativa facilidade de captura, torna-se necessário utilizar esses saberes empíricos para transformá-los em práticas educativas que estimulem o educando a permanecer na escola, a aprender de forma prática aquilo que na verdade é alimento do homem amazônida. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CEPE, 2014, pp. 21; 25-26).

Nessa perspectiva, a organização do trabalho pedagógico cuja estrutura curricular, interdisciplinar e integrada na articulação entre conhecimento escolar e saberes das práticas sociais vem a ser o viés condutor da ação pedagógica. Assim, de acordo com o PPP, a Organização do Trabalho Pedagógico da Alternância se dá mediante as Quinzenas Pedagógicas cujos projetos de ensino com temas educacionais extraídos da realidade amazônica e dos saberes e práticas sociais constituem os modos de vida das comunidades ribeirinhas localizadas na região das ilhas de Belém. O Planejamento escolar é quinzenal e correspondente ao Eixo Temático de cada Quinzena Pedagógica. As áreas do conhecimento, por sua vez, estão interligadas a esses eixos temáticos.

A Ilustração 27 apresenta a estrutura curricular correspondente ao Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nela é possível visualizar a **Educação de Jovens e Adultos** perpassada pelas áreas de conhecimento enquanto componentes curriculares do ensino obrigatório. As respectivas áreas situam-se nesse arcabouço como fontes do currículo e organizativas das 3ª e 4ª Totalidades do Ensino Fundamental e 1ª e 2ª Totalidades do Ensino Médio. As disciplinas trabalhadas são do Eixo Comum e do Eixo Profissional.

Ilustração 27 - Estrutura Curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Vale ressaltar que a parte profissional em Pesca e Aquicultura está presente em todos os momentos do processo formativo, de forma articulada e integrada às outras áreas do conhecimento que compõem a estrutura curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Ensino Fundamental possui uma carga horária total de 4.470 (Quatro mil, quatrocentos e setenta) horas. A parte profissional está pautada na Pesca e Aquicultura.

O Ensino Médio é integrado à Habilitação Técnica em Recursos Pesqueiros e Piscicultura. Está organizado em 03 (Três) semestres com carga horária total de 4.020 (Quatro mil e vinte) horas e 300 (Trezentos) dias letivos de Curso. Cada semestre tem a duração de 06 (seis) meses em regime de tempo integral (Oito horas diárias), com 800 (Oitocentas) horas semestrais, alternando a cada 15 dias úteis o tempo na escola e no campo.

Na rotina semanal da Escola estão previstas 40 (quarenta) horas, que incluem as atividades em sala de aula, visitas técnicas orientadas às instituições públicas e privadas, pesquisa de campo, participação em eventos culturais e/ou científicos, práticas relacionadas à qualificação profissional, estágios supervisionados em empresas e órgãos públicos e as vivências comunitárias. Todas são atividades realizadas sob a supervisão de um educador (monitor ou técnico).

A problematização da realidade ocorre tomando em conta os objetos de análise considerados no Quadro 2 o qual apresenta os temas geradores das 12 (doze) Quinzenas Pedagógicas. Elas são organizadoras do trabalho pedagógico e curricular, bem como da articulação entre conhecimento institucional e saberes socioculturais.

Quadro 2 - Organização Curricular das Quinzenas Pedagógicas da Casa Escola da Pesca

1ª QUINZENA	O jovem e a Casa-Escola da Pesca: Família, Comunidade e Cidadania (Quem somos nós e o que queremos ser?).
2ª QUINZENA	Água é Vida: Origem da Água e da Vida, Qualidade da Água e Conservação dos Ambientes Aquáticos.
3ª QUINZENA	Ecossistemas Amazônicos: ambientes de terra firme, floresta, várzea, igapó, mangue, campo, cerrado, etc.
4ª QUINZENA	Aquicultura com ênfase em Piscicultura.
5ª QUINZENA	Aquicultura com ênfase em Carcinicultura.
6ª QUINZENA	Saúde e Segurança do Trabalhador da Pesca.
7ª QUINZENA	Tecnologia do Pescado e Segurança Alimentar.
8ª QUINZENA	Uso de Equipamentos Eletrônicos na Navegação e Pesca e Mecânica Naval.
9ª QUINZENA	Pesca Artesanal (Subsistência e Comercial) e Industrial.
10ª QUINZENA	Sistemas de produção e instrumentos de trabalho na Amazônia.
11ª QUINZENA	Ecoturismo e Pesca Esportiva.
12ª QUINZENA	Formas de organizações sociais (associativismo, cooperativismo e empreendedorismo) e Projeto Profissional de Vida.

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

O Quadro 2 apresenta os temas das quinzenas pedagógicas trabalhadas durante o período de permanência na escola. Aliás, esses mesmos temas são base para o planejamento e realização do Plano de Estudos durante o período do tempo comunidade. Todos os conteúdos e atividades são trabalhados de modo interdisciplinar contemplando na Grade Curricular as disciplinas do eixo comum e do eixo profissional. O trabalho didático-pedagógico se pauta em projetos de ensino tanto para o ensino fundamental quanto ensino médio. Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico está organizado em conteúdos de conhecimentos escolares, aulas técnicas e saberes decorrentes das práticas sociais. Com base no planejamento escolar apresentamos uma síntese acerca da proposta de trabalho para cada uma das 12 (doze) Quinzenas Pedagógicas. O Planejamento Escolar com as Disciplinas trabalhadas nas Quinzenas Pedagógicas nos eixos comum e profissional da Matriz Curricular constam nos **Anexos** desta tese.

PRIMEIRA QUINZENA ➡ TEMA: O jovem e a Casa-Escola da Pesca: Família, Comunidade e Cidadania (Quem somos nós e o que queremos ser?).

Nesta primeira quinzena a história de vida dos estudantes é o tema central em debate. São ressaltadas as vivências e experiências de comunidades pesqueiras da região das ilhas de Belém. As relações sociais e as interações estabelecidas com o meio são a centralidade do trabalho nesta quinzena. Estuda-se também a importância dos rios no surgimento das primeiras cidades amazônicas e nos processos de subsistência a partir da pesca e das relações estabelecidas na construção da identidade ribeirinha do homem amazônico. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

SEGUNDA QUINZENA ➡ TEMA: Água é Vida: Origem da Água e da Vida, Qualidade da Água e Conservação dos Ambientes Aquáticos.

Os estudos evidenciam os problemas relacionados às ações antrópicas, especialmente referentes aos recursos hídricos, à exploração de determinadas espécies aquáticas, o desflorestamento das matas ciliares, a contaminação dos cursos d'água por metais pesados ou dejetos sanitários, entre outros fatores. Busca-se refletir criticamente sobre a ameaça da extinção de espécies aquáticas e a necessidade de mudança nos padrões de produção e consumo. A reflexão teórico-metodológica tem por objetivo compreender o surgimento da vida no planeta a partir das diversas concepções: mitológicas, religiosas e científicas e, por meio do senso crítico desenvolver métodos de ensino e aprendizagem para tratar de assuntos ligados às interferências antrópicas e naturais no intuito de contribuir na conservação dos recursos hídricos disponíveis, especialmente nessa parte do território amazônico. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

TERCEIRA QUINZENA ➡ TEMA: Ecossistemas Amazônicos: ambientes de terra firme, floresta, várzea, igapó, mangue, campo, cerrado, etc.

Estudo dos ecossistemas amazônicos como grandes berçários naturais, tanto para espécies características desses ambientes, quanto de outros animais que migram para estas áreas, durante a fase reprodutiva. Busca-se mostrar a importância dos ecossistemas amazônicos utilizados em atividades extrativistas como a pesca, sua sobrevivência e importância aos seres vivos aquáticos e terrestres. Discute-se conceitualmente e empiricamente a aplicação de estudos sobre o que são ecossistemas amazônicos, reconhecendo diferentes sistemas aquáticos e terrestres como integrantes do ambiente marinho, dulcícola e de interface (campos, cerrado, igapó, várzea, floresta, praias, rios, lagos e

manguezal), a biota que compõe cada sistema (caças, espécies vegetais, peixes, crustáceos e moluscos), bem como a compreensão das alterações provocadas em decorrência de ações antrópicas e climáticas. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

QUARTA QUINZENA ➡ TEMA: Aquicultura com ênfase em Piscicultura.

Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos relacionados à aquicultura com ênfase em piscicultura e enfoque nos parâmetros físicos e químicos da água e do solo adequados a esta atividade, bem como as espécies propícias à piscicultura na Amazônia. Desenvolver novas tecnologias de produção alimentícia a partir do pescado. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

QUINTA QUINZENA ➡ TEMA: Aquicultura com ênfase em Carcinicultura.

Ao compreender a região Norte, especialmente, o estado do Pará como importante produtor e exportador de várias espécies de camarões, advindas principalmente da pesca extrativa e dando prosseguimento à temática da Aquicultura, nesta quinzena a ênfase consiste na Carcinicultura com envolvimento de outros tópicos na mesma área, tais como ostreicultura, mitilicultura, ranicultura e quelônios. Objetiva-se propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos acerca da aquicultura com ênfase em Carcinicultura e nos parâmetros físicos e químicos da água e do solo adequados a esta atividade, bem como as espécies de camarão mais propícias ao cultivo. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

SEXTA QUINZENA ➡ TEMA: Saúde e Segurança do Trabalhador da Pesca.

Nesta quinzena o trabalho consiste em orientar os jovens estudantes da escola na realização de atividades da pesca sob frequentes alterações do ambiente, provocadas pela sazonalidade característica do território e condições insalubres de trabalho. Ao compreender as condições de trabalho na pesca como fator de risco na ocorrência de acidentes busca-se desenvolver o tema da saúde e segurança do trabalhador da Pesca relacionando-o a formas de se evitar acidentes mediante a utilização de equipamentos, ferramentas e instalações geralmente impróprias à realização de suas atividades produtivas. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

SÉTIMA QUINZENA ➡ TEMA: Tecnologia do Pescado e Segurança Alimentar.

O trabalho nesta unidade consiste em reconhecer no pescado uma importante fonte de renda. Assim o desenvolvimento do tema objetiva a aquisição de conhecimentos teóricos e

práticos relacionados a novas tecnologias para elaboração de subprodutos do pescado contribuindo para um maior aproveitamento e agregação de valor à atividade pesqueira. Além disso, são desenvolvidas técnicas de comercialização de pescados *in natura* sob a forma de filé resfriado e congelado. A experiência educacional promove o desenvolvimento de novas tecnologias como a defumação, a produção de alimentos alternativos do pescado como o fishburger, a almôndega, a linguiça, o croquete, o hambúrguer, a farinha entre outros são combinações resultantes das experiências dos alunos nas aulas do Laboratório de Tecnologia Pesqueira. Esses produtos obtidos a partir da manipulação do pescado constituem alternativas da utilização das sobras de peixes doados por empresas locais e parceiras da escola. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

OITAVA QUINZENA ➡ TEMA: Uso de Equipamentos Eletrônicos na Navegação, Pesca e Mecânica Naval.

Nesta unidade se realiza o estudo das modalidades de navegação, evidenciando os tipos e usos de equipamentos eletrônicos de navegação e sua aplicabilidade na atividade da pesca, além de propiciar aos estudantes a aquisição de conhecimentos básicos relacionados à mecânica naval com abordagem centrada na qualificação inicial para o trabalho com essas atividades. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

NONA QUINZENA ➡ TEMA: Pesca Artesanal (Subsistência e Comercial) e Industrial.

O objetivo da quinzena consiste em propiciar aos estudantes conhecimentos básicos relacionados à pesca extrativista e suas modalidades: artesanal e industrial, suas características locais de desembarque e espécies capturadas. Abordar sobre o potencial pesqueiro do estado do Pará, suas áreas de produção e alternativas diversas às pescarias extrativistas marinhas e estuarinas, evidenciando ser o estado um dos maiores produtores de pescado do Brasil. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

DÉCIMA QUINZENA ➡ TEMA: Sistemas de produção e instrumentos de trabalho na Amazônia.

Oportunizar uma visão geral e ampla sobre os sistemas de produção desenvolvidos na Amazônia, bem como a confecção de instrumentos de trabalho relacionados ao saber-fazer das populações amazônicas, entre elas, a ribeirinha. Abordar sobre a diversidade de ambientes existentes na Amazônia e o desenvolvimento de variados sistemas de produção, adaptados às condições ecológicas do meio e ao saber-fazer de populações tradicionais e não tradicionais que se reproduzem nesses espaços. Reconhecer os instrumentos de trabalho peculiares a cada

atividade como partes dos sistemas de produção. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

DÉCIMA PRIMEIRA QUINZENA ➡TEMA: **Ecoturismo e Pesca Esportiva.**

Nesta quinzena o objetivo consiste em propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos e curiosidades relacionadas à natureza, aos costumes e à história local, bem como demonstrar a pesca esportiva e seus principais torneios em vista de uma integração mais educativa e envolvente entre os jovens. Busca-se também desenvolver o estudo sobre o ecoturismo como um segmento das atividades turísticas pautado na utilização de forma sustentável do patrimônio cultural e natural, incentivando sua conservação, bem como uma consciência ambientalista mediante a interpretação do ambiente e promoção do bem estar das populações envolvidas. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

DÉCIMA SEGUNDA QUINZENA ➡TEMA: **Formas de organizações sociais (associativismo, cooperativismo e empreendedorismo) e a elaboração do PROJETO PROFISSIONAL DE VIDA.**

Nesta quinzena ocorre a elaboração e defesa do Projeto Profissional de Vida (PPVA). O PPVA é elaborado a partir da orientação dos professores aos estudantes e toma em conta a trajetória escolar realizada e as experiências no desenvolvimento dos Planos de Estudo, das Visitas técnicas e culturais, bem como nas informações obtidas acerca da realidade socioeconômica, cultural, política e profissional da atividade da pesca e aquicultura e das demais áreas do conhecimento. O Projeto tem como objetivo inserir o jovem na reflexão acerca de sua presença no mundo do trabalho, nas possibilidades de desenvolver formas de empreendimentos econômicos sustentáveis à subsistência de sua família e ao desenvolvimento de sua comunidade. Os PPVA's deverão necessariamente corresponder à Orientação Profissional dos jovens no sentido do empoderamento econômico, político e sociocultural no território ribeirinho de Belém. (PLANEJAMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014).

Diante do exposto, cabe ressaltar que essa estrutura curricular define muito do que vem a ser o cotidiano da Casa Escola da Pesca. Ele corporifica o que ela valoriza, no caso analisado, a cultura produtiva da pesca. Assim, o currículo é ao mesmo tempo instigante e explícito ao demonstrar aspectos e processos referentes a essa atividade. Na verdade é uma versão completa do:

[...] Trabalho criativo no sentido de trazer a democracia para o currículo planejado ou explícito [...] um currículo democrático enfatiza o acesso a um amplo leque de informações e o direito dos que têm opiniões diferentes se fazerem ouvir. (APPLE, 2001, p. 26).

A análise dos conteúdos das Quinzenas Pedagógicas evidencia que o currículo escolar não privilegia o currículo oficial geralmente centrado na cultura dominante ou centro europeia em detrimento do currículo oculto, aquele decorrente da experiência individual e coletiva dos sujeitos. Esse tipo de transmissão de conteúdos silencia as vozes dos conhecimentos decorrentes dos saberes e experiências como nos alerta Santos, B (2011, p. 82) “[...] um conhecimento objetivo e rigoroso não pode tolerar a interferência de particularidades humanas e de percepções axiológicas”.

De fato, a proposta pedagógica da Casa Escola da Pesca se realiza mediante a organização curricular substanciada em temas geradores balizados em conteúdos escolares e no sistema de saberes e vivências do ambiente comunitário. Nessa perspectiva, se distancia sutilmente da ideia de conhecimento construído na crença da verdade absoluta, qual seja a verdade nascida de uma fonte imutável e infalível como sinaliza Apple (2001) ou do colonizador segundo Santos, B. (2010).

Os saberes socialmente construídos e decorrentes das práticas comunitárias envolvem elementos da territorialidade ribeirinha – o rio, as florestas e seus recursos naturais, os instrumentos da pesca artesanal, as crenças e valores são todos objetos focalizados na atuação da Casa Escola da Pesca. É nesse contexto que se estabelece o diálogo entre a instituição e o ambiente comunitário, onde o posicionamento dos atores sociais contribui para fazer do ambiente escolar um lugar de problematização da realidade e de afirmação da cultura ribeirinha. Assim, o “mundo [...] já não é algo sobre que se fala com falsas palavras, mas o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização” (FREIRE, 1987, p. 75).

6.3.1 Os Níveis de Ensino Fundamental e Médio da Casa Escola da Pesca

De acordo com o Regimento Escolar (2014), o **Ensino Fundamental** da Casa Escola da Pesca propõe-se atender na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA trabalhadores da pesca, aquicultores e seus familiares, numa perspectiva de educação continuada qualificada para o trabalho, considerando o seu contexto sociopolítico e o desafio de fortalecer sua participação na construção de espaços democráticos.

O Ensino Fundamental ofertado pela escola compreende às 3ª e 4ª Totalidades. Exige-se para o ingresso dos jovens nesse nível de ensino a conclusão dos anos iniciais. A idade mínima para ingresso é de 15 anos completos. Apesar de a LDB estabelecer para a educação básica o ano letivo de 200 dias, a escola cumpre para toda a duração do curso um total de 300 dias letivos. Assim, o curso se desenvolve na modalidade da Educação de Jovens e Adultos mediante dezoito (18) meses e 800 horas em três (3) semestres letivos.

O Ensino Fundamental se desenvolve diariamente em período de tempo integral, ou seja, nos dois turnos, o que corresponde quarenta (40) horas semanais de efetivo trabalho escolar. Com a metodologia na Pedagogia da Alternância o processo educacional cumpre a proposta de realizar tempos e espaços alternativos de formação o que proporciona a experiência educativa nos ambientes escolar e comunitário.

Além do estudo propedêutico de caráter interdisciplinar ocorre paralelamente o estudo profissional. Aliás, esse é um ponto a destacar, pois a educação profissional desenvolvida pela escola é especialmente destinada a jovens e adultos trabalhadores na atividade da pesca. A educação profissional nesse nível de ensino consiste em Pesca e Aquicultura com habilitação certificada. Por meio da Aquicultura os estudantes tem acesso ao curso de navegação ministrado pela Marinha do Brasil. A parceria entre esta instituição e a escola é efetiva e resulta na legalização da atividade de navegação tão usual entre os trabalhadores ribeirinhos, contudo nem sempre estão legalmente habilitados para exercê-la. Aliás, por meio do processo educacional da CEPE é oportunizado aos jovens a certificação e o consequente registro como aquaviários perante este órgão.

De acordo com o Regimento Escolar da CEPE, o **Ensino Médio** também possui a organização metodológica do ensino pautada na Pedagogia da Alternância, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional são as modalidades de ensino desenvolvidas. A parte profissional consiste na Habilitação Técnica em Recursos Pesqueiros. O período de duração desse nível de ensino é de dois (2) anos, sendo que a 1ª Totalidade corresponde ao 1º e 2º anos e a 2ª Totalidade ao 3º ano como estabelece o:

Art. 38 – O Ensino Médio, etapa final da educação básica será ofertado na 1ª e 2ª Totalidades para dar prosseguimento de estudos para àqueles que não tiveram acesso aos estudos na idade própria, tendo a seguinte equivalência com o ensino regular:

I- A primeira Totalidade corresponde ao 1ª e 2ª anos do ensino médio;

II- A segunda Totalidade corresponde ao 3ª ano do ensino médio.

Parágrafo único - A idade mínima para o ingresso no ensino médio – Educação de Jovens e Adultos é de dezoito anos completos até o início do ano letivo na escola. (REGIMENTO ESCOLAR, CEPE, 2014, grifos nossos).

Verificamos que apesar de o regimento escolar estabelecer a idade mínima de 18 anos para o ingresso no Ensino Médio há ocorrência desse ingresso a partir dos 16 anos como mostramos anteriormente na Tabela 6 a ‘Relação Idade x Série dos Estudantes do Ensino Médio no Ano Letivo de 2014’. Tomando em conta o Projeto Político Pedagógico (CEPE, 2014) explicitamos alguns objetivos do Ensino Médio:

[...] Contribuir para o fortalecimento da identidade profissional do trabalhador da pesca e aquicultura por meio da aplicação de conhecimentos técnicos e científicos;
Garantir uma prática pedagógica que fomente nos alunos, futuros profissionais, o sentido de comunidade e desenvolvimento associativo, valorizando seus saberes e ampliando as possibilidades de construção democrática de suas histórias, suas vozes, experiências e seus registros;
Viabilizar sistemas produtivos que propiciem renda planejada e permanente às famílias dos pescadores.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2014) a Habilitação Técnica em Recursos Pesqueiros é desenvolvida no Ensino Médio em três (3) Módulos e são correspondentes a três (3) semestres, cuja carga horária é de 4.020 horas em regime de tempo integral (oito horas diárias), 800 (oitocentas) horas semestrais, com período de alternância na escola e no campo a cada 15 dias. Após a conclusão de cada módulo os estudantes recebem uma certificação intermediária:

- 1) **No segundo semestre:** Certificação em Beneficiamento e Processamento do Pescado;
- 2) **No terceiro semestre:** Empreendedorismo.
- 3) **No quarto semestre:** Técnico em Recursos Pesqueiros.

Ao final do curso os estudantes devem cumprir um período de estágio geralmente realizado em instituições públicas ou outras empresas sob o acompanhamento de um professor orientador vinculado à escola. Então colam grau numa cerimônia de entrega dos Diplomas de Conclusão do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

Um ponto interessante a destacar é que desde a fundação da Casa Escola da Pesca em 2008 estudavam, exclusivamente, jovens do gênero masculino. No entanto, havia uma demanda de mulheres interessadas em estudar na escola devido à presença na atividade da pesca. Recentemente, isto é, neste ano letivo de 2015 foi formada a Primeira Turma de Mulheres na Casa Escola da Pesca, como mostra a Ilustração 28.

Ilustração 28 - 1ª Turma Feminina da Casa Escola da Pesca (Ano: 2015).



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Como esse ingresso ocorreu após a finalização de nosso processo de investigação não foi possível a participação desse público em nossa pesquisa devido o necessário levantamento de dados e informações. Contudo, isso não significa que não possamos realizar posteriores estudos com outros fins de investigação. De fato, o ingresso do público feminino sempre foi um assunto posto à Casa Escola da Pesca, inclusive por diversas vezes tratamos desta questão junto à gestão escolar que se colocava favorável ao atendimento das demandas desse público, no entanto, não dispunha de instalações físicas suficientes para efetivar esse ingresso.

[...] Seja através do trabalho ou da luta pelos seus direitos, mulheres que atuam no setor pesqueiro, atualmente têm desafiado instituições governamentais, organizações oficiais e comunidades a incluírem a experiência e o fazer feminino como constituinte do mundo pesqueiro. Tal inclusão é importante e se revela na inserção da presença feminina nas instâncias organizativas como as colônias de pescadores, nas proposições e discursos sobre o mundo pesqueiro em busca do reconhecimento do valor da força feminina no setor da pesca artesanal. (FIGUEREDO; SANTANA, 2008, p. 5).

Assim, ainda que o trabalho no setor da pesca seja uma atividade preponderantemente masculina não chega a ser exclusividade desse público. As mulheres tem assegurado sua participação no sustento da vida familiar mediante o exercício de atividades econômicas para fazer face à satisfação de necessidades básicas de suas famílias.

6.4 ESCOLARIZAÇÃO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA REALIDADE DA PESCA

A educação profissional foi contemplada com um capítulo específico na LDB nº 9394/96. O Capítulo 3, Artigos 39 a 42 tratam de sua oferta em diversos níveis de escolaridade, do nível fundamental ao nível superior. De acordo com este ordenamento jurídico, a educação profissional deverá obrigatoriamente fazer parte das ações de governo, sendo destinada a jovens e adultos e trabalhadores em geral, principalmente em nível de educação básica.

A educação profissional também deve estar presente na educação do campo já que a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 do CNE/CEB/MEC estabeleceu diretrizes, normas e princípios ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da educação básica de suas populações. Esse normativo estabelece competências de atuação dos entes federados responsabilizando-os pela promoção do acesso, permanência e continuidade dos estudos a essas populações, desde a educação infantil ao ensino médio, salvaguardando a oferta de educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional de nível técnico. Em relação a essa questão, o artigo 6º de outro instrumento normativo, qual seja a Resolução nº1 de 03 de abril de 2002 do CNE/CEB/MEC (grifos nossos) já havia estabelecido anteriormente que o poder público:

[...] proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir [...] o acesso ao Ensino Médio e à **Educação Profissional de Nível Técnico**.

Por sua vez, o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 regulamentou o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da LDB nº 9394/96 que tratam da educação profissional. Este normativo definiu no Artigo 3º três níveis: o básico, o técnico e o tecnológico. Estes níveis correspondem respectivamente à qualificação, à especialização, aperfeiçoamento e atualização profissional e tecnológica. Não há uma relação de dependência entre essas formas à medida que poderão ser realizadas independentemente uma da outra.

Ainda de acordo com o referido decreto, os cursos técnicos de nível básico devem ser disponíveis a qualquer pessoa e não tem relação obrigatória com uma escolaridade prévia, aliás, possuem uma organização curricular própria. De modo distinto, o ensino médio integrado corresponde à oferta de cursos profissionalizantes atrelados a este nível de ensino, mas que podem ser cursados após sua conclusão. Já os cursos profissionais tecnológicos são de nível superior.

Em 2008, foi editada a Lei nº 11.741 conhecida como Lei da Educação Profissional responsável pela reformulação de praticamente todo o capítulo 3º da LDB, onde foram alteradas as redações dos artigos 37, 39, 41 e 42. Por meio dessa lei, a educação profissional deverá necessariamente estar presente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como já havíamos mencionado anteriormente no início deste tópico na medida em que é uma recomendação expressa da Lei Geral da Educação Nacional e de outros ordenamentos jurídicos.

Diante do exposto, afirmamos que há divergências entre o rito legal e a realidade da educação de jovens e adultos em nosso país, conforme explicitamos no artigo ‘A Educação de Jovens e Adultos como campo de investigação na Amazônia Paraense’ apresentado no V Colóquio de Pesquisa em Educação, Cultura e Sociedade, realizado em 2013 na Universidade Federal do Pará. Por ocasião dessa apresentação estiveram presentes professores da Educação de Jovens e Adultos das redes municipal e estadual de ensino de Belém. Foram muitos os depoimentos relatando não apenas as precárias condições de trabalho dos profissionais nas escolas públicas locais, como também o insuficiente atendimento das demandas e necessidades desse público estudantil. A educação profissional, inclusive, não fazia parte da realidade de trabalho dos professores ali presentes, sobretudo, atuantes da Educação de Jovens e Adultos.

Decerto, abordamos sobre uma das poucas e recentes experiências que articula Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional em nível municipal: a Casa Escola da Pesca, localizada na Ilha de Caratateua, nosso campo de investigação. Como mencionamos anteriormente o processo de escolarização promovido por essa escola se diferencia da totalidade das escolas vinculadas ao sistema de ensino municipal, pois sua proposta pedagógica se realiza mediante a Pedagogia da Alternância e modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

Assim, em nível municipal a Educação Profissional articulada à Educação de Jovens e Adultos é encontrada: no ensino médio da escola sede da Fundação Escola Bosque com os cursos Técnicos de Meio Ambiente e suas respectivas habilitações em Fauna, Flora e Ecoturismo, bem como na Casa Escola da Pesca com os cursos de Qualificação em Pesca e Aquicultura no ensino fundamental e Técnico em Recursos Pesqueiros no ensino médio. Com efeito, em toda a rede municipal de ensino a Educação Profissional está presente, exclusivamente, nessas duas escolas pertencentes à Fundação Escola Bosque. No tempo presente, as demais escolas da rede municipal trabalham apenas a Educação de Jovens e

Adultos, desvinculada da Educação Profissional. Na Ilustração 29 podemos observar os jovens da Casa Escola da Pesca em atividades do currículo profissional.

Ilustração 29 - Juventude da Casa Escola da Pesca no estudo das espécies de peixes.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Indubitavelmente, o processo educacional e profissional balizado na relação educação e trabalho contribui para operar novas formas produtivas no território ribeirinho de Belém e novas formas de uso desse espaço onde a atividade com a pesca como cultura produtiva apresenta um caráter predominantemente artesanal. Aliás:

Pescar, um verbo que à primeira vista, para aqueles que não compreendem a sistemática de vida de populações pesqueiras, pode remeter à compreensão singular de capturar peixes; certamente expressa, para aqueles que vivem e atuam na pesca, um conjunto de relações de domínios variados como a classificação, ordenação e diferenciação das espécies capturadas e dos instrumentos utilizados. (MORAES, 2005, pp. 33-34).

Nessa perspectiva, a expressão pesca artesanal “[...] ‘extrapassa’ o simples ato de pescar, isto é, deixa de ter um caráter puramente ocupacional e locacional para significar um modo de viver no contexto da sociedade envolvente” (FURTADO, 2006, p. 162). Ainda que a cultura produtiva da pesca de caráter predominantemente artesanal se desenvolva mediante o ato de pescar no manejo dos recursos pesqueiros presentes no cotidiano da região das ilhas de Belém, os jovens da Casa Escola da Pesca desde muito cedo tem na realidade do trabalho com a pesca uma importante base econômica no sustento de suas famílias.

Como Geertz definiu “[...] os homens são aquilo que eles fazem.” (1989, p. 25), logo, é compreensível que o envolvimento das famílias nas novidades de produção do pescado em decorrência da interação dos jovens com novos modos de produção por conta da educação recebida e, assim disponibilizados nas comunidades poderá resultar em desdobramentos relacionados a outras formas de produção do pescado que, estrategicamente venham a constituir modos diferentes de organização dessa atividade, de articulação com o mercado e, possivelmente, de organização da comunidade, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista político e cultural, pois Geertz (2008, p. 272) também nos diz:

A experiência humana – a vivência real através dos acontecimentos – não é mera sensação: partindo da percepção mais imediata até o julgamento mais mediado, ela é uma sensação significativa – uma sensação interpretada, uma sensação apreendida.

No contexto de uma cultura tradicional como reconhecemos ser a ribeirinha da região das ilhas de Belém há que se pensar uma educação profissional significativa para os sujeitos que provém desse meio sociocultural, pois como assevera Freire (2001, p. 20) “[...] nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto”. Aliás, é essencial que conhecimentos científicos de aquicultura e navegação estejam associados à valorização dos saberes, das experiências e usos dos recursos pesqueiros presentes nas comunidades ribeirinhas, de modo individual e coletivo.

A análise da interação entre diferentes saberes em nível comunitário e em nível escolar no contexto educacional da juventude ribeirinha levou-nos a perceber uma efetiva aproximação entre o saber comunitário e a escola como espaços diferenciados de aprendizagem. Entretanto, é evidente o processo de diferenciação entre eles visto que os conhecimentos técnicos trabalhados nos conteúdos disciplinares trazem novas experiências aos estudantes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (CEPE, 2014) a atuação da Casa Escola da Pesca na promoção de atividades educativas integradas à educação profissional em tempo integral objetiva trabalhar junto aos jovens ribeirinhos as potencialidades, aprendizagens e os aspectos produtivos presentes na região das ilhas de Belém evidenciando a atividade da pesca. De um modo geral, ao analisarmos esse documento escolar percebemos que a educação profissional abarca ao mesmo tempo a ideia do empreendedorismo e do empoderamento das comunidades mediante alternativas de produção no âmbito da pesca, aquicultura e beneficiamento de recursos pesqueiros.

Assim, a experiência educacional no contexto da educação profissional promove junto aos estudantes o desenvolvimento de novas tecnologias a partir do pescado como é possível observar nas Ilustrações 30 e 31 ao mostrar atividades realizadas no Laboratório de Tecnologia Pesqueira onde os jovens desenvolvem mediante as disciplinas (Química e Engenharia de Pesca) técnicas de processamento e beneficiamento do pescado.

Ilustração 30 - Processamento e Beneficiamento do Pescado na Casa Escola da Pesca.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE

Ilustração 31 - Estudante da Casa Escola da Pesca trabalhando as sobras de peixes.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: Autora.

Certamente, as atividades de Tecnologia do Pescado onde ocorre a aprendizagem de novas técnicas de sua utilização, qual seja o beneficiamento com cortes especializados e o processamento, neste último caso, resulta em produtos derivados do peixe como almôndegas, fishburger, linguiças, salgadinhos entre outros são exemplos contundentes de novos conhecimentos e técnicas deslocadas da pesca artesanal. Assim, é possível visualizar na Ilustração 32 os estudantes desenvolvendo novos produtos a partir de sobras de pescado doadas por uma empresa do setor pesqueiro local.

Ilustração 32 - Laboratório de Tecnologia do Pescado da Casa Escola da Pesca

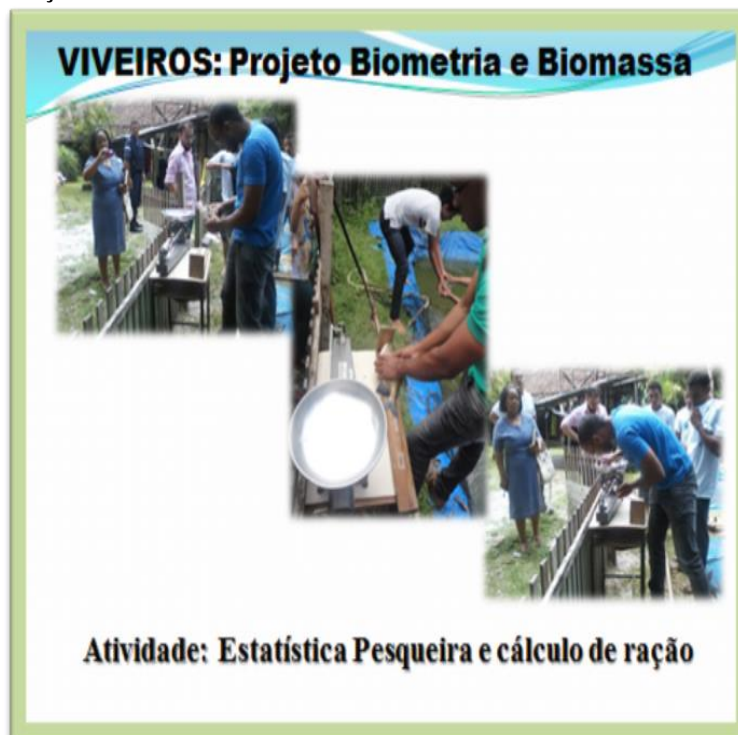


Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

A elaboração de novos produtos e algumas técnicas de beneficiamento como a filetagem de peixe apresentadas nas ilustrações acima empoderaram as alternativas de consumo desse recurso natural que é o principal alimento proteico das comunidades ribeirinhas de Belém e, obviamente sinalizam a pauta da organização do trabalho pedagógico da educação profissional voltada à pesca.

As experiências no Laboratório de Tecnologia Pesqueira e nos viveiros criadouros de peixes presentes no espaço escolar concretizam uma prática distinta do modo tradicional ribeirinho de manejo da pesca na medida em que os estudantes experienciam novos modos de produção compreendidos pela escola como recursos empreendedores da atividade pesqueira. Assim, o modelo produtivo da pesca apreendido na educação profissional da Casa Escola da Pesca compreende conhecimentos acerca do cultivo de peixes, como se pode observar nas Ilustrações 33 e 34. Os jovens estudantes realizam técnicas de manejo nas atividades práticas dos viveiros escavados para serem criadouros de pescado. As respectivas técnicas são apreendidas na relação teórico-prática de conteúdos.

Ilustração 33 - Atividades nos Criadouros de Peixes da Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Ilustração 34 - Estudantes na Criação de Peixes na Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Esse modelo produtivo se distancia sutilmente da pesca artesanal intrinsecamente centrada na utilização dos apetrechos tradicionais de pesca com o objetivo de consumo doméstico e comercialização local do excedente. Esse é um padrão comum e característico de uma economia familiar perpetrada por muitas gerações.

A atuação dos profissionais da escola geralmente parte do reconhecimento dos saberes da experiência dos estudantes para em seguida estabelecer relações com as técnicas de manejo do pescado no ambiente institucional. Contudo, na dinâmica do processo educacional da Casa Escola da Pesca ainda que se trabalhem os saberes da pesca presentes na tradição ribeirinha a apropriação de novos conhecimentos, de certo modo, diversifica o modo ribeirinho de atuar nessa atividade.

Diante do aprendizado de novas técnicas de utilização de recursos pesqueiros não é difícil considerar possibilidades de construção de novos saberes relacionados à atividade da pesca, pois, a nosso ver, **dois aspectos** interessantes ficam à mostra para reflexão: as novas e alternativas formas de produção e as práticas históricas de subsistência. Acreditamos que este último sofre uma interferência em razão da interação entre distintas culturas no ambiente escolar, quais sejam a institucional e a comunitária.

As informações de novas técnicas de processamento e beneficiamento do pescado apreendidas pelos jovens no âmbito interno e externo à escola transitam no currículo escolar, ademais, “[...] a qualificação profissional, em última análise, baseia-se sobre conhecimentos teóricos formalizados com vistas a por em prática uma profissionalidade” (ARAÚJO, 1999, p. 7).

Logo, a noção de novos modelos produtivos a partir da pesca no meio escolar situa-se na ambientação de novas experiências. Assim, temas de mercado como ‘empreendedorismo’, geração de renda, emprego formal entre outros sinalizam uma relação aproximativa entre a atividade pesqueira e o mercado como objetos presentes na realidade de trabalho da juventude ribeirinha.

Por outro lado, como mencionamos anteriormente um aspecto interessante para reflexão relaciona-se às novas aprendizagens e seu papel na dinâmica sociocultural das comunidades ribeirinhas. Vale ressaltar que o ambiente comunitário tem sido historicamente constituído pelo uso dos recursos naturais, notadamente por meio do trabalho em unidades produtivas enraizadas na pesca, extrativismo e agricultura familiar. O aprendizado de novas formas de apropriação desses recursos, especialmente, de técnicas de processamento e beneficiamento associadas à cultura produtiva do pescado tem uma especificidade a considerar, ou seja, a atividade ribeirinha da pesca. Ela é concretamente o lugar onde poderão

estar presentes os efeitos dessa atuação escolar, qual seja o processo de escolarização e qualificação profissional. Nesse sentido, a educação profissional:

[...] balizada na busca pelo amplo desenvolvimento humano e pela possibilidade de realização humana deve considerar a não referência das práticas formativas na busca pelo simples ajustamento dos indivíduos às situações dadas, mas sim no necessário desenvolvimento da sua autonomia e da progressiva ampliação desta. (ARAÚJO, 2004, pp. 4-5).

De qualquer modo, vale inferir que os saberes advindos do modo de vida ribeirinho aliados aos conhecimentos compartilhados pela escola resultam em novos saberes e ampliação das oportunidades de sustento às populações ribeirinhas localizadas na região das ilhas de Belém. Assim, buscamos compreender esses saberes e conhecimentos institucionais como elementos centrais da atuação da Casa Escola da Pesca e suas possibilidades reais de empoderamento social à juventude ribeirinha. Reconhecer nessas condições formais e informais de aprendizagem a realidade do trabalho com a pesca mediante a utilização extensiva do pescado em virtude de novas técnicas de manejo e aproveitamento dos recursos.

A atuação da escola a partir do uso de técnicas alternativas de utilização do pescado em favor de novos produtos alimentícios e o desenvolvimento de atividades de navegação enfatiza a finalidade de gerar benefícios a seus próprios atores sociais repercutindo em melhores condições de permanência nas comunidades onde vivem e trabalham, bem como na sustentabilidade de suas ações e estratégias de vida “[...] É nesse contexto que podemos perceber a relevância da ciência e da tecnologia, quando tomadas como valores de uso, na tarefa de melhoria de condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre” (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Não obstante o aprendizado de novas técnicas de produção e beneficiamento do pescado, o processo de investigação nos possibilitou identificar junto aos estudantes certo nível de satisfação em relação aos novos conhecimentos apreendidos sobre a atividade pesqueira como sinaliza o seguinte depoimento:

- Gosto de estudar nessa escola porque aprendo a teoria da pesca principalmente para um melhor aproveitamento do pescado, aprendo a tecnologia de beneficiamento das partes do peixe em novos produtos e outros conhecimentos nas atividades de estágio (ESTUDANTE JOSÉ, PESQUISA DE CAMPO, CEPE, 2014).

As diversas aprendizagens desenvolvidas nesse processo educacional na realidade da pesca possibilitam, certamente, uma compreensão crítica perante a realidade vivida pelos jovens, pois além de estudantes estão inseridos na economia de base familiar como trabalhadores dos rios e das matas vivenciando no âmbito das comunidades sua realidade ribeirinha e amazônica. Assim, espera-se que o aprendizado de novos usos e técnicas no

contexto de um dos mais importantes meios de sobrevivência - a cultura da pesca – concorra à superação de adversidades vividas cotidianamente.

Diante do exposto, buscamos saber junto aos estudantes a pretensão de trabalhar com a pesca e/ou aquicultura após a conclusão do processo de escolarização.

Tabela 12 - Pretensão de Trabalho com a Pesca e/ou Aquicultura após a escolarização da Casa Escola da Pesca

PRETENSÃO DE TRABALHO COM A PESCA E/OU AQUICULTURA	SIM		NÃO		NÃO SABE	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Estudantes que pretendem trabalhar com a pesca e/ou Aquicultura após o processo de escolarização	60%	36	20%	12	20%	12

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora

Os resultados apresentados na Tabela 12 mostraram que 60%, isto é, a maioria dos estudantes tem essa pretensão, inclusive manifestam o desejo de ampliar a cultura do pescado utilizando as técnicas de beneficiamento apreendidas. Também desejam realizar a pesca em cativeiro para assegurar uma produção permanente do pescado. 20% afirmaram que não pretendem trabalhar exclusivamente com a pesca e 20% apontaram a possibilidade de realizar esta atividade, mas não estão certos disso.

6.4.1 Visitas Técnicas: um dos aspectos do processo educacional da Casa Escola da Pesca

As visitas técnicas são instrumentos de aprendizagem utilizados pela escola para possibilitar aos estudantes uma visão ampliada da atividade pesqueira no âmbito das instituições públicas e empresas do setor. A nosso ver, as empresas atuantes na realidade da pesca, navegação e aquicultura têm no enfoque de sua atuação objetivos certamente diversos da tradição ribeirinha pautada na cultura da pesca artesanal. As visitas são disponibilizadas para todos os estudantes da Casa Escola da Pesca seja do ensino fundamental ou do ensino médio.

Os deslocamentos dos estudantes a lugares que possam complementar as atividades educacionais oportunizam vivências e experiências em diferentes localidades, geralmente relacionadas aos recursos naturais e à atividade da pesca. Como podemos visualizar na Ilustração 35 os estudantes realizam visitas à Estação de Tratamento de água da COSANPA, ao Ecossistema Manguezal em Salinas, a supermercados e feiras livres com o objetivo de observar a dinâmica de comercialização do pescado na cidade de Belém.

Ilustração 35 - Visitas Técnicas e Diferentes Experiências

Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

As visitas técnicas contemplam parte do currículo do ensino profissional na medida em que possibilitam conhecer outras experiências no setor da pesca e navegação. Um ponto a destacar diz respeito aos estudos no interior de empresas do setor pesqueiro e de instituições públicas. Uma empresa muito atuante no contexto da educação profissional no âmbito da Casa Escola da Pesca é o Centro de Instruções Almirante Brás de Aguiar – CIABA como mostra a Ilustração 36. O CIABA recebe os estudantes em suas instalações na Avenida Arthur Bernardes em Belém com o objetivo de ministrar cursos e oficinas para a transmissão de conhecimentos técnicos acerca da navegação.

Ilustração 36 - Visitas Técnicas dos Estudantes ao CIABA.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE

A Capitania dos Portos é outra parceria pública que a escola mantém. Podemos visualizar na Ilustração 37, a atuação da Capitania no espaço físico da escola em Caratateua onde realiza duas vezes por ano o curso de aquaviários tanto para estudantes da escola quanto para moradores do território ribeirinho como um todo. Todos que realizam o curso recebem a certificação como aquaviários e são habilitados a exercer oficialmente essa atividade, uma vez que muitos operadores de embarcações atuam de forma clandestina no transporte fluvial.

Ilustração 37 - Curso de Aquaviários na Casa Escola da Pesca ministrado pela Capitania dos Portos (Marinha do Brasil)



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE

Ilustração 38 - Visita técnica dos estudantes a uma empresa parceira.



Fonte: Pesquisa de campo. Arquivo: CEPE.

Para as visitas técnicas os estudantes utilizam um ônibus de propriedade da mantenedora Fundação Escola Bosque como podemos verificar na Ilustração 38. O deslocamento e a consequente observação dos processos no âmbito empresarial também oportunizam a reflexão crítica ao realizar o exercício comparativo a outros ambientes sutilmente diferentes no setor produtivo da pesca o que demanda conhecimento de novas tecnologias e modelos de produção. O contato com outras realidades também possibilita o acesso a materiais de uso técnico como recursos de aprendizagem aos alunos, e consequente conhecimento a partir da observação e da experiência.

As visitas são obviamente fontes de informação, recursos de aprendizagem e meios de inserção social, pois concretamente a maioria não teria essa experiência em nível educacional em outras unidades escolares. O contato com outras práticas e concepções constitui oportunidade de estudo e de conhecimentos de questões e/ou problemas da realidade socioeconômica.

6.4.2 O Estágio Supervisionado na integração do currículo da educação profissional

O estágio supervisionado realizado na fase conclusiva do curso é um elemento integrador da educação profissional desenvolvida pela escola. No Ensino Fundamental ocorre a partir da última etapa conhecida como 4ª Totalidade. No ensino médio, no último semestre. De acordo com os artigos 96 e 97 do Regimento Escolar (CEPE, 2014), os estudantes que concluírem os três semestres do Ensino Fundamental, bem como o cumprimento da carga horária do Estágio Supervisionado obrigatório receberão o certificado de conclusão da Qualificação Profissional em Pesca e Aquicultura. Por sua vez, os estudantes que concluírem os três semestres do Ensino Médio Técnico e cumprirem a carga horária do Estágio Supervisionado obrigatório, receberão o diploma de Habilitação Técnica de nível Médio em Recursos Pesqueiros.

Um ponto interessante a destacar é a realização do estágio curricular em diferentes instituições, ou seja, públicas e privadas. Ao refletir sobre essa parte do processo educacional coloca-se a necessidade de indagar sobre o papel do currículo profissional que a escola quer realizar. Do ponto de vista ideológico, a definição das ações deveria ser algo concebido a partir dos propósitos que mobilizam os anseios, os ideais e a experiência da juventude. O mundo do trabalho, pensamos ser o ponto central para jovens que desde a infância estão imersos em atividades produtivas para garantir a sobrevivência. Conceber o currículo como

parte de um projeto de vida e trabalho problematizado na realidade já vem a ser uma forma de definir objetivos e um plano de ações de empoderamento social.

O estágio em instituições públicas tem um caráter eminentemente qualificador, voltado à sustentabilidade da atividade econômica no setor pesqueiro. A Universidade Federal Rural da Amazônia é uma das parceiras públicas da Casa Escola da Pesca, principalmente o seu campus de Castanhal onde os estudantes durante as visitas técnicas realizam diversas atividades voltadas tanto à pesca artesanal quanto industrial. Os estudantes são acompanhados por um professor durante a realização do estágio.

Nas Ilustrações 39 e 40 é possível visualizar os estudantes realizando atividades de manejo de pesca e de aquicultura.

Ilustração 39 - Estudantes da Casa Escola da Pesca estagiando na UFRA.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE

Ilustração 40 - Estudantes da Casa Escola da Pesca em Atividades de Estágio Supervisionado.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

O estágio em empresas do setor pesqueiro, notoriamente, atuantes da pesca industrial remete a uma educação desvinculada de seus determinantes sociohistóricos e a tendência de atrelamento a valores mercadológicos na medida em que são empresas marcadamente voltadas ao retorno econômico da atividade que fazem da educação profissional um produto disponível no mercado.

Por outro lado é evidente que o estágio em empresas de pesca do ramo industrial configura um encontro dos jovens com a outra face da atividade pesqueira em nível regional. Entendemos que a realização desses estágios como parte da integralização curricular constitui uma oportunidade para conhecer o funcionamento dessas empresas no mercado da pesca, ainda que seja uma ação controversa à atividade da pesca artesanal.

Ilustração 41 - Estudantes da Casa Escola da Pesca no estágio em Empresa de Pesca.



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE.

Esse ponto do currículo profissional viabilizado junto às empresas de pesca sinaliza uma ruptura com a concepção de educação focalizada na cultura ribeirinha de seus modos de vida e atividades produtivas. Contudo, seria pródigo afirmar que esse valor formativo não seja priorizado. Aqui enfatizamos uma postura institucional em mesclar valores de uma cultura tradicional amazônica com a visão pragmática, imediatista e utilitarista da educação com base em paradigmas economicistas.

Esses empreendimentos do setor pesqueiro em diferentes instâncias proporcionam uma visão ampliada dos aspectos teóricos e práticos da atividade pesqueira ainda que sob o enfoque de outra lógica. Realidade bem diversa da pesca artesanal, sobremaneira, presente no território ribeirinho de Belém. Grosso modo, tende a ser uma oportunidade de articulação entre conhecimentos teóricos e saberes decorrentes da experiência, evidentemente que de outro ponto de vista, qual seja, mercadológico, assim:

[...] tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso, resposta a necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental se transforma em valor de troca, com o fim de gerar mais lucro ou mais capital. (FRIGOTTO, 2001, p. 75).

Decerto que as empresas e instituições participantes do setor pesqueiro, denominadas pela escola de ‘parceiras’ demonstram uma atuação mercadológica no âmbito dessa atividade.

Os estudantes acostumados ao modo ribeirinho de realizar a atividade constataam a atuação econômica das empresas. Ao final, percebe-se uma integração escola-empresa no desenvolvimento de atividades curriculares cumpridas no ambiente externo à instituição escolar. Estabelecem-se relações técnicas, socioculturais e profissionais entre as atividades escolares e a prática profissional. Isso fica evidenciado quando se manifesta o interesse do setor empresarial pelos estudantes da escola. Seus princípios mercantis ficam expressos ao demonstrar frequentemente o interesse pelos estudantes como futuros empregados na medida em que evidenciam o domínio de habilidades técnicas úteis ao alcance de produtividade.

Essa experiência de estágio em que se consideram os aspectos técnicos da formação possibilitará aos estudantes contemplar ou arrefecer suas expectativas de inserção no mercado de emprego deste setor ou ainda a testemunhar algumas experiências que os motive à autoria do próprio negócio com novos conhecimentos aos arranjos produtivos locais.

6.5 FORMAS DE AVALIAÇÃO DE ESTUDOS DA CASA ESCOLA DA PESCA

A avaliação é efetivamente um juízo de valor, cuja prática nos ambientes escolares, de modo preponderante, fica ao encargo dos docentes. Nem sempre justa, nem sempre clara a aferição do conhecimento visa um resultado, sentenciado em aprovação ou retenção do estudante. No entanto, a decisão tomada sobre a vida escolar do estudante tem um respaldo, ou pelo menos deveria para ter credibilidade e reconhecimento por parte do estudante. Nessa perspectiva, ter clareza sobre os critérios de avaliação utilizados, os instrumentos disponibilizados para sua aplicação, a posição docente quanto aos aspectos de acessibilidade e respeito, obviamente, constituem demandas de um processo avaliativo referenciadas nos resultados alcançados. Quanto ao fato de ser a avaliação um instrumento de poder docente, conjuga-se a ideia de mensuração do trabalho realizado onde “[...] a relação entre os resultados da aprendizagem e os procedimentos de ensino é por demais evidente.” (HAYDT, 2004, p. 22).

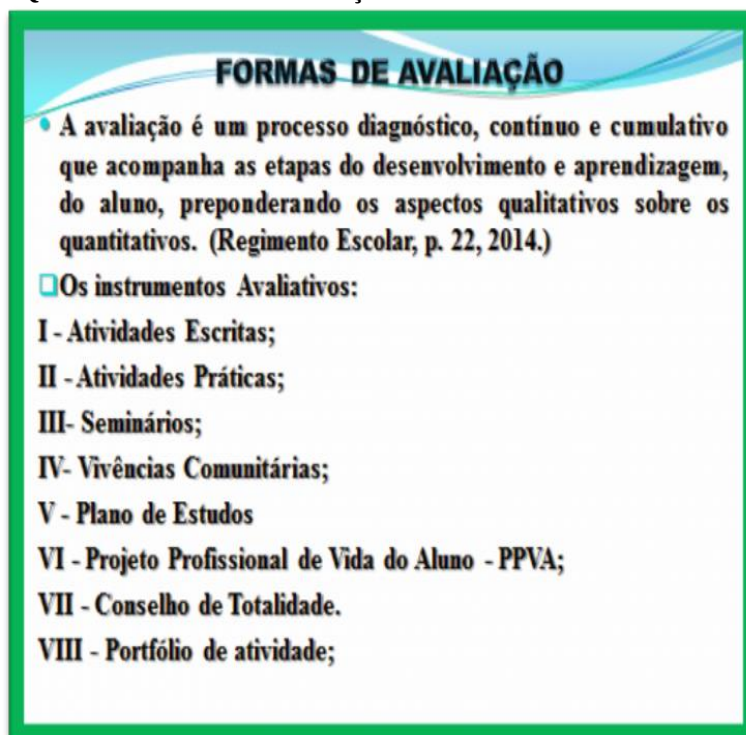
A problemática relacionada à avaliação está contida historicamente em todos os níveis educacionais mediante instrumentos avaliativos altamente seletivos, estigmatizantes e excludentes. Inclusive, na atualidade brasileira essa prática encontra-se fortalecida pelos exames nacionais de avaliação de estudantes em todos os níveis, do ensino básico ao ensino superior. Os famosos exames nacionais: PROVINHA BRASIL, PROVA BRASIL, ENEM E ENADE foram gradativamente aplicados nos sistemas de ensino do país, atualmente são

reiteradamente etapas avaliativas obrigatórias a serem cumpridas pelos estudantes. De fato, tornaram-se instrumentos educacionais de poder e controle social, à guisa de exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio e seu alto poder de seletividade ao alcance do ensino superior público e a programas de financiamento da educação. Aliás, o ENEM é um exemplo contundente de avaliação com função massificadora e classificatória para os estudantes, educadores e às escolas de um modo geral.

É preciso ter clareza quanto a esses mecanismos de padronização dos processos de avaliação modeladores de comportamento e de respostas prontas, acabadas e reprodutoras de conhecimento. O desafio está em fazer da avaliação um processo de diagnose e de empoderamento social e político, sobretudo, na Educação de Jovens e Adultos como elemento construtor de conhecimento e de aspectos singulares da realidade de vida e trabalho de seus sujeitos. Por outro lado, os instrumentos de avaliação poderão ser valiosas oportunidades de reflexão e de engajamento socioeducacional por meio de posturas crítico-reflexivas favoráveis à construção do conhecimento, à reflexão da própria prática nos âmbitos individual e coletivo, evidenciando posturas, ideias, comportamentos, dificuldades, acertos, possibilidades, além do reconhecimento em nível institucional acerca do valor de sua cultura, experiências e saberes.

No âmbito da Casa Escola da Pesca é possível perceber esse redimensionamento ao analisar sua cultura avaliativa. O Quadro 3 explicita essas formas de avaliação e faz referência a uma avaliação diagnóstica e processual das etapas do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Quadro 3 - Formas de Avaliação da Casa Escola da Pesca



Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo: CEPE

A análise dos 08 (oito) instrumentos de avaliação constantes no Quadro 3 conduz à reflexão acerca da realidade educacional onde são aplicados e explicitam a ação pedagógica de avaliação em nível institucional. São utilizados com maior frequência os instrumentos avaliativos: Atividades Escritas e Práticas, Seminários, Plano de Estudos (onde estão situadas as Vivências Comunitárias) e o Projeto Profissional de Vida do Aluno (PPVA).

De acordo com o Artigo 47 do Regimento Escolar (CEPE, 2014):

Art. 47 - A concepção de avaliação implica em:

- I- considerar os procedimentos, bem como os resultados obtidos em cada atividade de avaliação que serão registrados em documentos apropriados para análise dos professores, do corpo técnico-pedagógico e do próprio aluno, servindo como subsídio determinante para a retroalimentação e continuação do processo ensino-aprendizagem;
- II- orientar o processo de tomada de decisões apontando a trajetória dos sujeitos, seus avanços, dificuldades e possibilidades no sentido de indicar novos caminhos a serem percorridos;
- III- indicar a adequação político pedagógica dos instrumentos de trabalho utilizados;
- IV- transcender o caráter meramente classificatório;
- V- possibilitar experiências educacionais na escola que favoreçam aos sujeitos buscarem melhores condições de vida, mediante a tomada de consciência crítica e ao exercício da cidadania;
- VI- superar a prática fragmentada do trabalho escolar, abrindo espaço a uma visão mais globalizada;
- VII - identificar os avanços e as dificuldades dos alunos.

Os instrumentos de avaliação considerados tem sua aplicabilidade com base em conteúdos teóricos e práticos trabalhados em sala de aula, nas percepções advindas das visitas de alternância, das visitas técnicas realizadas em outros ambientes externos, das experiências advindas das vivências comunitárias, dos eventos escolares entre outras atividades educativas. Assim, as atividades escritas e práticas tem como finalidade observar o domínio de conteúdo, a produção textual, o cálculo na resolução de situação-problema, dentre outras. Os **Seminários** buscam contribuir ao desenvolvimento dos processos de leitura, escrita, interpretação, oralidade e interação com o grupo.

O **Plano de Estudos** como vimos anteriormente corresponde ao principal recurso metodológico utilizado pela escola nos períodos de alternância no ambiente comunitário, cuja ênfase está em ser um instrumento possibilitador do contato com a realidade de vida e trabalho do estudante visto que compreende um diálogo efetivo entre os conhecimentos escolares e as práticas sociais.

O **Projeto Profissional de Vida do Aluno (PPVA)** corresponde ao trabalho de conclusão de curso realizado pelo estudante sob a orientação de um professor. Segundo o Art. 61 do Regimento Escolar (CEPE, 2014, p. 19):

Art. 61 – O Projeto Profissional de Vida do Aluno é um documento produzido pelo educando ao final do Curso e auxiliado por um professor orientador, como um meio de o jovem aprofundar e concretizar as pesquisas dos Planos de Estudos, buscando conhecer melhor a realidade socioeconômica, política e profissional do mundo do trabalho.

O Plano de Estudos tem papel fundamental no desenvolvimento do Projeto Profissional de Vida do Aluno (PPVA), uma vez que por meio das diversas vivências realizadas nos períodos de alternâncias se dá a confrontação entre os conteúdos escolares e o cotidiano de vida e trabalho. O acúmulo de informações e vivências experienciadas no processo educacional possibilita o alcance sociocultural necessário para refletir acerca da terminalidade do curso e sua contribuição no alcance das expectativas de vida e trabalho, sobretudo, com a pesca, e o consequente, empoderamento econômico, político e sócio cultural dos jovens e suas famílias. Nessa perspectiva, a avaliação durante o processo educacional vincula-se às orientações dispostas no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico. A avaliação envolve todos os segmentos da escola como ocorre, por exemplo, no Conselho de Totalidade.

O **Conselho de Totalidade**, segundo o Art. 51 do Regimento Escolar (CEPE, 2014) será realizado a cada duas quinzenas para analisar o desempenho do educando nas diferentes

experiências de aprendizagem. Os dados obtidos na avaliação são registrados em ficha individual tomando em conta cada área do conhecimento. Ao final do período letivo, o professor registra o parecer conclusivo do Conselho de Totalidade em um Registro Síntese. A promoção do aluno ocorrerá mediante parecer favorável fundamentado no processo educacional realizado e na frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento). Também de acordo com o Art. 63 do mesmo regimento, o Conselho de Totalidade é uma instância máxima avaliativa que deve ocorrer com a participação dos alunos, dos professores e do coordenador pedagógico, uma vez que garante a responsabilidade coletiva pelo sucesso do aluno.

Por ser uma atividade coletiva, mas não obrigatoriamente consensual, no Conselho de Totalidade os sujeitos envolvidos, em linhas gerais, manifestam diferentes interesses e pontos de vista. Assim, não apenas os estudantes são avaliados, mas também os docentes são questionados por eles quando não concordam com a avaliação realizada ou são compreendidos, quando atribuem conformidade ao resultado apresentado. Nesse sentido, o Conselho de Totalidade permite uma análise crítica do processo educacional tendo em vista o papel desenvolvido não apenas pelos estudantes, mas por todos os envolvidos. É um processo complexo na medida em que envolve a práxis dos estudantes e dos professores. Assim, apresenta uma característica essencialmente formativa ao permear e nortear a análise das ações, condutas e resultados do processo educacional. Logo, a finalidade, o conteúdo e a forma do Conselho de Totalidade são aspectos a serem considerados no campo mais problemático do processo educacional: a avaliação escolar. Nele estão evidenciadas as relações estabelecidas entre docentes e discentes, especialmente do ponto de vista ético e do compromisso entre si, bem como o vínculo pedagógico entre esses e a proposta pedagógica da escola.

6.6 UM LUGAR DE AFIRMAÇÃO DOS SABERES E VALORES DA TRADIÇÃO RIBEIRINHA

Ao desenvolver este tópico desejamos evidenciar a inserção de saberes e experiências comunitárias no processo educacional em questão. Esses aspectos encontram-se especialmente focalizados no modo de vida ribeirinho construído historicamente na proximidade com os recursos naturais. Notadamente, esta não é uma tarefa simples, mas necessária tendo em vista a cultura produtiva da pesca fazer parte desse modo de vida e das vivências comunitárias experienciadas pelos estudantes. Assim, buscamos compreender esse

ponto da reflexão tendo em vista a articulação com especificidades intrínsecas à cultura da pesca.

Nosso entendimento consiste em sinalizar ações da escola a partir da manifestação dessas experiências no ambiente escolar, obviamente, não apenas com o caráter de exemplificação, mas, sobretudo, para também reconhecer na atuação da escola um lugar de afirmação dos saberes da juventude ribeirinha, aliás, saberes advindos do convívio com a dinâmica das marés que influencia o cotidiano do convívio familiar e a atividade da pesca, condição humana no território em questão que possibilita muitas práticas sociais e saberes como, por exemplo, o conhecimento particularizado dos peixes.

A partir da pesca muitas famílias ribeirinhas asseguram parte significativa do seu sustento, pois a cultura do pescado é uma das atividades mais praticadas na região das Ilhas de Belém como anteriormente mencionamos. Por isso mesmo, os jovens dessas localidades estabelecem desde cedo proximidade aos produtos da região, assim, a experiência individual e comunitária se pauta pelo auto consumo e comercialização no mercado local. A experiência acumulada nos modos de produção das famílias para assegurar o sustento implica necessariamente numa contínua reprodução de relações comunitárias com uma grande sustentabilidade ambiental. Como assinala Correa (2008, p.44):

No entrecruzar desse múltiplo tecido de atividades, entrecruzam-se, nessas comunidades, múltiplos saberes e representações sociais que se constituem em autênticas teias de relações socioambientais e de conhecimento e práticas bastante complexos.

Ao reconhecermos que a escola em questão busca estabelecer um diálogo entre o conhecimento sistematizado e os saberes do modo de vida ribeirinho, assinalamos a organização de seu projeto educacional no âmbito das experiências de seus estudantes. Eles são os protagonistas de um processo educativo onde se coloca e se posiciona o sentido dos saberes da terra, dos recursos dos rios e matas e dos ciclos de sazonalidade, influenciadores de toda a cultura produtiva e, conseqüentes, modos de vida.

Decerto, ainda que a escola seja parte de um sistema predominantemente pautado na escolarização, por conta de sua proposta político-pedagógica não há como negar a experiência acumulada de muitos jovens ribeirinhos já que são protagonistas nas práticas sociais dos saberes e vivências comunitárias. O conhecimento tradicional se faz presente nessa atuação e traz efetivamente consigo uma visão diferenciada ao conhecimento institucional. O primeiro identifica sistemas de uso de modo tradicional das florestas e águas, o segundo, por sua vez, poderá integrar essa relação com todo o *know how* para empoderar a ação humana nesses lugares. Ou seja, tornar cada vez mais sustentável ecologicamente as atividades que envolvem

a pesca, bem como a aquicultura. De nada adiantaria à escola ter conhecimento científico e tecnológico se sua atuação fosse inexistente ou superficial às diversas formas de vida, e principalmente à humana nesses lugares, pois seus estudantes ribeirinhos:

[...] têm na natureza um fundamento para a construção de suas vidas, cultura e do sustento sustentável, bem diferente dos modelos padronizados de desenvolvimento oficiais. Os saberes sobre o meio são socializados ao longo das gerações. Os mais novos desde cedo aprendem com os mais velhos o cuidado com a natureza e a realização de meios para a produção de práticas de sustento local. A transmissão de saberes ocorre pela realização de [...] formas de interação social e, especialmente, por relatos orais feitos no interior das famílias e entre vizinhos. (DINIZ et al, 2013, p. 251).

Assim, cumpre destacar que a integração entre conhecimentos e saberes com base em fatores educacionais e ecológicos ultrapassa os limites do ensino exclusivamente propedêutico marcantes de outras realidades escolares. O que implica, obviamente, um redirecionamento importante no trabalho das disciplinas e conteúdos escolares. É evidente que a gama de possibilidades do ensino e aprendizagens se amplia a tal ponto que cabe, afinal, pensar a atuação da escola em outros níveis. Nossas escolas na maior parte das vezes reproduzem a tradição de privilegiar conteúdos escolares predominantemente alocados nas disciplinas, nada de mal haveria nesse proceder se os conhecimentos sistematizados não fossem adotados como meio exclusivo e focalizado de estudo.

Na experiência escolar e por muitas razões tem se ocultado ou invisibilizado os conteúdos decorrentes da experiência e das vivências socioambientais. É pertinente entendermos que um dos motivos dessa prática recorrente em nossas escolas está relacionado à formação acadêmica dos docentes da educação básica nas universidades que não considera os saberes e as experiências dos sujeitos como pontos de convergência entre o conhecimento sistematizado e a cultura como construção social. Aqui se trata de uma proposição distinta e radical de conteúdos disciplinares exclusivamente centrados no pensar eurocêntrico. Nosso entendimento acerca desta questão se baseia em Santos B., (2010a, pp. 205-206) ao asseverar que:

A universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido por a sua autonomia institucional, a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses. A reinvenção da responsabilidade social da universidade assumiu tonalidades distintas. Se para alguns se tratava de criticar o isolamento da universidade e de a por ao serviço da sociedade em geral, para outros se tratava de denunciar que o isolamento fora tão-só aparente e que o envolvimento que ele ocultara, em favor dos interesses e das classes dominantes, era social e politicamente condenável. Por outro lado, se para alguns a universidade devia comprometer-se com os problemas mundiais em geral e onde quer que ocorressem [...] para outros, o compromisso era com os problemas nacionais [...] ou mesmo com os problemas regionais ou locais da comunidade imediatamente envolvente (a deficiente assistência jurídica e assistência médica, a falta de técnicos de planeamento regional e urbano, a necessidade de educação de adultos, de programas de cultura geral e de formação profissional, etc.).

Por essas razões, defendemos a necessária recontextualização da presença da escola na vida de seus sujeitos. Torná-la um espaço vivo em que seja possível uma releitura de sua ação e das práticas discursivas, bem como uma releitura daqueles que a constituem como sujeitos históricos. O caminho a percorrer na trajetória educacional desses sujeitos deveria permear a organização da escola como um espaço vivo de construção social, favorecendo a apropriação do espaço escolar à valorização de seus saberes e práticas culturais. Essa é uma questão extremamente pulsante que fortalece os laços de identificação dos sujeitos com a escola.

Em outras passagens deste texto mencionamos que os saberes da cultura ribeirinha estão presentes na organização curricular da escola e são predominantemente, voltados ao trabalho e aos conhecimentos relacionados à pesca. A presença marcante dos instrumentos artesanais da pesca no ambiente e atividades escolares, inclusive confeccionados pelos próprios estudantes como, por exemplo, o matapi, a tarrafa, a rede de pesca entre outros mostram a presença de conhecimentos escolares e conhecimentos comunitários no mesmo ambiente. No intuito de analisar esse dado da realidade escolar apresentamos a Tabela 13 cujos conteúdos demonstram o nível de aproveitamento de estudos desenvolvidos no âmbito da escola e sua aplicabilidade às atividades relacionadas, sobretudo, ao trabalho com a pesca realizada pela juventude nas comunidades ribeirinhas.

Tabela 13 - Conhecimentos escolares, saberes e vivências comunitárias na Casa Escola da Pesca

ITEM	CONHECIMENTOS ESCOLARES E SABERES COMUNITÁRIOS	UTILIZA		NÃO UTILIZA		UTILIZA EM PARTE		TOTAL	
		%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1.	Os conhecimentos escolares como auxílio ao trabalho realizado no ambiente comunitário	60%	36	-	-	40%	24	100%	60
2.	Os saberes e experiências comunitárias são considerados pela escola no processo educacional	95%	57	3%	2	2%	1	100%	60

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Autora.

A Tabela 13 foi construída a partir da sistematização de dados provenientes de questionário aplicado junto aos estudantes das 3ª e 4ª Totalidades do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no ano letivo de 2014. Nesse sentido, obtivemos os seguintes resultados:

O Item 1 (um) refere-se à pergunta: ***Os conhecimentos escolares têm auxiliado no trabalho realizado com a pesca no ambiente comunitário?*** Mais da metade dos estudantes desses níveis de ensino, ou seja, 60,5% responderam afirmativamente, enquanto que 39,5% responderam em parte. Nesse quesito não houve resposta negativa à pergunta. De uma forma ou de outra os jovens utilizam os conhecimentos apreendidos no âmbito escolar especialmente nas atividades de pesca.

O Item 2 (dois) refere-se à pergunta: ***Os saberes e experiências comunitárias, principalmente relacionados à pesca são considerados no processo educacional da Casa Escola da Pesca?*** Esse quesito recebeu 93% de respostas afirmativas dos estudantes o que demonstra a participação dos saberes e experiências comunitárias no currículo escolar, especialmente, relacionados às atividades da pesca. 4,7% responderam negativamente e 2,3% responderam em parte.

Os resultados em ambas as situações informam que há uma via de mão dupla na aprendizagem de conteúdos relacionados à cultura do pescado. Os conteúdos estudados independente de sua natureza, sistematizados ou decorrentes da tradição, desempenham papel importante no processo educacional realizado pela escola e influenciam o desenvolvimento da pesca como principal atividade econômica no território ribeirinho de Belém. Por outro lado também se percebe uma interação contínua entre esses dois patamares do conhecimento,

presumindo-se o fortalecimento dessa atividade, além de um maior reconhecimento no âmbito escolar dos saberes e experiências da pesca artesanal.

As várias incursões ao local da pesquisa ao longo do processo de investigação mostrou-nos ser possível que a aprendizagem significativa possa realmente acontecer. É algo factível na atuação da Casa Escola da Pesca a configuração do espaço escolar como local de acolhimento dos saberes e experiências dos estudantes na dinâmica produtiva e cultural do território ribeirinho. Assim, a pesquisa de campo por diversas vezes nos mostrou os conhecimentos prévios decorrentes de saberes e experiências trazidos pelos estudantes para o ambiente escolar como eixo norteador à aprendizagem de novos conhecimentos, especialmente, relacionados à atividade produtiva da pesca enquanto preponderante nas ilhas de Belém.

Trata-se, portanto de um projeto educativo que vem afirmar os saberes e as práticas produtivas e socioculturais do modo de vida ribeirinho, empreendendo, concretamente um dos grandes desafios à escola no tempo presente: **a necessidade de interação com a comunidade de seu entorno, a articulação com outros patamares da aprendizagem que podem ter uma atuação ao mesmo tempo protagonista e complementar ao projeto educativo da escola.**

Nesse sentido, Freire (2000) vem nos dizer que ensinar e aprender são momentos do processo maior de conhecer por essa razão não cabe à educação democrática e progressista: 1) Não tomar em consideração o conhecimento de experiência feito com que o educando chega à escola, valorando apenas o saber acumulado, chamado científico, de que é possuidor. 2) Alardear aos quatro ventos que quem pensa diferentemente, quer dizer, quem respeita o saber com que o educando chega à escola, não para ficar girando em torno dele, mas para ir além dele, é populista, focalista e licenciado. 3) Defender a visão estreita da escola como um espaço exclusivo de “[...] lições a ensinar e de lições a tomar”, devendo assim estar imunizada (a escola) das lutas, dos conflitos, que se dão “longe dela”, no mundo distante.

Assim, o processo educacional da Casa Escola da Pesca ao reconhecer a utilidade de apetrechos de pesca construídos pelos estudantes, a propriedade de seus conhecimentos acerca de processos ambientais e ecológicos empregados em suas estratégias de vida, de forma compartilhada e solidária desenvolve em sua atuação uma rede de saberes e de proteção à sustentabilidade da vida comunitária. Com efeito, a escola realiza o uso social desse conhecimento, aliás, de outra forma não poderia ser haja vista que sua atuação se dá no bojo de uma população tradicional amazônica: **a população ribeirinha do município de Belém.** Tradicional pelo conhecimento que possui sobre a vida na floresta, na relação contínua e

permanente com os rios, a fauna e a flora amazônica. Sua existência está fincada na dependência direta desses recursos e dos ciclos que determinam sua utilização na realidade do consumo, do trabalho, dos estilos de suas residências e da precária condição espaço temporal do transporte, saúde e educação.

Nessa perspectiva de entendimento mencionamos Santos M., (1999) ao nos dizer que o espaço é resultado da ação dos homens sobre ele. A obviedade dessa constatação reflete traços particulares de reprodução socioespacial quando analisamos o território ribeirinho de Belém tomando em conta a juventude estudante da Casa Escola da Pesca. Ressalte-se que a localização geográfica dos estudantes não é o único elemento que identifica sua condição de ribeirinhos. Também não é suficiente para reconhecer outros aspectos identificadores dessa condição, pois:

[...] A própria categoria **populações tradicionais** tem conhecido aqui deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se auto definem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. (ALMEIDA, 2008, p. 38, grifos nossos).

Assim, no processo de reconhecimento dessa condição é evidente a importância de um processo educacional que atue no contexto da dinâmica socioespacial dos estudantes. Essa atuação pautada na dinâmica da cultura produtiva ribeirinha, obviamente deixará à mostra as práticas sociais inseridas na realidade do trabalho e de suas tradições. Aliás, saberes e vivências historicamente presentes e em constante atualização para os agentes sociais que demandam no âmbito de sua cultura produtiva necessidades cada vez mais urgentes de melhorias das condições de permanência no território. Para Silva, J. (2007, p.27) ao considerarmos o território das populações tradicionais, a escolarização de seus agentes sociais deve estar:

[...] voltada ao empoderamento comunitário, capaz de dar condições às populações tradicionais de percepção do real sentido dos processos de tomada de decisões, na busca de gestão realmente compartilhada, com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano local.

Ainda que a região das ilhas ocupe um território cuja totalidade de sua base física contenha rios e matas com seus ecossistemas e sazonalidade, a busca por educação, saúde e transporte, é algo continuamente presente. Nesse sentido, os jovens e suas famílias habitantes desse território ao saber da existência de uma escola organizada a partir da pesca tem a percepção de encontrar um processo educacional propício à compreensão de seu modo de vida, onde a cultura da pesca assume centralidade.

Compartilhando a ideia que o papel e a função da educação escolar deve ter como foco valores que expressem características, anseios, necessidades da comunidade local e da sociedade em que ela se insere, a escola ao atuar como mobilizadora e organizadora de processos interativos com a comunidade, integra conhecimentos e experimentos às suas práticas socioeconômicas ao possibilitar a criação de um ambiente cultural propício à participação e ao reforço de atitudes criativas de seus atores sociais.

6.7 CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS: O INTERESSE ECONÔMICO QUE SE DESVELA E A INTENCIONALIDADE DA ATUAÇÃO EDUCACIONAL.

É válido destacar que as muitas idas ao lócus da investigação contribuíram para perceber como a escola realiza sua atuação. As correspondentes ações estão focalizadas em **duas premissas norteadoras**, ou seja, proposições pautadas em conhecimentos e saberes: **educação e trabalho**. Com efeito, no que diz respeito à Casa Escola da Pesca há que se pensar na vinculação que a escola realiza entre esses aspectos do processo educacional. Uma vinculação explícita que personaliza a atuação da escola na proposta da Pedagogia da Alternância e das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional como esses eixos de atuação constituidores da organização curricular dos cursos de ensino fundamental e de ensino médio.

Logicamente, é importante refletir acerca de uma realidade escolar que propicia a vivência de novas aprendizagens aos jovens e, conseqüentemente, a suas famílias na medida em que conhecimentos e técnicas apreendidas poderão levar novas formas produtivas às comunidades como explicitado anteriormente. Aliás, a realização do Plano de Estudos no ambiente comunitário favorece esse aporte. Por outro lado, essas novas formas de uso e de apropriação dos recursos naturais, especialmente relacionados à atividade pesqueira no território ribeirinho poderão influir na dinâmica reprodutiva de saberes e experiências historicamente presentes nos modos de vida das populações ribeirinhas do município de Belém. Assim, durante o processo de investigação visualizamos duas situações que consideramos um tanto diversas entre si, na verdade uma consensual à realidade ribeirinha da pesca e outra contrária a esta.

A **consensual** caminha paralela aos modos de vida ribeirinha, atuando no sentido da afirmação de saberes e de sua cultura produtiva no âmbito da pesca artesanal. A situação, que identificamos como **controversa** é examinada, notadamente, no desenvolvimento de

atividades do currículo profissional, onde percebemos a influência das empresas parceiras da escola no processo educacional, sobretudo, as praticantes da atividade pesqueira com fins econômicos. Essas parcerias se fazem presente de modo efetivo tanto no ambiente interno como externo à escola, isto é, os parceiros participam direta ou indiretamente da realização do currículo profissional.

Quando nossa análise sinaliza a influência de certas parcerias no processo educacional da Casa Escola da Pesca, atribui necessariamente **ênfase econômica** a seu projeto político pedagógico. Nesse ponto específico, as ações condutoras dessa influência pedagógica fulminam qualquer ideia imanente em desconsiderar as estruturas de mercado, seja na questão do trabalho ou de consumo. Logo, a Casa Escola da Pesca não está alheia a essas estruturas até porque incorpora a ideia de desenvolvimento econômico na utilização do pescado. Isso é perceptível na elaboração de produtos a partir do beneficiamento e processamento do pescado e na realização de estágio curricular no âmbito das empresas, sobretudo, particulares. A diversidade de seu ensino e de suas práticas pedagógicas, principalmente, no campo experimental tem despertado interesses econômicos de empresas do setor pesqueiro. Interesses que englobam a formação profissional e os produtos elaborados no âmbito escolar.

Diante do exposto afirmamos que a atuação da Casa Escola da Pesca está além do atendimento a demandas exclusivamente educacionais como prevalece em grande parte das escolas de educação básica. Nossa argumentação observa que apesar de ser uma escola pública, sua atuação tem despertado para um viés econômico na medida em que se percebe o interesse crescente das empresas de pesca à proposta de formação de mão-de-obra qualificada, pois segundo a gestão escolar, essas empresas demonstram intenções de empregabilidade aos estudantes especialmente durante a realização de estágio em nível de ensino fundamental ou de ensino médio em suas instalações. As empresas identificam nos jovens uma mão-de-obra qualificada na atividade pesqueira.

Decerto, o ingresso no mercado de emprego poderá resultar no provável distanciamento do jovem da pesca artesanal e, conseqüente obstáculo à continuidade dos valores tradicionais dos saberes e modos de vida ribeirinho, especialmente relacionados à cultura produtiva da pesca. Entretanto, enquanto tal fato poderá significar uma atualização das ações no tempo presente e ampliar o aspecto formal da dinâmica escolar, de outro modo, a ênfase econômica atribuída ao estágio poderá impactar aspectos pautados nas vivências e saberes comunitários relacionados à pesca, conforme dispõe o Projeto Político Pedagógico da escola. A escola se encontra, portanto, num envoltório formativo que mistura valores

influenciados pelo mercado de trabalho e valores de uma educação do campo pautada no modo de vida ribeirinho.

Perante a verificação dessas tendências ficamos a contra argumentar a concepção institucional de ser a escola predominantemente uma escola do campo como explicitamos nesta obra, haja vista que a escola realiza seu trabalho sob o olhar de empresas locais. Parece haver um meio termo que se pauta tanto em interesses populares quanto em interesses de mercado, todavia não almejamos estabelecer por meio desses indícios e de forma categórica a afirmação de que a Casa Escola da Pesca seja uma escola voltada, exclusivamente, às exigências do mercado de trabalho até porque a vivência e experiência do modo de vida ribeirinho como percebemos no processo de investigação não se coloca num estágio de segundo plano no cotidiano pedagógico da escola. Ademais, a escola sinaliza uma intencionalidade, no mínimo, interessante: motivar e auxiliar a juventude ribeirinha para o trabalho cooperativo em âmbito comunitário. Essa tem sido uma nova demanda apontada pela escola e que caminha, a nosso ver, ao encontro do empoderamento social.

Com efeito, não há um deslocamento radical que justifique adequar a escola a um ou outro patamar ou classificação, embora as nuances de sua atuação tendam para uma coisa e outra. Ao designar-se simultaneamente como **casa e escola** da pesca coloca-se, efetivamente na cena ambiental, política, econômica e sociocultural da principal atividade produtiva do território ribeirinho de Belém, qual seja a **pesca**. Tendo em conta este sentido, cumprimos evidenciar as ações multidimensionais da escola, notadamente articuladas à aproximação da juventude ribeirinha a sua realidade de vida e trabalho na essência de sua cultura produtiva.

A escola em questão enquanto lugar de afirmação dos saberes tradicionais das comunidades ribeirinhas constitui uma construção social e histórica na medida em que assume um conjunto de princípios relacionados à realidade do trabalho, dos valores e vivências pautadas nos modos da vida ribeirinha de Belém. Percebe-se uma especificidade de atuação em relação a outras escolas presentes nesse território. A especificidade resume-se no protagonismo institucional à afirmação de uma cultura e ao empoderamento dos sujeitos partícipes dessa cultura.

A escola enquanto lugar de afirmação dos saberes da tradição das comunidades ribeirinhas, especificamente, na cultura da pesca se insere no rol da educação do campo ao assumir a coerência entre ensino e práticas sociais de seus sujeitos, distanciando-se do conceito de escola rural onde geralmente são priorizadas as práticas de transmissão de conteúdos prevalentes nas escolas urbanas.

Nesse sentido, podemos afirmar que a Casa Escola da Pesca não atua nessa parte do território amazônico por acaso. Ela tem **uma intencionalidade** até porque é resultado de consentimentos e expectativas por meio das quais o processo educacional se realiza, qual seja voltar-se ao território ribeirinho e seus objetos caracterizadores. A escola concebe estruturas onde o conhecimento escolar e profissional está materializado no currículo, nas práticas educativas e saberes comunitários. Ou seja, a tradição e saberes trazidos à escola por parte de sua jovem população constituem valores que marcam uma cultura tradicional amazônica presente no contexto metropolitano.

A escola assim se ver marcada pela participação não exclusiva de estudantes, mas, sobretudo, de trabalhadores e representantes de uma comunidade tradicional, os ribeirinhos do município de Belém. Esses sujeitos situam-se no cerne de uma proposta pedagógica onde interesses e expectativas de vida e trabalho buscam responder à contínua necessidade de escolarização básica e de superação da exclusão social historicamente legada à juventude como, por exemplo, as situações de impedimento do acesso às escolas de ensino fundamental e médio apresentadas anteriormente neste texto. É partindo dessa intencionalidade que a escola baseia seu processo educacional e desenvolve a complexidade de suas ações que não se limita à relação didático-pedagógica entre seus sujeitos. A escola busca realizar o ensino a partir da problemática social que envolve a juventude ribeirinha qual seja a escolarização e o trabalho.

De fato, os jovens são os sujeitos e protagonistas dessa ação de modo que a escola transita pela realidade que envolve as condições de permanência no território ribeirinho. Uma permanência marcada por experiências que contribui para construir a identidade dos jovens como parte de uma cultura tradicional. É uma realidade que vem à tona a partir do desenvolvimento da proposta pedagógica alicerçada na Pedagogia da Alternância. Esse, a nosso ver, é o cerne da questão.

A dinâmica da alternância permite ao processo educacional uma entrada na realidade de vida, trabalho, família e comunidade. Acreditamos que as visitas frequentes da escola às localidades dos estudantes possibilitam uma aproximação importante ao reconhecimento dos modos de vida da comunidade, dos problemas presentes nessa realidade, das formas de apropriação do território. Experiências que estreitam a relação entre escola e comunidade, escola e território, escola e saberes tradicionais. Quando afirmamos que essa relação sinaliza um ponto chave de reflexão - a compreensão de território - ousamos mostrar um envolvimento às questões subjetivas, materiais e culturais pertinentes ao processo educacional na realidade ecossistêmica em que atua.

A escola se aparta da atuação, de um modo geral preponderante, isto é, o processo educacional pautado em um currículo fechado e distanciado da realidade material de seus sujeitos, logo, a escola está para além do cumprimento do ano letivo e de uma organização curricular embasada na transmissão de conteúdos majoritariamente presente no desenvolvimento de disciplinas que não se comunicam.

A escola é efetivamente um espaço social em contínua construção e presente em dois contextos: o da escolarização e o das práticas sociais de seus sujeitos. Com efeito, é um meio importante de acesso à realidade sociocultural e econômica da juventude ribeirinha. Esse voltar-se à comunidade leva-nos a afirmar que a Casa Escola da Pesca é uma escola presente e atuante na realidade ribeirinha. A essência de seu processo educacional possibilita esse feito, pois balizado na Pedagogia da Alternância realiza e promove a inserção da escola na comunidade, ou melhor, no território. Assim, a escola vai à comunidade e a comunidade vem à escola. Ou seja, **realiza um ato pedagógico de cunho histórico e social em uma realidade municipal que no âmbito educacional precisava ser alcançada e conhecida: a realidade de vida e trabalho dos ribeirinhos.**

A escola é de cultura ribeirinha porque seus protagonistas são ribeirinhos, investe sua atuação no desenvolvimento local e sustentável da principal atividade econômica realizada por eles, a atividade da pesca. Os estudantes enquanto agentes sociais tem a consciência de sua condição no cerne dessa cultura. Evidentemente, cabe assinalar que a escola se encontra pautada por valores tradicionais e também econômicos, sobretudo relacionados à qualificação profissional que realiza. Em síntese, o entendimento de uma ou outra situação irá depender das especificidades de sua atuação escolar, isto é, nos momentos em que o processo educacional atuará para afirmar os valores da tradição ribeirinha na realidade socioespacial do território ribeirinho de Belém e quando atuará para incrementar o empoderamento socioeconômico da atividade pesqueira. Esses aspectos da intencionalidade escolar foram importantes em nossa análise balizada nos seguintes pontos de reflexão:

- A existência de uma escola da pesca no sistema municipal de ensino. Uma intervenção escolar que prioriza ensino e aprendizagens na atividade produtiva da pesca focalizada nos saberes e na realidade de vida e trabalho da juventude ribeirinha.
- Uma escola que defende seus próprios valores socioeducacionais ao atuar com base em condições específicas, ou seja, ser lugar de acolhimento e de escolarização, bem como adotar uma proposta curricular pioneira e diferenciada no âmbito das escolas

públicas de Belém e adentrar-se na realidade material e subjetiva do território ribeirinho.

- A participação comunitária e parcerias público-privadas no desenvolvimento das atividades escolares e de extensão como aspectos complementares a sua atuação.

Notadamente, nessa parte do território municipal não cabe uma proposta educacional alheia à realidade da pesca artesanal, pois se assim fosse refletiria diferentes interesses, se não antagônicos seriam pelo menos distintos. Logo, a escola não desenvolve uma atuação exclusivamente educacional, pois se caracteriza pela multidimensionalidade: socioeducacional, sociopolítica, socioeconômica e sociocultural. Analisar a escola com base nesses referenciais, a nosso ver, atribui a medida justa e necessária à sua atuação. Seguramente, esse reconhecimento leva a afirmar que seus educandos advêm de uma classe essencialmente trabalhadora da realidade do campo, isto é: **dos ribeirinhos e pescadores artesanais**, portanto protagonistas sociais de uma economia predominante nas ilhas de Belém, onde o extrativismo de recursos naturais e a pesca figuram como centralidade.

A trajetória investigativa nos dá a segurança necessária para afirmar que perante o interesse econômico de empresas pautadas evidentemente na exploração lucrativa da atividade pesqueira e jamais no empoderamento social de trabalhadores da pesca, a escola realiza com a juventude ribeirinha um propósito comum, qual seja o empoderamento social da pesca no território ribeirinho de Belém a partir da valoração de saberes e práticas socio culturais e da inserção de conteúdos escolares ao fortalecimento dessa atividade.

Reconheçamos ser este um meio de empoderamento social à juventude ribeirinha, na medida em que ao assegurar o direito à escolarização com qualificação profissional e caracterizar-se pela multidimensionalidade em sua atuação, a Casa Escola da Pesca tem um propósito ao final: **o empoderamento social da juventude e comunidades ribeirinhas na cultura produtiva da pesca no território ribeirinho de Belém**. Defendemos este argumento acreditando que o propósito do empoderamento social contempla fundamentalmente a ideia de autoria, autonomia, acesso a direitos, emancipação e participação política, econômica e sociocultural. A proposta Pedagógica da Alternância contribui significativamente para esse alcance ao situar a escola na realidade de vida e trabalho da juventude ribeirinha onde se fazem explícitos interesses, sonhos, desejos e expectativas desses sujeitos e suas famílias.

Portanto, é válido mencionar que o acesso e a permanência dos jovens à trajetória da escolarização não são condições plenamente suficientes para assegurar-lhes um futuro mais justo e digno que o tempo presente. Por outro lado, poderá efetivamente significar sua

presença na vida comunitária como protagonistas na luta para assegurar o atendimento a direitos fundamentais em seu território, assim como o necessário e real fortalecimento da atividade extrativista dos rios e matas tão caros às populações ribeirinhas.

SÍNTESES FINAIS

São muitas as comunidades ribeirinhas que vivem na região das ilhas de Belém e muitas também as feições dessa permanência. A vida ribeirinha no município de Belém alcança a experiência da interação com a imensa extensão da floresta e seus recursos: o pescado e frutos regionais, entre eles, o açaí. A relação com a cidade de Belém, capital do estado do Pará, é geralmente uma relação comercial e muitas vezes decorrente da necessidade dos serviços de saúde, na medida em que assim como a educação são notoriamente escassos nessa parte do município. Essas são efetivamente as principais carências aliadas à precariedade de deslocamento que demandam a vida ribeirinha no território municipal.

Os ribeirinhos também conhecidos na Amazônia como ‘povos das águas’ apresentam uma relação efetiva e dependente do movimento das marés, dos recursos naturais presentes nos ecossistemas das áreas de várzea e terra firme, sobretudo, decorrentes da presença marcante de rios e matas. A complexidade e ao mesmo tempo a simplicidade da presença humana nas comunidades encerram um tipo de vida muito peculiar em relação ao restante do território municipal. Os ribeirinhos apreciam a vida distante do caos urbano.

O processo de investigação revelou que a ausência de escolas na realidade dos jovens ribeirinhos envolve outras tantas questões como, por exemplo, rupturas contínuas e permanentes com o ambiente escolar, provocadas pelo distanciamento das expectativas dos jovens em relação à realidade vivida. A precariedade de transporte e a falta de maior atenção do poder público às demandas e necessidades escolares geram um ciclo permanente de apartamento das escolas e, conseqüentemente, o não alcance do processo de escolarização básica, além da defasagem na relação idade x série.

No intuito de reconhecer o fracasso escolar como intimamente relacionado à realidade mencionada acima, sobretudo, a falta de disponibilidade no atendimento das expectativas dos jovens é que nos remetemos à importância do processo educacional da Casa Escola da Pesca. Uma escola pública do sistema municipal de ensino ambientada no território ribeirinho de Belém.

A organização do processo de investigação em três fatores de análise: a Pedagogia da Alternância, a Educação de Jovens e Adultos em tempo integral e a Educação Profissional voltada à Pesca implicam necessariamente a compreensão do processo educacional da Casa Escola da Pesca. Esses três elementos particularizam a organização de seu trabalho pedagógico se tomar em conta um sistema educativo mais amplo, ou seja, a totalidade das escolas do sistema de ensino municipal de Belém. Alia-se a essas questões a presença ativa e influente no cotidiano escolar de saberes e práticas socioculturais materializadas na realidade amazônica da população ribeirinha - população tradicional da Amazônia.

Inicialmente procedemos à compreensão de sua atuação no território ribeirinho de Belém. Tivemos que dispor de longo tempo para observação e acompanhamento, assimilando assuntos e experiências a ela relacionadas e assim poder chegar à compreensão dessa atuação institucional. Nesse sentido, estivemos sempre em busca de perceber sob o olhar interpretativo, a realidade investigada.

A contribuição do arcabouço teórico à produção textual, bem como a leitura, o entendimento e a interpretação dos ordenamentos jurídicos e sua aplicabilidade nessa construção foram auxílios importantes e necessários para suprir o desejo de consistência teórica e empírica como elementos essenciais ao processo de elaboração da tese.

Os referenciais teóricos e ordenamentos jurídicos contribuíram de modo gradual à percepção e reflexão do campo material e simbólico da investigação, assim, procedemos às formulações acerca de território, territorialidade, comunidade, realidade socioespacial das populações ribeirinhas de Belém, o processo educacional no contexto da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Profissional voltada à pesca e aquicultura, da Educação do Campo e Pedagogia da Alternância com sua dinâmica de tempos e espaços alternados de formação e, por conseguinte, a efetivação do direito à escolarização. Assim, no desenrolar da produção escrita procedemos à explicitação desse direito e à realidade socioeducacional, de vida e trabalho da juventude no território ribeirinho de Belém.

As reflexões acerca da organização curricular, da relação entre localidade dos estudantes e suas matrículas, da defasagem escolar na relação idade x série, da pesca artesanal e sua relação ao desenvolvimento de conteúdos e atividades escolares e extraescolares, das condições de acolhimento e permanência da juventude no espaço físico da escola, além da valorização no âmbito escolar de saberes e experiências trazidas pela juventude ribeirinha foram todos temas de análise onde se insere a atuação da Casa Escola da Pesca.

A aproximação entre conhecimento institucional e saber tradicional por meio da Pedagogia da Alternância com seus tempos e espaços de formação nos fez compreender a

organicidade do processo educacional mencionado que toma em conta o território ribeirinho de Belém. Percebemos que a atuação da Casa Escola da Pesca mediante a Pedagogia da Alternância e a Educação de Jovens e Adultos tem-se configurado como uma estratégia de escolarização viável ao cotidiano de vida e trabalho da juventude ribeirinha. Os jovens são possuidores de muitas experiências em virtude do tempo cronológico vivido, das vivências e saberes obtidos no mundo do trabalho e da interação constante entre rios e florestas como principais meios de sustento e fontes de recursos.

Constatamos que a proposta pedagógica da alternância contextualizada na educação profissional possibilita ao jovem estudar e trabalhar com um diferencial em relação às demais escolas ofertantes de Educação de Jovens e Adultos do município. A experiência escolar se vê numa abordagem mais integral à medida que os estudantes realizam ensino fundamental e ensino médio inseridos na diversidade de aprendizagens educacionais: o ensino propedêutico, o ensino profissional com experiências teórico-práticas, o estágio em instituições públicas e particulares, a qualificação e a certificação, todas experiências fortemente alimentadas pela vivência cultural e laborativa na atividade produtiva da pesca. Com efeito, as ações de pesquisa para identificar a contribuição desse processo de escolarização na realidade de vida e trabalho da juventude ribeirinha de Belém norteou o processo investigativo. A intenção premente consistiu em verificar as condições reais de empoderamento político, econômico e sociocultural da juventude ao alcance de melhores condições de vida e trabalho na cultura produtiva da pesca.

No caminho investigativo percorrido, percebemos a proximidade entre a atuação da Casa Escola da Pesca e a realidade ribeirinha. As ações educacionais voltadas ao trabalho com a pesca influem na principal atividade produtiva das famílias envolvidas. Por outro lado, a realização de atividades voltadas à geração de renda e a oferta de cursos relacionados à produção do pescado leva-nos a perceber o papel extensionista da escola junto às comunidades atendidas.

Constatamos o modo artesanal e sustentável como são confeccionados os apetrechos de pesca pelos estudantes no espaço físico da escola e sua utilização nas aulas teórico-práticas. Aliás, a utilização final dos resíduos do peixe para produzir adubo, ração e artigos de artesanato são todos conhecimentos socializados com a comunidade por meio da realização de mostras de saberes, feiras de ciências e oficinas promovidas pela escola para as comunidades ribeirinhas locais. Em síntese, afirmamos que no ambiente escolar história e técnica se fundem como concretude que faz emergir a comunidade, onde os usos da técnica artesanal se mesclam aos usos escolares.

Compreende-se a escola no âmbito político e socioeducacional em decorrência das realidades e problemáticas apresentadas pelos seus sujeitos. Assim, o envolvimento na realidade dos estudantes não parece ser algo destoante de sua proposta político-pedagógica. Com efeito, constitui a base para reflexão contínua acerca de seu projeto educativo e organização teórico-metodológica manifestos em sua estrutura curricular. Em relação a essa estrutura, as Quinzenas Pedagógicas balizadas em temas geradores, são organizadas de modo interdisciplinar e voltam-se à cultura produtiva da pesca para trabalhar conteúdos escolares e do currículo profissional mediante projetos de ensino, atividades de extensão e utilização de novas alternativas produtivas no âmbito da atividade pesqueira, bem como para a afirmação dos saberes e práticas socio culturais dessa população tradicional amazônica.

A pesquisa de campo realizada revelou que a maioria dos estudantes da Casa Escola da Pesca possui experiência laboral na atividade produtiva da pesca e conhece os ciclos das marés, de suas cheias e vazantes, sendo essa realidade a principal fonte de recursos para sua sobrevivência e respectivas famílias. Vale ressaltar que o processo de análise levou-nos a evidenciar a convergência entre diferentes saberes e práticas sociais no processo educacional. Contudo, isso dependeu de um maior aprofundamento reflexivo acerca do sentido - **escolar e profissional** - do processo educacional em questão à medida que se encontra entrelaçado às histórias de vida de jovens que nasceram e vivem nas ilhas de Belém. Jovens que buscam a escolarização com qualificação profissional por almejar melhores condições de vida e trabalho, traçados nos valores de dignidade pela vivência efetiva de direitos e satisfação de necessidades humanas básicas.

Observamos que a utilização integral do pescado por meio de técnicas de beneficiamento e processamento, apreendidas no desenvolvimento do currículo profissional, são possibilidades de caráter cooperativo que a escola desenvolve junto a seus alunos. Porventura, isso venha a ser uma alternativa a mais de sobrevivência para as famílias dos jovens ribeirinhos participantes desse processo educacional na perspectiva das especificidades e necessidades do desenvolvimento social e sustentável. Na concretude das evidências ficamos a pensar acerca da importância de uma escola que respeite a diversidade cultural e as realidades de todos os sujeitos que dela fazem parte, mas que por outro lado se veja capaz de contribuir socialmente às dimensões da vida humana e material além de seus muros. Dimensões que influem em condições de existência pautada em anseios, necessidades, dificuldades e potencialidades.

Assim, a análise da experiência da Casa Escola da Pesca nos fez refletir acerca de sua real contribuição ao processo de empoderamento socioeducacional, especialmente dos jovens

nos lugares em que atuam. O termo empoderamento social aqui utilizado converge para a concepção freireana do reconhecimento da capacidade do aprender **a ser mais**, de alcançar condições de luta política, de cidadania, de ação consciente e conscientizadora nesse mundo. Ser mais humano e potencialmente capaz de fazer humanizar, de emancipar-se dos processos de opressão e aprisionamento que as experiências de injustiça e desigualdade produzem na sociedade atual. Ser mais humano nos ambientes escolares e não escolares, no ambiente familiar, comunitário e do trabalho, ser participativo nas experiências da democracia social em que se dá a participação, o exercício efetivo de direitos nas diferentes práticas sociais.

Diante do exposto, desenvolvemos o presente processo de investigação também para contribuir no campo das pesquisas acerca da Pedagogia da Alternância, especialmente quanto a sua presença na historicidade e materialidade dessa parte do território amazônico em que saberes tradicionais da cultura ribeirinha, práticas e lugares de existência são decisivos na luta pela escolarização de sua juventude como forma de proteção e acréscimo de valor humano e sociocultural à realidade socioeducacional. Nessa perspectiva compreendemos o trabalho da escola inserido na realidade dos jovens. Realidade e trabalho que se referenciam na cultura tradicional que embasa os modos de vida ribeirinho. Ao atuar nos processos de escolarização e qualificação profissional na atividade da pesca e seus desdobramentos possibilita a experiência do diálogo entre o conhecimento sistematizado e os saberes da tradição. Nesse ponto, especificamente, cabe ressaltar um recorte importante: a educação balizada nos valores do campo. Esse recorte caracteriza a condição social assumida pela escola em seu projeto político pedagógico ao realizar conscientemente seu processo educacional no cerne de uma cultura tradicional amazônica - protagonista nas ações educacionais e práticas socioculturais - para assegurar à juventude ribeirinha de Belém não apenas direito à escolarização, mas, sobretudo, empoderamento econômico, político e socio cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe; SILVA, Jackson Ronie Sá. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: www.rbhcs.com. Acesso em 17/01/2013.

ALMEIDA, Gabriel do Nascimento, et al. **Levantamento dos peixes capturados na pesca de subsistência da Ilha do Combu, Belém-Pará. 2010.** Disponível em www.sbpnet.org.br . Acesso em 27/12/2013.

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

APPLE, Michael; BEANE, James (ORGS). **Escolas Democráticas.** Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Michael W. **Ideologia e Currículo.** Tradução: Vinícius figueira. 3^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo.** 5^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima Araújo. **Competência e qualificação:** duas noções em confronto, duas perspectivas de formação dos trabalhadores em jogo. 22^a Reunião Anual da ANPED – GT Trabalho e Educação. Caxambu-MG, 1999. Disponível em www.ufpa.br/ce. Acesso: 9 de abril de 2015.

_____. **As novas exigências para o debate sobre trabalho e educação e a superação do debate dos anos 90.** In: Miguel Berger. (Org.). Educação, Pesquisa e Diversidade Regional. 1 ed. São Cristóvão - Sergipe: EDUFS, 2004, v. 1, p. 1-12.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente & Sociedade - Ano II – Nº 5. Campinas. 2ºSemestre de 1999. Disponível em [http://www.scielo.br/ Arruda, R.S.V](http://www.scielo.br/Arruda, R.S.V). Acesso 06/12/2012.

ASSIS, Eneida Correia de. **O Visitante Inoportuno: o estudo da escola num grupo tribal**. Inep. Vol.: 2, nº 8 2003 . Brasília. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/>. Acesso em 06/12/2013.

AZEVEDO, Antúlio José de. **A formação de técnicos agropecuários em alternância no Estado de São Paulo: uma proposta educacional inovadora**. 1998. 185 p. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Marília. 1999.

BELÉM. **Lei nº 7.684, de 12 de janeiro de 1984** – Dispõe sobre o Plano Diretor das Ilhas de Caratateua e Mosqueiro e dá outras providências. Disponível em www.belem.pa.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Lei nº 7.747 de 2 de janeiro de 1995**-Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Referência em Educação Ambiental-Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, na Ilha de Caratateua, Distrito de Outeiro, município de Belém e dá outras providências. Disponível em www.jusbrasil.com.br/legislação. Acesso em 28 de setembro de 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Campus, 1992.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de setembro de 2013.

-----, **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 22 de setembro de 2013.

-----, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, versão atualizada em 2008. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da LDB nº 9394/96. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Decreto Presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Lei Complementar Federal 14 de 8 de junho de 1973.** Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de setembro de 2013.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.** O Ensino fundamental de 9 anos. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil/Lei/L11274.htm. Acesso em 12 dezembro de 2013.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. **Parecer nº 01 da Câmara de Educação Básica, 2003.** Disponível em www.portalmec.gov.br. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. **Parecer nº 1 da Câmara de Educação Básica 2006.** Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) Disponível em www.portalmec.gov.br. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. **Plano Nacional de Educação 2011-2020.** Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 12 dezembro de 2012. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

_____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. MEC. Estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. **Resolução nº1 de 03 de abril de 2002.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. MEC. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 25 de setembro de 2013.

_____. **Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000** . Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. MEC. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

BURLE, Armando de. **Pesca Industrial:** em busca da modernização. Revista Pará Industrial, Ano 2010. Revista do Sistema de Federação das Indústrias do Estado do Pará, Ano 3, Nº 13. Setembro/Outubro de 2010.

CALDART, Roseli Salete. **A Escola do Campo em Movimento.** In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Organizadores). **Por uma Educação do Campo.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CASA ESCOLA DA PESCA. **Planejamento Escolar.** Ilha de Caratateua, Belém-PA: 2014.

_____. **Plano de Implantação.** Ilha de Caratateua, Belém-PA: 2008.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Versão Atualizada. Ilha Caratateua, Belém-PA: 2014.

_____. **Regimento Escolar**. Versão atualizada. Ilha Caratateua, Belém-PA: 2014.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **Das políticas ao cotidiano**: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. Ensaio: aval. políticas públicas. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 549-564, jul./set. 2010.

_____, Ludmila Oliveira Holanda. **A Escola Família Agrícola do Sertão**: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. 259p. (Tese de Doutorado), Universidade Federal da Bahia, 2007.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, Ana Paula Pacheco e. **Educação e desenvolvimento social**: uma análise de sua relação em três experiências da pedagogia da alternância. 2004. 2 v. 595 p. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Marília. 2004.

CORDEIRO, Georgina Negrão K. **A relação teoria-prática do curso de formação de professores do campo na UFPA**. 2009. 1v. 199 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2009.

CORDEIRO, Georgina N. K; REIS, Neila da Silva; HAGE, Salomão Mufarrej. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br>. Acesso em 03/09/2013.

CORDOVIL, José Carlos da Silva. **A Amazônia Ribeirinha e as políticas de desenvolvimento do Turismo no município de Cametá (PA)**. In: CARVALHO, Guilherme; GOMES NETO, João; MOURA, Aldebaran; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro (Orgs). Pequenas e Médias Cidades na Amazônia. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

CORREA, Cirlei Marieta de S. **Casa Familiar do Mar em Santa Catarina**: complexidades de uma prática educativa. 2008. 2v. 180p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CORREA, Sérgio Roberto Moraes. **Comunidades rurais-ribeirinhas**: processos de trabalho e múltiplos saberes. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizações amazônidas. Belém: EDUEPA, 2008. 2ª Edição.

COSTA, Maria Da Conceição dos Santos; SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. **A Educação de Jovens e Adultos e as Totalidades do Conhecimento no município de Belém do Pará.**

XXI EPENN Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas. 2013. Disponível em www.xxepenn.com.br. Data de Acesso: 10/04/2015. Período: 10 a 13 de novembro de 2013. UFPE Internacionalização da Educação e Desenvolvimento Regional: implicações para a pós-graduação

CUNHA, Caio Bacellar, et al. **Perfil epidemiológico de pacientes vítimas de escapelamento tratados na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.** Rev. Bras. Cir. Plást. vol.27, no.1. São Paulo Jan./Mar. 2012.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-51752012000100003. Acesso: 15/02/2015.

CUYABANO, Emília Darcy de S. **Nas lições das águas:** sensibilidades em movimento - um estudo sócio antropológico de alunos ribeirinhos do Alto Pantanal do Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia. 20005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. 2005.

DANSA, Cláudia Valéria de A. **Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável na Região do Sertão Mineiro Goiano:** a contribuição do Curso Técnico em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável para Assentados da Reforma Agrária da Escola Agrícola de UNAÍ-MG. 2008. 1 v. 312p. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, DF. 2008.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A juventude e a educação de jovens e adultos.** In: SOARES, LEÔNCIO (Org.): Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DINIZ, Francisco P. Santos et al. **Saberes e práticas educativas ambientais como princípios basilares da construção de territórios da sustentabilidade no assentamento agroextrativista Igarapé Grande-Ilha João Pilatos/Ananindeua-PA.** In: ABREU, Waldir Ferreira; OLIVEIRA, Damião; SILVA, Érbio dos Santos (Orgs.). Educação ribeirinha: Saberes, vivências e formação no campo. . 2ª ed. GEPEIF. UFPA, Belém, 2013.

ESTATÍSTICA DA PESCA 2007. Brasil. **Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros - CGFAP Brasília-DF, dezembro de 2007.
www.ibama.gov.br/phocadownload/category/40?download...pesqueira

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural:** a formação com base na Pedagogia da Alternância. Florianópolis: Insular, 2003.

_____, Dimas de O. **Os significados sociais e políticos da formação por alternância:** um estudo de caso em duas experiências no estado de Santa Catarina. 2009. 1v. 414 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. Disponível em www.educabrasil.com.br. Acesso 31/01/2013.

FEIO, Aldmyr. *Jornal do Feio. Escola Bosque*. Disponível em <http://www.aldmyrfeio.blogspot.com.br>. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FIGUEIREDO, Elida Moura. SANTANA, Graça. **Mulheres do Sal:** O Cotidiano Feminino nas Comunidades da Ilha de Algodão/Maiandeuá, Maracá-Pa. II Encontro Amazônico sobre Mulher e Gênero: As faces da Diversidade - Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste –REDOR. 23 a 26 de setembro de 2008. Disponível em <http://marte.museu-goeldi.br/pec/pdf/mulheresdosal>. Acesso em dezembro de 2014.

FLORESTA, Maria das Graças Soares; SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de. **Educação ambiental:** apontamentos comuns de um referencial para compreender concepções e práticas. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 55-70, set 2009/fev 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979;1998.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação- uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa-21ª Edição- São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A educação na cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Extensão ou Comunicação**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Cartas a Cristina**. 2ª Edição. Editora: Unesp. 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.7, suplemento, p.67-82, 2009.

_____. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.). **Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA. NUMA, 1997.

_____, Lourdes Gonçalves. **Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projetos de estudo pluridisciplinar**. Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 1989.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMONET, J. C. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação**. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1., 1999. Anais. Salvador: UNEFAB, 1999, p. 39-48.

GOMES, Vera Lúcia; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O Dilema das Políticas Públicas na Amazônia Brasileira e a Particularidade do Serviço Social no estado do Pará**. In: COCCO, Giuseppe et al. Gestão local e políticas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

GREGÓRIO, Anderson Manoel da Silva; MENDES, AMILCAR Carvalho. **Batimetria e Sedimentologia da Baía de Guajará, Belém, Estado do Pará, Brasil**. 2009. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009. Disponível em <http://www.researchgate.net/publication/268419579>. Acesso em 20/12/2013.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz, et al. **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

HAGE, Salomão. **Educação do campo, legislação e implicações na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011>. Acesso em 30 de novembro de 2012.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2007**. Disponível em <http://censos2007.ibge.gov.br/>. Acesso 12/11/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros. 2012**. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012. Acesso em 2 de março de 2013.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos**. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Políticas de juventude e Educação de Jovens e Adultos**. In: SOARES, Leôncio (Org.): **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96**: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009. Disponível em www.esforce.org.br . Acesso em 28/08/2013.

MELO, Érica Ferreira; SILVA; Halline Mariana Santos. **A Educação Rural em Jataí análise de sua gênese até o ano de 2008**. Disponível em <http://www.congressohistoriajatai.org/2009/trabalhos%20aprovados.pdf>. Acesso: 10/04/2015.

MOLINA, Castagna Mônica; FREITAS, Helana Célia De Abreu. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de Pescadores e Trabalho na Amazônia. 2008**.

_____, Sérgio Cardoso de. **Saberes da Pesca**: uma arqueologia da ciência da tradição. Disponível em www.bdt.d.ufrn.br. Acesso em 27/10/2013. 2005. 230 p. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Antonio Flávio Barbosa Moreira, pesquisador em currículo**. Organização e Introdução Marlucy Alves Paraíso. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

NASCIMENTO, Walnice Maria Oliveira do. **Informativo Técnico Rede de Sementes da Amazônia**. Nº 18, 2008. Disponível em <http://www.inpa.gov.br/downloads>. Acesso: 19/01/2015.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo:** do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. 2008. 2v. 468 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. 2008.

OLIVEIRA, Odaísa. **Vocabulário Terminológico Cultural da Amazônia Paraense:** com termos da área do Marajó. Belém: Alves, 2010.

OLIVEIRA, Relivaldo Pinho de. **Mito e modernidade na Trilogia Amazônica de João de Jesus Paes Loureiro.** Belém: NAEA, 2003. Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível. Neves, J.G. (2005) Revista P@rtes. ISSN 1678-8419. Disponível em www.wikipedia.com.br. Acesso 31/01/2013. (verificar se são duas citações ou uma só).

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos.** Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PARÁ. **Lei Complementar Estadual nº 76 de 28 de dezembro de 2011.** Inclui o município de Castanhal na Região metropolitana de Belém. Disponível em www.jusbrasil.com.br/legislação. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 27 de 19 de outubro de 1995.** Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. Disponível em www.jusbrasil.com.br/legislação. Acesso em 28 de setembro de 2013.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 72 de 20 de abril de 2010.** Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995. Disponível em www.jusbrasil.com.br/legislação. Acesso em 28 de setembro de 2013.

PASSADOR, Cláudia de S. **Um estudo do Projeto Escola do Campo - Casa Familiar Rural (1990-2002) do estado do Paraná:** a pedagogia da alternância como referencial de permanência. 2003. 176 p. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo.** São Paulo: Ed. Manole, 2000.

PINTO, Jorge. **Manejo comunitário de camarões** / Jorge Pinto e Tereza Moreira; ilustração de: Rodrigo SO. – Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. 28p. Disponível em file:///C:/Users/nazar_000/Downloads/servios_cartilhas%20educativas_manejo%20comunitario%20de%20camares%203.pdf. Acesso em 09/01/2015.

PINTO, Sol Garson Braule. **Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas.** In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JR. Orlando Alves. As Metrôpoles e a Questão social Brasileira. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2007. 1ª impressão, outubro de 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009-2010.** Valores e Desenvolvimento Humano 2010 / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília, 2010.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional**. 2004. 210 p. Tese (Doutorado)- Universidade de Brasília, Brasília. 2004.

_____, João Batista Pereira de. Prefácio. In: **Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável**, 2., 2002. Anais. Brasília: UNEFAB, 2002, p. 13-14.

RIBEIRO, K. T. S. **Água e Saúde Humana em Belém**. Cejup, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Metrópoles, reforma urbana e desenvolvimento nacional**. In: RIBEIRO, LUIZ CÉSAR DE QUEIROZ; SANTOS JR., ORLANDO ALVES DOS SANTOS. *As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007. 1ª impressão outubro de 2010.

RODRIGUES, João Assis. **Práticas discursivas de reprodução e diferenciação na pedagogia da alternância**. 2008. 1v. 215 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Espírito Santo. 2008.

RODRIGUES, Rubens Luiz (Org.). **A Contribuição da Escola na trajetória de escolarização de Jovens e Adultos**. Curitiba. Editora: CRV, 2009.

SACHS, Ignacys. **Gestão Negociada e Contratual da Biodiversidade**. In: STROH, Paula Yone. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt. Acesso: 10 de maio de 2013.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2010c.

_____. Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento. 2006.

_____. Boaventura de Souza. **Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?** Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 54, p. 197–215, junho, 1999.

_____. Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal. 1989.

SANTOS, Milton. **Economia espacial:** críticas e alternativas. 2ª edição. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2007. Coleção Milton Santos; 3.

_____. **A natureza do espaço e tempo:** razão e emoção. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A urbanização brasileira.** 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Neila Correia dos. **Educação do campo e alternância:** reflexões sobre uma experiência na Transamazônica. 2006. 401 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1991.

SILVA, Gerardo. **Desenvolvimento local e novo municipalismo na Amazônia.** In: COCCO, Giuseppe et al. Gestão local e políticas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. 2009. Disponível em: Jornalismo Alternativo 107 Identidade Científica, Presidente Prudente-SP, v. 3, n. 2, p. 94-107, jul./dez. 2012 <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 26 abr. de 2012.

SILVA, José Barbosa da. **Retratos na parede:** saberes docentes em educação de jovens e adultos. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. Texto arte Editora, 2004.

SILVA, José Bittencourt da. **Política Pública, Reservas Extrativistas e Educação:** uma discussão a partir da Resex Rio Cajari, sul do estado do Amapá. 2007. Disponível em <http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

SILVA, Lourdes Helena da; SOBREIRA, Milene Coelho. **Vida e construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância.** Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 2, p. 212-227, 2014. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso: 15/04/2015.

_____, Lourdes Helena da. **Concepções & Práticas de Alternâncias na Educação do Campo:** dilemas e perspectivas. Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 180-192, jan./dez. 2010

_____, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa: Editora UFV, 2003.

_____, Lourdes Helena da. **Representações sociais da relação escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância.** 2000. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2000.

SILVA, Paulo Lucas da. **Mínima moradia e educação:** reflexões sobre a formação humana na educação rural. 2006. 267 p. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos:** o que revelam as pesquisas. Organização: Leôncio Soares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de. **Estado Movimentos Sociais e Escola Pública do Campo.** Disponível em www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/estado_movimentos.pdf. Anais do VIII Seminário do Trabalho-Trabalho, Educação e Políticas Sociais no Século XXI- 25 a 28 de junho de 2012. ISSN 21776253.

TEIXEIRA, Elizabeth. **A complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos, desafios às políticas de saúde.** In: COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs). **Estado e políticas Públicas na Amazônia:** Gestão do Desenvolvimento Regional. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001. p. 49-58.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. **Formas espaciais recentes da urbanização.** 1998. Disponível em www.ppgeo.ufpa.br. Acesso em 10 de agosto de 2013.

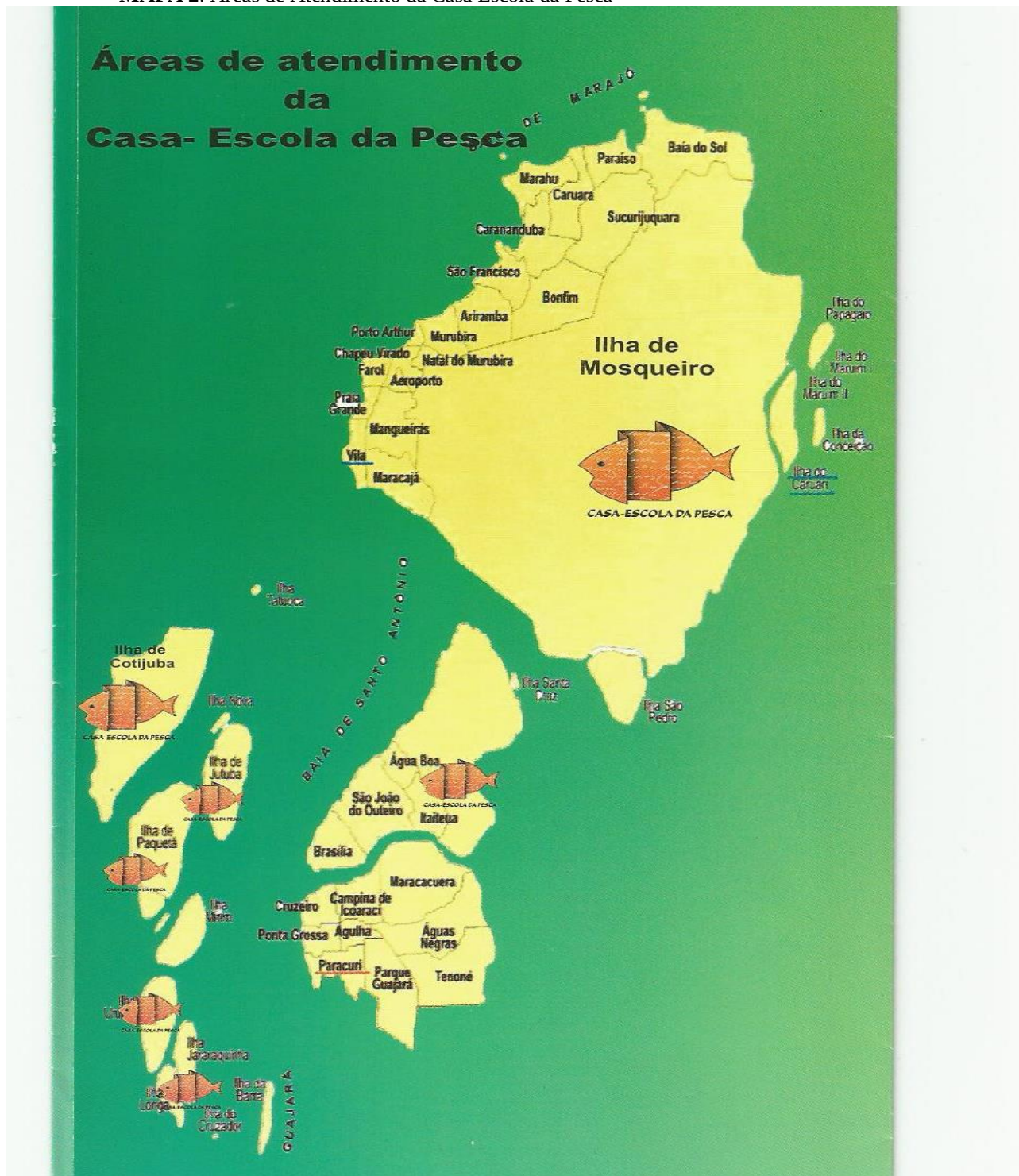
_____, Saint-Clair Cordeiro. **Pensando a noção de fronteira:** um olhar a partir da ciência geográfica. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (org). **Amazônia e Defesa:** dos fortes às novas conflitualidades. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística.** 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

ANEXOS

ANEXO B – MAPA COM AS ÁREAS DE ATENDIMENTO DA CASA ESCOLA DA PESCA NO TERRITÓRIO RIBEIRINHO DE BELÉM

MAPA 2: Áreas de Atendimento da Casa Escola da Pesca



Fonte: Arquivo da CEPE

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Dados de identificação

Título: NA BELÉM RIBEIRINHA, A JUVENTUDE E O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA ESCOLA DA PESCA.

Pesquisador Responsável: Nazaré Serrat Diniz de Souza (Profª EAUFPa).

Instituição: Universidade Federal do Pará.

Nome do voluntário:

_____ Idade: _____ RG _____

Responsável legal: _____

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar da presente pesquisa sob responsabilidade da pesquisadora Nazaré Serrat Diniz de Souza.

A pesquisa está relacionada ao curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará.

A pesquisa tem como objetivo o levantamento de dados e informações acerca da atuação da Casa Escola da Pesca, na Ilha de Caratateua-PA tendo em vista analisar a proposta pedagógica da escola voltada à juventude ribeirinha de Belém. Busca-se analisar as ações da escola para assegurar o processo de escolarização com educação profissional na atividade da pesca e mediante esse processo as reais possibilidades de empoderamento econômico, político e sociocultural da juventude no território ribeirinho de Belém.

Eu, _____, RG nº _____,

declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, da pesquisa acima descrita.

Belém, _____ de _____ de _____

Testemunha

ANEXO D – QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA Nº 01**QUESTIONÁRIO Nº 1**

Este questionário corresponde ao desenvolvimento de uma pesquisa intitulada ‘**Na Belém ribeirinha, a juventude e o direito à escolarização com educação profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca**’. A pesquisa se vincula ao Curso de Doutorado em Educação realizado no Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. LOCAL: Casa Escola da Pesca, Bairro Itaiteua, Ilha de Caratateua/Município de Belém/PA.

PESQUISADORA: Nazaré Serrat Diniz de Souza – Ano _____

1. Situação Familiar e de trabalho:

1.1 Você é: () empregado () desempregado () autônomo () nunca trabalhou

1.2 Sua família tem quantas pessoas? _____ Você tem filho (s)? _____ Quantos? _____

1.3 Número de pessoas que trabalham na casa onde você mora:

1.4 Atividade econômica preponderante no ambiente familiar:

() pescado () agrícola () extrativismo de ervas medicinais () coleta do açaí () outra atividade _____.

1.5 Estime a renda de sua família em salário mínimo:

() 1 SM () 2 SM () 3 SM () 4 SM () 5 ou mais

1.6 Qual o seu endereço? _____ Ilha:

1.7 Quantas horas você utiliza para chegar na escola?

2. As condições das instalações da Casa Escola da Pesca.

2.1 Você acha que as condições das instalações físicas da escola são adequadas para você permanecer no ambiente escolar durante o período da alternância?

() sim () não () em parte

2.2 Você gosta de permanecer na escola? () sim () não () em parte

2.3 A alimentação fornecida pela escola é satisfatória? () sim () não () em parte

2.4 As condições de descanso nos alojamentos são satisfatórias?

() sim () não () em parte

2.5 Os equipamentos utilizados no ensino são satisfatórios? Estão em boas condições de uso?
() sim () não () em parte

2.6 Os materiais fornecidos para as aulas são suficientes? () sim () não () em parte

2.7 O Laboratório de Tecnologia do Pescado apresenta boas condições de aprendizagem? ()
sim () não () em parte

2.8 Em que ano você ingressou na CEPE? _____ Qual o nível de ensino e em que etapa você
iniciou? _____

2.9 Atualmente você realiza o ensino fundamental ou ensino médio na escola?

ANEXO E – QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA Nº 02**QUESTIONÁRIO Nº 2**

Este questionário corresponde ao desenvolvimento de uma pesquisa intitulada ‘**Na Belém ribeirinha, a juventude e o direito à escolarização com educação profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca**’. A pesquisa se vincula ao Curso de Doutorado em Educação realizado no Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. LOCAL: Casa Escola da Pesca, Bairro Itaiteua, Ilha de Caratateua/Município de Belém/PA.

PESQUISADORA: Nazaré Serrat Diniz de Souza – Ano _____

1 A Proposta Pedagógica da CEPE.

1.1 Você está satisfeito com o processo educacional da CEPE? () sim () não () em parte

1.2 Você gosta da proposta pedagógica da alternância? () sim () não () em parte

1.3 Prefere uma proposta pedagógica de uso mais geral? () sim () não () em parte

1.4 As aulas do curso são: () só teóricas () só práticas () teóricas e práticas

1.5 O que você mais gosta na escola?

1.6 Você considera importante realizar as visitas técnicas às entidades parceiras da CEPE?() sim () não () em parte. Por quê?

1.7 A convivência com os colegas no ambiente da CEPE é tranquila e favorece a aprendizagem? () sim () não () em parte

1.8 Você realiza o Plano de Estudos quando se encontra no ambiente comunitário?
() sim () não () em parte

1.9 Você trabalha com a pesca ou em outra atividade? _____

1.10 Os conhecimentos recebidos na escola tem ajudado no trabalho que você e sua família realiza em sua comunidade? () sim () não () em parte

1.11 A escola leva em conta os conhecimentos sobre a pesca ou outra atividade apreendidos no ambiente da família e em suas comunidades? () sim () não () em parte

1.12 Você pretende trabalhar com a pesca e aquicultura?

ANEXO F – ROTEIRO SEMI ESTRUTURADO DE ENTREVISTA PARA A PESQUISA

Este roteiro semiestruturado de entrevista corresponde ao desenvolvimento de uma pesquisa intitulada ‘**Na Belém ribeirinha, a juventude e o direito à escolarização com educação profissional: análise da experiência da Casa Escola da Pesca**’. A pesquisa se vincula ao Curso de Doutorado em Educação realizado no Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. LOCAL: Casa Escola da Pesca, Bairro Itaiteua, Ilha de Caratateua/Município de Belém/PA.

PESQUISADORA: Nazaré Serrat Diniz de Souza – Ano _____

ENTREVISTA COM OS JOVENS DA CASA ESCOLA DA PESCA

Local e Data da entrevista:

Nome do entrevistado:

Quantos anos você tem?

Onde você mora?

Seu endereço completo é:

Com qual idade você começou sua vida escolar?

Em que escola você fez os anos iniciais?

Onde fica essa escola?

Como se constitui sua família?

Quantas pessoas trabalham na sua família?

Quais atividades econômicas seus familiares realizam?

Você trabalha?

Em qual atividade econômica você trabalha?

Como é o seu trabalho?

Em que ano você ingressou na Casa Escola da Pesca?

Como você chegou à Casa Escola da Pesca?

Foi você quem escolheu estudar na CEPE?

O que você fazia antes de chegar à CEPE?

Você já realizou outro curso profissional antes de ingressar na CEPE?

Você gosta da proposta pedagógica da alternância ou prefere uma proposta pedagógica de uso mais geral?

Você gosta de estudar na CEPE? Por quê?

Qual a sua opinião sobre a formação profissional em pesca e aquicultura?

O que você pretende fazer após o curso?

Você gostaria de exercer essa profissão? Caso afirmativo, exerceria sendo empregado ou trabalhando de forma autônoma?

Você gostaria de exercer outra profissão?

Qual o seu principal interesse no curso? Você deseja aprender uma profissão? Melhorar a renda familiar? Conseguir emprego? Melhorar a produção do pescado?

O que você pretende fazer após terminar este curso?

ANEXO G – PLANEJAMENTO DAS QUINZENAS PEDAGÓGICAS

PLANEJAMENTO PARA A PRIMEIRA QUINZENA

TEMA: O JOVEM E A CASA ESCOLA DA PESCA: FAMÍLIA, COMUNIDADE E CIDADANIA (QUEM SOMOS NÓS E O QUE QUEREMOS SER?).

OBJETIVO GERAL: Conhecer o jovem proveniente da comunidade pesqueira em suas relações sociais e interpessoais, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade e o exercício de sua cidadania, através de ações educativas que o integrem às normas e regras de convivência da CEPE.

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PORTUGUÊS	▪ Roda de Conversa; ▪ Oralidade e Escrita.
MATEMÁTICA	▪ Números e Numerais; ▪ Números naturais, inteiros e racionais; ▪ Operações com números naturais e inteiros; ▪ Atividade no Laboratório de Informática; ▪ Jogos matemáticos.
HISTÓRIA	▪ O que é História? O que a História estuda? ▪ A contagem do tempo; ▪ Reflexões sobre o jovem, sua comunidade e a Casa Escola da Pesca.
GEOGRAFIA	▪ Cartografia Cultural; ▪ O que é geografia e sua relação com o meio.
CIÊNCIAS	▪ Memorial do aluno.
QUÍMICA	▪ Química e cidadania; ▪ Matéria: propriedade, conceitos e práticas; ▪ As famílias da Tabela Periódica.
ESPAÑHOL	▪ Diagnóstico e alfabeto.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Dinâmica de integração; ▪ Formação de grupos para o desenvolvimento de atividades diversificadas; ▪ Observação das bagagens culturais do aluno e aplicação de movimentos dirigidos. ▪ Organizar pequenas competições entre grupos.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Conhecendo o computador: noções básicas sobre periféricos de informática.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Noções gerais sobre família, comunidade e cidadania; ▪ Mecanismos de controle social: liderança, normas, sanções, valores e papéis sociais. ▪ O dever da família e do Estado segundo os princípios da Constituição Federal (Artigo 227) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

ARTES	▪ Atividade de socialização (escola, família, comunidade e cidadania). ▪ Atividade de socialização (amar o próximo).
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Vídeos: socialização dos animais; ▪ Panorama da Pesca e da Aquicultura no mundo, no Brasil e na Amazônia.
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microsistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.

PLANEJAMENTO PARA A SEGUNDA QUINZENA

TEMA: ÁGUA É VIDA: ORIGEM DA ÁGUA E DA VIDA, QUALIDADE DA ÁGUA E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES AQUÁTICOS.

OBJETIVO GERAL: Compreender o surgimento da vida na terra a partir das diversas concepções mitológicas, religiosas e científicas, despertando o senso crítico do educando para assuntos ligados as interferências antrópicas e naturais.

PORTUGUÊS	▪ Língua, Linguagem e Literatura; ▪ Letra e Fonema.
MATEMÁTICA	▪ Figuras geométricas, planas e espaciais; ▪ Unidade de Medida de Capacidade; ▪ Números racionais na forma fracionária e decimal; ▪ Porcentagem; ▪ Atividade no Laboratório de Informática; ▪ Jogos matemáticos; ▪ Oficinas.
HISTÓRIA	▪ Grécia e Egito; ▪ Os rios e o surgimento das cidades e das nações; ▪ A agricultura e o surgimento das primeiras cidades.
GEOGRAFIA	▪ Terra: Planeta Água; ▪ Formação dos mares e continentes; ▪ Aspectos naturais da região amazônica; ▪ Consciência ambiental.
CIÊNCIAS	▪ Mudanças de fase da água; ▪ Ciclo da água; ▪ Poluição das águas; ▪ Água na natureza; ▪ Os seres vivos (reinos); ▪ Relações ecológicas; ▪ Fotossíntese; ▪ Cadeia alimentar.
QUÍMICA	▪ Ligações químicas da água; ▪ Etapas de tratamento da água para consumo.
ESPAANHOL	▪ Vocabulário referente à quinzena..
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Composição corporal (% de água), Técnicas da Natação; ▪ A respiração durante a atividade em meio aquático; ▪ Os grandes grupos musculares envolvidos na canoagem e a correção de movimentos; ▪ Atividades aeróbicas.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Conhecendo a área de trabalho 'Desktop'; ▪ Trabalhando com o botão iniciar; ▪ Conhecendo as barras do bloco de notas; ▪ Conhecendo o teclado.
EDUCAÇÃO	▪ O processo de construção do conhecimento humano e a formação do pensamento moderno: mitologia, filosofia social e

CIDADÃ	ciência; ▪ Os impactos socioambientais dos aterros sanitários e dos dejetos lançados nos cursos d'água e beira-rio de nossa cidade.
ARTES	▪ Introdução ao ensino da arte; ▪ Água: significados e simbologias na arte contemporânea; ▪ Marcel Duchamp; ▪ Leonardo da Vinci. ▪ Luiz Carlos da Silva Mota; ▪ Lendas amazônicas (o imaginário que vem das águas).
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Plantas aquáticas importantes para a aquicultura e pesca; ▪ Fitoplâncton, zooplâncton, bentos e nectos; ▪ Principais habitats, cadeia alimentar, ciclos de vida de espécies aquáticas; ▪ Reconhecimento dos organismos aquáticos; ▪ Influência dos resíduos na sanidade dos ambientes aquáticos; ▪ Principais alterações na qualidade da água; ▪ Controle ambiental organismos bioindicadores.
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e,

	por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.
--	--

PLANEJAMENTO PARA A TERCEIRA QUINZENA

TEMA: ECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS: AMBIENTES DE TERRA FIRME, FLORESTA, VÁRZEA, IGAPÓ, MANGUE, CAMPO, CERRADO, ETC.

OBJETIVO GERAL: Contribuir conceitualmente e empiricamente para a compreensão e aplicação de estudos sobre o que são ecossistemas amazônicos, reconhecendo diferentes sistemas aquáticos e terrestres que formam o ambiente marinho, dulcícola e de interface (campos, cerrado, igapó, várzea, floresta, praias, rios, lagos e manguezal), a biota que compõe cada sistema (caças, espécies vegetais, peixes, crustáceos e moluscos e compreender as alterações provocadas em decorrência de ações antrópicas e climáticas).

PORTUGUÊS	- Tipos de textos; - Sinais de pontuação.
MATEMÁTICA	- Unidade de medida de comprimento; - Unidade de medida de área; - Unidade de medida de volume; - Atividade no Laboratório de Informática; - Jogos matemáticos.
HISTÓRIA	- Colonização da Amazônia; - Drogas do sertão e economia da borracha.
GEOGRAFIA	- Aspectos naturais da Região Amazônica; - Conceito de ecossistemas; - Tipos de ecossistemas locais.
CIÊNCIAS	- Ecossistemas; - Tipos de ecossistemas na Região Amazônica; - A relação entre os seres vivos; - A distribuição da vida na biosfera; - Sistemas aquáticos.
QUÍMICA	- Substâncias puras e misturas; - Propriedades da matéria: ponto de fusão, ebulição e densidade. - Modelos moleculares.
ESPAÑHOL	La playa y islãs.
EDUCAÇÃO	Corridas de velocidade e/ou resistência conforme o terreno

FÍSICA	(praia-ônibus); ▪ As técnicas e regras do handebol de areia; ▪ Jogos recreativos.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Digitação de textos diversos; ▪ O uso do scanner; ▪ Trabalho com imagem e figuras (print art).
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ A cultura como produto da ação humana; ▪ Cultura material e não material; ▪ Identidade cultural, aculturação e contra cultura; ▪ Cultura popular e cultura erudita; ▪ Indústria cultural e cultura de massa; ▪ O universo cultural no mundo rural (caboclos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc.).
ARTES	▪ Introdução ao ensino da arte; ▪ Mesopotâmia e Egito; ▪ Artista da Amazônia; ▪ Cerâmica de Icoaraci, Tapajônica e Marajoara. ▪ Visita ao Emílio Goeldi.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Conceitos de ecossistemas aquáticos; ▪ Fatores bióticos e abióticos em ambientes aquáticos; ▪ Origem da biodiversidade em ambientes litorâneos; ▪ Conceitos de diferentes ambientes aquáticos; ▪ Tipos d águas (negras, brancas e claras).
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Pesquisa de campo; ▪ Seminários; ▪ Atividade lúdica; ▪ Aula prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca; ▪ Datashow.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca

	consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.
--	---

PLANEJAMENTO PARA A QUARTA QUINZENA

TEMA: AQUICULTURA COM ÊNFASE EM PISCICULTURA

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos relacionados a aquicultura com ênfase em piscicultura, enfocando os parâmetros físicos e químicos da água e do solo adequados a esta atividade, bem como as espécies propícias a piscicultura na Amazônia.

PORTUGUÊS	▪ Como fazer um relatório de visita técnica; ▪ Narratividade, enredo, personagem, foco narrativo, tempo, espaço; ▪ Gênero textual, letra de música e construção do varal de poesias.
MATEMÁTICA	▪ Revisão de cálculo de área e volume; ▪ Relações entre unidade de medida de volume e capacidade; ▪ Regra de três.
HISTÓRIA	▪ O Brasil colonial; ▪ A sociedade brasileira nos diversos contextos históricos. Organização social e o uso dos recursos naturais. O surgimento das classes sociais e do Estado.
GEOGRAFIA	▪ Interior da terra e a crosta terrestre; ▪ Organização do espaço; ▪ Quadro natural do Brasil;
CIÊNCIAS	▪ Morfologia interna e externa; ▪ Diferenças morfológicas segundo os hábitos alimentares; ▪ Relações harmônicas e desarmônicas.
QUÍMICA	▪ Ácidos e bases; ▪ Importância dos parâmetros físico-químicos para piscicultura; ▪ PH e temperatura e transparência.

ESPAÑHOL	▪ El cuerpo humano.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Sondagem do local onde vivem os alunos (roda dialógica); ▪ As técnicas e as regras do voleibol de areia; ▪ A filosofia e a construção dos jogos cooperativos.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Produção de trabalhos utilizando o Programa Power Point; ▪ Diferenciar gráficos e tabelas usando o programa Excel; ▪ Pesquisa na internet.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Fundamentos econômicos da sociedade: produção, distribuição e consumo de bens e serviços; ▪ O processo de expropriação dos recursos naturais; ▪ Os meios de produção e as forças produtivas.
ARTES	▪ Arte, Educação Ambiental e Teatro; ▪ Origem do teatro; ▪ Relação do teatro e educação ambiental; ▪ Expressão corporal.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Introdução à Aquicultura: Conceito de Aquicultura; ▪ Sistemas de cultivo; ▪ Espécies cultivadas: tambaqui, tambacu, pirarucu, tilápias.
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Visitas técnicas à Estação de Piscicultura de Água Doce da UFRA em Castanhal-PA; ▪ Visita técnica à Estação de Reprodução e alevinagem da SAGRI em Terra Alta-PA; ▪ Execução do Projeto soletrando; ▪ Construção de um tanque de rede de 1m x 1m x 1m; ▪ Atividade lúdica de construção de figuras através do Tangram; ▪ Atividades de redescobertas; ▪ Vídeo sobre preservação ambiental; ▪ Metamorfose das rãs, camarão; ▪ Construção de filtro para análise de água para Carcinicultura; ▪ Anatomia do camarão; ▪ Condições ideais para piscicultura: localização do terreno, disponibilidade de água, tipos de solo; ▪ Construção e preparo dos viveiros; ▪ Povoamento ou Peixamento; ▪ Análise dos parâmetros físico-químico da água; ▪ Manejo alimentar; ▪ Despesca e comercialização; ▪ Torneio interno de futebol e vôlei; ▪ Palavras cruzadas; ▪ Sopa de letras; ▪ Leitura dinâmica; ▪ Reflexão textual.
RECURSOS	▪ Humanos: coordenadores, professores e alunos da CEPE. ▪ Materiais: Datashow, computador, DVD, videokê, trena, régua, ictiômetro, refratômetro, bisturi, avental luvas cirúrgicas,

	tesoura, balança digital, termômetro, redes de pesca, papel sulfite, cola caixa de papelão, Microsistem, disco de secsh.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.

PLANEJAMENTO PARA A QUINTA QUINZENA

TEMA: AQUICULTURA COM ÊNFASE EM CARCINICULTURA

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos acerca da aquicultura com ênfase em Carcinicultura, enfocando os parâmetros físicos e químicos da água e do solo adequados a esta atividade, bem como as espécies de camarão mais propícias para o cultivo.

PORTUGUÊS	▪ O que é coesão? ▪ Recursos coesivos (preposição e conjunção).
MATEMÁTICA	▪ Equações do 1º Grau; ▪ Círculo e circunferência; ▪ Atividade no Laboratório de Informática;

	▪ Jogos Matemáticos; ▪ Atividade experimental.
HISTÓRIA	▪ Cultura afro brasileira e africana; ▪ Sociedade escravocrata; ▪ Abolicionismo.
GEOGRAFIA	▪ População amazônica; ▪ Atividades econômicas da região amazônica; ▪ Território amazônico.
CIÊNCIAS	▪ Células; ▪ Corpo Humano: divisões e respectivas funções; ▪ Morfologia interna e externa dos crustáceos; ▪ Dimorfismo sexual (diferenciação do macho da fêmea)
QUÍMICA	▪ Parâmetros físico-químicos da água para a Carcinicultura;
ESPAÑHOL	▪ El cuerpo humano.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Posicionamentos em Educação Física; ▪ Movimentos dos membros superiores e inferiores e a relação com os movimentos do camarão; ▪ Lutas com uso da força muscular e movimentos articulados; ▪ Jogos construídos através da expressão corporal.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Conhecendo o aplicativo PAINT, editor de imagem do Windows XP.
SOCIOLOGIA	▪ Os grandes projetos na Amazônia e os conflitos decorrentes da luta pela posse da terra.
ARTES	▪ Introdução ao ensino da arte; ▪ Arte brasileira; ▪ Arte indígena brasileira. O primeiro período da arte brasileira. ▪ Arte barroca.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Conceitos e princípios de Carcinicultura; ▪ Ostreicultura. Multicultura e Ranicultura; ▪ Principais espécies indicadas para o cultivo; ▪ Localização; ▪ Processos de criação; ▪ Alimentação; ▪ Doenças; ▪ Legislação
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Visitas técnicas à Estação de Piscicultura de Água Doce da UFRA em Castanhal-PA; ▪ Visita técnica à Estação de Reprodução e alevinagem da SAGRI em Terra Alta-PA; ▪ Realização da I Gincana Cepeana; ▪ Execução do Projeto soletrando; ▪ Construção de um tanque de rede de 1m x 1mx 1m; ▪ Atividade lúdica de construção de figuras através do Tangram; ▪ Atividades de redescobertas; ▪ Vídeo sobre preservação ambiental;

	▪ Metamorfose das rãs, camarão; ▪ Construção de filtro para análise de água para Carcinicultura; ▪ Anatomia do camarão; ▪ Torneio interno de futebol e vôlei; ▪ Palavras cruzadas; ▪ Sopa de letras; ▪ Leitura dinâmica; ▪ Reflexão textual; ▪ Visita técnica ao frigorífico Amazom Catfish; ▪ Visita técnica à Fazenda de Quelônios; ▪ Identificação de Camarões.
RECURSOS	▪ Humanos: coordenadores, professores e alunos da CEPE. ▪ Materiais: Datashow, computador, DVD, videokê, trena, régua, ictiômetro, refratômetro, bisturi, avental luvas cirúrgicas, tesoura, balança digital, termômetro, redes de pesca, papel sulfite, cola caixa de papelão, Microsistem, disco de secsh.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.

PLANEJAMENTO PARA A SEXTA QUINZENA

TEMA: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR DA PESCA

OBJETIVO GERAL: Oportunizar ao jovem estudante da Casa Escola da Pesca uma ampla percepção sobre os cuidados para se evitar acidentes de trabalho durante a realização de suas atividades produtivas.

PORTUGUÊS	▪ O que é coerência? ▪ Intencionalidade e situacionalidade; ▪ Leitura oral.
MATEMÁTICA	▪ Sistemas de equações do 1º grau com duas variáveis; ▪ Métodos de resolução de sistema; ▪ Atividades no Laboratório de Informática.
HISTÓRIA	▪ Revolução Francesa.
GEOGRAFIA	▪ População amazônica; ▪ Atividades econômicas da região amazônica; ▪ Território amazônico.
CIÊNCIAS	▪ Higiene física, mental e social; ▪ Vacinas; ▪ Doenças infecciosas; ▪ Parasitose intestinal.
QUÍMICA	▪ Perigo químico na utilização de metabissulfito de sódio e sulfito na Carcinicultura; ▪ Sais e óxidos; ▪ Tipos de reações.
ESPAÑHOL	▪ El verbo (tempos e modos); ▪ Conjugaciones.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Coluna vertebral: constituição, movimentos, desvios; ▪ Exercícios de alongamentos; ▪ Salvamento aquático e primeiros socorros (clube do corpo de bombeiros – ofício).
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Propriedade de vídeo; ▪ Papel de parede; ▪ Proteção de tela; ▪ Data/ hora; ▪ Fuso horário.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Organização social do trabalho, emprego, desemprego, subemprego e tempo livre.
ARTES	▪ Introdução ao ensino da arte; ▪ Cores como código de segurança no trabalho; ▪ Cor primária, cor secundária, cor terciária, monocromática, policromia, cores quentes, cores frias.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Definição de segurança no trabalho; ▪ Definição de acidentes de trabalho e acidentes no mar; ▪ Identificação dos perigos; ▪ Perigos para a saúde; ▪ Fatores que podem aumentar o perigo à saúde;

	▪ Principais EPIs.
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula Prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.

PLANEJAMENTO PARA A SÉTIMA QUINZENA

TEMA: TECNOLOGIA DO PESCADO E SEGURANÇA ALIMENTAR

OBJETIVO GERAL: propiciar a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos relacionados à tecnologia do pescado despertando em nossos alunos o interesse em valorizar ainda mais essa rica matéria-prima através de novas tecnologias.

PORTUGUÊS	▪ Gênero textual: receita culinária; ▪ Níveis de linguagem; ▪ Crase.
MATEMÁTICA	▪ Ângulos; ▪ Estudo dos triângulos; ▪ Laboratórios de informática; ▪ Atividade experimental.
HISTÓRIA	▪ Formas de globalização econômica e exclusão social; ▪ Processo de desenvolvimento brasileiro/amazônico) a nível mundial; ▪ Desenvolvimento tecnológico.
GEOGRAFIA	▪ Capitalismo e formação espaço mundial; ▪ Desenvolvimento e subdesenvolvimento; ▪ Processo de industrialização brasileira; ▪ Produção e consumo.
CIÊNCIAS	▪ Sistema reprodutor masculino e feminino; ▪ Ciclo sexual feminino; ▪ Gravidez; ▪ Métodos contraceptivos; ▪ Doenças sexualmente transmissíveis.
QUÍMICA	▪ Tecnologia do pescado; ▪ Princípios da salga, da defumação, da filetagem e do embutido.
ESPANHOL	▪ Expression. oral.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ O valor calórico dos alimentos; ▪ A relação alimentação - atividades físicas; ▪ Atividades esportivas trabalhadas nas quinzenas anteriores; ▪ Desperdiçar não, vamos reaproveitar.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Windows Explorer; ▪ Criando uma pasta; ▪ Salvando um arquivo na pasta. ▪ Abrir um documento.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Segurança alimentar e formas de produção sustentáveis: produção familiar e sistemas de comoditties.
ARTES	▪ Propaganda e publicidade. Noções de outdoor, slogan, placas, cartaz. ▪ Placas de segurança; ▪ Arte gráfica: conceitos e aplicabilidades.
QUALIFICAÇÃO PARA O	▪ Noções de APPCC e BPF; ▪ Tipos de salga, filetagem, embutidos e defumação.

TRABALHO	
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Visitas técnicas à Estação de Piscicultura de Água Doce da UFRA em Castanhal-PA; ▪ Visita técnica à Estação de Reprodução e alevinagem da SAGRI em Terra Alta-PA; ▪ Execução do Projeto Soletrando; ▪ Construção de um tanque de rede de 1m x 1mx 1m; ▪ Atividade lúdica de construção de figuras através do Tangram; ▪ Atividades de redescobertas; ▪ Vídeo sobre preservação ambiental; ▪ Metamorfose das rãs; ▪ Construção de filtro para análise de água para Carcinicultura; ▪ Anatomia do camarão; ▪ Torneio interno de futebol e vôlei; ▪ Palavras cruzadas; ▪ Sopa de letras; ▪ Leitura dinâmica; ▪ Reflexão textual; ▪ Comparação de valores nutricionais de peixes e camarão.
RECURSOS	▪ Humanos: coordenadores, professores e alunos da CEPE. ▪ Materiais: Datashow, computador, DVD, videokê, trena, régua, ictiômetro, refratômetro, bisturi, avental luvas cirúrgicas, tesoura, balança digital, termômetro, redes de pesca, papel sulfite, cola caixa de papelão, Microsistem, disco de secchi.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará

	subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.
--	--

PLANEJAMENTO PARA A OITAVA QUINZENA

TEMA: USO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS NA NAVEGAÇÃO E PESCA E MECÂNICA NAVAL

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos relacionados à navegação e utilização dos equipamentos eletrônicos na navegação e pesca.

PORTUGUÊS	▪ Gênero textual: Manual de Instrução; ▪ Escuta de textos diversificados; ▪ Noções de verbo.
MATEMÁTICA	▪ Sistema cartesiano; ▪ Razão e proporção; ▪ Laboratório de informática; atividade experimental; ▪ Jogos matemáticos.
HISTÓRIA	▪ Expansão marítima comercial europeia; ▪ O pioneirismo português: a Escola de Sagres, D. Henrique o navegador e o investimento náutico. A especialidade portuguesa na pesca da sardinha.
GEOGRAFIA	▪ Orientação e localização do espaço; ▪ Coordenadas geográficas; ▪ Pontos de orientação; ▪ Noções de cartografia.
CIÊNCIAS	▪ Onda; ▪ Som; ▪ ventos
QUÍMICA	▪ Estrutura do átomo; ▪ Eletricidade e magnetismo; ▪ Efeito joule.
ESPAÑHOL	▪ Interpretación de texto.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Prática desportiva (segundo a bagagem cultural dos alunos); ▪ Noções de arbitragem – funções, árbitros, cronometrista e anotador; ▪ Atividades de conquista de espaço, imitações e mímicas; ▪ Tênis de mesa, dama e dominó.
INFORMÁTICA	▪ Como instalar uma impressora; ▪ Como utilizar o executar do menu iniciar;

EDUCATIVA	▪ Comando através do teclado; ▪ Pesquisar; ▪ Conhecendo o bloco de notas; ▪ Salvar em desktop.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Os avanços na tecnologia náutica na época das grandes navegações; ▪ As transformações técnicas no setor marítimo e pesqueiro com o advento da industrialização e da mecanização dos meios de produção.
ARTES	▪ Artesanatos sua origem; ▪ Tipos de artesanato.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Conceitos básicos de GPS, sonda, Bússola, Radar e Rádio; ▪ Funcionamento do aparelho eletrônico (apoio CIABA); ▪ Principais motores, potência e funcionamento dos motores e sistemas de refrigeração (apoio CIABA).
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula Prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e,

	por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.
--	--

PLANEJAMENTO PARA A NONA QUINZENA

TEMA: PESCA ARTESANAL (SUBSISTÊNCIA E COMERCIAL) E INDUSTRIAL

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos básicos relacionados à pesca industrial e artesanal, bem como as modalidades referentes ao estudo da pesca extrativista, suas características, locais de desembarque e espécies capturadas.

PORTUGUÊS	▪ Gênero textual: jornal; ▪ Conceitos: notícias, manchetes, classificados, relatos, jornalísticos, anúncios publicitários; ▪ Construção de textos críticos.
MATEMÁTICA	▪ Números reais; ▪ Estudo dos monômios e polinômios; ▪ Laboratório de informática; ▪ Atividade experimental.
HISTÓRIA	▪ Astecas; ▪ Maias; ▪ Incas.
GEOGRAFIA	▪ América; ▪ Países emergentes; ▪ Circuito da industrialização; ▪ Consumo e sociedade.
CIÊNCIAS	▪ Nematelmintos; ▪ Platelminetos; ▪ Comunidades zooplanctônica (protozoários, políferos, pladócero e copépodos).
QUÍMICA	▪ Terminologia: escalas termométricas e propagação de calor; ▪ Pressão dos líquidos; ▪ Princípio de Arquimedes: empuxo.
ESPAÑHOL	▪ Tradiciones y costumbres.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Atividades de alongamento segundo as necessidades dos movimentos utilizados na pesca; ▪ A conquista da flexibilidade; ▪ Trabalhos de força muscular; ▪ Provas de atletismo.

INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Como excluir um arquivo; ▪ Esvaziando a lixeira; ▪ Utilizando o Word Pad; ▪ Salvar o disco rígido.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Estudo de caso: múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores de Vigia (MANHESCHY). ▪ Estudo de caso: a economia doméstica em Mamirauá (DÉBORA LIMA).
ARTES	▪ Arte contemporânea: novas tendências; ▪ Novos materiais e técnicas; ▪ Obras de arte e a tecnologia.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Cenário da pesca; ▪ Caracterização da pesca: aspectos socioeconômicos e problemáticos; ▪ Principais espécies desembarcadas nos portos; ▪ Principais portos da pesca artesanal; ▪ Pesca industrial: principais recursos pesqueiros da região Norte; ▪ Principais pontos de desembarque.
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula Prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos

	professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.
--	---

PLANEJAMENTO PARA A DÉCIMA QUINZENA

TEMA: SISTEMAS DE PRODUÇÃO E INSTRUMENTOS DE TRABALHO NA AMAZÔNIA

OBJETIVO GERAL: Oportunizar uma visão geral e ampla sobre os sistemas de produção desenvolvidos na Amazônia, bem como da confecção de instrumentos de trabalho relacionados ao saber fazer das populações amazônicas.

PORTUGUÊS	▪ Funções de linguagem; ▪ Frase, oração e período.
MATEMÁTICA	▪ Formas e medidas; ▪ Estudo dos polígonos; ▪ Aplicação das unidades de medida; ▪ Laboratório de informática; ▪ Atividade experimental.
HISTÓRIA	▪ Sociedade medieval; ▪ As classes sociais da Europa Medieval; ▪ Política, igreja no contexto, feudo e servidão.
GEOGRAFIA	▪ Extrativismo, manejo e industrialização do açaí.
CIÊNCIAS	▪ Materiais obtidos de vegetais fotossintetizantes.
QUÍMICA	▪ Etapas de um motor; ▪ Potência e trabalho; ▪ Combustão dos motores a diesel.
ESPAÑHOL	▪ Construcción del pequenos textos.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Coordenação; ▪ Agilidade; ▪ Força; ▪ Resistência;

	▪ Ritmo.
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Internet – pesquisa escolar e intercâmbio; ▪ O que é internet; ▪ Como acessar a internet; ▪ O potencial pedagógico da internet.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Estudo de caso: múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores de Vigia (MANHESCHY). ▪ Estudo de caso: a economia doméstica em Mamirauá (DÉBORA LIMA).
ARTES	▪ Arte e artesanato: conceitos, diferenças, tendências e possibilidades no uso de diferentes materiais.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Confecção dos principais apetrechos de pesca, rede de emalhar, tarrafas, matapi, espinhel; ▪ Tipos de anzóis. ▪ Legislação; ▪ Principais artes de pesca.
ATIVIDADES INICIAIS	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula Prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e,

	por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.
--	--

PLANEJAMENTO PARA A DÉCIMA PRIMEIRA QUINZENA

TEMA: PESCA ARTESANAL (SUBSISTÊNCIA E COMERCIAL) E INDUSTRIAL

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos alunos a aquisição de conhecimentos e curiosidades relacionados com a natureza, os costumes e a história local, bem como demonstrar a pesca esportiva e os seus principais torneios o que acaba possibilitando uma integração mais educativa e envolvente.

PORTUGUÊS	- Figuras de linguagem; - Período por coordenação e subordinação.
MATEMÁTICA	- Equações do 2º grau; - Noções de funções; - Função do 1º e 2º graus; - Laboratório de informática; - Atividade experimental.
HISTÓRIA	- Primeiro e segundo reinado; - Estrutura política e social, conflitos sociais.
GEOGRAFIA	- Quadro político mundial; - O que é ecoturismo; - Turismo de base comunitária.
CIÊNCIAS	Relações ecológicas (relação homem e meio ambiente).
QUÍMICA	- Chuva ácida; - Efeito estufa e metais pesados.
ESPAANHOL	Haciendo turismo.
EDUCAÇÃO FÍSICA	Visitação a locais (a pesquisar) que possibilitem a prática das atividades propostas no conteúdo (trilhas, clubes de pesca esportiva, tirolesa, rapel, outros).
INFORMÁTICA EDUCATIVA	Conhecendo os serviços ofertados na internet: Word wide web, correio eletrônico (e-mail), grupo de discussão, lista de discussão, chat, blog, etc.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	- O impacto socio ambiental das atividades turística na região amazônica. - A questão do turismo na região insular da Grande Belém.

ARTES	Semana de Arte Moderna: releitura, Tarsila do Amaral.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	- Ecoturismo: conceito e histórico do ecoturismo; - Pesca esportiva: conceito e caracterização; - Modalidades da pesca esportiva. - Tipos de embarcações; - Artes de pesca utilizadas; - Espécies mais utilizadas pela pesca esportiva; - Principais torneios de pesca esportiva.
ATIVIDADES INICIAIS	Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	- Textos; - Seminários; - Dinâmicas; - Aula Prática; - Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	- Televisão; - DVD; - Microsistema; - Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de

	trabalho.
--	-----------

PLANEJAMENTO PARA A DÉCIMA SEGUNDA QUINZENA

TEMA: FORMAS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E EMPREENDEDORISMO) E PROJETO PROFISSIONAL DE VIDA (PPVA).

OBJETIVO GERAL: Propiciar aos jovens uma alternativa de futuro para o campo. Por isso, os PPVAs deverão orientar-se nesta linha, da orientação profissional de jovens empreendedores rurais. Esta estratégia dependerá do grau de compromisso do jovem e, sobretudo, do apoio da família.

PORTUGUÊS	▪ Esquema de como fazer um PPVA; ▪ Ortografia.
MATEMÁTICA	▪ Estatística; ▪ Juros simples e compostos; ▪ Atividade de pesquisa.
HISTÓRIA	▪ Primeira e segunda República; ▪ Conflitos políticos, sociais e econômicos.
GEOGRAFIA	▪ Sociedade e natureza; ▪ Sociedade e economia.
CIÊNCIAS	▪ As relações entre condições de alimentação; ▪ Higiene pessoal e ambiental; ▪ Preservação da saúde humana.
QUÍMICA	▪ Cinemática; ▪ Leis de Newton;
ESPAÑHOL	▪ Curiosidade de España.
EDUCAÇÃO FÍSICA	▪ Organização de competições em sistema de eliminatória simples e dupla; ▪ Futebol (organização prática de torneio).
INFORMÁTICA EDUCATIVA	▪ Conhecendo o power point; ▪ Criando uma apresentação; ▪ Inserindo texto, objetos gráficos, filme e som no slide; ▪ Formatando texto e o Plano de Fundo; ▪ Utilizando recursos gerais do Power Point.
EDUCAÇÃO CIDADÃ	▪ Noções gerais sobre associativismo, cooperativismo e empreendedorismo; ▪ Como elaborar um projeto de pesquisa? Métodos e técnicas de pesquisa científica.
ARTES	▪ Artes cênicas: monólogos-conceitos e aplicabilidades; ▪ Orientação do Projeto Profissional de Vida.
QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	▪ Definição de associativismo, cooperativismo e empreendedorismo; ▪ Diferenças entre as formas de organizações sociais; ▪ Aplicabilidades dessas formas de organizações sociais na pesca e aquicultura.
ATIVIDADES	▪ Leitura e interpretação do texto “Regras de convivência”.

INICIAIS	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	▪ Textos; ▪ Seminários; ▪ Dinâmicas; ▪ Aula Prática; ▪ Visitas técnicas e culturais.
RECURSOS	▪ Televisão; ▪ DVD; ▪ Microssistem; ▪ Biblioteca.
AVALIAÇÃO	A avaliação aqui pensada deve ocorrer de forma somativa e qualitativa, ou seja, necessita considerar a categoria ensino-aprendizagem enquanto processo educativo contínuo. Tal avaliação não deve acontecer de maneira estanque ou isolada, ou melhor, a avaliação da aprendizagem não pode ser constituída apenas em único momento. O objetivo primordial da avaliação da aprendizagem é a busca do avanço do aluno. A avaliação a ser realizada na Casa Escola da Pesca (CEPE) levará em consideração o saber inicial do aluno, ou seja, o conhecimento prévio do aluno. Assim, é necessário que se obtenha um perfil diagnóstico do aluno para a partir daí articular a caminhada rumo a novos conhecimentos. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem busca consolidar, cada vez mais os valores educativos qualitativos. Sendo assim, os trabalhos e atividades realizadas na CEPE seguirão momentos metodológicos propostos pela equipe pedagógica e pelos professores da mesma. Assim considerar-se-á os trabalhos individuais, os em grupo, que também serão avaliados pelos próprios alunos, a avaliação realizada por meio de relatos de pessoas da comunidade e, por fim, a avaliação feita pelos técnicos e professores, que dará subsídios para análises, orientações e intervenção para a melhoria do processo. É importante ressaltar que os critérios de avaliação aqui pensados (fichas de avaliação em anexo) levam em consideração a frequência do aluno, o interesse do aluno, trabalho, escrito, expressão oral, criatividade, organização do aluno de acordo com a proposta de trabalho.